

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA FINANCEIRO CHINÊS (1978-2008)

MIGUEL HENRIQUES DE CARVALHO

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ernani Teixeira Torres Filho

Rio de Janeiro,
Fevereiro, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
A ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA FINANCEIRO CHINÊS (1978-2008)

MIGUEL HENRIQUES DE CARVALHO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI), do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ermani Teixeira Torres Filho (Orientador) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Antonio Macedo Cintra – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Rio de Janeiro
Fevereiro, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

C331 Carvalho, Miguel Henriques de.
A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008) / Miguel Henriques de Carvalho. -- 2013.
196 f. ; 31 cm.

Orientador: Ernani Teixeira Torres Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 190-196.

1. Economia chinesa. 2. Sistema financeiro - China. 3. Financiamento do desenvolvimento.
I. Torres Filho, Ernani Teixeira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.
III. Título.

CDD 332.0951

Resumo

A dissertação de mestrado em tela é dedicada a recuperar a evolução do sistema financeiro da China entre o início das Reformas Econômicas conduzidas por Deng Xiaoping, em 1978, e a eclosão da crise financeira internacional de 2008, de forma a estabelecer os nexos financeiros que permitiram à economia chinesa lograr taxas de crescimento econômico da ordem de 10% ao ano por mais de três décadas. Este intervalo de tempo presenciou, em nome do desenvolvimento das forças produtivas, a substituição gradual da economia centralmente planejada herdada do Período Maoísta (1949-1978) pela crescente participação do mercado na organização da economia doméstica, e a progressiva integração da China na economia internacional, mantendo-se, contudo, o monopólio político exercido pelo Partido Comunista da China, sendo estas as bases do chamado “Socialismo com Características Chinesas”. Inicialmente, é realizada uma sucinta reconstituição histórica do Período Maoísta, sublinhando as tensões existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção nos quadros do socialismo. Segue-se uma breve discussão do “Socialismo com Características Chinesas”, nos termos propostos por Deng, e a análise das transformações econômicas e políticas verificadas na China entre 1978 e 2008, atentando-se para as determinações internas e externas subjacentes a este processo. A partir da delimitação destes contornos mais gerais, é investigada a evolução institucional do setor financeiro chinês, tanto do mercado bancário quanto do mercado de capitais, bem como seu papel nos marcos da nova estratégia adotada pelo país. Argumenta-se que a preservação estatal do sistema financeiro cumpriu uma função essencial tanto para a gestão da transição econômica verificada no período, como, também, em assegurar ao Estado chinês centralidade sobre a taxa de acumulação e o crescimento econômico nos marcos de uma economia paulatinamente mercantilizada e integrada à economia internacional.

Palavras-chaves: Economia Chinesa – Sistema Financeiro Chinês – Financiamento do Desenvolvimento

Abstract

The following master's dissertation is dedicated to understand the evolution of the Chinese financial system from the beginning of Deng Xiaoping economic reforms, in 1978, and the outbreak of the international financial crisis, in 2008. This evolution shall be analyzed in order to establish the financial nexus which allowed China's economy to achieve growth rates of around 10% a year for more than three decades. On behalf of the development of productive forces, during this period, the centrally planned economy inherited from the Maoist period (1949-1978) have been gradually replaced by the increasing role of the market in the organization of domestic economy, and the gradual integration of China into the global economy, maintaining, however, the political monopoly of the Communist Party of China, which are the basis of so-called "Socialism with Chinese Characteristics". Firstly, there is a brief historical reconstruction of the Maoist period, highlighting the tensions between the development of productive forces and production relations within the framework of socialism. Then, there is a brief discussion about the "Socialism with Chinese Characteristics", as proposed by Deng, and also the analysis of economic and political transformations in China between 1978 and 2008, especially regarding to the internal and external determinations underlying this process. From the definition of general aspects, it is then investigated the institutional development of the Chinese financial sector, both in banking and capital markets, as well as its role in the framework of the new strategy adopted by the country. It is argued that the state preservation of the financial system carried out an essential role for both the gestation of the economic transition verified in the period as well as to preserve to the Chinese state, the centralization on the rate of accumulation and economic growth within the framework of an economy which is gradually commercialized and integrated into international economy.

Key-words: Chinese Economy – Chinese Financial System –Development Finance

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1. Exame retrospectivo da China antes das Reformas Econômicas (1839-1978)	14
1.1 O “Século da Humilhação” (1839-1949)	14
1.2 O período Maoísta (1949-1978)	22
1.3 A sucessão política de Mao e a ascensão de Deng (1976-1978).....	39
1.4 Balanço do período Maoísta.....	40
2 A China nos marcos das Quatro Modernizações (1978-2008)	45
2.1 O “Socialismo com Características Chinesas”	45
2.2 A evolução econômica e política da China entre 1978 e 2008.....	68
2.3 Análise dos Indicadores Macroeconômicos da China entre 1978 e 2008.....	89
2.3.1 A dinâmica do crescimento chinês	90
2.3.2 A inserção externa da economia chinesa.....	101
3 A evolução do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008	110
3.1 Breves considerações sobre o tema do financiamento do desenvolvimento	110
3.2 Impactos das Reformas Econômicas sobre o sistema financeiro chinês (1978-1994).....	115
3.2.1 O sistema monobancário.....	116
3.2.2 A criação dos quatro grandes bancos estatais.....	117
3.2.3 O Plano de Crédito.....	120
3.2.4 Surgimento de novas instituições financeiras.....	123
3.2.5 A criação da bolsa de valores em Xangai e Shenzhen.....	127
3.3 Adoção de critérios comerciais na concessão do crédito e a diferenciação do sistema financeiro chinês (1994-2001).....	130
3.3.1 A reforma financeira de 1994 e a criação dos <i>policy banks</i>	130

3.3.2 O problema dos créditos inadimplentes e a criação das companhias gestoras de ativos.....	134
3.3.3 O desenvolvimento do mercado de capitais chineses até 2001.....	139
3.4 Desdobramentos da adesão à OMC sobre o sistema financeiro chinês (2001-2008).....	140
3.4.1 Reestruturação e abertura de capital dos principais bancos estatais chineses	141
3.4.2 Diversificação do sistema financeiro chinês	149
3.4.3 Substituição do Plano de Crédito por instrumentos indiretos de política monetária.....	155
3.4.4 Expansão do mercado de capitais e a reforma das ações não negociáveis....	161
4 A estrutura do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008	168
4.1 Comparação internacional do sistema financeiro chinês	168
4.2 A evolução dos depósitos e empréstimos na China.....	173
4.3 O financiamento do investimento e a centralidade do sistema financeiro para a promoção do desenvolvimento chinês.....	181
Considerações Finais.....	187

Introdução

O presente trabalho tem como proposta recuperar a evolução do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008, de forma a elucidar os nexos financeiros que permitiram à China crescer a uma taxa anual média da ordem de 10% a mais de três décadas. Mais especificamente, nos propomos a recuperar a história institucional da intermediação financeira na China, desde o início das Reformas Econômicas em 1978 até a eclosão da crise financeira internacional, em 2008, enfatizando especialmente a estrutura de propriedade e a participação do setor financeiro na economia, composto pelo mercado bancário e de capitais.

Assim, no contexto das amplas transformações que ocorreram na China a partir de 1978, nos propusemos a enunciar os aspectos gerais da trajetória do sistema financeiro setor chinês. A hipótese norteadora deste trabalho é que o sistema financeiro doméstico, apesar das amplas reformas pró-mercado que foram executadas entre 1978 e 2008, preservou sua natureza estatal atuando como um fomentador do processo de crescimento e modernização da economia, objetivos definidos pelo projeto estatal em curso no período. Desta forma, ao invés de ter sido um obstáculo para a expansão acelerada da economia chinesa, como apregoado por diversos autores,¹ o sistema financeiro chinês vem se constituindo em um vetor importante para o transcurso da ascendente trajetória da economia chinesa. As principais críticas tecidas ao sistema financeiro dizem respeito ao seu caráter público da qual decorreriam a suposta ineficiência na alocação de recursos, expressa pelo acúmulo de créditos inadimplentes no interior do sistema bancário e na sua baixa diversificação.

O que pretende-se assinalar é que o sistema financeiro chinês de um lado assegurou a sustentação do aumento da taxa de investimento, bem como atuou de forma estabilizadora na transição de uma economia planificada para uma economia crescentemente mediada pelo mercado. A primazia estatal no setor financeiro assegurou tanto expansão da liquidez da economia no montante necessário a sua expansão acelerada, como também mostrou-se capaz de resolver internamente os eventuais problemas decorrentes da reestruturação da economia, sendo formado hoje por instituições bancárias que figuram entre as maiores do mundo. Ademais, o sistema financeiro compõe um poderoso canal de intervenção do Estado na economia chinesa, mitigando as vicissitudes e oscilações típicas das economias capitalistas, tal como

¹ Ver, por exemplo, LARDY (1998), WALTER; HOWIE (2012), ALLEN; QIAN; QIAN (2008), OCDE (2010), FMI (2012).

ocorreu recentemente por ocasião da crise internacional de 2008, quando em resposta a queda das exportações, imediatamente, o governo chinês injetou cerca de cerca de US\$ 500 bilhões por meio dos bancos estatais para estimular economia, concedendo linhas de crédito, especialmente para setores de infraestrutura.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, nos apoiamos na revisão bibliográfica pertinente, bem como na análise das estatísticas econômicas disponíveis as mais variadas possíveis, utilizando-nos tanto das estatísticas chinesas como aquelas disponibilizadas pelos organismos multilaterais como o FMI, dentre outros. Mais do que aspectos específicos do sistema financeiro chinês atentamos para o sentido das transformações em curso.

Além disso, a dinâmica do sistema financeiro chinês é condicionada pelos determinantes mais gerais da economia e da política chinesa, que em última análise explicam a direção das transformações levadas à cabo neste segmento. Atentamos mais para os encadeamentos do sistema financeiro com o restante da economia chinesa do que, aspectos relacionados a cada uma das instituições em particular.

O trabalho está organizado como se segue. Nos capítulos 1 e 2, demarca-se o recorte histórico em que o exame do sistema financeiro, objeto dos capítulos 3 e 4, está inserido. No capítulo 1 são recuperados brevemente os acontecimentos históricos anteriores ao início das Reformas Econômicas, o recorte histórico desta pesquisa. Uma vez que as Reformas Econômicas nascem com o objetivo de reverter a posição de atraso do país em face dos países industrializados, tratou-se de demarcar os determinantes políticos e econômicos que permearam esta trajetória.

No item 1.1 discute-se o período que se estende do Tratado de Nanquim, em 1839, até o triunfo da Revolução Comunista, em 1949, o chamado “Século da Humilhação”, período de sucessivas derrotas externas e instabilidade intern. A seguir, no item 1.2, examina-se a evolução da China sob o comando de Mao Tsé-tung. Discute-se os objetivos e realizações da China nestes anos e como um projeto inicialmente voltado para debelar as relações mercantis na economia e promover o igualitarismo, abre espaço para a inflexão expressa nas Reforma Econômicas, que se traduziram na introdução de mecanismos de mercado na economia. O item 1.3 discute rapidamente os acontecimentos políticos mais imediatos responsáveis por esta passagem, quando Deng Xiaoping assume o comando do país. O item 1.4 é dedicado a um balanço dos principais resultados econômicos às vésperas das Reformas Econômicas, em 1978.

Feita esta abertura inicial, o capítulo 2 é dedicado ao período das Reformas Econômicas, quando as Quatro Modernizações, tornam-se o alvo principal das ações do Estado chinês. No item 2.1 é apresentado de maneira preliminar os aspectos principais daquilo que seria denominado “socialismo com características chinesa”, identificado com o projeto nacional proposto para a China por Deng e que será prevaiente até os dias de hoje.

Definidos os termos deste plano, no item 2.2 é traçada a evolução econômica e política na conjuntura das reformas econômicas que se estabelecem na China. Em nome do desenvolvimento das forças produtivas, a estrutura produtiva do país, àquela altura centralmente planejada e autárquica, será transformada. A economia chinesa, gradualmente, passa a incorporar mecanismos de mercado bem como integrar-se internacionalmente. Entre 1978 e 2008, a experiência chinesa foi de ascensão econômica e projeção internacional numa escala sem paralelos, crescendo a uma taxa anual média da ordem de 10% a.a., tornando a segunda maior economia do mundo, em 2009, ao passo que se insere nas cadeias produtivas globais, tornando-se a principal exportadora e o segundo maior importador do mundo. Destaca-se nesta passagem de uma organização econômica à outra a manutenção por parte do Estado de diversos instrumentos de intervenção na economia, o que lhe assegurará um controle *sui generis* no plano internacional.

No item 2.3 são analisados os indicadores macroeconômicos deste período de rápida expansão de sorte a alinhavar os determinantes do crescimento do país e a natureza da inserção externa. Demonstra-se que os componentes internos da demanda, consumo e investimento, respondem pela taxa de crescimento. Externamente, as exportações e o ingresso de IDE, asseguraram as divisas necessárias à manutenção do crescimento e para a incorporação de progresso técnico.

Em posse destes elementos, os capítulos 3 e 4 desenvolvem a análise do sistema financeiro propriamente dita. Tendo em vista a performance econômica chinesa no processo de passagem de uma economia centralmente planejada para uma economia crescentemente mediada pelo mercado, examina-se como o sistema financeiro emerge deste processo e qual o seu papel para que o país tenha logrado os resultados obtidos.

No capítulo 3, no item 3.1, é realizada uma sucinta apresentação do tema do financiamento do desenvolvimento, apresentando-se as características gerais dos sistemas financeiros e sua eventual importância para a alavancagem do crescimento econômico dos países. Nos itens seguintes é apresentado o curso da conversão do

sistema financeiro chinês herdado da economia planificada para um sistema operante em uma economia mercantilizada. Privilegia-se a análise descritiva dos atores e mercados relevantes, a estrutura de propriedade, a natureza da intervenção estatal e a participação do capital privado e estrangeiro no setor financeiro, identificado pelo mercado bancário e de capitais, este com papel secundário.

Esta reconstituição é dividida em três subperíodos, que se relacionam ao movimento mais abrangente da economia chinesa. No item 3.2.2 (1978-1992) são discutidos os impactos do início das Reformas Econômicas sobre o sistema financeiro, quando emerge no país. Trata-se da formação do sistema multibancário, cujo eixo central corresponde a criação de quatro grandes bancos estatais que fará a gestão de uma massa crescente de recursos, sob o comando estatal.

No item 3.3.3 (1992-1994), após a “Viajem ao Sul”, quando se consolida o projeto reformista proposto por Deng ao país, que passará a ser conduzido pelas novas gerações da cúpula do Partido, assiste-se a uma intensificação das reformas do sistema financeiro no sentido de torná-lo mais parecido com as práticas existentes nos demais países capitalistas. No final da década de 1990, enquanto a economia atravessa a fase mais aguda do processo de privatizações, tem início o processo de reestruturação bancária, com o objetivo de reduzir os créditos inadimplentes no balanço dos principais bancos do país, introduzir mecanismos de mercado, adequá-los aos padrões internacionais de requisitos de capital e, assim, preparando-os para ulterior entrada do país na OMC, que se concretizaria em 2001.

O item 3.4 abarca o período posterior a entrada do país na entidade, que levaria a abertura de seu mercado bancário à concorrência internacional em 2006. Este capítulo mais do que elementos específicos, atenta para o caráter geral das transformações do sistema financeiro chinês, à saber: o volume crescente de recursos gestados por ele; a tendência a modernização operacional e a diversificação em favor do mercado de capitais, em que pese a dominância absoluta do segmento bancário; e o aumento da participação privada e de atores internacionais, que não retiram, no entanto, a natureza estatal do sistema bancário chinês, bem como a predominância de empresas públicas no mercado de capitais, que apresenta elevadas restrições ao livre iniciativa.

Enquanto no capítulo 3 empreende-se um exame cronológico acerca da evolução do sistema financeiro chinês, no capítulo 4 a abordagem é temática. No item 4.1 é realizada uma comparação entre o sistema financeiro chinês e os sistemas financeiros dos demais países de sorte a apreender o que é específico e o que é singular à

experiência chinesa. Verifica-se que elevada a profundidade e participação bancária na intermediação financeira da China em face de outros países.

No item 4.2, é analisado mais detidamente a evolução do crédito e dos depósitos no país. De um lado o crédito, que cumpria um papel residual na economia planificada, terá ao longo de todo o período das reformas uma relevância crescente na alocação de recurso. Em um primeiro momento, o crédito destina-se ao atendimento das empresas estatais em operações de curto prazo. A partir de meados da década de 1990, o crédito, crescentemente, se diversifica em termos de prazos e tipo de clientes, apesar das empresas estatais continuarem sendo os principais absorvedores dos empréstimos bancários. Do ponto de vista dos depósitos, as famílias chinesas assumem papel cada vez mais relevante, seguido pelas empresas, em um mercado financeiro que apesar da diversificação vivenciada, continuará tendo nos depósitos o principal ativo financeiro.

No item 4.3, o tema é o papel do sistema bancário para o financiamento do investimento no país. À medida que o Estado chinês perde arrecadação com o avanço das reformas, tendência revertida somente em 1995, o sistema bancário se tornará central para o financiamento dos investimentos, sendo a principal fonte externa as empresas para este tipo de gasto. Retoma-se também neste item a essencialidade do segmento bancário chinês para que o país realizasse sua transição sem sobressaltos, tendo sido assegurado tanto a reestruturação das empresas estatais, como os investimentos públicos, fundamentais para a trajetória de crescimento do país. Discute-se também como o sistema financeiro chinês sustentou a expansão da economia sem ter sido alvejada pelas crises internacionais sucessivas que se abateram sobre a economia mundial nestas três décadas, contribuindo para o elevado grau de autonomia da economia chinesa frente aos demais países. Na parte final deste item são tecidos breves comentários sobre a natureza estatal do sistema financeiro chinês e sua adequação aos propósitos do país definidos em 1978, relacionados a aceleração do crescimento e à modernização do país, o que encerra a reflexão proposta por esta pesquisa. Segue, por fim as considerações finais.

Capítulo 1 Recapitulação da história chinesa no período anterior ao início das Reformas Econômicas (1839-1978)

1.1 O “Século da Humilhação” (1839-1949)

A História da China enquanto um território unificado pode ser dividida em três períodos, correspondentes ao tipo de organização política vigente em cada um deles, a saber: a China Imperial (221.a.C-1911), em que a autoridade política máxima era o imperador; a República da China (1911-1949), quando o país foi governado pelo Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang); e a República Popular da China (1949-presente), em que o poder político tem sido exercido pelo Partido Comunista Chinês (PCCCh).² A seguir serão enunciados alguns dos principais acontecimentos da história chinesa, com o objetivo de demarcar o curso da evolução do país no período anterior a revolução socialista de 1949.

A primeira unificação política do território que viria dar origem a atual China data de 221 a.C., realizada pela dinastia Qin. Este momento é tido como o marco inicial da China enquanto um Estado centralizado, no qual é formado o exército e um sistema de tributação de escala nacional, bem como a escrita é padronizada.³ Desde então, a China seria governada por sucessivas dinastias, entremeadas por períodos de paz e guerra, de fragmentação e centralização política, de maior ou menor florescimento econômico e cultural. A última dinastia a governar o Império Chinês foi a Dinastia Qing, de origem Manchu,⁴ tendo conduzido o país entre 1644 até o ocaso do Império, em 1911.⁵

A despeito das discontinuidades que caracterizaram o conjunto do período imperial, o amálgama cultural que conhecemos como Civilização Chinesa, em toda a sua diversidade, alcançou uma posição proeminente entre as demais civilizações, seja pela sua longevidade,⁶ seja pelo pioneirismo em numerosas inovações, como o papel, a pólvora e a bússola. Até o começo do século XIX, a China contava com dimensões populacionais e econômicas extremamente elevadas em comparação as demais

² Ver, por exemplo, FAIRBANK; GOLDMAN (2006) e SPENCE (1990).

³ A este respeito ver FAIRBANK; GOLDMAN (2006, pp. 67-69). Antes deste período temos a antiguidade chinesa, que, entre seus legados, menção especial caberia a fazer sistematização do chamado Código Confuciano no século VI a. C.

⁴ Povo que originalmente estava estabelecido ao norte do território chinês.

⁵ Sobre a origem da Dinastia Qing, ver, por exemplo, SPENCE (1990, pp. 245-268).

⁶ Os primeiros registros humanos no atual território chinês datam do Paleolítico. Em 2.200 a.C. tem início a dinastia Xia, identificada como a primeira dinastia a ter surgido na China, assentada nas margens do Rio Amarelo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 45-59).

civilizações. A título de comparação, em 1820, segundo estimativas feitas por Maddison (2007, p. 44), a participação da China no PIB mundial era de 32,9%, ao passo que a Europa, incluindo 29 países da Europa ocidental e 10 da Europa oriental (está excluída a Turquia e os países da antiga União Soviética), detinha 26,6%. Em relação ao tamanho da população, a China contava em 1820 com 381 milhões de habitantes, enquanto a Europa com 169,5 milhões. Assim, a China era responsável por um PIB 23% maior do que o da Europa, e uma população duas vezes maior.⁷

A eclosão da Primeira Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII, na Grã-Bretanha, inaugura uma etapa de desenvolvimento tecnológico sem precedentes na história. Relaciona-se a Primeira Revolução Industrial a introdução da máquina a vapor na atividade fabril, notadamente na indústria têxtil, e, posteriormente, nos transportes (ferrovias e navios), elevando a divisão social do trabalho e o aumento da produtividade.⁸

Seus desdobramentos ao longo do século XIX resultaram na propagação da industrialização para alguns países, tais como nos Estados Unidos, França, Alemanha, em um primeiro momento e, posteriormente, no final deste século, Japão e Rússia.⁹ A partir de meados deste século teria lugar nos países industrializados – no início, especialmente, nos Estados Unidos e Alemanha – a Segunda Revolução Industrial que se estende por todo o século XX, compreendendo uma enorme gama de inovações que acelerariam dramaticamente o ritmo de crescimento e diversificação das economias. Destaca-se entre o conjunto de inovações associadas a Segunda Revolução Industrial, a eletricidade, o telégrafo, o aço, a química pesada, o petróleo, o motor a combustão, etc., com impactos profundos sobre as escalas de produção, os padrões de consumo, a urbanização e no campo militar.¹⁰

Desta forma, o século XIX assiste ao triunfo econômico e militar do capitalismo industrializado ocidental sobre todas as demais formas de organização social, em

⁷ A obra de Maddison é uma das principais fontes disponíveis acerca de dados estatísticos no período pré-1949 para a China e demais países, cobrindo informações, desde o ano 1000. Para uma avaliação crítica das informações apresentadas deste autor, ver, por exemplo, HOLZ (2006).

⁸ Para uma análise da história britânica entre os séculos XVIII e XIX, ver, por exemplo, HOBBSAWN (2003). Para um cotejo das diferentes interpretações acerca do pioneirismo inglês, ver JOBSON (1996).

⁹ Para um exame das especificidades do processo de industrialização nestes países ver, por exemplo, OLIVEIRA (2005).

¹⁰ A Segunda Revolução Industrial marca também a ascensão da grande empresa, a crescente separação da propriedade e da gestão nos negócios, a difusão das sociedades por ações, o aumento da divisão social do trabalho no interior das indústrias, com a crescente segmentação das atividades administrativas e no chão de fábrica, movimento correlato ao aumento das escalas mínimas de produção em diversos segmentos, associados a incontornáveis descontinuidades técnicas. Acerca da Segunda Revolução Industrial, ver, por exemplo, OLIVEIRA (2005).

particular, aquela verificada na China que, até então, salvo eventuais feitorias ocidentais como em Macao,¹¹ havia preservado o controle político sobre seu território.

Ao longo da primeira metade do século XIX, o comércio entre britânicos e chineses já era importante, sendo a China uma grande fornecedora de chá, seda e cerâmica. A Grã-Bretanha, à época a principal potência europeia, com um poderio naval sem paralelos, irá pleitear maior liberdade comercial com o país, sobretudo, para o ópio, além de vislumbrar na China um potencial mercado consumidor de larga escala para seus produtos. O país vinha resistindo as seguidas investidas britânicas. Contudo, crescentemente, as latentes debilidades materiais e militares da China frente aos progressos industriais ingleses veriam à tona. O marco inicial deste enquadramento da China veio com a derrota para a Grã-Bretanha na Guerra do Ópio (1839-1842).¹²

Enquanto país derrotado, a China assinou o Tratado de Nanquim, que deliberava, entre outras sanções ao país, a abertura de cinco portos ao livre comércio, extraterritorialidade¹³ para os britânicos, que receberiam ainda como compensação a ilha de Hong Kong. Esta derrota precipita segundo a tradição chinesa o “Século da Humilhação” (1839-1949), período em que a China sofreria seguidos reveses militares dentro de suas próprias fronteiras, sendo submetida aos interesses das potências estrangeiras no país.¹⁴ Ao final de cada conflito será imposta à China a assinatura de acordos que ficariam conhecidos como “Tratados Desiguais”. Tal como fora o “Tratado de Nanquim”, estes tratados envolveriam pesadas perdas à China associadas às concessões comerciais as nações estrangeiras, e, em alguns casos, perdas territoriais, limitando, portanto, seriamente a capacidade do Estado chinês exercer a soberania sobre seu território e população.

Ao traçarmos um paralelo entre a trajetória japonesa e a chinesa em meados do século XIX, verificamos que ambas as civilizações sofreram o forte impacto da expansão do capitalismo industrial ocidental no continente. Unificado politicamente desde o século VI, o Japão logrou até meados do século XIX, tal como a China, notável

¹¹ A colonização portuguesa em Macau teve início em meados do século XVI, sendo reconhecida formalmente pela China em troca do pagamento de tributos ao país, tornado-se um importante entreposto comercial regional.

¹² O Império Britânico obteria seguidas vitórias em campanhas no exterior, especialmente na Ásia, em que caberia destacar a submissão formal da Índia a partir de 1858, domínio que se estendeu até 1947.

¹³ A extraterritorialidade é uma prerrogativa jurídica que assegurava ao cidadão britânico o direito de ser julgado em seu país pelos crimes que cometesse na China.

¹⁴ Dentre estas derrotas, destacaríamos a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), a Guerra Sino-Francesa (1884-1885) e da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), no qual a China cedeu Taiwan ao Japão bem como reconheceu a independência da Coreia. Ver, por exemplo, SPENCE (1990).

desenvolvimento cultural e econômico, contando com uma população da ordem de 30 milhões em 1820, e um PIB per capita próximo ao chinês.¹⁵ O contato com os países europeus data do final do século XVI, quando o Japão estabeleceria um intenso intercâmbio econômico e cultural com o Ocidente, inclusive se propagando o cristianismo no país. Contudo, nas primeiras décadas do século XVII, as forças contrárias à presença estrangeira no país se tornam vitoriosas, sendo os europeus expulsos ou executados, bem como àqueles japoneses convertidos ao cristianismo, dando início a um novo período de isolamento do Japão, que perduraria por quase 250 anos. Todavia, em 1854, a esquadra norte-americana sob o comando do Comodoro Perry aporta no Japão, forçando o país a se abrir ao comércio internacional. Esta ofensiva resultou na assinatura do Tratado de Kanagawa, dando início a abertura de seus portos aos Estados Unidos, lhe assegurando o estabelecimento de um consulado no país e a segurança de seus marinheiros. Firmavam-se, assim, as relações comerciais regulares do Japão com o Ocidente. Nos anos seguintes outros tratados são assinados com os demais países ocidentais, reconhecendo aos estrangeiros a extraterritorialidade e lhes designando concessões comerciais.¹⁶

Com efeito, em 1868, disputas políticas internas no Japão desaguariam na Era Meiji (1868-1912), período no qual o país redefine suas prioridades em favor de um processo de modernização e expansão externa, desencadeando um exitoso processo de industrialização e capacitação militar. Já em fins do século XIX, o país torna-se uma potência industrial e militar regional, alcançando em grande medida o estágio tecnológico das principais forças mundiais de então. Além da vitória sobre a China em 1895 mencionada acima, a vitória sobre os russos em 1905 na Manchúria, atestam o poderio militar japonês àquela época.

As circunstâncias históricas respectivas ao Japão e a China não são redutíveis a um denominador comum, tendo em vista as especificidades de cada um dos países. Contudo, enquanto até meados do século XIX ambas as nações tinham sua soberania incontestada, desde então, tornaram-se frágeis em relação às pressões externas dos países industriais, suscitando no caso japonês um movimento de resposta relativamente rápido em direção ao desenvolvimento industrial, especialmente tendo em vista, a dificuldade

¹⁵ MADDISON, 2007, p. 24.

¹⁶ Ver, por exemplo, TORREES (1999).

da China em lograr uma trajetória análoga.¹⁷ Finalmente, sublinha-se que, especialmente em virtude da estreita base disponível de recursos naturais no arquipélago japonês, à saída adotada por este país será uma política expansionista belicosa no Pacífico desde esta época, com o objetivo de assegurar não apenas o suprimento de recursos naturais considerados indispensáveis, como também acesso a mercados para suas exportações e investimentos, o que tornaria a China alvo constante das pressões japonesas. O contraste entre a experiência dos dois países é indicativo da essencialidade da industrialização e o fortalecimento militar enquanto necessidade histórica para a afirmação dos Estados nacionais.

Correlata à subordinação externa, a China atravessará entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, um período de enormes turbulências internas, não sendo possível ao país engrenar um processo de industrialização. Assim, as seguidas sublevações internas¹⁸ e a crescente fragilidade do Império chinês levariam a deposição da Dinastia Qing em 1911, na Revolução Xinhai, que capitularia diante do Partido Nacionalista (Kuoamintang), então liderado por Sun Yat-sen.

O advento da República da China não representaria nem o fim da instabilidade política, tampouco o início de uma fase de sustentada prosperidade, livre da submissão do país aos interesses estrangeiros. Logo nos anos iniciais, Yuan Shikai, general das forças nacionalistas e um dos principais artífices da Revolução Xinhai, sobrepõe-se a Sun Yat-sen e converte-se em ditador da China, controlando o poder político do país até 1916, quando faleceu. Nem mesmo o retorno de Sun Yat-sen à China seria suficiente para o restabelecimento da autoridade central no país.

O Kuomintang encontrava-se fragmentado não conseguindo impor sua autoridade sobre a China, que, entre 1916 e 1928, este estaria dividido em diferentes áreas de influência sob autoridades regionais, que não reconheciam o novo regime, ficando conhecida esta fase de disputas internas como “Era dos Senhores da Guerra”. Por ocasião do término da Primeira Guerra Mundial em 1919, quando os alemães na China foram transferidos ao Japão, eclodiria o Movimento de Quatro de Maio, quando uma onda de protestos contra a dominação estrangeira varreu o país, ensejando o

¹⁷ Karl Marx e Max Weber, dentre diversos autores, se debruçaram sobre as possíveis razões que explicassem o “imobilismo” chinês em face das transformações ocorridas no século XIX. A respeito da visão desses dois autores sobre a China, ver, por exemplo, LEÃO (2010, pp. 17-21).

¹⁸ Dentre os conflitos internos, destacam-se a Rebelião Taiping (1851-1864), que resultaria na morte de cerca de 20 milhões de pessoas (SPENCE, 1990, p. 805), a Rebelião Nian (1853-1868), Revolta Dungan (1862-1877) e a Revolta dos Boxers (1898-1901), esta envolvendo outros países, ocasionando novas concessões da China às nações estrangeiras. Sobre as insurreições internas na China neste período, ver, por exemplo, SPENCE (1990, pp. 137-231).

aumento do sentimento nacionalista entre a elite intelectual local, com efeitos significativos no campo da cultura e da política¹⁹.

Em 1921, foi fundado o Partido Comunista Chinês (PCCh), sob a influência direta da União Soviética. Naquele momento, a afirmação da soberania nacional era definida como a questão prioritária para o Partido, justificando sua aliança com o Kuomintang. Isto refletia a própria interpretação vigente na 3ª Internacional (Comintern), “segundo a qual, em todos os países considerados ‘coloniais’ ou ‘semicoloniais’, a contradição fundamental era entre a classe feudal e a burguesia, de modo que a etapa da revolução deveria ser democrático-burguesa e não proletária”.²⁰ Isto se devia ao baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, insuficiente para que os próprios trabalhadores dirigissem o processo revolucionário. Desta forma, naquele momento, em acordo com as diretivas emanadas de Moscou, o PCCh auxiliou o Kuomintang no processo de unificação do país, em oposição aos senhores locais.

Em 1925, com a morte de Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek torna-se a principal liderança do Kuomintang. Em 1927, temendo perder força para os socialistas, a esquerda do Kuomintang, mais próxima ao ideário socialista, foi afastada do partido e o PCCh passa a ser combatido, dando início a Guerra Civil (1927-1937 e 1946-1949). Enquanto o Kuomintang seria vitorioso na luta contra os senhores locais, a disputa contra o PCCh se desenrolaria nos próximos anos, tendo este conseguindo estabelecer suas primeiras bases no interior do país, onde os comunistas, no começo da década de 1930, governavam cerca de 10 milhões de pessoas²¹.

Em meio a este quadro de conflitos internos, em 1931, o Japão novamente invade a China, desta vez na Manchúria, região chinesa rica em petróleo, carvão e minérios. Nesta parte do território chinês é instituído o Estado fantoche de Manchukuo, no qual foi reabilitado o imperador chinês Qing como autoridade oficial, embora o exercício do poder estivesse nas mãos dos japoneses.²² O Kuomintang não teve forças para expulsar os japoneses, tendo recorrido à frágil Liga das Nações, que, apesar de expulsar o Japão da organização em face deste acontecimento, não tinha qualquer meio para apoiar uma retaliação militar chinesa.

¹⁹ Acerca do Movimento Quatro de Maio, ver, por exemplo, FAIRBANK; GOLDMAN (2006, p. 249-250).

²⁰ NAVES, 2005, pp. 18-20.

²¹ NAVES, 2005, p. 25.

²² Sobre o Manchukuo, ver, por exemplo, SPENCE (1990, pp. 393-296).

O Kuomintang acaba por concentrar seus esforços no combate aos comunistas locais. Dominando a grande maioria do território chinês, o Kuomintang levaria vantagem nos anos iniciais sobre PCCh, que, a despeito do aumento de sua popularidade notadamente entre os camponeses e o proletariado urbano, ainda não tinha força o suficiente para impor-se por todo o país. Em 1934, após serem cercados pelo exército nacionalista e ver próxima a capitulação definitiva, o PCCh inicia a chamada Longa Marcha, escapando para o interior do país, que durou cerca de um ano, sendo percorridos mais de 9.000 quilômetros nas áreas mais interioranas. Das cerca de cem pessoas que começaram esta trajetória, apenas quatro a oito mil concluíram todo o caminho.²³ Este recuo tático levaria a projeção nacional do Partido, forjando as principais lideranças do PCC para os anos posteriores. É neste momento que Mao Tsé-tung, consolida-se como a principal liderança do Partido, tendo Zhou Enlai como seu principal seu principal colaborador, além da projeção de figuras, naquele momento secundárias, mas que seriam importantes no decurso dos acontecimentos da China, como Deng Xiaoping.

Como resultado, o PCCh se assentaria em Yenan, principal cidade na Província de, Shanxi, sendo posto em prática a reforma agrária e a expansão do ensino primário aos camponeses, arregimentado apoio progressivamente entre os camponeses do entorno. As iniciativas dos comunistas em Yenan representariam um ensaio, em diversos aspectos, do que viria a ser depois adotado com o advento da Revolução Comunista em 1949.

Em 1937, novas ofensivas japonesas são levada a cabo contra a China, desta vez tendo como alvo as cidades costeiras de Xangai, Nanquim e extensas partes da região sudoeste da China, abrindo nova jornada de disputas, precipitando a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945).²⁴ As derrotas iniciais do governo nacionalista, abriram espaço para uma aliança provisória entre as forças lideradas por Chiang Kai-shek e Mao Tsé-tung, contra a ocupação nipônica, caracterizando um período de relativa trégua no conflito entre as duas forças que perduraria pelos anos seguintes, até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No contexto da Segunda Guerra, a China contaria com o apoio das forças norte-americanas ao lado da China Livre (que incluía as áreas tanto sob o domínio dos republicanos, como também dos comunistas). Em 1945, as forças japonesas eram

²³ Sobre a Longa Marcha, ver, por exemplo, FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 282-285.

²⁴ Acerca da Segunda Guerra Sino-japonesa ver, por exemplo, SPENCE (1990, pp. 443-483).

definitivamente derrotadas, encerrando-se a Segunda Guerra Mundial, período de grandes perdas humanas para a China.²⁵ A URSS que havia declarado guerra ao Japão após a Conferência de Yalta, pouco antes da rendição japonesa, derrotou-os na Manchúria, o que significou o término do Estado fantoche de Manchukuo e a entrega dessas áreas para o comando do PCCh.²⁶ Por outro lado, as demais áreas ocupadas pelos japoneses ficariam sob o domínio do Kuomintang, dentre as quais a ilha de Taiwan, restabelecendo, portanto, a divisão territorial da China entre o PCCh e o Partido Nacionalista Chinês.

Pouco tempo depois, em 1946, a trégua entre Partido Nacionalista Chinês e os comunistas rompeu-se, havendo o reinício da Guerra Civil em torno da disputa pelo controle do poder político da China.²⁷ Apesar das forças comunistas estarem mais fortes do que estavam em 1937, o Kuomintang contava com uma tropa cerca de três vezes maior que a sua, além do apoio dos Estados Unidos, que cedera o estoque de armas japoneses às forças do Kuomintang. Por seu turno, sob a promessa de reforma agrária e outras mudanças sociais, o PCCh galgaria crescente apoio das massas camponesas, levando a vitória das forças comunistas em outubro de 1949, com a derrota definitiva do Kuomintang²⁸. As forças lideradas por Chiang Kai-shek refugiaram-se na ilha de Taiwan, dando continuidade da República da China sob o governo do Kuomintang, configurando um país independente salvaguardado pelas forças norte-americanas. Por sua vez, no continente, tinha início a República Popular da China (RPC), sob o domínio exclusivo do PCCh, que passaria, a partir de então, a controlar, em definitivo, o Estado nacional chinês. No contexto da Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética polarizariam as disputas internacionais com suas respectivas áreas de influência, a China alia-se a União Soviética, ao passo que Taiwan encontraria forte apoio dos Estados Unidos, inclusive ocupando o assento destinado à China na Organização das Nações Unidas (ONU), e, conseqüentemente, no Conselho de Segurança desta organização.

Esta breve recapitulação histórica permite observar que, desde a Primeira Guerra do Ópio, em 1839, até o advento da RPC, em 1949, a China vivenciou, seguidamente, conflitos internos e externos, que redundaram em instabilidade política e diversas

²⁵ Em relação às perdas humanas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, a China ficou atrás apenas da União Soviética, sendo estimado 10,5 milhões de mortos pelas forças japonesas (3,4 milhões militares e 7,3 milhões civis), além de 2,2 milhões de vítimas da fome (MORAES, 2011 p. 28).

²⁶ Idem, p. 485.

²⁷ A respeito da Guerra Civil Chinesa, ver, por exemplo, FAIRBANK; GOLDMAN (2006, pp. 306-316).

²⁸ NAVES (2005).

derrotas em seu próprio território, inviabilizando qualquer projeto de desenvolvimento de maior alcance. Esse período de turbulência na história chinesa representou o eclipse da milenar civilização chinesa frente a força dos países industrializados, que subjulgaram o país continuamente. Nos últimos anos, coube ao Japão a condição de principal potência rival, destacando-se por ter conseguido um desenvolvimento econômico recuperador rápido dentro da Ásia, tornando-se a principal potência asiática antes do final do século XIX. A China, por seu turno, mostrou-se incapaz para resistir às ofensivas externas sobre seu território, bem como para se desenvolver economicamente, desafios colocados à mesa dos revolucionários vitoriosos em 1949.

1.2 O Período Maoísta (1949-1976)

Ao analisarmos as estatísticas existentes para o ano de 1952, a primeira série de dados disponível após o advento do comunismo no país, o declínio econômico da China durante o “Século da Humilhação” em contraposição aos países ocidentais industrializados, incluindo a União Soviética, é inequívoco. Verifica-se na China que neste ano entre 80% a 90% dos seus habitantes residiam no campo, contando com uma população da ordem de meio bilhão de pessoas, quase o mesmo tamanho da população somada da Europa e dos Estados Unidos, três vezes maior do que a da União Soviética, e seis vezes maior do que a japonesa, segundo as estimativas de Maddison (2007, p.44). Todavia, os chineses eram responsáveis por somente 5,2% do PIB mundial, ao passo que os Estados Unidos, correspondiam a 27,5%, a Europa, 29,3%, a União Soviética 9,2% e o Japão, 3,4%,²⁹ Há, inclusive, uma queda na renda per capita chinesa de 12%, entre 1820 e 1952, enquanto para o Japão, partindo de um nível próximo ao chinês em 1820, verifica-se um aumento de 250%.³⁰ Estes números são indicativos do enfraquecimento da economia chinesa em comparação aos demais países citados, especialmente, tendo-se em vista a situação que desfrutava no começo do século XIX.

Ao lado deste declínio relativo, a vitória comunista em 1949 tinha lugar em um país que atravessava há décadas conflitos internos e externos de toda sorte. Após o advento da República Popular da China, os chineses ingressaram em um período de relativa coesão política em torno do PCCh e de preservação de sua integridade territorial, a despeito das vicissitudes do novo regime. Entre 1949 e 1976, o PCCh

²⁹ MADDISON 2007, p. 44.

³⁰ Ibidem. Medidos em dólares internacionais de 1990.

implementaria uma série de mudanças profundas sobre as estruturas sociais herdadas, tendo sido Mao Tsé-tung a principal liderança do Partido e o árbitro final das principais contendas que marcaram a China entre 1949 até o seu falecimento, em 1976.

Ao longo do chamado Período Maoísta (1949-1976), a conciliação do desenvolvimento das forças produtivas com a supressão das tradições hierárquicas e a formação de uma sociedade igualitária, ocupará o centro dos principais debates no interior do PCCh. Simplificadamente, o Período Maoísta pode ser seccionado em cinco subperíodos, a saber:

- i) Consolidação da República Popular da China (1949-1952);
- ii) 1º Plano Quinquenal (1952-1957);
- iii) Grande Salto Adiante (1958-1960);
- iv) Recuperação Econômica (1961-1965);
- v) Revolução Cultural (1966-1976).

Mais importante do que definir rigidamente uma periodização, a divisão acima permite sublinhar as sucessivas inflexões no curso dos acontecimentos da RPC em suas primeiras décadas. Para os propósitos da presente dissertação, serão iluminados apenas alguns aspectos desta trajetória, especialmente no plano econômico e político, cujos efeitos terão importantes consequenciais para o período posterior, em que Deng Xiaoping será a principal figura política.

Após a tomada do poder em 1949, os objetivos do PCCh voltavam-se a objetivos econômicos imediatos, quais sejam, debelar a elevada inflação que se abatia no país e recuperar a indústria e a agricultura, devastadas após anos de guerra. Até 1952, enquanto a inflação era controlada, a produção agrícola e industrial atingiam níveis superiores aos alcançados no período pré-revolucionário, ampliando a legitimidade do novo regime.³¹

No campo, a reforma agrária se estendeu por todo o país, uma vez que as áreas sobre o controle comunista no período anterior a 1949 já haviam passado por este processo. Generalizava-se na China a desapropriação dos senhores de terra e sua redistribuição entre os camponeses – um processo por vezes violento –, bem como a concessão alguns direitos sociais, que já haviam sido testados em Ye'nan em outras partes sob o domínio dos comunistas, tais como expansão do ensino e saúde básica, erradicação do consumo de ópio e a lei do divórcio.³²

³¹ NAUGHTON, 2007 p. 65.

³² FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 319-325.

Nas cidades, eram nacionalizadas as empresas estrangeiras e dava-se início a expropriação das empresas privadas. Paralelamente, eram levados a cabo os movimentos de reeducação, cujo objetivo era adequar a população, especialmente os opositores ao novo regime, sendo recorrentes as iniciativas nesta direção ao longo do Período Maoísta. Assim, em 1952 assiste-se a Campanha dos Três-antis (contra a corrupção, o desperdício e a burocracia) dirigida para os funcionários do governo, da indústria e do Partido, bem como a Campanha dos Cinco-antis (suborno, evasão fiscal, roubo de bens públicos, fraudes, divulgação de segredos de Estado) destinada aos capitalistas (industriais, mercados, banqueiros) remanescentes. Estas duas campanhas de reeducação seriam a pedra de toque para a substituição dos quadros da antiga ordem por aqueles alinhados ao novo regime, assegurando ao governo o controle gradual sobre a atividade econômica.³³

Nos quadros da Guerra Fria, a União Soviética seria o principal aliado da China, apoio que seria determinante para o desempenho do país na primeira década do regime comunista no país. Em outubro de 1950, a eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953) teria a participação da União Soviética e China, ratificando o alinhamento entre os dois Estados, que atuariam em conjunto com as forças comunistas coreanas no conflito contra os coreanos do Sul, apoiados pelos Estados Unidos. A China enviou 2,3 milhões de soldados e outros recursos militares, desgastando-se sobremaneira neste conflito.³⁴ Após o armistício em 1953 com a divisão da Coreia, a China assegura suas fronteiras e consolida sua posição de aliado soviético no tabuleiro geopolítico bipolar.

Assim, o PCCh encontrava-se restringido pelos marcos políticos em que estava envolta a China naquele momento. De um lado, havia as dificuldades relacionadas à implantação do novo regime, a afirmação do ideário socialista sobre os elementos remanescentes da antiga ordem, tanto no plano político, como no plano cultural, com o PCCh enfrentando resistência de todos aqueles que se indispunham ao processo de reorganização da economia. Por outro lado, a China deveria buscar a todo custo desenvolver-se militarmente, de forma a tornar-se capaz de assegurar a preservação da integridade territorial do país e o enfrentamento de um possível conflito contra as forças contrárias ao regime comunista, num cenário internacional crescentemente incerto.

Estabilizada a nova ordem, entre 1953 e 1957 a condução da economia chinesa foi feita sob a égide do 1º Plano Quinquenal, inspirado declaradamente na experiência

³³ Ibidem.

³⁴ Idem, p. 322.

soviética de rápida industrialização. Além disso, a União Soviética apoiou a China nestes anos, por meio de empréstimos necessários à aquisição de insumos e máquinas dos próprios soviéticos, envio de técnicos ao país e treinamento de chineses que foram ao país. Ao longo desses cinco anos, aproveitando-se notadamente da base industrial legada pelos japoneses na região da Manchúria, a China incorporaria novos segmentos produtivos, expandindo a produção de carvão, aço, ferro e combustíveis, da qual resulta na rápida expansão da renda nestes cinco anos.³⁵ O modelo econômico soviético priorizava a industrialização pesada, por entendê-la como essencial tanto para o setor bélico como para a infraestrutura, pré-requisitos para a consolidação do novo regime.³⁶

Por sua vez, do ponto de vista da organização das unidades produtivas, expandia-se o controle estatal e coletivo, sendo extinta praticamente todas as empresas privadas no país até 1956.³⁷ Na agricultura, o 1º Plano Quinquenal representou o avanço da coletivização do campo em detrimento da pequena propriedade familiar. Em 1954, apenas 2% das famílias camponesas trabalhavam em cooperativas ou fazendas coletivas; em 1955 eram 14%, e, em 1956, 98%.³⁸ A generalização das empresas estatais na indústria e a coletivização do campo são as bases sobre as quais a economia planificada chinesa se assentará a partir de 1956, ambas funcionando com preços e cotas de produção definidos pelo governo. A propriedade privada e a anarquia da produção mercantil davam lugar à propriedade estatal e coletiva e ao planejamento centralizado da produção.

Sob o lema “Deixe cem flores florescerem juntas, deixem cem escolas de pensamento” entre 1956 e 1957 desenvolveu-se no país a Campanha das Cem Flores, que se propunha a estimular o debate no interior da classe letrada sobre as condições do sistema que se implantava no país.³⁹ Em seu momento inicial, esta campanha surtiu pouco efeito, não tendo adesão representativa da classe intelectual chinesa. Porém, à medida que a participação aumentava e as críticas ao regime se avolumaram, o PCCh encerrou os debates, iniciando um período de depurações dentro e fora do Partido, culminando na Campanha Anti-Direitista, em 1957, mais uma campanha que visava a educação do povo, em favor das diretrizes do Partido.⁴⁰

³⁵ FAIRBANK; GOLDMAN (2006, p. 331) falam em uma taxa anual média de 8,9% a.a..

³⁶ Sobre a priorização da indústria em detrimento da agricultura ver MORAES (2011, pp. 38-48).

³⁷ NAUGHTON, 2007, p. 67.

³⁸ Ibidem.

³⁹ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 236-237.

⁴⁰ Naughton (2007, p. 69) fala em 800 mil intelectuais que foram afastados de seus empregos e enviados para campos de trabalho forçado.

No ano seguinte, projetando a aceleração da economia, foi lançado o ambicioso programa denominado Grande Salto Adiante, em substituição ao 2º Plano Quinquenal definido em 1956 e nunca posto em prática. Apelando ao voluntarismo patriótico, o PCCh conclamava os trabalhadores chineses a “andar sobre as duas pernas” para “ultrapassar a Inglaterra em 15 anos”, por meio do aumento simultâneo da produção agrícola e industrial.⁴¹ O Grande Salto compreendeu um esforço que procurou promover tanto a radicalização da ordem social socialista em favor de relações de produção mais igualitárias, como o desenvolvimento das forças produtivas e a descentralização da atividade econômica no país. A comuna é a materialização deste intento, sendo talvez o principal traço distintivo da experiência socialista chinesa em comparação com a União Soviética, cuja divisão entre o campo e a cidade era mais nítida.⁴²

Em 1958, 750 mil cooperativas agrícolas foram reorganizadas em 23 mil comunas, compreendendo algo como 90% da população rural. O tamanho de cada comuna variava entre 5 a 100 mil pessoas.⁴³ As comunas correspondiam a unidades produtivas com auto grau de autonomia administrativa (em acordo com as diretrizes definidas pelo PCCh) e autossuficientes, responsáveis pela produção agrícola – para consumo próprio e para a entrega ao Estado –, parte de sua produção industrial, assegurando educação e saúde para todos os seus residentes. Propunha-se no interior das comunas uma autêntica experiência socialista pautada na vida coletiva e no horizontalismo das relações sociais de produção, de forma a tornar possível a aproximação do trabalho intelectual com o manual, da gestão com a produção direta e da agricultura com a indústria, alargando o horizonte possível de uma sociabilidade distinta daquela vigente na ordem capitalista.

Tão ou mais importante que os motivos ideológicos para a adoção das comunas, eram as razões de cunho militar, pois era compreendido que a descentralização produtiva era o único meio capaz de deixar o país menos vulnerável a eventuais ataques externos.⁴⁴ O exame das ações do PCCh as decisões de natureza econômica estavam condicionadas pelo cálculo estratégico-militar, como verifica-se na ênfase a indústria pesada e, posteriormente, na pulverização da produção pelo interior do país por meio das comunas.

⁴¹ BÈRGERE, 1980, p. 43.

⁴² Sobre as comunas, ver, por exemplo, MORAES (2011 p. 38-48).

⁴³ Idem, pp. 38-39

⁴⁴ Idem, p. 34.

A partir do segundo de semestre de 1958, com a difusão das comunas pela China, tem início o Grande Salto Adiante. Ao término deste ano, o saldo agrícola positivo encorajará as autoridades chinesas a elevarem as metas de produção para o período seguinte, contudo os resultados se mostraram aquém do esperado. A reorganização do campo chinês em torno das comunas representou à época do Grande Salto no deslocamento de parte da força de trabalho da agricultura para o setor secundário, seja nas obras de irrigação, abertura de estradas e outras construções, seja na produção de aço nos “fornos de quintais”, célebres no período, o que elevaria a produção de aço no interior do país a despeito da baixa qualidade da produção.⁴⁵

Crescendo continuamente desde o início da década de 1950 – acompanhando *pari passu* a elevação da população –, a produção de alimentos atingirá um máximo em 1958, declinando substancialmente nos dois anos seguintes. Em 1959, a produção caiu em 15% e no ano seguinte 28,5%, em relação a 1958,⁴⁶ indícios do colapso da oferta de alimentos com impactos severos sobre a população chinesa. A incidência de desastres naturais relacionados a inundações contribuíram para o mau desempenho da agricultura.

Em julho 1959, por ocasião da Conferência de Lushan, a cúpula do PCCh se reuniu para avaliar os resultados do Grande Salto. O Ministro da Defesa Peng Dehau, destacado militar por seu papel ao longo processo revolucionário e na Guerra da Coréia, aponta os exageros do plano, chamando atenção para os sinais da exaustão da força de trabalho rural e para a carestia de alimentos em diversas partes do país. Acusado de direitista por Mao, Peng é afastado das forças armadas, sendo substituído por Lin Biao, mais próximo a visão do principal líder chinês, sendo mantidas em Lushan as diretivas do Grande Salto.

A Conferência de Lushan marca uma inflexão decisiva no interior do PCCh. Até aquele momento, a elite do Partido, formada por revolucionários que haviam se destacado desde os tempos da Longa Marcha na década de 1930, tinha tomado as decisões de forma consensual, não aflorando divergências fundamentais entre eles. Esta clivagem se acentuaria nos anos seguintes, conforme os resultados agrícolas piorassem e as mortes no campo se alastrassem, tornando-se uma tragédia de proporções gigantescas.

Até 1961, quando o Grande Salto foi abandonado, as estatísticas oficiais apontam para 20 milhões de mortos, enquanto Naughton (2007, p. 72), por exemplo,

⁴⁵ BÉRGERE, 1980, p. 47.

⁴⁶ MORAES, 2011, p. 30.

menciona de 25 a 30 milhões de óbitos –, de qualquer maneira, a maior fome do século XX.⁴⁷ Esta crise, do ponto de vista econômico explica-se como uma limitação imposta pela oferta, dada a escassez de força trabalho para, a um só tempo, acelerar no montante exigido a produção agrícola e industrial, tal como preconizado pelo Grande Salto.

Este acontecimento terá pelos anos seguintes repercussões importantes no interior do Partido, sepultando crescentemente o consenso em torno da liderança de Mao acerca de quais rumos a China deveria perseguir.

Paralelamente, data desta época o início do cisma sino-soviético, com consequências decisivas para o futuro da China e para a geopolítica da Guerra Fria. A relação entre União Soviética e China vinha se estremecendo desde o início do Grande Salto, muito criticado por Krushev.⁴⁸ Por sua vez, a China posiciona-se contrária ao patrulhamento exercido pela União Soviética sobre os demais países socialistas, afirmando sua independência política em relação a Moscou. Em 1958, o posicionamento unilateral da China em relação a um possível conflito com Taiwan, seria mais uma razão de discordância entre os dois países, seguido pela Crise do estreito de Taiwan, na qual a União Soviética recusou-se a apoiar a China, de sorte a evitar o acirramento com os Estados Unidos.⁴⁹ Segue-se a recusa dos soviéticos em cederem aos chineses a tecnologia da bomba atômica.⁵⁰

Em 1960, a União Soviética decide unilateralmente pela retirada de seus técnicos da china, interrompendo uma série de projetos em andamento no país. Em 1962, o encaminhamento dado por Krushev sobre a crise dos mísseis seria duramente criticado por Mao, acusando a União Soviética de revisionista e de ter capitulado diante dos interesses imperialistas. Aderir à estratégia de “passagem pacífica para o socialismo”, significaria o abandono do “internacionalismo proletário”.⁵¹ Finalmente, em 1964 foram rompidas as relações diplomáticas, dando início a uma disputa territorial na fronteira entre os dois países, que se tornaria progressivamente belicosa.⁵² Em última análise, as divergências entre os dois países relacionam-se, “a uma tomada de consciência progressiva das realidades e das ambições nacionais” (BÉRGERE, 1980, p.

⁴⁷ O campo seria mais prejudicado que as cidades, pois foi dada prioridade a entrega da produção de alimentos ao governo central, que a distribuía nos centros urbanos.

⁴⁸ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 349.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ NAVES (2005. P. 63-64)

⁵² A fronte entre China e a União Soviética estendia-se por 6,4 mil quilômetros.

43), tornando-se cada vez mais secundárias o compromisso com a expansão internacional do socialismo em ambas as partes.

Internamente, a China enfrenta um levante separatista no Tibete em 1959, logo derrotado, ocasionando a fuga de cerca de 100 mil tibetanos recebidos pela Índia. Em 1962 China e Índia entram em uma breve guerra por disputas territoriais fronteiriças, na qual a China sai vitoriosa, apesar do apoio soviético a Índia.⁵³ Como corolário destas disputas, ao longo da década de 1960, a China torna-se crescentemente isolada nos marcos da Guerra Fria, cercada regionalmente de potenciais inimigos e internacionalmente, bloqueada pelos dois principais blocos capitaneados pelos Estados Unidos e União Soviética.

Entre 1961 e 1966, foi adotada na China uma série de medidas com o objetivo de recuperar a economia, implicando em um recuo em favor dos mecanismos de mercado como meio de elevação da produtividade agrícola. Desde o início de 1961, as autoridades chinesas assumem o fracasso do Grande Salto abandonando o Plano. Mao admite os equívocos cometidos sob sua responsabilidade e se retira temporariamente do centro da política interna do país. Este movimento abriu espaço para que Liu Shaoqi, presidente do país desde Abril de 1959 e Deng Xiaoping, Secretário Geral do PCCh, ao lado de outras importantes lideranças se ocupassem do quadro de crise econômica em que estava envolto o país. Estas lideranças contariam com o apoio de Zhou Enlai, Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores na realização das mudanças preconizadas, enquanto Mao envolvido nas contendas internacionais, especialmente com a União Soviética, perde influência sobre as decisões internas do Partido, preservando, contudo, seu primado sobre as forças armadas, comandadas aquela altura por Lin Biao.

Em avaliação apresentada por Liu, realizada em 1962, as calamidades não responderiam por mais que 30% da catástrofe, cabendo a erros humanos os outros 70%, o que exigia, em sua visão, na reorientação da condução da economia do país.⁵⁴ A ênfase dada a partir de então será para a recuperação da atividade agrícola que apenas retornaria a normalidade plenamente em 1966.

Em 1961, as comunas são subdivididas, de forma que as 23 mil comunas existentes se desmembram em 70 mil, diminuindo o tamanho médio de cada uma delas para cerca de 15 mil residentes, de sorte a facilitar o processo de organização produtiva.

⁵³ PAUTASSO, 2011. p. 167.

⁵⁴ BÈRGERE, 1980, p. 46.

Além do envio de trabalhadores da cidade para o campo e do fechamento de parte da atividade fabril na zona rural, a produção agrícola passa a ser gerida mais diretamente pelos produtores, sendo reintroduzidos de incentivos materiais, com a possibilidade de troca de excedentes agrícolas e a reabertura de mercados locais. Foi nesta época, em 1963, que Deng, ao defender a adoção de políticas agrícolas que premiassem o aumento da produção de alimentos, mencionaria o célebre ditado de sua Província de origem, Sichuan, de que “Não importa se o gato é amarelo ou se é um gato preto, contanto que pegue os ratos”.⁵⁵ Destaca-se nesta época a figura de Chen Yun na proposição de iniciativas pró-mercado para a recuperação da produção de alimentos, chamando atenção desde aquela época para a necessidade de combinar o planejamento estatal com instrumentos de mercado.⁵⁶

Pouco a pouco a produção de alimentos se recupera, estabelecendo-se a partir de 1966 em níveis superiores aos de 1958, retomando a trajetória de crescimento da produção agrícola em compasso com o aumento populacional. Para Deng e Liu, contanto que os resultados econômicos apresentassem progresso em termos de produtividade, admitia-se o uso de mecanismos de mercado. Tal visão será aprofundada nos anos seguintes, mas já denotam desde esta época uma das contradições fundamentais que se cristaliza entre as lideranças do PCCh. De um lado, a facção capitaneada por Liu e Deng que preconizavam prioritariamente o desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, a frente alinhada com Mao, que não dissociavam este desenvolvimento da necessidade de transformação das relações de produção no interior da sociedade chinesa.

É neste período que Zhou Enlai, em 1964, anunciaria no Terceiro Congresso Nacional do Partido a necessidade do país buscar prioritariamente as Quatro Modernizações, nos segmentos da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia.⁵⁷ Tratava-se do reconhecimento da premência do país atingir o progresso material como condição necessária não apenas para elevar o padrão de vida da população, mas, também, a própria sobrevivência do regime em face das potências rivais. Apesar de não ter maiores implicações naquele momento, as Quatro Modernizações seriam retomadas mais de uma década depois pelas lideranças do país, sinalizando que a agenda de transformação estrutural da economia de forma a possibilitar à China equiparar-se as

⁵⁵ DENG, 1993a, p. 236.

⁵⁶ MORAES, 2011, p. 55.

⁵⁷ As quatro modernizações foram apresentadas pela primeira vez em 1963 por Zhou Enlai em uma reunião de trabalho em Xangai (HE, 2000, p. 433).

principais potenciais mundiais é um dos elementos centrais no horizonte perseguido pelo PCCh.

Sentido a perda de espaço no Partido, Mao, ainda em 1963, encabeçaria o Movimento de Educação Socialista, que, apesar de contar com a participação de Liu e Deng, será um primeiro esforço de contenção dos descaminhos da revolução após a adoção das políticas de recuperação. Dava-se início a uma nova rodada de sessões de autocrítica no interior do Partido e na sociedade para reforçar os princípios os socialistas, sem, no entanto, obter resultados expressivos.⁵⁸ Até 1966, outras campanhas foram lançadas, sempre com o intuito de reafirmar o primado da luta de classes e evitar a restauração capitalista no país, mas sem alcançar resultados mais concretos.⁵⁹ Em 1964 é lançado o livro intitulado “Citações do presidente Mao Tsé-tung”, mais conhecido como Livro Vermelho, constituindo-se em uma compilação de trechos da obra e discursos de Mao, com o objetivo de ser distribuído entre os membros do Exército Popular de Libertação. Nesta mesma época, as insígnias das fardas militares são retiradas, o que seria uma demonstração do ELP com o igualitarismo que deveria vigorar em toda a China.⁶⁰

Em 1964, a China, por meios próprios, faz seu primeiro teste com bomba atômica, tornando público para o mundo o domínio desta tecnologia militar. Em 1969, seria a vez de explodirem a bomba de hidrogênio, mostrando que, apesar da debilidade material do país em diversos segmentos, a China possuía um arsenal bélico suficientemente poderoso, para dissuadir, em grande medida, eventuais ataques a seu território.

O isolamento chinês no contexto da Guerra Fria e o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnam,⁶¹ desde 1964, levariam a China a implementar o amplo programa de construções pelo interior do país denominado Terceiro Frente.⁶² O objetivo era criar bases produtivas em áreas remotas do país, cercadas por montanhas, de forma a tornar o fornecimento industrial, especialmente militar, ainda mais disperso, uma reafirmação dos propósitos descentralizadores já presente na concepção das comunas. O Terceiro Frente obteve êxito parcial na consecução de seus propósitos originais sendo interrompido parcialmente a partir do início da Revolução Cultural, em 1966.

⁵⁸ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p.346.

⁵⁹ Campanhas de reeducação socialista NABUCO (2009, p. 7-10).

⁶⁰ NABUCO, 2009, p.10.

⁶¹ A China não participou diretamente da Guerra do Vietnam.

⁶² NAUGHTON, 2007, pp. 73-74.

Mao, crescentemente preocupado com sua perda de comando sobre o Partido e os desvios do país em relação ao seu projeto político, instituiu em janeiro de 1965 o Grupo dos Cinco, composto pelos cinco membros mais velhos do Politburo, com o intuito de monitorar mais detidamente as manifestações culturais no país.⁶³ Uma de suas tarefas principais era coibir o “aburguesamento” das manifestações artísticas.

Quando Wu Han, então vice-prefeito de Pequim, lança uma peça de teatro na qual teria feito uma alegoria à arbitrariedade da demissão de Peng Dehuai, cujos desdobramentos resultariam na Revolução Cultural. A encenação desta peça, por tratar-se de uma crítica a Mao, ainda que velada, foi criticada por Yao Wenyuan como ato de traição,⁶⁴ chegando à informação a Mao. A responsabilidade pela encenação da peça recairia sobre Peng Zhen, principal membro do Grupo dos Cinco e prefeito de Pequim, a quem caberia tê-la evitado. Importante observar que Peng era superior direto de Wu, e aliado de Liu Shaoqi, sendo entendida a peça como uma mensagem de Peng a Mao. Wu, autor da peça, foi logo preso e, pouco tempo depois, em abril de 1966, foi a vez de Peng e dos demais membros do Grupo dos Cinco. Ao fechamento oficial do Grupo dos Cinco em Maio de 1966, seguiu-se a abertura do Grupo da Revolução Cultural, que teria entre seus membros principais os futuros participantes do que ficará conhecido como a Gangue dos Quatro, dentre os quais a última esposa de Mao, Jiang Qiang. Este acontecimento é considerado o marco inicial da Revolução Cultural que se estenderia pelos próximos anos no país.

Não há consenso sobre a duração da Revolução Cultural. Até Maio de 1969 a Revolução Cultural teve sua fase mais aguda. Mas, uma vez que parte de suas atividades seguiram até a morte de Mao, em 1976, muitos autores definem o intervalo entre 1966 e 1976 como da Revolução Cultural na China.⁶⁵ As razões para sua eclosão não se identificam apenas como uma manobra de Mao para retomar a condução do PCCh, mas, essencialmente a sua defesa da Revolução Permanente, como forma de evitar a solidificação de estruturas sociais viciadas que restaurassem a antiga ordem hierárquica vigente, e forjar, assim, o indivíduos livres dessas amarras e prontos para o comunismo.

⁶³ O Politburo corresponde uma das últimas instâncias decisórias do Partido composta por um colegiado de 25 membros eleitos pelo Comitê Central do Partido. Os membros do Politburo elegem o Comitê Permanente, instância máxima do Partido, integrado por sete membros, que, em geral, exercem os cargos mais elevados da República Popular da China, tais como presidente, primeiro-ministro, secretário geral do Partido e chefe da comissão militar. Em 2002, o Comitê Permanente passou a ser composto por nove membros, voltando a ser composto por sete em 2012. No período maoísta exercerá papel discreto, tornando-se um foro importante de decisões a partir de 1978.

⁶⁴ Yao Wenyuan fará parte da chamada Gangue dos Quatro, como será discutido adiante.

⁶⁵ FAIRBANK; GOLDMAN (2006).

Uma enorme campanha encampada por Mao tomou o país de assalto, em que estudantes foram autorizados a criticar as hierarquias nas escolas, por meio dos Dazibao, grandes cartazes de crítica às hierarquias e ao revisionismo, dando início a nova campanha contra as quatro antiguidades: antigas ideias, hábitos, cultura e costumes. Esta campanha seria o lema da Revolução Cultural, que também visava combater o burocratismo e a restauração paulatina das hierarquias que assistia-se no interior da sociedade chinesa. As autoridades, lideradas por Deng e Liu, tentaram conter as insurreições com grupos de trabalho, mas logo se veriam acometidos por ela.⁶⁶

Em Agosto de 1966, por ocasião da 11ª Sessão Plenária, há uma redefinição na hierarquia do Partido, com, Liu Shaoqi, então presidente e número dois do partido, sendo rebaixado na hierarquia do PCCh para o número oito, enquanto Lin Biao assumiu a sua colocação, mantendo-se como chefe do ELP, com Mao reafirmando sua autoridade sobre o Partido. Neste momento, segundo Fairbank e Goldman (2006, p. 359), “O princípio da era para ser aplicado a todos [...] com o objetivo de eliminar ‘aquelas autoridades que estavam tomando o rumo capitalista’”.

Em seguida, o ELP e o Grupo da Revolução Cultural, abririam alistamento para a Guarda Vermelha, a ser composta por jovens de todo o país, que estariam aptos a fazerem julgamentos públicos, bem como condenar a sessões de autocrítica todos aqueles que entendessem estarem desvirtuando os princípios da revolução ligados ao igualitarismo e supressão dos valores tradicionais.⁶⁷ Fustigados por Mao, sob os lemas “aprendam sobre revolução fazendo revolução”, cerca de dez milhões de estudantes em todo o país se alistariam voluntariamente na Guarda Vermelha, contando com transporte (ferrovias) e hospedagem gratuitos, fixando-se, inicialmente, em Pequim.⁶⁸ São marcas iconográficas desta época os jovens chineses com o Livro Vermelho em mãos e a braçadeira vermelha, utilizada pela Guarda como sinal de pertencimento a ela.

Liu e Deng foram afastados definitivamente de suas funções políticas em 1967, sendo presos, sob a acusação de serem “defensores do capitalismo”, respectivamente, o número um e dois. Após sessões públicas de autocrítica, a sorte de cada um dependeu do apoio que receberam do que restou da cúpula do Partido (Mao e Zhou), com Deng

⁶⁶ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 352-371.

⁶⁷ Idem, p. 359.

⁶⁸ Idem, p. 360.

sendo enviado para uma escola de reeducação e posteriormente para uma fábrica em Jianxi, enquanto Liu permaneceria preso, falecendo em 1969 no cárcere⁶⁹.

Até 1968, a Guarda Vermelha protagonizaria os principais acontecimentos da revolução cultural, momento em que escolas e universidades estavam fechadas. A ligação era diretamente entre a Guarda Vermelha e Mao e seus alicerces políticos, àquele momento o ELP e o Grupo Central da Revolução Cultural. É durante esses anos que o culto à personalidade de Mao atingiria seu ápice, com o Partido virtualmente esvaziado de suas funções. O movimento tornar-se-ia progressivamente mais violento, e cerrando crescente fogo sobre os órgãos de governo e do Partido, acusados de direitismo e de revisionismo.

A Revolução Cultural é um movimento demasiadamente complexo para retomá-lo aqui em toda a sua inteireza.⁷⁰ Serão assinalados, sucintamente, apenas os desdobramentos políticos mais imediatos, e que respondem pela guinda política do Partido no final da década de 1970. Entre 1967 e o começo de 1968, os conflitos se generalizariam por toda a China, formando-se facções antagônicas da Guarda Vermelha, que em alianças com forças militares regionais,⁷¹ desencadearia no país quase uma guerra civil. Face à situação de extrema instabilidade política, em Julho de 1968, Mao decreta a dissolução da Guarda Vermelha, ordenando que o ELP formasse comitês revolucionários em todas as províncias. Mao encamparia no período seguinte a luta pelo reestabelecimento da ordem no país, em que o ELP se afirmaria sobre as forças dissidentes, ganhando maior prestígio político, devido aos diversos expurgos feitos no Partido.

Neste mesmo ano, ocorreria o IX Congresso do Partido, em que se definiria uma nova constituição no país enfatizando o pensamento de Mao, a luta de classes e a composição do comitê Central do Partido ficaria a cargo principalmente de militares, – que perfaziam 19%, em 1956, e passaram a compor dois terços do Partido.⁷² É neste momento que Lin Biao ascende em definitivo dentro do Partido, tornando-se o sucessor imediato de Mao, aquele momento com 76 anos.

Entre 1969 e 1971, com o aumento da força dos militares dentro do Partido, Mao tentará limitar esta influencia, e, minimizar a importância de Lin Biao, que de aliado torna-se rival na disputa pelo poder. Ao longo destes anos, Mao fará ataques indiretos a

⁶⁹ SHAMBAUGH, 1993, p. 466.

⁷⁰ Ver, por exemplo, NAVES (2005).

⁷¹ A Guarda Vermelha não estava autorizada, quando fora criada, a portar armas.

⁷² FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 362.

Lin e a o afastará pouco a pouco do centro das decisões do Partido, buscando também enfraquecê-lo entre as facções regionais do Exército⁷³. Sentindo-se crescentemente ameaçado dentro do que restou do PCCh, Lin Biao tentará arquitetar um golpe de estado, mas, acabou fugindo antes disso. Na sua tentativa de fuga, morrerá com sua esposa depois da queda do avião que estava próximo a Mongólia, quando rumava para a União Soviética, assunto até hoje envolto de mistério.⁷⁴

Desde então, Lin Biao passa a ser atacado publicamente por Mao, que o acusaria de traidor e o associaria a Confúcio, sob a alegação de mostrar-se refratário à modernização. Por outro lado, três dos membros do já esvaziado Grupo Central da Revolução Cultural (Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan) em conjunto com a esposa de Mao (Jiang Qing), formaram o que ficaria conhecido posteriormente como a Gangue dos Quatro, a facção dentro do Partido defensora dos princípios defendidos por Mao e opositora às posições consideradas contra-revolucionárias, relacionadas, em última análise, as práticas vigentes antes do início da Revolução Cultural. Este grupo, atuante na cidade de Xangai, teria presença marcante nos meios de comunicação, e assumiria protagonismo na política chinesa na primeira metade da década de 1970.

No plano da política externa, desde o rompimento com a União Soviética, em 1964, a China encontrara-se isolada, não obtendo maiores progressos na articulação de uma frente unida com os demais países não alinhados. As disputas fronteiriças que tiveram início na região da Manchúria estendem-se, a partir de 1968, para a região de Xinjiang, em pleno desenvolvimento da Revolução Cultural, havendo o envio de grandes efetivos militares de parte a parte para região.⁷⁵ O antagonismo entre os dois países, abrirá espaço, contudo, para uma aproximação entre os Estados Unidos e a China, num movimento que terá consequências de longo alcance para os desdobramentos da Guerra Fria.

A política de contenção da União Soviética feita pelos norte-americanos tornará conveniente a reconciliação com os chineses.⁷⁶ Em abril de 1971 é retirado o embargo comercial sobre a China, em Outubro a China ingressa na ONU em substituição a Taiwan, ocupando inclusive o assunto de segurança destinado ao país. Após contatos preliminares entre Zhou Enlai e Henry Kissinger – então secretário de Estado norte-

⁷³ Idem, p. 367.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ SPENCE, 1990, pp. 615-616.

⁷⁶ Acerca da aproximação entre China e Estados Unidos e a situação de Taiwan, ver KISSINGER (2012).

americano, que visita a China em julho e outubro de 1971, – é anunciada o encontro oficial entre os dois países. Assim, em fevereiro de 1972, Nixon, presidente dos Estados Unidos à época, em companhia de Kissinger e outras autoridades, visitam a China, sendo recebidos por Mao e Zhou. Ao final desta visita, é selado entre os dois países o Comunicado de Xangai, no qual ficava estabelecido, o compromisso entre os dois países para o reestabelecimento de relações diplomáticas formais e a oposição de ambos contra a busca de hegemonia na Ásia. Em seguida, ainda 1972, outros países seguiriam o mesmo caminho, como Alemanha Ocidental, Inglaterra, Japão, com a República Popular da China progressivamente consolidando seu reconhecimento diplomático no Ocidente. Com efeito, cumpre assinalar, que apenas em dezembro de 1978, os Estados Unidos, oficialmente, estabelecem relações diplomáticas com a China, preservando em Taiwan, todavia, enorme contingente militar, presente até os dias de hoje.

Se no âmbito externo, o começo da década marca o rompimento do isolamento internacional chinês, internamente emergia no seio do Partido uma nova correlação de forças, precipitando as bases para ulterior inflexão na política do país. O estado de saúde das principais lideranças chinesas, Mao e Zhou, respectivamente com 80 e 74 anos, piora sensivelmente em 1973, com Zhou tendo diagnosticado com câncer um ano antes.⁷⁷ A esta altura a maioria das lideranças históricas remanescentes da Longa Marcha estavam presos, mortos ou afastados do Partido. É neste momento que Mao, atendendo aos apelos de Zhou reabilita Deng Xiaoping que passa a atuar ao lado de Zhou em suas tarefas diplomáticas e na tentativa de reorganizar os órgãos de planejamento central.⁷⁸ Em 1974, Deng substitui Zhou como principal interlocutor com os com os Estados Unidos, e, nos anos seguintes é investido dos cargos de chefe do Exército e vice-primeiro-ministro, tornando-se o número três dentro do Partido, que tinha Mao como número e, Zhou Enlai, como número dois.⁷⁹ Deng firmara por esta época importantes vínculos com o Exército que, desde a morte de Lin Biao, encontrava-se desarticulado com as lideranças das forças armadas sequiosas por um projeto modernizador. Esta proximidade será essencial para sua resistência às eventuais tentativas de ser deposto.

Cada vez mais debilitado, Mao permanece como o árbitro da crescente disputa entre, de um lado, a Gangue dos Quatro e, de outro, Zhou Enlai e Deng Xiaoping, num

⁷⁷ CHANG; HALLIDAY, 2012, p. 581.

⁷⁸ BÉRGERE, 1980, p. 50.

⁷⁹ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 370.

embate cujas raízes datam desde o ocaso do Grande Salto Adiante. Simplificadamente, enquanto a Gangue dos Quatro, que tivera papel destacado na Revolução Cultural definia a luta de classes e o igualitarismo como elementos centrais em sua estratégia para o país, Zhou e Deng tinham como centro de suas preocupações o desenvolvimento das forças produtivas da China, no entender deles cada vez mais atrasada, admitindo a adoção de mecanismos de mercado e tudo o mais que se mostrasse pertinente a este desenvolvimento. Por sua vez, o antagonismo entre estas duas facções do Partido se estendia à política externa, com a Gangue dos Quatro assumindo uma postura irredutível de aproximação com o bloco capitalista, enquanto Zhou e Deng vislumbravam a abertura comercial chinesa como algo indispensável para a modernização do país.

Importante sublinhar que, entre 1974 e 1975 as relações entre Zhou e Mao se deterioram sensivelmente. Kissinger, em seu livro “Sobre a China” (2012), sugere que as desavenças entre os dois deve-se, especialmente, aos distintos posicionamento relacionados à aproximação da China com os EUA. Na medida em que Mao considerava esta aproximação um movimento tático, algo passageiro, Zhou vislumbrava uma relação duradoura, essencial para a modernização do país.⁸⁰

Em 1975, em um dos seus últimos atos público antes de seu falecimento, Zhou, ao lado de Deng, profere um discurso em que retoma a necessidade de se priorizar as Quatro Modernizações, cuja elaboração deve-se ao próprio Deng.⁸¹ Reafirma-se o compromisso com o desenvolvimento das forças produtivas, com Zhou sentenciando que, no caso do país obter êxito na consecução destas modernizações, o país passaria a ocupar as primeiras posições do mundo.⁸²

Zhou veio a falecer no ano seguinte, em Janeiro de 1976, em decorrência das complicações câncer que contraíra quatro anos antes. Foi dispensado a Zhou um funeral discreto, sem a presença de Mao, que também não mandou condolências públicas a sua viúva de Zhou sob a alegação de estar doente – embora tenha recebido o presidente de São Tomé e Príncipe, duas semanas antes.⁸³ Em 15 de Janeiro, coube ao vice-primeiro ministro, Deng, a fazer discurso no funeral de Estado de Zhou, elogiando o falecido lidera chinês, em um gesto que demarcava nitidamente a cisão dentro do Partido, uma

⁸⁰ KISSINGER, 2012, p. 294-299.

⁸¹ SHAMBAUGH, 1993, p. 467.

⁸² KISSINGER, 2012, pp. 298-299.

⁸³ SPENCE, 1990, pp. 645-646.

vez que tanto Deng como Zhou haviam sido alvo de críticas da Gangue dos Quatros recorrentemente, novamente, sob a acusação de restauradores do capitalismo no país.⁸⁴

Hua Guofeng, até aquele momento, uma figura pouca expressiva do PCCh, é investido por Mao do cargo de primeiro-ministro após a morte de Zhou. Em Abril de 1976, no dia de homenagem aos mortos da China, acontece uma ampla manifestação em homenagem a Zhou, com cerca de cem mil pessoas indo a Praça da Paz Celestial em Pequim deixar flores e outras homenagens ao líder chinês, descumprindo as ordens da autoridade oficial que haviam banido qualquer tipo de luto.⁸⁵ A remoção das homenagens desencadeou um conflito aberto na praça entre policiais e a população, que ficaria conhecido como o “Incidente em Tiananmen”.⁸⁶ Suprimido o ato público, Deng, acusado de incitar o ocorrido, seria novamente deposto de seus cargos e preso. Contudo, desta vez, contaria com prisão domiciliar, dada seu grande prestígio nas forças armadas, pois, se submetido a uma pena mais, severa, poderia desencadear uma nova onda de conflitos internos, dada a perda de força de Mao no ELP, cada vez mais próximo a Deng.⁸⁷

Em Julho de 1976 ocorre o grande terremoto de Tangshan, a leste de Pequim, levando a morte de cerca de 250 mil pessoas e o ferimento de outros 160 mil,⁸⁸ impactando fortemente o país. Em setembro, Mao, há muito adoentado, falece, legando sua sucessão a Hua Guofeng, dando início a uma nova fase na política chinesa.

1.3 A Sucessão Política de Mao e a Ascensão de Deng (1976-1978)

Entre a morte de Mao, em setembro de 1976, e a 3ª Plenária do XI Congresso do Partido Comunista, em dezembro de 1978, quando Deng projeta-se como principal liderança do Partido, Hua Guofeng foi a principal autoridade da China, exercendo um papel importante, ainda que indiretamente, para esta inflexão política. Uma das primeiras medidas de Hua Guofeng ao assumir o poder na China é declarar a prisão a Gangue dos Quatro, que seriam levados a julgamento sob a acusação de toda a sorte de crimes políticos cometidos ao longo da Revolução Cultural.⁸⁹ Foi a forma encontrada por Hua

⁸⁴ Idem, p. 647.

⁸⁵ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 370.

⁸⁶ Idem, p. 648. Tiananmen é a tradução, em pinyin, de “Praça da Paz Celestial”.

⁸⁷ CHANG; HALLIDAY, 2012, p. 606-10.

⁸⁸ SPENCE, 1990, p. 649.

⁸⁹ Idem p. 650-651. O julgamento dos membros da Gangue dos Quatro ocorreu em 1981, com Jiang Qing e Zhang Chunqiao recebendo a pena capital, posteriormente, comutada em prisão perpétua, enquanto Wang Hongwen e Yao Wenyuan foram condenados a 20 anos de prisão. Apoiadores da Gangue dos

para consolidar seu poder à frente do Partido, acumulando a partir de então todos os principais cargos políticos da China de Presidente, Primeiro-Ministro, presidente do Comitê Central do Partido e da Comissão para Assuntos Militares, controlando, ao menos aparentemente, os três alicerces políticos do país, o Partido, o Estado e o Exército.⁹⁰

No começo de 1977, Hua anuncia o que ficaria conhecido como a política dos “Dois Quaisquer”, segundo a qual o PCCh defenderia resolutamente quaisquer decisões políticas de Mao, e manteria quaisquer instruções deixadas por Mao, sendo estas diretrizes a serem seguidas.⁹¹ No X Congresso, em julho de 1977, contando com o apoio de importantes facções do Exército e do Partido, Deng é reabilitado pela segunda vez, à época com 73 anos, dando início ao eclipse de Hua dentro do Partido.⁹² Neste mesmo congresso, Deng voltou a fazer parte do Comitê Permanente do Politburo – que após a morte de Mao, torna-se um importante espaço decisório dentro do PCCh – recuperando suas funções políticas anteriores, como chefe do Estado-Maior e vice-presidente do Conselho de Estado.⁹³

Até o final de 1978, não haveria consenso no interior do PCCh para uma série de decisões, refletindo a ambiguidade entre os posicionamentos de Hua e Deng.⁹⁴ Neste ínterim diversas lideranças expurgadas do Partido na época da Revolução Cultural voltam a cena política, com destaque para Chen Yun, e a reabilitação póstuma de Liu Shaoqi e Peng Dehuai, dentre outros, consolidando, paulatinamente, a posição de Deng dentro do Partido.⁹⁵ Em Dezembro de 1978, por ocasião da realização da 3ª Plenária do XI Congresso do Partido Comunista, Deng conseguiria o apoio suficiente para fazer o anúncio de uma inflexão de grandes proporções no interior do Partido em favor das Quatro Modernizações, sendo alinhavadas uma série de iniciativas que se distanciavam da visão de Hua. Cada vez mais isolado, Hua tornar-se-ia nos anos seguintes, uma figura crescentemente secundária no Partido, ao passo que Deng consolida-se como o principal artífice da política chinesa pelas próximas décadas, redefinindo os rumos do país de forma inequívoca.

Quatro também foram presos. Todos os membros da Gangue dos Quatro já faleceram: Jiang, em 1991, Wang, em 1992, Zhang e Yao, em 2005.

⁹⁰ Idem, p. 652.

⁹¹ KISSINGER, 2012, pp. 321-322.

⁹² SPENCE, 1990, p. 651.

⁹³ MARTI, 2007, pp. 1-4.

⁹⁴ SPENCE, 1990, p. 653.

⁹⁵ Ibidem.

1.4 Balanço do Período Maoísta

O advento da revolução comunista em 1949 concentrou o poder políticos nas mãos do Estado chinês sob o primado do PCCh, destituindo, os senhores de terra, a burguesia nacional – composta de comerciantes, banqueiros e pequenos industriais – e os interesses internacionais presentes no país, especialmente na Manchúria e cidades portuárias. No plano externo, a China conseguiria preservar sua integridade territorial e dominar tecnologias militares estratégicas, como a bomba atômica, de sorte que a partir de 1949 assiste-se ao encerramento definitivo da submissão externa do país.

A estatização dos meios de produção e a planificação da economia lograram importantes avanços na industrialização pesada e na infraestrutura (com a duplicação das ferrovias) sem, contudo, elevar a produtividade agrícola. Assiste-se na China nesse período, uma transformação estrutural na economia. Entre 1952 e 1978, o setor secundário aumenta sua participação no PIB de 10% para 36,8, enquanto o setor primário cai de 59,7 para 34,4%, no mesmo período.⁹⁶ Por outro lado, a população rural manteve-se estável próxima a 80%, sinalizando a importância da industrialização realizada nas comunas.

Entre 1952 e 1978 a China cresceu a uma taxa anual média de 4,4%, muito superior ao verificado entre 1820 e 1952, quando a taxa foi de 0,22%.⁹⁷ Com efeito, apesar do PIB chinês triplicar entre 1952 e 1978, em termos internacionais, o país preservou sua participação na economia mundial na faixa dos 5%.⁹⁸ A taxa de crescimento da economia contaria com limites dados tanto pela oferta de bens primários, especialmente alimentos, e insumos importados e máquinas e equipamentos não produzidos internamente país. O PIB *per capita* do país subiu, invertendo a tendência histórica de relativa estagnação. Entre 1700 e 1820, o PIB per capita não variou e entre 1820 e 1952, declinou a uma taxa média anual de 0,1%, enquanto entre 1952 e 1978, a taxa de crescimento foi de 2,33, contudo, abaixo da média mundial, de 2,62%.⁹⁹

Houve um aumento pequeno do comercio exterior chinês, sobretudo, até a década de China 1960, quando o país se encontraria praticamente isolado, fruto não da

⁹⁶ MADDISON, 2007, p. 70

⁹⁷ Idem, p. 44.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

estratégia de autossuficiência, mas fundamentalmente devido aos embargos comerciais em que o país estava submetido até a década de 1970.¹⁰⁰

Por sua vez, a população chinesa cresceu rapidamente ao longo do período maoísta. Enquanto entre 1820 e 1978, a população chinesa crescera em 49%, apenas nos 26 anos que decorreram entre 1952 e 1978, o país passou de 569 milhões habitantes para 956 milhões, um aumento de 68%.¹⁰¹ Este extraordinário aumento populacional levaria as autoridades chinesas, desde 1972, a adotarem um conjunto de ações pontuais com o objetivo de controle populacional até que, em 1978, é adotada a política de filho único é adotada – política que vem sendo flexibilizada nos últimos anos.¹⁰²

Este acentuado aumento populacional relaciona-se as melhorias verificada na saúde básica, que redundaram numa diminuição sensível da taxa de mortalidade infantil, que caiu de 37 para 18,2 mortes a cada cem mil recém-nascidos, bem como no aumento da expectativa de vida de 38 para 64 anos.¹⁰³ Paralelamente houve aumento da escolaridade da população chinesa, medido pelo aumento dos anos médios dedicados a escola entre pessoas com mais de 15 anos de 1,7 para 5,33, ainda muito aquém ao observado nos países desenvolvidos, que dedicam entre 1952 e 1978, em média, 10 anos.¹⁰⁴

Além da extensão dos serviços básicos de saúde e educação e da reforma agrária no campo – seguida pela coletivização –, assegurou-se no país o pleno emprego generalizando-se condições mínimas de vida. Do ponto de vista da igualdade social, o Período Maoísta vivenciou uma das menores desigualdades de renda do mundo, em que pese à manutenção da desigualdade entre campo e cidade.¹⁰⁵ Os controles migratórios eram altamente estritos e não policial, uma vez que eram realizados por meio do sistema de registro denominado *hukou*, que assegurava ao cidadão chinês as garantias sociais, incluindo emprego, moradia, saúde e educação, apenas em seu local de origem.¹⁰⁶ Tal sistema se perpetuará após 1978, sofrendo importantes modificações nos seguintes, que ajudam a explicar o movimento migratório que ocorreria a partir de então.¹⁰⁷

¹⁰⁰ Idem, pp. 84-89.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Sobre a política de filho único na China, ver NAUGHTON (2007, pp. 161-178)

¹⁰³ MADDISON (2007, p. 65)

¹⁰⁴ Idem, p. 66.

¹⁰⁵ Para uma discussão sobre a desigualdade no Período Maoísta, ver MORAES (2011, pp. 48-53).

¹⁰⁶ Importante registrar o envio de catorze milhões de jovens urbanos para os campos sob o pretexto de reeducá-los, algo que ocorreu, especialmente, no período da Revolução Cultural (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, p. 371).

¹⁰⁷ Ibidem.

Acerca das principais dificuldades do Período Maoísta, além das próprias limitações em se forjar uma nova ordem social, livre de contradições de classe, em um país com uma base produtiva débil, destaca-se um aspecto em particular, qual seja, a estagnação da produtividade agrícola, que cresceu a mesma proporção que a população, não alterando a média histórica.¹⁰⁸ Apenas a partir das Reformas no Campo a produtividade agrícola se elevará substancialmente, o que suscita questões importantes acerca das consequências da coletivização sobre a agricultura.

A ausência de estímulos materiais parece ter tido maior impacto sobre a produtividade agrícola do que sobre a atividade industrial. Uma razão possível para isso é que, enquanto o camponês, sobretudo, no caso da agricultura intensiva em trabalho, tem maior controle sobre o ritmo da produção, no processo fabril, o ritmo das máquinas condiciona a execução do trabalho. Os incentivos morais preconizados por Mao deveriam cumprir este papel de estimular a produção, uma vez que os estímulos de mercado, de apropriação privada dos resultados da produção, seriam incompatíveis com o igualitarismo e o novo tipo de sociedade almejada.¹⁰⁹ Outro fator explicativo possível para a estagnação agrícola é a perda de autonomia produtiva do camponês após o processo de coletivização, dada as metas quantitativas definidas pelos organismos de planejamento central, que definiam também as culturas a serem cultivadas.¹¹⁰ De qualquer forma, a inelasticidade da oferta agrícola constitui-se em um dos principais entraves para a expansão ainda maior da economia chinesa no Período Maoísta, não sendo estranho que as Reformas Econômicas tenham início justamente no campo.

A opção por fazer esta recapitulação, ainda que muito breve e superficial, é sublinhar que as Reformas Econômicas iniciadas 1978, em geral, e as transformações no sistema financeiro, em particular, vinculam-se aos desafios que estavam colocados ao país desde meados do século XIX. A eclosão da Revolução Industrial no século XVIII e a formação e consolidação das principais potências capitalistas ao longo do século seguinte, incluindo o Japão, posicionaram a China em uma condição de atraso tecnológico e vulnerabilidade externa patente, que resultaram em sucessivas derrotas militares em seu próprio território e conflitos internos por mais de um século.

A Revolução Chinesa em 1949 não trazia apenas a promessa de uma ordem social igualitária capaz de engendrar novas relações sociais, mas também a afirmação da

¹⁰⁸ Idem, p. 44-49.

¹⁰⁹ Idem, p. 47.

¹¹⁰ Ibidem.

soberania do país na ordem internacional vigente. Simplificadamente, podemos dividir as aspirações do novo regime que se instala na China em dois conjuntos de objetivos. De um lado, procurava-se a transformação das estruturas sociais, de forma a superar a sociabilidade tradicional e capitalista herdada e forjar, por sua vez, uma sociabilidade igualitarista, identificada com o socialismo. De outro, havia a busca pelo progresso material e militar, consubstanciado na industrialização, de forma a elevar o nível os padrões de vida da população e material e preparar o país para eventuais investidas militares contra seu território.

Até 1957, a China consolida o novo regime e arranca industrialmente apoiada pela União Soviética. Após 1958, quando o país lança mão das comunas na busca de caminhos próprios, entra-se em um período de infortúnios e reviravoltas políticas, tanto no plano político doméstico como internacional. Ao menos desde os resultados desastrosos do Grande Salto Adiante e das políticas de recuperação adotadas em seguida, cristalizavam-se no Partido, antagonismos que se perpetuariam pelos anos seguintes. Deng e Liu lideravam a frente em que preconizava a adoção de mecanismos de mercado como forma de acelerar o progresso econômico. De outra parte, Mao, apoiado por Lin Biao e os membros do que ficaria conhecido posteriormente como Gangue dos Quatro, opunha-se a tais medidas, por antever nelas um retrocesso do ponto de vista das relações de produção, ao recompor a submissão da força de trabalho no processo produtivo e ensejar a diferenciação social, restaurando, portanto, a ordem capitalista a qual se pretende superar. A Revolução Cultural é produto desta cisão.¹¹¹

O plano externo, por sua vez, também exerceu fundamental influência sobre o curso da história chinesa no período. O apoio da União Soviética até fins da década de 1950, o período de isolamento na década de 1960, e a aproximação com os Estados Unidos a partir da década de 1970, amarraram a trama da evolução política e econômica da China de forma indelével. A própria preocupação militar, constantemente presente nas tomadas de decisões das autoridades chinesas, relaciona-se a posição da China no cenário internacional, definindo, em grande parte, a natureza das ações do governo comunista no país.

No período posterior a fase mais aguda da Revolução Cultural, notadamente, após a morte de Lin Biao, em 1971, e a reabilitação de Deng, em 1973, os antagonismos presentes entre as lideranças do Partido na década de 1960 são repostos. Deng, ao lado

¹¹¹ NAVES (2005).

de Zhou, voltará a defender a necessidade de colocar maior ênfase no desenvolvimento material do país, o que justificaria a instrumentalização da economia por mecanismos de mercado e a integração ao comércio internacional. De outra parte, a Gangue dos Quatro será a voz ativa em favor de um caminho que preconiza a subordinação do desenvolvimento material a relações sociais mais igualitárias, o que pressupunha o enfrentamento da recomposição da luta de classes no país, enquanto, externamente, tratava-se de recusar qualquer aliança com os potentados capitalistas, que poderiam demolir a autonomia do país.

Em 1976, a morte de Mao e a prisão da Gangue dos Quatro, preparariam o caminho para a posterior reabilitação de Deng em 1977, que, com apoio de importantes segmentos das forças armadas e do Partido, em 1978, conseguirá impor-se sobre o Partido. Ao final da década de 1970, portanto, como resultado das disputas internas e aproveitando-se do reconhecimento diplomático internacional à China que lhe era favorável, o projeto forjado por Deng passa a conduzir as ações do PCCh. Em nome do desenvolvimento das forças produtivas, são crescentemente abertos espaços para a mediação do mercado em detrimento da planificação e a inserção internacional da economia, ações que levariam a transformações profundas na China, como será discutido no próximo capítulo.

2 A China nos Marcos das Quatro Modernizações (1978-2008)

2.1 O Socialismo com Características Chinesas

Nesta seção, será apresentado o projeto político proposto por Deng Xiaoping identificado como *Socialismo com Características Chinesas*,¹¹² que, grosso modo, vem se constituindo no fio condutor da estratégia do PCCh, desde 1978 até hoje.¹¹³ Nossa intenção é demarcar os contornos mais gerais deste plano que ter servido de base para

¹¹² A utilização desta expressão pelas autoridades chinesas data do começo da década de 1980, sendo adotada como ideologia e como denominação oficial da estratégia adotada pelo governo, em 1992, por ocasião, do 14º Congresso Nacional do PCCh.

¹¹³ Entre 1989 e 1992 houve uma vitória temporária das forças contrárias ao ritmo das reformas ditado por Deng no interior, mas que logo foram derrotadas (MARTI, 2007).

ações do PCCh na ascensão recente da China, uma vez que as transformações ocorridas no sistema financeiro chinês é parte deste movimento.

Na 3ª Plenária do 11º Congresso do Comitê Central do Partido, realizada em Dezembro de 1978, afirma-se a liderança de Deng no PCCh. É neste momento que ele anuncia o início das Reformas Econômicas como forma de atingir as Quatro Modernizações – agricultura, indústria, ciência e tecnologia e Defesa –, definidas como os objetivos prioritários do PCCh e, por conseguinte, do Estado chinês. Nesta ocasião, Deng, reabilitado em 1977, cristaliza sua influência no interior do Partido em detrimento de Hua Guofeng, que pouco a pouco perde espaço político, renunciando aos cargos de presidente e primeiro-ministro em 1981, apesar de continuar como membro do Comitê Permanente do Politburo, como será visto na próxima seção.¹¹⁴

Entre este momento e os dias hoje, o governo chinês manteve-se, basicamente, na mesma trilha, sintetizada no lema “uma tarefa central e dois pontos básicos”. A tarefa central estabelecida é o desenvolvimento das forças produtivas, expressa nas Quatro Modernizações, e os dois pontos básicos correspondem, no plano econômico, as reformas e a abertura ao exterior, e, no plano político, a necessidade da manutenção do controle do Estado chinês nas mãos do PCCh, traduzidos nos chamados Quatro Princípios Cardeais. O propósito é apresentar, como Deng, em seus próprios termos articula estes elementos, aprofundados desde 1978 e que definem as diretrizes fundamentais da China até o presente momento. Neste intento, nos utilizamos das intervenções de Deng em diversos momentos entre 1978 e 1992, todas elas se remetendo, direta ou indiretamente, as diretrizes definidas em 1978.¹¹⁵ É recorrente ao longo de seus discursos referências a 1978 como ano inaugural do início de uma nova “Longa Marcha” a ser percorrida pelo povo chinês, que refletem a sua percepção dos cursos dos acontecimentos no interior do PCCh.

Ainda em 1977, Deng refuta o projeto de Hua expresso nos “Dois quaisquer”, porque se tratava de um princípio inaceitável, segundo ele, pois:

¹¹⁴ O apoio do Exército de Libertação Popular e de facções importantes no interior do Partido ajuda a explicar o triunfo do projeto reformista que tem em Deng seu principal idealizador, mas que deita raízes profundas no Partido, no ELP e na própria sociedade chinesa, estando em curso até o presente. Acerca deste ponto, ver, por exemplo, MARTI (2007).

¹¹⁵ Colhemos as intervenções de Deng, na obra “Selected works of Deng Xiaoping” (1993), obra lançada em três volumes, que é uma compilação de discursos e outras contribuições em formato de texto entre 1938 e 1992 (exceto para os anos de 1966 a 1974). Em cada citação reproduzida de Deng, indicamos na nota de rodapé o título do respectivo texto e a data correspondente.

Se esse princípio fosse correto, não haveria justificativa nem para a minha reabilitação, nem haveria para a afirmação de que as atividades das massas na Praça da Paz Celestial fossem razoáveis. Não podemos aplicar mecanicamente o que o Camarada Mao Tsé-tung disse sobre um questão em particular para outra questão, o que ele disse para um lugar em particular para outro lugar, o que ele disse para uma época em particular para outra momento época, ou que ele disse sub circunstâncias particulares para outras circunstâncias. O próprio Camarada Mao Tsé-tung disse repetidamente que algumas das suas próprias afirmações estavam erradas. Ele disse que ninguém pode evitar cometer erros em seu próprio trabalho ao menos que ele não o faça completamente. Ele também disse que Marx, Engels, Lênin e Stálin tinham todos cometidos erros – caso contrário, por que eles corrigiram seus próprios manuscritos diversas vezes? A razão de eles terem feito estas revisões foi que algumas de suas visões que eles expressaram não estavam inteiramente corretas, perfeita, ou acurada. Ele disse que se um trabalho fosse avaliado como consistindo de 70 por cento de conquistas e 30 por cento de erros, que estaria tudo bem, e que ele mesmo estaria muito feliz e satisfeito se as futuras gerações atribuíssem a ele esta classificação “70-30” depois de sua morte. Esta é uma importante questão teórica, a questão de saber se estamos ou não aderindo ao materialismo histórico. Um materialista profundo deve abordar esta questão da mesma forma advogada pelo Camarada Mao Tsé-tung. Nem Marx, nem Engels colocaram doutrina “quaisquer”, nem Lênin ou Stálin, nem o próprio Camarada Mao Tsé-tung. (DENG, 1993b, p. 33).¹¹⁶

Justificado o abandono do caminho indicado por Hua, Deng propõe a sua alternativa para a condução do Partido. Em primeiro lugar, Deng faz uma apreciação do período anterior, procurando assinalar os acertos e erros cometidos e as possibilidades que se abriam ao país a partir das Reformas. Deng faz questão, reiteradas vezes, de enaltecer as ações de Mao à frente do PCCh até 1957, tendo sido sua liderança essencial para a resistência do PCCh de combate, tanto contra os nacionalistas, como contra os japoneses.¹¹⁷ Consequentemente, o triunfo da Revolução Chinesa de 1949 e, por conseguinte, a própria existência da RPC, deve-se ao papel de Mao decisivo, não podendo ser negligenciado sua atuação para a vitória das forças comunistas. Isto não impede Deng, no entanto de fazer um balanço crítico do regime comunista sobre seu comando.

Para Deng, até 1957 a China tivera uma trajetória exitosa, com o PCCh se mostrando capaz de conduzir o país, primeiro, numa rápida recuperação após décadas de conflitos, e depois, tanto promovendo transformações de longo alcance, como a

¹¹⁶ “The ‘two whatever’s do not Accor with marxism”, 24 de Maio de 1977.

¹¹⁷ Ver, por exemplo, DENG (1993b, p. 203), “Adhere to the party and improve methods of work”, 20 de Fevereiro de 1980.

reforma agrária e o avanço da industrialização pesada, que resultaram em um avanço econômico e social sem precedentes na história chinesa recente.¹¹⁸ Contudo, a partir de 1958, o país teria mergulhado em uma fase de sucessivos erros, os quais resultaram em grave crise alimentar (1958-1961), conflitos internos agudos (1966-1971) e isolamento internacional (1964-1971), aprofundando o atraso do país em relação às principais potências econômicas. Deng reconhece sua participação no Grande Salto, que, apesar de desastroso, deixou lições fundamentais que deveriam ser aprendidas.¹¹⁹ O mesmo ele dirá sobre a Revolução Cultural, entendida por ele como uma Guerra Civil, que além das perdas humanas envolvidas, teria comprometido sobremaneira o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.¹²⁰

Ao apresentar sua estratégia, Deng tratou de contrapô-la exatamente ao período 1957-1976, identificando a Gangue dos Quatro como representantes desta visão, indicando a necessidade de substituir a luta de classes pelo desenvolvimento das forças produtivas como prioridade do Partido.¹²¹ Para recusar as ações optadas por Mao sem negar sua centralidade histórica, Deng retomará, sempre que mostrar-se oportuno para seus argumentos, a passagem de Mao na qual diz que se ações fossem avaliadas como 70% boas e 30% ruins ele estaria satisfeito, tal como vimos acima. Deng constrói uma figura de Mao que atende ao seu próprio projeto, enfatizando os pontos comuns entre as duas visões, e minimizando as diferenças, costurando em seu discurso o anúncio de transformações de largo alcance na China sem que isto levasse, no entanto, ao questionamento da continuidade política expressa na autoridade do PCCh.

No plano filosófico, Deng recorre ao que Mao teria definido como Lei Central do Partido desde os tempos da Guerra Civil: “Buscar a verdade a partir dos fatos”.¹²² Considerado como a quintessência do pensamento de Mao por Deng, este também será o lema do seu projeto reformador, a expressão do seu pragmatismo, justificado em nome do desenvolvimento econômico, pela adoção de mecanismos de mercado e abertura econômica como meio de alcançá-lo.

¹¹⁸ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 89), “Reform is the only way for China to develop its productive forces”, 28 de Agosto de 1985.

¹¹⁹ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 116), “Replies to the American TV correspondent Mike Wallace”, 2 de setembro de 1986.

¹²⁰ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 89), “Reform is the only way for China to develop its productive forces”, 28 de Agosto de 1985.

¹²¹ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 127). “We must unite the people on the basis of firm convictions”, 9 de novembro de 1986.

¹²² Ver, por exemplo, DENG (1993b, p. 106). “Emancipate the mind, seek truth from facts and unite as one in looking to the future”, 13 de dezembro de 1978.

Filosoficamente, foi o argumento encontrado por Deng para, a um só tempo, reivindicar Mao e a legitimidade política do PCCh, e, a negar o caminho proposto por ele e que vinha sendo adotado. Deng habilmente construía o discurso, em que estabelecia em que medida suas reformas representavam uma ruptura com o período predecessor, e, em que pontos representava uma continuidade.

A afirmação de que “é melhor ser pobre no socialismo do que ser rico no capitalismo”, que Deng atribui à Gangue dos Quatro, é a pedra de toque do seu discurso contra o modelo econômico vigente até 1978, pois explicitaria justamente os limites do projeto forjado na Revolução Cultural ao qual ele estava se opondo.¹²³ Deng aponta que se esta afirmação fosse verdadeira, estaria implícito que o socialismo poderia significar o pauperismo, e isto para Deng era algo inaceitável. Para ele, a distância tecnológica entre a China e as potências rivais era crescente, fragilizando-a externamente, o que poderia colocar em cheque a própria continuidade do regime socialista no país.

Ao contrário, o socialismo, uma vez sendo superior ao capitalismo, deveria mostrar-se capaz de promover o desenvolvimento das forças produtivas mais rapidamente que os países capitalistas e tornar possível a realização do comunismo. Assim,

Temos que emancipar nossas mentes e devemos fazê-lo de forma a responder a questão do que é o socialismo. Se a economia continua estagnada e os padrões de vida da população permanecem em um nível muito baixo por um longo período de tempo, não podemos dizer que estamos construindo o socialismo. (Deng, 1993b, p.227).¹²⁴

Para Deng, a revolução chinesa permitiu a instauração da ditadura do proletariado, o que possibilitou tornar os interesses da classe trabalhadora prevaletentes na sociedade. Isto estaria materializado no primado do PCCh, expressão dos anseios do proletariado chinês, dentro do Estado chinês, cujas as ações deveriam ter como horizonte a efetivação do comunismo. Apenas no comunismo a sociedade poderia ser regida, enfim, pelo princípio “de cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo suas necessidades”, tal como Marx definira no seu trabalho *Para uma crítica do programa de Gotha*, de 1875.¹²⁵ Apenas no comunismo tornar-se-ia factível para o

¹²³ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 148), “Eliminate poverty”, 26 de abril de 1987.

¹²⁴ “To build socialism we must first develop the productive forces”, abril e maio de 1980.

¹²⁵ MARX (2012).

conjunto da sociedade, a superação da divisão social do trabalho, da alienação do trabalhador e, desta forma, a realização efetiva da liberdade para todos.

Com efeito, para Deng, este princípio seria possível apenas quando as forças produtivas se encontrassem extremamente desenvolvidas e se desfrutasse de ampla abundância material, de sorte que o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da sociedade, ao atendimento de suas demandas materiais, estaria reduzida a uma base ínfima. Somente assim, estaria assegurada, em linhas gerais, a libertação de todos os homens do trabalho enquanto necessidade. Portanto, o comunismo pressupõe elevado desenvolvimento das forças produtivas. Este ainda não era o caso da atrasada China, segundo Deng, muito pelo contrário.

Entre a tomada de poder pela classe trabalhadora, em 1949, e o comunismo haveria uma longa etapa a ser percorrida. Esta etapa seria o socialismo. Durante o socialismo a prioridade deveria ser o desenvolvimento das forças produtivas, expresso na expansão da economia e no domínio da ciência e da tecnologia. A organização socialista deveria mostrar-se capaz de promover o desenvolvimento econômico de forma mais rápida que no capitalismo, afirmando-se como uma forma de organização superior.

Nós resumimos nossa experiência na construção do socialismo ao longo das últimas décadas. Não fomos muito claros sobre o que é o socialismo e o que é o marxismo. Outro termo para o marxismo é o comunismo. É para a realização do comunismo que temos lutado por tantos anos. Nós acreditamos no comunismo, e nosso ideal é trazê-lo à existência. Em nossos dias mais negros fomos sustentados pelo ideal do comunismo. Era para a realização deste ideal que inúmeras pessoas deixaram suas vidas. Uma sociedade comunista é aquele em que não há exploração do homem pelo homem, há grande abundância material e o princípio de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades é aplicado.

É impossível aplicar esse princípio, sem riqueza material avassaladora. A fim de realizar o comunismo, temos que cumprir as tarefas definidas na etapa socialista. Elas são inúmeras, mas o fundamental é desenvolver as forças produtivas, de modo a demonstrar a superioridade do socialismo sobre o capitalismo e fornecer as bases materiais para o comunismo. (DENG, 1993c, p.92).¹²⁶

O que Deng argumenta é que nem a economia planificada, nem o isolamento externo, ambos vividos intensamente entre 1957 e 1976, mostraram-se capazes de atender esta finalidade, tornando o país ainda mais defasado materialmente em relação

¹²⁶ “Reform is the only way for China to develop its productive forces”, 12 de Agosto de 1985.

ao mundo exterior. O socialismo deveria permitir que as forças produtivas se desenvolvessem mais depressa do que no capitalismo, pois:

[...]se a taxa de crescimento das forças produtivas em um país socialista fica atrás daquela dos países capitalistas por um período longo de tempo, como podemos falar sobre a superioridade do sistema socialista? (DENG, 1993b, pp. 98-99).¹²⁷

A China deveria, portanto, buscar novos caminhos para desenvolver suas forças produtivas no socialismo, um caminho adaptado a sua realidade. É nestes termos que Deng, no começo da década de 1980, lançaria mão do termo *socialismo com características chinesas*. O socialismo com características chinesas compreenderia o tipo específico de socialismo que a China deveria construir o qual, atento as particularidades da sociedade chinesa, deveria estar apoiado no princípio “uma tarefa central, dois pontos básicos”. Assim:

Ao realizar nosso programa de modernização devemos proceder da realidade chinesa. Tanto na revolução como na construção nós devemos também aprender com os países estrangeiros e nos beneficiar de sua experiência, mas a aplicação mecânica da experiência estrangeira e a cópia de modelos estrangeiros não nos levará a lugar algum. Aprendemos muitas lições a este respeito. Nós precisamos integrar a verdade universal do Marxismo com a realidade da China, iluminar uma trajetória própria e construir o socialismo com características chinesas – isto é a conclusão básica a que chegamos depois de revermos nossa longa história. (DENG, 1993c, p. 11).¹²⁸

Para a realização deste socialismo, Deng define a estratégia a ser seguida pelas próximas décadas, que foi concatenada na expressão “uma tarefa central e dois pontos básicos”.¹²⁹ Isto é, uma vez definida como tarefa prioritária o desenvolvimento das forças produtivas, consubstanciada nas Quatro Modernizações, o país deveria se apoiar nos seguintes alicerces para alcançá-la:

- i) No plano econômico, nas reformas pró-mercado e na abertura ao exterior;
- ii) No plano político, nos Quatro Princípios Cardeais, cujo corolário era a manutenção do controle político exercido pelo PCCh.

¹²⁷ “Hold hig the banner of Mao Zedong thought and adhere to the principle of seeking truth from facts”, 16 de setembro de 1978.

¹²⁸ “Opening speech at the twelfth national congress of the communist party of China”, 1 de setembro de 1986.

¹²⁹ “No 13º Congresso Nacional do Partido (1987) decidimos sobre a estratégia ‘uma tarefa central, dois pontos básicos’. Nós definimos esta ideia dez anos antes, mas foi no 13º Congresso do Partido que nós a resumimos nesta frase.” Deng, 1993c, p. 235, “We must adhere to socialism and prevent peaceful evolution towards capitalism”, 23 de novembro de 1989.

A tarefa central, o desenvolvimento das forças produtivas, setorialmente exprimia-se pela necessidade das modernizações nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa, as Quatro Modernizações, como vimos. Por sua vez, no nível macroeconômico, o desenvolvimento das forças produtivas deveria traduzir-se no rápido crescimento econômico e expansão tecnológica, duas dimensões do desenvolvimento das forças produtivas que, embora sejam interdependentes, não se confundem.

Em relação, ao crescimento, tratava-se de expandir a economia continuamente pelas próximas décadas, uma trajetória que Deng dividiu, imprecisamente, em três metas. A primeira meta era dobrar o PIB entre 1981 e 1990, o que foi atingido.¹³⁰ O foco nesta época foi erradicar a fome e a carência em bens básicos, como no caso de roupas. A segunda meta era, até o final do século XX, proporcionar um padrão de vida comparativamente confortável, enquanto a terceira meta equivaleria a manter o elevado crescimento por pelo menos mais 30 a 50 anos, de sorte a aproximar o país do padrão de países moderadamente desenvolvidos.¹³¹ Em 1992, Deng chegaria a falar em manter esta tarefa por mais cem anos.¹³²

Este rápido ritmo de crescimento deveria ser acompanhado pela elevação do nível tecnológico da China, possibilitando a economia chinesa alcançar tecnologicamente as principais potências. Em relação à centralidade do progresso técnico, Deng afirmaria:

Marx disse que a ciência e a tecnologia são partes das forças produtivas. Os fatos mostram que ele estava certo. Em minha opinião, ciência e tecnologia são uma força produtiva primária. (DENG, 1993c, p. 179).¹³³

Deng estava certo que a evolução da agricultura, indústria, do setor da energia, da indústria bélica, etc., dependeriam do futuro da ciência e da tecnologia. Acomodar-se em uma posição de atraso tecnológico era ampliar a defasagem com os países desenvolvidos, e a semente de possíveis ameaças externas. O país havia conseguido dominar nos marcos do socialismo a bomba atômica, a bomba de hidrogênio e mísseis

¹³⁰ Ver, por exemplo, DENG (1993c, 141), “We must carry out the socialist construction in orderly way under the leadership of the party”, 8 de março de 1987.

¹³¹ Idem.

¹³² Ver, DENG (1993c, p. 240), “Excerpts from talks given in Wuchang, Shenzhen and Shanghai”, de 18 de janeiro a 21 de fevereiro de 1992.

¹³³ “Science and technology constitute a primary productive force”, 5 e 12 de setembro de 1988.

balísticos internacionais, mas mostrava-se incapaz de acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas que se sucediam ao longo da década de 1960 e 1970.

Precisamos reconhecer nosso atraso, porque apenas tal reconhecimento oferece esperança. Agora parece que a China está totalmente 20 anos atrás dos países desenvolvidos em ciência, tecnologia e educação. (...) Desde a Restauração Meiji, os japoneses começaram a desprender uma grande quantidade de esforços em ciência, tecnologia e educação. A Restauração Meiji foi uma espécie de modernização empreendida pela burguesia emergente japonesa. Como proletários, nós devemos e podemos fazer melhor. (DENG, 1993b, p. 34).¹³⁴

Para a consecução da tarefa central expressa no crescimento econômico e progresso técnico, Deng indica o apoio nos dois pontos básicos, um ligado ao plano econômico e outro ao plano político. Na economia, o caminho a seguir estaria pautado pelas Reformas Econômicas e pelas políticas de abertura ao exterior.

Um primeiro aspecto das reformas econômicas é a ênfase a ser dada no processo de educação, em favor da capacitação técnica e formação profissional da classe trabalhadora. Nesta nova fase da China, os trabalhadores deveriam estar prontos a cumprir os desafios que agora lhe eram colocados, o que significava maior treinamento técnico e maior especialização. Era deixada de lado, em contrapartida, a concepção válida no período de Mao, que primava pelas relações de igualdade no processo produtivo, pela aproximação do trabalho manual e do intelectual, das atividades de gestão e produção, e pela importância da formação política do trabalhador, cujo sistema de comuna era o espaço privilegiado para estas práticas. Mais do que trabalhadores engajados politicamente, Deng esperava contar com uma força de trabalhadora tecnicamente qualificada:

Ser ‘especialista’ não significa necessariamente ser ‘vermelho’, mas ser ‘vermelho’, significa esforçar-se para ser ‘especialista’. Não importa qual é a frente de trabalho, se ele não possui a expertise, se ele não sabe seu próprio trabalho, mas emite ordens arbitrárias, prejudicando o interesse do povo e atravancando a produção e a construção, ele não pode ser considerado ‘vermelho’. (DENG, 1993b, p.191).¹³⁵

Em outra passagem, Deng afirma:

¹³⁴ “Respect knowledge, respect trained personnel”, 24 de maio de 1977.

¹³⁵ “The present situation and the tasks before us”, 16 de janeiro de 1980.

Uma vez que a ciência e tecnologia constituem a força produtiva primária, e uma vez que os intelectuais, que foram chamados durante a “revolução cultural” de ‘nona categoria’, fazem parte da classe trabalhadora, devemos elevá-los ao primeiro lugar. (DENG, 1993c, p. 180).¹³⁶

Coaduna-se a este processo de valorização da formação técnica, o aumento da divisão social do trabalho e, finalmente, a introdução de mecanismos de mercado de forma a emular as empresas e a força de trabalho a elevarem sua produtividade. Os resultados da economia planificada não se apresentavam satisfatórios, com a economia ficando para trás e apresentando carências básicas. Para Deng, a China não estava pronta para o igualitarismo, mostrando-se adequado àquela altura, portanto, o princípio “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho”, anunciado desde 1975,¹³⁷ e retomado diversas vezes posteriormente. Assim:

A este respeito, Deng afirma:

Marxismo é um outro nome para comunismo, e um princípio cardinal do Marxismo é aplicar durante o período socialista o princípio de cada um segundo sua habilidade, cada um segundo seu trabalho, e durante o período comunista o princípio de cada um segundo sua habilidade, a cada um segundo sua necessidade.(DENG, 1993c, p. 166).¹³⁸

Isto é, naquele momento o igualitarismo deveria ser substituído por remunerações diferenciadas.

Na medida que o número relativamente pequeno de pessoas avançadas esteja preocupado, não importará muito se negligenciar o princípio de pagar mais por mais trabalho e deixar de enfatizar os benefícios materiais individuais. Mas, quando se trata das massas, esta abordagem pode ser utilizada apenas por um curto período de tempo – não vai funcionar no longo prazo. O espírito revolucionário é um tesouro sem preço. Sem ele não haveria ação revolucionária. Mas a revolução ocorre na base da necessidade do benefício material. Seria idealismo enfatizar o espírito de sacrifício para negligenciar o benefício material. (DENG, 1993b, p. 110-111).¹³⁹

¹³⁶ “Science and technology constitute a primary productive force”, de 5 a 12 Setembro de 1988.

¹³⁷ DENG (1993b, p. 28), “Some comments on industrial development”, 18 de agosto de 1975.

¹³⁸ We are undertaking an entirely new endeavour”. Ver também, DENG (1993b, p. 78), “Adhere the principle ‘to each according to his work’”, 28 de março de 1978.

¹³⁹ “Emancipate the mind, seek truth from facts and unite as one in looking to the future”, 13 de dezembro de 1978.

Os produtores deveriam tornar-se crescentemente responsáveis pela sua produção – no campo e na cidade – respondendo pelos resultados obtidos no exercício de suas funções. Tratava-se, em alguma medida, de privatizar o produto do trabalho, como forma de evitar desperdícios e estimular o aumento da produtividade, adotando práticas típicas das economias capitalistas.

Destarte, as Reformas Econômicas anunciadas em 1978, deveriam orientar-se para a transformação da economia centralmente planejada existente para uma economia de mercado, processo que deveria ser realizado paulatinamente, sem sobressaltos. Este reconhecimento das forças de mercado não implicava, em absoluto, a negação da importância do planejamento central, mas sim, uma reconfiguração dos instrumentos de intervenção do Estado na economia. Tratava-se de combinar a eficiência econômica engendrada pelo mercado, com a estabilidade e a visão de longo prazo característica do planejamento. Assim,

A proporção entre planejamento e forças de mercado não é a diferença essencial entre socialismo e capitalismo. Uma economia planejada não é equivalente ao socialismo porque existe planejamento sobre o capitalismo; uma economia de mercado não é capitalismo porque existe mercado no socialismo também. Tanto o planejamento como as forças de mercado são meios de controlar a economia. A essência do socialismo é libertação e desenvolvimento das forças produtivas, a eliminação da exploração e polarização, e a obtenção final da prosperidade para todos. Este conceito deve se tornar claro para as pessoas. (DENG, 1993c, p. 242).¹⁴⁰

Menciona-se a “Teoria da gaiola”, apresentada pela primeira vez em 1982 por Chen Yun, segundo a qual o mercado, a livre iniciativa, era um pássaro, que deveria ser restringido pela gaiola, o planejamento. A gaiola poderia ser ampliada, conforme o pássaro crescesse, mas, em hipótese alguma, o pássaro deveria estar em liberdade, fora da gaiola.¹⁴¹ Apesar de ter sido apresentada como um contraponto as iniciativas de Deng, que estaria abrindo a gaiola e, assim, libertando o pássaro, esta metáfora, é, em grande medida, aplicável, a própria estratégia de Deng. Como pretende-se argumentar nas demais partes do trabalho, em diversas áreas, notadamente no sistema financeiro, substanciais controles estatais foram preservados de forma a restringir a ação livre do mercado, condicionando-o ao planejamento central.

¹⁴⁰ “Excerpts from talks given in Wuchang, Shenzhen, Zhuhai e Shanghai”, de 18 de janeiro a 21 de fevereiro de 1992.

¹⁴¹ MARTI, 2007, p. 8 e 217.

A presença do mercado sob o socialismo encontrava inspiração não somente na própria experiência chinesa nas reformas implementadas por ocasião do abandono do Grande Salto, mas, também, na Nova Política Econômica (NEP), proposta por Lênin em 1921.¹⁴²

O líder russo, logo após a Revolução de 1917, se deparou com um país arrasado por anos de guerra, pouco integrado, cujo processo de industrialização naquele momento era débil e a agricultura mostrava-se incapaz de responder as ambições de rápido crescimento almejado pelo Partido Bolchevique. Para Lênin, a adoção imediata da planificação total dos meios de produção, na qual resultava a coletivização dos campos, deveria ser repensada em favor de alternativas que fossem, prioritariamente, capazes de elevar a produtividade do trabalho naquele momento. Assim,

Para os próximos anos é preciso pensar nos elos intermédios, capazes de facilitar a passagem do regime patriarcal, de pequena produção, para o socialismo. ‘Nós’ voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto das estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligada à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas (LÊNIN, 1980, p. 508-509).

Entre 1921 e 1924, com Lênin a frente do governo, é instaurada a Nova Economia Política na União Soviética. De um lado estimulava-se a produção no campo, por meio da possibilidade da venda de excedentes dos camponeses, depois de parte entregue ao governo, junto ao fortalecimento de cooperativas e da grande indústria capitalista, de forma a acelerar o desenvolvimento das forças produtivas no país, possibilitando a existência de *joint-ventures* com empresas de propriedade estrangeira entre outras práticas mercantis.

Optava-se, assim, pelo aproveitamento das estruturas de mercado para elevar a produção total da economia, com a preocupação de que fosse evitada a restauração

¹⁴² Segundo Losurdo (2004, p. 67) a ascensão da China foi organizada sob uma “espécie de gigante e prolongada NEP”, apud Leão, 2010, p. 36.

capitalista. Tal movimento seria consagrado na expressão leninista “um passo para trás, para dar dois para frente”. A existência do socialismo estaria assegurada pelo domínio da propriedade pública em meio aos demais tipos de propriedade, e a manutenção do controle do Estado nas mãos do Partido Comunista da União Soviética. Desta forma, caberia ao Partido Comunista a determinação última da organização social e de seu processo de acumulação, em uma economia na qual conviveriam a propriedade privada e a pública. Escapa-nos qualquer pretensão de uma análise acurada da evolução da NEP e as interpretações que a cercam, cumprindo somente assinalar que esta experiência vivenciada na União Soviética no período de Lênin, derivava do reconhecimento da dificuldade da adoção da economia planificada em um país com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, encaminhamento que guarda significativas semelhanças com o que correu na economia chinesa após 1978. As práticas da NEP seriam abandonadas por Stálin, em 1928, quando, definitivamente, se instalava a economia centralmente planificada e a coletivização dos campos na União Soviética.

Na China, ao lado das Reformas Econômicas, que serviriam para aumentar a produtividade do trabalho, por meio da introdução de mecanismo de mercado e do incentivo à educação técnica, era indicada por Deng a necessidade do país se abrir a economia exterior, correspondendo esta ao segundo aspecto das transformações econômicas engendradas a partir de 1978.

Ao longo da década de 1970 teria ficado patente às autoridades chinesas o atraso do país em comparação às principais potências da época e os riscos militares a ele relacionados, que colocavam em risco a própria existência da RPC. A memória do “Século da Humilhação” era presente e funcionava como alerta permanente contra descuidos que pudessem levar o país a uma nova situação de subordinação no sistema político internacional. No entender de Deng, o equacionamento desta questão passava não apenas pela adoção de mecanismo de mercado, mas, também, pelo aprofundamento das relações com o exterior, visto como única forma do país ter acesso às tecnologias e métodos de gestão dos países mais avançados. A integração externa tornava possível a incorporação de progresso técnico, passo essencial para o ulterior desenvolvimento de um sistema nacional de inovação, apto a competir internacionalmente. A aversão à proximidade com os países estrangeiros, notadamente os capitalistas, deveria ser descartada, em nome do desenvolvimento das forças produtivas.

A China fez contribuição ao mundo ao longo das eras, mas por um longo tempo a condição tem sido de paralisação na China e o desenvolvimento tem sido lento. Agora é o momento de aprendermos com as economias avançadas.

Por certo período de tempo, aprender a ciência e tecnologia avançada dos países desenvolvidos era criticado como ‘adoração cega de coisas estrangeiras’. [...]

Devido à interferência de Lin Biao e da Gangue dos Quatro, o desenvolvimento da China foi detido por dez anos. No início de 1960, estávamos atrás dos países desenvolvidos em ciência e tecnologia, mas a diferença não foi tão grande. No entanto, ao longo dos últimos doze anos, a diferença aumentou porque o mundo tem se desenvolvido com grande velocidade. Em comparação com os países desenvolvidos, a economia da China ficou para trás, pelo menos, dez anos, talvez 20, 30 ou mesmo 50 anos, em algumas áreas. O que o mundo vai ser como em 22 anos, no final do século? [...] Vai ser muito difícil para nós realizar as quatro modernizações, para que possamos chegar ao seu nível atual de desenvolvimento até o final deste século, muito menos alcançar o seu país nesta época. Portanto, para chegar às quatro modernizações, temos que ser adepto e aprender com outros países e temos de obter uma grande quantidade de ajuda externa. Como ponto de partida para o nosso desenvolvimento, devemos introduzir a tecnologia avançada e equipamentos do resto do mundo. (DENG, 1993b, pp. 101-102).¹⁴³

A modernização da China relacionava-se, para Deng, ao domínio do estado das artes da tecnologia dos diversos ramos presente nos principais países, ao invés de desenvolver sua tecnologia isoladamente, descompassada com o resto do mundo. A ponta tecnológica existente era tida como ponta de partida para a criação de um sistema nacional de inovação. Diante disto, o PCCh propôs articular uma estratégia que garantisse o acesso às tecnologias e competências administrativas das principais potências capitalistas sem que isto levasse a submissão externa do país, no nível econômico e militar. Neste intercâmbio, mostrava-se fundamental evitar o endividamento externo, bem como mitigar os canais de transferências de choques internacionais a economia chinesa, o que requeria cautela na construção de sua forma de integração da economia internacional.

A esta estratégia de inserção na economia internacional, coadunava-se um posicionamento diplomático pragmático, aberto ao diálogo com todos os países, inclusive antigos inimigos como o Japão e os Estados Unidos, possibilitando, politicamente, a projeção do espaço econômico exterior da China. Como vimos, desde o começo da década de 1970, com a aproximação entre a China e os Estados Unidos,

¹⁴³ “Carry out the policy of opening to the outside world and learn advanced science and technology from other countries”, 10 de outubro de 1978.

abriram-se aos chineses as possibilidades de inserção na economia internacional, chave para a estratégia de Deng, tal como apontamos acima.

A política externa chinesa estaria inspirada de um lado nos “Cinco Pontos de Coexistência Pacífica” e, por outro, na “Política dos Três Mundos”. Os Cinco Pontos de Coexistência Pacífica foram anunciados em conjunto, pela primeira, em 1954, por Zhou Enlai e Jawaharlal, e que definia a defesa a auto-determinação dos povos, em conjunto de cinco pontos a serem respeitados entre os países: i) respeito mútuo à soberania e integridade territorial; ii) mútua não-agressão; iii) mútua não-interferência a em assuntos internos; iv) igualdade e benefício mútuos; e v) e coexistência pacífica.

Apesar de muito gerais, estes princípios continuam até hoje sendo mencionados como balizadores da política externa chinesa, indicando a preferência das soluções negociadas ao conflito aberto, procedimentos que a China adotou frente em suas requisições de Taiwan, Hong Kong e Macao, estas duas últimas concretizadas no final da década de 1990.

Por sua vez, a Política dos Três Mundos fora elaborada por Mao, que, em face ao primeiro mundo, composto pelas duas grandes potências de então, Estados Unidos e União Soviética, e o segundo mundo, composta por seus aliados, caberia a China juntar-se aos demais países, formando uma frente ampla dos países não-alinhados. Este posicionamento, na verdade, expressava-se na busca da China em manter equidistância entre as potências e combater o hegemonismo, o que, em última análise pode ser vista como a afirmação de um projeto nacional em detrimento de qualquer pretensão internacionalista de hegemonia ou de liderança revolucionária da própria China.

A aproximação com os EUA ao longo da década de 1970, como vimos, permitirá ao país a um só tempo se fortalecer em relação à União Soviética, como também abrir espaços comerciais com o mundo capitalista, fundamental naquele momento para a estratégia chinesa. Ao final da década de 1970, Deng pregará a aproximação com a União Soviética¹⁴⁴, como forma de minimizar a supremacia norte-americana. Contudo, a eclosão da Guerra do Afeganistão em 1979 e a oposição dentro do Partido, levará Deng a ser mais cauteloso com a União Soviética, cuja normalização das relações diplomáticas só aconteceria em 1989.¹⁴⁵ Mas, a despeito da aproximação com os norte-americanos, a China não abrirá mão de sua autonomia política,

¹⁴⁴ MARTI, 2007, p. 15.

¹⁴⁵ Idem, pp. 57-58.

preservando regime comunista, que continua vigente até os dias de hoje. Em 1982, Deng declara:

Os negócios chineses devem ser conduzidos à luz das condições específicas da China e pelo próprio povo chinês. Independência e auto-suficiência sempre foram e sempre serão nossos fundamentos. Embora nós chineses valorizemos nossa amizade com outras nações e outros povos, valorizamos mais ainda nossa independência tão arduamente conquistada e nosso direito de soberania. Nenhum país estrangeiro deve esperar que a China lhe preste vassalagem, nem esperar que a China concorde com qualquer ação prejudicial aos seus próprios interesses. Seguiremos resolutamente a nossa política de abertura com o mundo exterior e ativaremos nosso intercâmbio com países estrangeiros na base da igualdade e do benefício mútuo. (DENG, 1993c, p. 11).¹⁴⁶

A política externa adotada pela China será pragmática, deixando de lado qualquer tipo de apelo ideológico ou ressentimento contra antigos rivais. Tratava-se de submeter a política externa aos interesses nacionais sintetizados no lema “uma tarefa básica, dois pontos principais”. O esperado aumento da influência estrangeira sobre o país, que poderia ensejar o enfraquecimento do regime político no país deveria ser mitigada. Os riscos envolvidos nesta aproximação com os demais países associavam-se a dependência econômica e militar e a formação de uma burguesia nacional subordinada aos interesses externos, fatores que poderiam, acompanhados por uma eventual pressão internacional comprometer o regime socialista e o primado do PCCh na China. Em face destas questões, Deng afirmava, que somente a ditadura do proletariado e o regime de partido único sob o comando do PCCh poderiam evitar estes riscos.

Assim, se para a consecução da “tarefa central” (desenvolvimento das forças produtivas) preconizava-se, do ponto de vista econômico, a introdução de mecanismos de mercado e a abertura aos demais países (primeiro ponto básico), politicamente, era crucial a manutenção do regime de partido único, correspondente ao segundo ponto básico da estratégia chinesa, que estaria expressa nos chamados Quatro Princípios Cardeais, a saber:

- i) A manutenção do caminho socialista;
- ii) O apoio a ditadura do proletariado;
- iii) O apoio a liderança do PCCh;
- iv) O apoio ao Marxismo-Leninismo e ao Pensamento de Mao.

¹⁴⁶ “Opening speech at the Twelfth National Congress of the Communist Party of China”, 1 de setembro de 1982.

Preservar o caminho socialista é compreendido como a única forma de garantir à China, sua soberania nacional e também promover a elevação do padrão de vida do conjunto da população, condições necessárias para a concretização futura do comunismo. Segundo Deng, as constantes derrotas da China desde a Guerra do Ópio e a incapacidade da ordem capitalista, vigente no período do Kuomintang, em libertar o país da dominação estrangeira ou proporcionar o desenvolvimento econômico e social, são mostras da debilidade do capitalismo em cumprir suas próprias promessas de desenvolvimento econômico e soberania.¹⁴⁷ O socialismo chinês já se mostrara capaz de livrar o país do jugo internacional e proporcionar conquistas sociais essenciais, tal como a reforma agrária. Além disso, uma vez que a organização socialista orienta-se em favor da classe trabalhadora, abre espaço para a realização do comunismo, horizonte social a ser buscado.

Justificado a necessidade do sistema social socialista, segue-se que, a melhor forma de organização política a este fim é a ditadura do proletariado. Em primeiro lugar, Deng aponta que o conceito da ditadura do proletariado foi a verdadeira contribuição original de Marx, e não a luta de classes.¹⁴⁸ Somente a ditadura do proletariado poderia garantir a prevalência dos interesses dos trabalhadores sobre as forças contrarrevolucionárias remanescentes na sociedade após a tomada do poder e contra as potências estrangeiras que bloqueiam a sua consumação. A ditadura do proletariado se expressaria na dominância do Estado pelo partido revolucionário que, ao controlar os órgãos estatais repressores e o Exército, reuniria poder suficiente para submeter às forças alheias àquelas da classe trabalhadora, executando as políticas que deveriam nortear-se segundo suas aspirações, finalidade última de sua própria existência. Assim, a ditadura do proletariado é a materialização do centralismo democrático, ou ditadura democrática, pois significa a centralização do poder político no partido revolucionário, que controla o Estado, e este partido, legítimo representante da classe trabalhadora, deveria guiar-se para atender as demandas da maioria, em antagonismo com as forças internas e externas que se oponham a agenda socialista, que compreende as aspirações do proletariado.

¹⁴⁷ Ver, por exemplo, DENG (1993c, p. 136), “China history”, 18 de fevereiro de 1987.

¹⁴⁸ DENG (1993c, p. 246), “Excerpts from talks in Wuchang, Shenzhen, Zhuhai e Shanghai”, de 18 a janeiro e 21 de fevereiro de 1992.

O exercício da ditadura do proletariado na China deveria competir ao PCCh, cuja origem e o monopólio do poder alcançado remetem inexoravelmente a própria fundação da RPC, em 1949:

[...] desde a Revolução de Outubro, ficou claro que, sem a liderança de um Partido Comunista, a revolução socialista, a ditadura do proletariado e a construção socialista tudo teria sido impossível. Lênin disse ‘A ditadura do proletariado é um luta persistente – sangrenta e sem sangue, violenta e pacífica, militar e econômica, educacional e administrativa – contra as forças e tradições da velha sociedade [...] Sem um partido de ferro temperado pela luta, sem um partido que desfrute da confiança de tudo o que é honesto em dada classe, sem um partido capaz de observar e influenciar o humor das massas, é impossível conduzir tal luta com sucesso.’ Esta verdade enunciada por Lênin permanece válida hoje. Em nosso país, nos 60 anos desde o Movimento de 4 de Maio, nenhum partido político que não fosse o Partido Comunista da China tem se integrado as massas das pessoas trabalhadoras na forma descrita por Lênin. Sem o Partido Comunista da China não haveria a nova China socialista. Os crimes cometidos por Lin Biao e a Gangue dos Quatro despertaram a resoluta oposição de todo o povo chinês bem como de todo o Partido, precisamente porque Lin Biao e a Gangue dos Quatro deixou de lado o Partido Comunista Chinês, a força de liderança há muito tempo testada, que mantém laços de carne e sangue com as massas. E se o prestígio do Partido entre as pessoas por todo o país tem sido reforçado desde a queda da Gangue dos Quatro, e particularmente desde a Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central, é precisamente porquê o conjunto da nação deposita todas as suas esperanças para o futuro na liderança do Partido. (DENG, 1993b, p.128).¹⁴⁹

Portanto, que o fortalecimento da liderança do Partido após 1978 é algo que encontra respaldo no na sociedade chinesa. Deng procura ressaltar que após a derrubada da Gangue dos Quatro e Lin Biao, a China poderia retomar seu caminho na construção socialista, em que a liderança do Partido era essencial para a modernização da economia.

Nós quebramos os grilhões mentais forjados por Lin Biao e a Gangue dos Quatro e temos insistido que os líderes devem ser considerados como seres humanos e não semideuses. [...] Nos dois anos e meios desde a derrubada da Gangue dos Quatro, nós destruimos a maioria das forças políticas contra-revolucionárias e reajustado e fortalecido nossos órgãos dirigentes em vários níveis. A liderança no Partido, no governo e no Exército está agora principalmente nas mãos de quadros dignos da confiança das pessoas, e a maioria do trabalho nessas três esferas voltou ao normal. Este é um triunfo grandioso duramente conquistado. Nós nos libertamos dos efeitos da década de turbulência criada por Lin Biao e a Gangue dos Quatro e garantimos uma situação

¹⁴⁹ “Uphold the four cardinal principles”, 30 de março de 1979.

política marcada pela estabilidade e unidade; esta situação tanto é um pré-requisito como uma garantia para nossa modernização. (DENG, 1993b, p. 120).¹⁵⁰

Portanto, desde 1978, estaria estabelecido, *mutatis mutandis*, o consenso político respaldado pelas forças armadas¹⁵¹, e que seria responsável por assegurar o pleno exercício da ditadura do proletariado em comum acordo com os interesses da classe trabalhadora. A partir deste momento segundo Deng, a ditadura do proletariado deveria se pautar pelo progresso econômico e estabilidade política, elementos que se beneficiaram mutuamente.

Deng entendia que não era o momento de elevar a participação direta da população por meio de eleições livres para os postos políticos nacionais, mas, ao contrário, fortalecer o centralismo democrático, em nome da estabilidade política:

A China está em um período em que deve se concentrar no desenvolvimento econômico. Se procurarmos formas de democracia, não atingiremos a substância e não desenvolveremos a economia também, mas apenas lançaremos o país em tumulto e prejudicamos a unidade do povo. Nós tivemos uma profunda experiência com isso, porque atravessamos a Revolução Cultural e testemunhamos os desastres que ela trouxe ao país. A China tem uma enorme população; se algumas pessoas se manifestarem hoje e outras amanhã, seriam manifestações 365 dias por ano. Neste caso, não teríamos tempo para desenvolver nossa economia. Vamos desenvolver a democracia socialista, mas não seria bom para nós agir com pressa. E seria pior ainda para nós adotarmos a democracia de tipo Ocidental. Se conduzirmos eleições multi-partidárias entre um bilhão de pessoas, o país seria arremessado no caos de uma guerra civil total como durante a Revolução Cultural. Guerra civil não requer necessariamente rifles e artilharia; as pessoas podem travar batalhas ferozes apenas com os punhos e clubes. A democracia é nosso objetivo, mas temos que manter o país estável. (DENG, 1993 c, p. 185).¹⁵²

Portanto, a manutenção do regime de partido único sob o primado do PCCh, era fundamental para preservar a própria unidade da RPC e o equilíbrio político no país, e, por conseguinte, propiciar o ambiente econômico adequado para a execução do projeto de modernização, do qual faz parte, entre outras coisas, a própria atração de investimentos internacionais ao país. O centralismo democrático, inclusive, se constituiria em uma vantagem para a China, pois, enquanto o país conta com rapidez na elaboração e execução das políticas públicas que julgue adequadas, fundamental em seu

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Marti (2007).

¹⁵² “The overriding need is for stability”, 26 de fevereiro de 1989.

projeto de modernização, as democracias ocidentais levam mais tempo para implementar tais ações, dada a divisão de poderes e as eventuais inconsistências de interesses no interior do próprio governo.

Quando as pessoas discutem a reforma da estrutura política, elas sempre falam sobre democratização, mas não está claro o que isto significa. A democracia nas sociedades capitalistas é a democracia burguesa – na verdade, é a democracia dos capitalistas monopolistas. Isto não é mais do que um sistema de eleições multipartidárias, separação dos poderes judicial, executivo e legislativo e uma legislatura bicameral. Nosso sistema é o congresso popular e a democracia popular sob a liderança do Partido Comunista; nós não podemos adotar as práticas do Ocidente. A maior vantagem do sistema socialista é que quando a liderança central toma uma decisão, ela é prontamente aplicada, sem interferências de nenhum outro quadro. Quando decidimos reformar a estrutura econômica, o conjunto do país respondeu; quando decidimos criar as zonas econômicas especiais, elas foram logo estabelecidas. Nós não temos que passar por um monte de discussões e consultas, com um segmento do governo segurando o outro, e com decisões sendo tomadas mas não implementadas. Deste ponto de vista, nosso sistema é muito eficiente. A eficiência de estou falando é a eficiência global. Nós temos superioridade neste respeito e devemos mantê-la – devemos reter as vantagens do sistema socialista. (DENG, 1993c, p. 159).¹⁵³

Conforme as declarações acima, segundo Deng, a manutenção do monopólio do poder nas mãos do PCCh era a chave para a China continuar progredindo dentro do socialismo, especialmente após o início das Reformas, quando o país passou a acenar para mudanças no plano econômico voltadas ao crescimento e a modernização. Deng argumenta, por diferentes caminhos, em favor da necessidade de preservar o sistema político assentado no partido único, matéria que não está disposto a ceder a quaisquer apelos por maior participação direta da população. Tal posicionamento ficaria explícito na sua posição diante a favor da dura repressão das manifestações da Praça da Paz Celestial, em 1989, como será discutido no próximo capítulo.

O Partido deveria mostrar-se coeso neste caminho, sendo capaz de contornar as pressões que eventualmente surgissem, tanto a “esquerda” como a “direita”, com o intuito de desviá-lo desta rota. Nos anos seguintes a 1978, Deng fará inúmeras considerações sobre estas forças dentro do partido, chamando atenção para a necessidade de se evitar os desvios que tais correntes representam ao seu programa de desenvolvimento das forças produtivas. A “esquerda” para Deng estava associada às forças refratárias às mudanças que ele propõe de maior mercantilização da economia e

¹⁵³ “We shall speed up reform”, 12 de junho de 1987.

abertura a economia internacional, manifestando-se contra seu projeto de “Quatro Modernizações”, que poderia levar a restauração capitalista no país e ao fim do monopólio do PCCh. Trata-se, portanto, de uma força de caráter conservador, ligada em parte às lideranças remanescentes do período 1957 a 1978. Por seu turno, à “direita”, encontravam-se aqueles que queriam aprofundar de forma ainda mais rápida as relações com o exterior pela introdução de mecanismos de mercado, além da abertura do sistema político para torná-lo mais parecido com as democracias ocidentais.¹⁵⁴

Afastando destes dois pólos, o PCCh deveria preservar o curso da reforma e da abertura, sem abrir mão de seu monopólio político. O sistema de partido seria o único seguro e capaz de garantir as forças necessárias para resistir ao aumento provável do elemento burguês na sociedade chinesa e a influência estrangeira, à medida que as modernizações avançassem. Apenas assim seria possível ao Estado chinês contrabalançar os desequilíbrios sociais e regionais provocados pelas mudanças no plano econômico.¹⁵⁵ Em uma palavra, é exatamente por contar com a ditadura do proletariado que a organização social não pode ser confundida, segundo Deng, com as demais economias capitalistas, e somente ela permitirá a China manter-se na estrada do socialismo e não restaurar a ordem capitalista ainda que adote práticas que lhe são comuns, como a economia de mercado e a abertura comercial.

Sendo assim, o país deveria mostrar confiança e capacidade em resistir ao aumento da pressão internacional para mudanças no sistema política que ocorreriam, sobretudo, a partir de meados da década de 1980, quando Gorbachev assumir o poder na União Soviética, dando início à abertura do regime político soviético:

Não devemos estar preocupados com o que os estrangeiros dizem, digam o que quiserem. Eles apenas nos caluniarão por não serem esclarecidos. Temos sido repreendidos por tantos anos! Mas temos sido derrubados por suas críticas? De qualquer forma, os assuntos chineses devem ser tratados pelos próprios chineses. A China não pode permitir qualquer desordem: nós devemos explicar claramente e repetidamente. Se não o fizermos, vamos parecer errados. Temos que enviar um sinal de que a China não irá tolerar distúrbios. (DENG, 1993c, p. 1985).¹⁵⁶

A presença de votações direta deveria continuar valendo apenas para os pleitos locais, ao nível de condados, vilas, distritos e cidades menores, que não possuem

¹⁵⁴ DENG (1993c, p. 164), “The two basic elements in China’s policies”, 4 de julho de 1987.

¹⁵⁵ DENG (1993c, p. 91-94), “Reform is the only way for China to develop its productive forces”, 28 de agosto de 1985.

¹⁵⁶ “China will tolerate no disturbances”, 4 de março de 1989.

distritos. Por sua vez, as eleições indiretas deveriam continuar valendo para o nível provincial, regiões autônomas e municípios maiores, divididos em distritos, além do governo central.

Por outro lado, Deng assinalou a importância de se gestarem mudanças institucionais no interior do Partido, de forma a torná-lo melhor capacitado as exigências que se colocavam na esteira das reformas econômicas. É proposta por Deng uma reforma do aparelho estatal, que favoreça a rotatividade dos quadros, por meio da instituição de mandatos com período definido, idades limites para o exercício das principais funções, enfim o aprimoramento da institucionalidade jurídica.¹⁵⁷ Na verdade, tratava-se de adotar práticas que tornem o funcionamento do Estado menos suscetível à influência de uma só pessoa, o que em última análise representam o esforço de Deng em burocratizar o Estado, e, assim, consolidar no aparelho estatal o projeto forjado por ele, que não mais dependeria da iniciativa pessoal de alguns, mas seria o próprio *modus operandi* do partido. O intuito era assegurar a manutenção do monopólio do PCCh, a estabilidade política e a irreversibilidade das reformas econômicas e do processo de abertura para o exterior, pilares centrais da estratégia conduzida por Deng.

Finalmente, o último elemento que compõe os Quatro Princípios Cardeais é o Marxismo-Leninismo e o pensamento de Mao, que vinculam-se as proposições referentes à luta de classes, a ditadura do proletariado, ao desenvolvimento das forças produtivas, ao comunismo e ao princípio “buscar a verdade a partir dos fatos”. Simplificadamente, reconhecida a luta de classes e a condição de exploração da classe trabalhadora, a ditadura do proletariado mostrava-se como a melhor forma de encaminhamento para as aspirações da classe trabalhadora, cujos interesses, como vistos, se vinculam ao desenvolvimento das forças produtivas, tarefa inescapável para permitir, no entender de Deng, a organização social, de fato almejada, o comunismo. Entendido o socialismo como uma etapa em que o objetivo era o desenvolvimento econômico, tornava-se pertinente a adoção de mecanismos de mercado, sintetizados na máxima “de cada qual segundo sua habilidade, a cada um segundo seu trabalho”, tal como vimos antes.

Por sua vez, a reflexão sobre o socialismo não pode ser feita tomando por base apenas conceitos gerais, abstratos, como luta de classes e desenvolvimento das forças produtivas. A aplicação destes conceitos na interpretação de realidades concretas requer

¹⁵⁷ DENG (1993c, p. 109), “Help the people understand the importance of the rule of law”, 28 de junho de 1986.

a mediação histórica, específica a cada época e espaço geográfico, cujas singularidades não autorizam interpretações apriorísticas. É este cuidado que exigiria da China conciliar suas aspirações socialistas às suas próprias características, daí se dizer socialismo com características chinesas.

Assim, os Quatro Princípios Cardeais correspondem, no entender de Deng, as diretrizes fundamentais a serem seguidas pela China no plano político. Em resumo, pressupõe-se nesta abordagem: o socialismo como melhor forma de organização social; a ditadura do proletariado como melhor forma de organização política dentro do socialismo, capaz de levar a cabo os anseios da maioria composta pela classe trabalhadora; o PCCh como representante legítimo dos trabalhadores chineses, capaz de conduzi-los a alcançar seus desígnios; e, a essencialidade do Marxismo-Leninismo e do pensamento de Mao, no qual são enfatizados certos elementos, que traduzem o sumo destas contribuições, o que compõe o fundamento filosófico mais adequado aos objetivos do Partido .

Os Quatro Princípios Cardeais em conjunto com as políticas de reforma econômica e abertura são estabelecidos como “os dois pontos fundamentais” sob os quais a China deveria se apoiar para alcançar o desenvolvimento das forças produtivas, “a tarefa central”, naquele momento. Deng propôs uma ruptura no nível das estruturas econômicas, pela adoção de mecanismos de mercado e integração com a economia internacional, e uma continuidade no nível das estruturas políticas, ao defender a manutenção do regime de partido único sob o comando do PCCh.

Esta estratégia contrasta, portanto, com aquela que vinha sendo adotada na China, seja do ponto de vista de seus objetivos, bem como de seus instrumentos. Como apontamos na seção anterior, as principais ideias que relacionam-se com as transformações inauguradas a partir da Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do Partido, em 1978, se insinuavam na cúpula do Partido, pelo menos, desde o colapso do Grande Salto e das políticas de recuperação, no começo da década 1960. Por sua vez, a reaproximação com os Estados Unidos, data do começo da década de 1970, de sorte que a gênese dos elementos centrais da política proposta por Deng já estavam no centro do debate do Partido antes de 1978. A morte de Mao e a prisão da Gangue dos Quatro sob as ordens de Hua Guofeng abririam o espaço para nova reabilitação de Deng, que, apoiado pelas forças armadas, exploraria os flancos abertos na direção das Reformas pró-mercado e a integração a economia internacional, fortalecendo o comando central do Partido.

Deng, pouco a pouco, colocará em prática sua estratégia fundamental, conseguindo compor alianças dentro do Partido e no Exército, tecendo o consenso que lhe permitiria emplacar as reformas na agricultura, nas empresas estatais e promoção das empresas coletivas, no comércio exterior – pela criação das Zonas Econômicas Especiais – na modernização do Exército, e na reestruturação do Partido de forma a torná-lo mais institucionalizado.

O gradualismo seria outra marca distinta do processo de transição da economia chinesa em direção da maior presença do mercado e da integração à economia internacional. Este gradualismo estaria condensado na expressão da cultura popular chinesa “cruzar o rio tateando as pedras”, utilizada por Deng justamente para ressaltar que a China estava fazendo uma travessia perigosa em que a cautela e o pragmatismo seriam armas importantes.

Como será apresentada nas seções seguintes, a China, entre 1978 e 2008, cresceu rapidamente tendo se integrado dinamicamente na economia internacional, transitando de uma economia planificada para uma economia de mercado, preservando neste curso a forte presença do Estado na economia. Politicamente, o país manteve-se relativamente estável, com a manutenção da estratégia “uma tarefa central, dois pontos básicos” por todo o período, em que pese o Massacre da Paz Celestial, em 1989, quando as contestações ao governo atingiram um clímax, sendo violentamente reprimido. Após mais de 30 anos, o país mudara completamente, mostrando que a estratégia adotada desde 1978, do ponto de vista dos seus propósitos, mostra-se notavelmente exitosa. Este ano daria início a uma nova Longa Marcha da China, tal como Deng profetizou em sua frase de encerramento da Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do PCCh:

Enquanto nos unirmos como um só, trabalhemos em conjunto, emanciparmos nossas mentes, usarmos a cabeça e tentarmos aprender o que não sabíamos antes, não há dúvida de que seremos capazes de acelerar o ritmo da nossa nova Longa Marcha. Sob a liderança do Comitê Central e do Conselho de Estado, vamos avançar com coragem para mudar a condição de atraso do nosso país e transformá-lo em um estado socialista moderno e poderoso. (DENG,1993b, p.116).¹⁵⁸

O triunfo do projeto de Deng deixava de lado todas as iniciativas de transformação das relações sociais de produção associadas à aproximação entre o

¹⁵⁸ “Emancipate the mind, seek truth from facts and unite as one in looking to the future”, 13 de dezembro de 1978.

trabalho intelectual e manual, gerência e execução, campo e cidade, marcas do igualitarismo apregoado no período maoista. Estas ações haviam tido repercussões substantivas sobre a educação e a organização produtiva, cuja expressão foi a difusão das comunas.

No período maoista, ainda que de forma difusa, havia o reconhecimento que a mera estatização dos meios de produção não era condição suficiente para a consolidação do socialismo no país, havendo a necessidade de serem forjadas novas relações sociais de produção, de forma a tornar possível a formação do “novo homem”. Para Deng, contudo, a autoridade central do partido e a persistência da dominância da propriedade estatal garantiriam o caminho socialista, cuja tarefa principal naquele momento era o progresso material. Em última análise, o que se está em jogo entre ambas às visões (Mao e Deng) é a própria concepção de socialismo e da transição deste para o comunismo, bem como o caráter nacional desta experiência.

O que assistimos a partir de 1978, é a vitória do projeto de Deng, que, tanto pelos fins quanto pelos meios adotados, será identificado por diversos autores como a restauração do capitalismo no país.¹⁵⁹ Para Deng, a revolução permanente, o igualitarismo, e a luta de classes travada no seio da sociedade socialista chinesa contra os elementos reacionários, deveria dar lugar a busca pelo desenvolvimento das forças produtivas, para a qual a estabilidade política proporcionada pela autoridade central do PCCh era entendida como fundamental. A partir de 1978, não importaria a cor do gato (relações sociais de produção), contanto que pegasse os ratos (desenvolvesse as forças produtivas).

2.2 A evolução econômica e política da China entre 1978 e 2008

A partir da Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Congresso do Partido Comunista Chinês realizada em 1978, Deng se afirma como a principal liderança dentro do PCCh, apesar de nunca ocupar o posto de primeiro-ministro ou presidente. Contudo, Deng será membro permanente do Politburo do PCCh e presidente da comissão militar até 1989, articulando o respaldo decisivo do Exército de Libertação Popular em torno do seu projeto para o país apresentado na sessão anterior.

¹⁵⁹ Ver, por exemplo, BENTHELEIM (1978) e NAVES (2005).

Após a morte de Mao, a estrutura partidária é recomposta e tornando-se decisiva para a condução política do país. Em termos gerais, será no âmbito do Comitê Permanente do Politburo do PCCh que são definidas as diretrizes do país. Desde 1978 os partidários do projeto de Deng comporiam maioria no Comitê Permanente, acumulando, portanto, apoio suficiente para levar a cabo sua estratégia de Quatro Modernizações, o que não seria realizado sem resistências internas.¹⁶⁰ Até o começo da década de 1980, Deng reabilitaria diversos membros do Partido que foram eleitos em 1956 e expurgados por Mao durante a Revolução Cultural, excetuando-se aqueles que haviam transferido lealdade ao pensamento de Mao ou morrido. Data desta época a reabilitação póstuma de importantes figuras políticas que haviam perecido no ostracismo no período maoísta, como fora o caso de Peng Dehuai e Liu Shaoqi, que tiveram funeral de Estado. Confirmava-se, assim, o caminho proposto por Deng, cuja origem deitava raízes na história do Partido.

Neste ínterim, Hua acabou isolado e, depois de 1981, se afastou dos cargos de presidente, apesar de permanecer membro do Comitê Permanente do Politburo, cargo que preservaria até 2002. Para seu lugar, foram indicadas lideranças mais próximas a Deng, o que não significou, no entanto, caminho livre para seu o projeto. Chen Yun, antigo aliado de Deng, se posicionará, em diversas questões, como opositor do projeto em curso por toda a década de 1980 e começo da década de 1990, sendo crítico do grau de profundidade das reformas, uma vez que para ele caberia apenas “aparar as arestas do sistema” herdado do período maoísta, não substituí-lo.¹⁶¹ Em nome da estabilidade política, Deng fará modificações táticas em seu projeto sempre que mostrar-se necessário, de forma a contar com o apoio necessário a implementação de seu projeto, o que responde, em boa medida, pela natureza gradualista das reformas.

Desde outubro de 1978 foi incentivado pelo PCCh que as pessoas expressassem as críticas contidas contra o estado de coisas vigente ao longo da Revolução Cultural de forma a demarcar uma nova fase política com defesa de garantias individuais. Em Pequim, os *dazibaos* tomaram os muros da Cidade Proibida, no que ficaria conhecido como “Muro da democracia”.¹⁶² Contudo, em janeiro de 1979, tal como ocorrera no

¹⁶⁰ Para um exame da política chinesa entre 1978 e 1997, ver MARTI (2007).

¹⁶¹ As lideranças remanescentes da Longa Marcha, tais como Deng e Chen, continuariam exercendo influência decisiva na condução do Partido, sendo, em última análise, os responsáveis pela nomeação dos ocupantes dos principais cargos políticos, como primeiro-ministro, presidente e secretário geral do Partido. Deng até 1997, quando faleceu, dará a última palavra na nomeação dessas lideranças, exceto no período entre 1989 e 1992, como será discutido adiante.

¹⁶² SPENCE, 1990, p. 660.

Movimento das Cem Flores duas décadas antes, as críticas foram além do esperado, e a reivindicação pela “Quinta Modernização”, concernente a liberdade política e democracia participativa, desencadeou uma onda de repressão e em diversas prisões. Estava claro que, no plano político, não haveria mudanças, tal como apresentando na seção anterior.

Externamente, 1979 assiste a invasão feita pelo Vietnã do Camboja, da qual resultou um ataque punitivo chinês ao Vietnã, campanha militar que apesar da vitória chinesa, mostrou as debilidades do ELP e sua necessidade de modernização. Mesmo não tendo contado com o apoio norte-americano para esta guerra, a relação entre os dois países continuaria estreita até 1989, com a concretização de acordos comerciais e a salvaguarda da China no espaço econômico internacional.

No que concerne as Reformas Econômicas, as principais mudanças levadas a cabo nesta primeira etapa (1978-1992) foram as seguintes:

- i) Dissolução das comunas e adoção do sistema de responsabilidade familiar;
- ii) Expansão das empresas dos distritos e vilas (TVEs);
- iii) Concessão de maior autonomia as empresas estatais;
- iv) Criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs);
- v) Reforma do sistema de preços;
- vi) Reforma no sistema bancário.

A reforma bancária será objetivo dos dois próximos capítulos, cumprindo nesta sessão breves um exame das demais cinco reformas, de forma a assinalar as características mais essenciais das transformações ocorridas na China a partir de 1978.

As Reformas Econômicas tivera início no campo. Em 1979 foi dissolvido o sistema comunal e estabelecido em seu lugar o sistema de responsabilidade familiar, algo parecido com a NEP de Lênin e a própria experiência chinesa na recuperação que se seguiu ao Grande Salto Adiante.¹⁶³ Neste sistema, as famílias recebiam o direito de uso das terras e se comprometiam a vender cotas da produção agrícola pré-definidas para o Estado, e o excedente a esta cota poderia ser vendido livremente nos mercados locais ou para o próprio governo. Neste novo regime, as famílias dispunham de maior grau de autonomia na definição do que produzir e como produzir. A descoletivização do campo avançou rapidamente: em 1980 5% das famílias rurais estavam neste sistema, em 1982, 70%, em 1983, 94%, em 1984, 97%.¹⁶⁴ Como resultado, houve uma elevada

¹⁶³ MORAIS, 2011, pp. 77-85.

¹⁶⁴ Idem, p. 78

fragmentação das unidades de produção agrícola em detrimento das grandes fazendas coletivas, com a redistribuição sendo feita de relativamente maneira equitativa – constituindo-se em uma segunda reforma agrária.¹⁶⁵

No sistema de responsabilidade familiar, a propriedade das terras rurais continuava pública, sendo do Estado ou coletiva. As famílias tinham a concessão ao uso, cabendo a responsabilidade aos governos locais de alocarem os lotes, regime que seria válido, com pontuais mudanças, até os dias de hoje.¹⁶⁶

Aproveitando-se da ampliação da área irrigada, que dobrou entre 1952 e o final da década de 1970, desenvolvimento de novas sementes, e da base industrial legadas pelo período maoísta,¹⁶⁷ a adoção do sistema de responsabilidade familiar no campo elevou substancialmente a produtividade do trabalho agrícola, elevando a oferta de grãos e alimentos, recuperando a renda rural e dinamizando a economia chinesa. No caso, da produção de grãos per capita aumentou a uma taxa anual de 3,8% ao ano entre 1979 e 1984, enquanto no Período Maoísta havia sido de 2,1%.¹⁶⁸

Esta expansão da produção agrícola levou ao aumento rápido da renda no campo, havendo tanto a redução da pobreza em níveis absolutos, com cerca de 150 milhões de camponeses sendo retirados da linha da pobreza como também a concomitante redução da desigualdade social, devido a aproximação do nível de renda entre cidade e campo.¹⁶⁹ Devido a estes resultados, o período 1979 e 1989 é denominado como “reforma sem perdedores”, em comparação ao período posterior, em que a economia continuará crescendo, mas com elevação da desigualdade.¹⁷⁰

A dissolução das comunas representará o fim da teia de seguridade social para a população camponesa, que crescentemente terá que pagar pelos serviços básicos de saúde e educação que antes usufruía gratuitamente. Nestas condições, o acesso a terra se constituirá nesta nova fase da economia chinesa no elemento principal de proteção social, impedindo o surgimento de uma classe de trabalhadores sem terra.¹⁷¹

Seriam protagonistas da primeira fase de reformas as chamadas *Township and Villages Enterprises* (TVEs), empresas de vilas e municípios que cumpririam um papel

¹⁶⁵ Idem, p. 81.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Idem, p. 88-89.

¹⁶⁸ Idem, p. 76.

¹⁶⁹ Idem, p. 58.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Idem, p. 60.

de extrema importância no aumento da produção industrial e no crescimento do emprego rural não-agrícola especialmente nas duas primeiras décadas de reformas.¹⁷²

A origem das TVEs vincula-se a criação dos distritos administrativos (*township*), que substituíram as comunas, e a as aldeias ou vilas (*villages*), que substituíram as brigadas de produção. A base industrial herdada do período anterior, seria o ponto de partida para o aparecimento das TVEs, empresas controladas pelos governos locais, mas geridas pelos trabalhadores, que estariam autorizadas a vender para o mercado. Começaram produzindo insumos agrícolas, materiais de construção e outros bens que as comunas já forneciam, mas aos poucos se concentram também na produção de bens de consumo, como têxteis e móveis, gozando de ampla autonomia frente ao governo central e muito menos taxado do que as congêneres estatais. Os eventuais lucros das TVEs eram repartidos com os governos locais, que, após a dissolução das comunas contavam com pouca arrecadação, mas se beneficiariam na condição de proprietários das TVEs dos seus resultados. As TVEs contavam em seu início com um regime de propriedade mal definido, não estando claro o quanto cabia às autoridades locais, o quanto cabia aos trabalhadores que conduziam as unidades produtivas. O fato é que os trabalhadores engajados na produção beneficiavam-se diretamente dos resultados, funcionando as TVEs, na maior parte das vezes, como empresas coletivas cooperativas subordinadas aos governos locais.

Em 1978, as TVEs empregavam 28 milhões de pessoas e respondiam por cerca de 5% do PIB; em 1996, empregavam 135 milhões e perfaziam 26 % do PIB.¹⁷³ São apontadas como as principais responsáveis pelo crescimento da produção industrial na primeira década das reformas, em que a produção mantém-se no mesmo patamar, perdendo, portanto, importância relativa em favor das TVEs. Uma vez que suas ações não estavam subordinadas diretamente ao planejamento central, como estavam as empresas estatais, responderam pelo o que Naughton (2007, pp. 92-93) chamará de “crescimento fora do plano”. As TVEs assumiram diferentes características segundo as regiões, sendo organizadas de diversas formas.¹⁷⁴ Nas Zonas Econômicas Especiais, que discutiremos logo a seguir, cumpriram papel relevante nas exportações, perfazendo cerca de um terço das exportações em 1993, estando autorizadas a estabelecerem parcerias com empresas transnacionais.

¹⁷² Acerca das TVEs, ver, por exemplo, NAUGHTON (2007, pp. 271-294), MORAIS (2011, pp. 90-95) e MASIEIRO (2006).

¹⁷³ NAUGHTON, 2007, p. 274-275.

¹⁷⁴ Idem, pp. 282-284.

Enquanto a atividade industrial assentada no campo obtinha resultados expressivos em um regime de operação mais próximo àqueles vigentes nas economias de mercado, as empresas estatais ganharam maior autonomia gerencial e administrativa. Contudo, suas ações permaneciam dependentes do planejamento central, sem poderem levar a cabo contratações e demissões, nem decidirem autonomamente sobre seus projetos de investimento. Assim, a reforma das empresas estatais pouco avançou nesta primeira fase das reformas, apesar da promulgação da Lei de Falências (*Bankruptcy Law*) em 1986, válida apenas para as empresas estatais e que só seria aplicada com maior assiduidade no final da década posterior.¹⁷⁵

As empresas estatais permaneciam com todos os encargos sociais que lhes eram atribuídos no período maoista, em que tinham compromisso com o pleno emprego, previdência dos empregados, além de assistência habitacional, médica, e educacional para toda a família do funcionário, compondo o chamado *danwei*.¹⁷⁶ Nos marcos de aumento da concorrência, grande parte das empresas estatais encontrariam enormes dificuldade para manterem sua rentabilidade, levando a muitas delas a se tornarem deficitárias em suas operações, como discutiremos adiante.

Entre 1979 e 1980 foram criadas as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), com o objetivo de promover as exportações por meio da associação de empresas locais com empresas transnacionais. Foram criadas quatro ZEEs nas cidades de Shenzhen, Zhuhai e Shantoun, na Província de Guandong, e Xiamen, na Província de Fujian. Todas estas cidades localizavam-se faixa litorânea ao Sul da China, próximas a Taiwan e Hong Kong, de forma a estreitar a relação com estes das localidades, povoadas por chineses, bem como outros países. Estes enclaves exportadores dispunham isenção fiscal, liberdade cambial, investimento em infraestrutura de forma a atrair investimentos e gerar divisas, recolhendo as Províncias parte considerável daquilo que fora arrecadado.¹⁷⁷ Seu objetivo atrair IDE, em um primeiro momento condicionado a associação com empresas locais. Assim, esperava-se obter transferência de tecnologia e práticas administrativas, bem como o acesso a canais de comercialização no exterior.

As ZEEs replicavam o modelo de zonas exportadoras existentes em outras experiências de industrialização asiática, como em Taiwan, por exemplo.¹⁷⁸ No caso

¹⁷⁵ Apenas em 2006, a Lei de Falência seria estendida também as empresas não-estatais, tratando de uma lei com maior abrangência que a anterior. Ver, por exemplo HALLIDAY (2007).

¹⁷⁶ MORAIS, 2012, p. 101.

¹⁷⁷ ACCIOLY, 2004, p. 209.

¹⁷⁸ NAUGHTON, 2007, pp. 407-408.

chinês as ZEEs, funcionariam como “laboratórios” para a liberalização econômica em outras partes do país, dispondo de maior autonomia administrativa e integração com o exterior do que as demais partes do país.

Em 1984, outras 14 cidades seriam autorizadas a receberem investimentos estrangeiros, sendo denominadas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), que também concederiam incentivos fiscais, mas em grau um pouco menor do que as ZEEs. Em 1985, foram criados três Triângulos de Desenvolvimento, no Delta do Rio Yangtzi, perto de Xangai, no Delta do Rio Minnan, perto de Xiamei e no Delta do rio Pérola, próximo de Guanzhou, que se aproveitaram dos mesmos incentivos que as demais ZDETs. Em 1988, a insular província de Hainan também se tornaria uma ZEE. É neste ano também que foi criada a Estratégia de Desenvolvimento da Costa, sendo estendida a política de atração de IDE para o restante da área costeira.

Desde o início, foi privilegiada a entrada de empresas estrangeiras em *joint ventures* com empresas locais, perfazendo ainda em 1992, 72,9% do IDE na China.¹⁷⁹ Apenas em 1986 as empresas totalmente estrangeiras foram autorizadas em definitivo a entrar no país, apesar de haver algumas experiências antes disso, como a 3M. As empresas totalmente estrangeiras deveriam cumprir duas condições: exportar 50% de sua produção e produzir mercadorias intensivas em tecnologia.¹⁸⁰ Até 1992, os IDEs cresceram continuamente, mas mantiveram-se em um patamar relativamente baixo, sendo seu impacto em escala nacional relativamente modesto, concentrando investimentos sobretudo de Taiwan e Hong Kong.¹⁸¹ Enquanto em 1986, as filiais estrangeiras perfaziam quase 2% das exportações, em 1991, correspondiam a 17,4%, mostrando a importância das empresas nacionais – estatais e TVEs – para as exportações no país.

As exportações e importações se elevaram entre 1978 e 1992, assumindo crescente papel na dinâmica econômica chinesa. Em 1978 tanto as exportações como as importações, representava cada uma 5,5% do PIB; em 1992, correspondiam, respectivamente, a 13,9% e 12,8%. Por outro lado, os empréstimos oficiais feitos por países e agências multilaterais também cumpriram um papel relevante nas contas externas chinesas até 1991,¹⁸² de forma que o país conseguiu manter seu balanço de pagamentos equilibrado, sem incorrer em déficits, nem superávits em transações

¹⁷⁹ OCDE, 2000, p.10.

¹⁸⁰ ACIOLY, 2001, p. 214.

¹⁸¹ NAUGHOTN, 2007, p. 402.

¹⁸² MEDEIROS (1999).

correntes sucessivos¹⁸³, e sem endividamento externo. Quanto ao IDE, até 1991, a entrada anual não ultrapassa 4,5 bilhões de dólares, correspondendo seu estoque neste ano 25,1 bilhões de dólares.¹⁸⁴, enquanto sua participação no investimento é inferior a 4%. Em 1992, há uma elevação da entrada de IDE, que atinge 11 bilhões de dólares, o equivalente a 7% do investimento total na China naquele ano.

Finalmente, cumpre observar que a coexistência do planejamento central e dos canais de mercado na alocação dos bens garantiu a vigência na China de um sistema dual de coordenação da atividade produtiva (*dual-track system*). Isto é, ao passo que os mecanismos de mercados eram adotados na produção agrícola e das TVEs, bem como nas ZEEs, o Estado preservava as empresas estatais, centrais, dentre outras coisas para os investimentos em infraestrutura (energia e transporte) continuavam em andamento garantindo estabilidade ao crescimento da demanda agregada. Este sistema dual também implicou para a maioria dos bens um sistema de preços em duas bandas: uma preço mínimo, válido para as aquisições feitas pelo Estado, e um preço livre, definido no mercado, geralmente maior que a primeira banda, que funcionava não apenas para a produção agrícola, mas para grande parte da produção das TVEs e empresas estatais também.¹⁸⁵ Não se tratava de dois tipos de propriedade, mas de dois mecanismos de coordenação distintos, o planejamento e o mercado.

Neste sistema dual, as empresas rurais, estrangeiras e privadas ganharam espaço, com as empresas estatais mantendo, o mesmo nível de produção que tinha na economia, ao passo que as demais empresas respondiam pela variação da produção total, sendo permitida a entrada de empresas não-estatais em setores antes destinadas apenas as empresas estatais.

Acerca das empresas privadas, em 1981 estava regulamentada as empresas individuais, que empregavam até oito pessoas e se dedicavam as atividades urbanas de serviços, comércio e transporte, ficando vetada ainda, as empresas privadas. Estas só seriam autorizadas em 1988, dentro de específicos limites, ganhando maior impulso apenas na década de 1990.¹⁸⁶

Até 1992, a despeito de grandes mudanças realizadas na economia chinesa, não houve um processo de privatizações e liberalização generalizada dos preços, tampouco a abertura total da economia ao exterior, havendo um impacto desigual das reformas no

¹⁸³ Ver seção 2.3.3.

¹⁸⁴ SILVA, 2011, p. 149.

¹⁸⁵ NAUGHTON, 2007, p. 92.

¹⁸⁶ SILVA e DATHEIN, 2012, p. 9.

país. Contudo, o fim das comunas, a proliferação de TVEs, a liberalização crescente dos preços e a consolidação de áreas receptoras de IDE na costa do país, assentavam novas bases para a organização da economia, que continuará a dispor de empresas estatais e outros controles diretos exercidos pelo governo.

Em decorrência das dificuldades em administrar as duas bandas de preços, a China seria acometida por uma aceleração inflacionária,¹⁸⁷ em 1988 e 1989 o índice de preços ao consumidor atingiu, respectivamente, 19% e 18%,. Como saída, o governo adotou medidas restritivas ao crédito, que redundaram também em desaceleração da economia, que cresceu nesses dois anos em torno de 4% a.a..

Em meio este problema conjunturais, as reformas caminhavam a rapidamente União Soviética, sob as promessa de abertura econômica (*perestroika*) e política (*glasnot*), aumentando as pressões populares por maior participação democrática na China. Uma homenagem estudantil ao antigo secretário geral do Partido (1982-1987), Hu Yaobang, identificado com a proposta de abertura política e reabilitação de presos políticos, na Praça da Paz Celestial, se desdobraria em uma manifestação por mais liberdade política no país – eleições livres, liberdade de imprensa, direito a livre organização dos trabalhadores –,¹⁸⁸ atraindo estudantes e trabalhadores de todas as partes da China.

Até aquele momento, as autoridades tinham sido capazes de conter com relativa facilidade as eventuais manifestações contrárias às reformas. Mas, desta vez, a mobilização reuniu um enorme contingente de pessoas, entre estudantes e trabalhadores urbanos, realizando uma grande mobilização no centro do poder do país, em Pequim, em um quadro de extrema instabilidade política externa, devido ao curso dos acontecimentos na Cortina de Ferro.

Houve um impasse entre a cúpula do Partido sobre como lidar com questão. O então secretário-geral do Partido Zha Ziyang (1987-1989),¹⁸⁹ se recusou a impor a lei marcial, resultando em seu afastamento, sob a anuência de Deng. Caberia a Li Peng, então primeiro-ministro, ordenar a lei marcial e o uso das forças militares para reprimir os protestos, atitude apoiada por Deng e pelos demais anciãos do Partido.¹⁹⁰ Estima-se que 1,3 mil pessoas morreram e entre dez e trinta mil foram presas, no que ficou

¹⁸⁷ MORAIS, 2011, p. 102.

¹⁸⁸ MARTI, 2007, p. 34.

¹⁸⁹ Zhao Ziyang havia sido primeiro-ministro entre 1980 e 1987, aliado de Deng e artífice das Reformas Econômicas durante a década de 1980. Ficará em prisão domiciliar entre 1989 e 2005, quando faleceu.

¹⁹⁰ FAIRBANK; GOLDMAN, 2006, pp. 375-376.

conhecido como “Massacre da Paz Celestial”. Sob a aprovação de Deng, Jiang Zemin assume no lugar de Zhao Zyang como secretário do Partido, cargo que ocuparia até 2002. Afirmava-se por esta ocasião, a intolerância do Partido com os possíveis questionamentos à sua autoridade central, posição alicerçada no apoio do Exército de Libertação Popular.

O regime político da China conseguirá, assim, resistir a ao efeito dominó desencadeado a partir da queda do muro de Berlim em 1989, que resultaria no fim do regime socialista nos países europeus até o final de 1991. Ao final deste processo a autoridade central do PCCh se consolidaria, tendo no progresso material um importante elemento de acomodação de tensões sociais, tendo a China crescido entre 1980 e 1989, 9,7% a.a. A China, terá um destino muito diferente daquele reservado a União Soviética e os demais países do leste europeu na década de 1990.¹⁹¹

O Massacre da Paz Celestial será o principal momento de violência aberta exercida pelas autoridades chinesas desde o início das Reformas, em que pese milhares de manifestações e greves terem irrompido no país ao longo dessas mais de três décadas, mas nunca apresentar com o mesmo ímpeto. Após 1989, a China desfrutará de relativa estabilidade política, apesar das latentes tensões existentes no país, tanto devido aos movimentos separatistas existentes, especialmente nas Províncias ocidentais (Tibete e Xinjiang), como ao aumento da desigualdade social e desemprego, crescente a partir da década de 1990.

Assim, esta primeira fase de reformas caracterizou-se por mudanças importantes na organização da economia, sem que, no entanto, houvesse uma ampla reestruturação nas empresas estatais ou uma abertura total da economia, em uma trajetória de mudanças marcada pelo gradualismo.

As ZEEs tiveram um papel na abertura da economia decisivo, mas o montante de IDE ainda era pouco representativo. Contudo, a partir da década de 1990, as reformas ganharam novo impulso, com impactos substantivos na organização interna da economia, com a perda de espaço inequívoca da participação direta do Estado na economia, e no aprofundamento da integração internacional da China nas cadeias produtivas globais.

¹⁹¹ Para uma comparação entre as transições realizadas pela China e União Soviética, ver MEDEIROS (2008).

Em 1989, Deng se afastada de todos os cargos políticos, acreditando que o curso do seu projeto político estava cristalizado no interior do Partido.¹⁹² Contudo, os incidentes da Praça da Celestial, o traria de volta as decisões do Partido, concordando com o afastamento e prisão domiciliar de Zhao Ziyang, que havia sido escolhido por Deng, para liderar a continuidade das reformas. Zhao havia abandonado os Quatro Princípios Cardeais, o que levou a Deng a se aproximar da facção conservadora do Partido, em nome da preservação da estabilidade política em torno do PCCh.

Este movimento abriu espaço no Partido, em um contexto internacional completamente frágil para os regimes socialistas, para uma retomada conservadora que se estenderia até 1992. Isto é, a facção liderada por Chen Yun, que esperava conter o ritmo das reformas econômicas, torna-se majoritária no Partido, minando, ao menos temporariamente, as aspirações de Deng.

Diante deste quadro, Deng articula, entre 1989 e 1992, com o ELP, as lideranças provinciais e lideranças do Partido, o que Marti (2007) denominou de o Grande Compromisso, recolando a China na estrada da “tarefa fundamental e dois pontos básicos”. Este Grande Compromisso compreendia o apoio do ELP às reformas preconizadas por Deng sob a promessa de modernização e acesso a maiores recursos, garantidos tanto pelo crescimento do país, como, em particular, pela remessa de rendas das Províncias, cujas lideranças, especialmente daquelas contempladas pelas ZEEs, apoiavam também a iniciativa de Deng.¹⁹³

Segundo Marti (2007), Deng fará, neste ínterim, uma manobra política análoga a de Mao, quando após as políticas de recuperação que seguiram o Grande Salto, perde força no Partido e busca apoio fora do Partido, movimento cujo resultado seria a Revolução Cultural. Enquanto Mao se apoiou especialmente nos estudantes, trabalhadores e no ELP, levando a cabo a exasperação de sua estratégia de revolução permanente e igualitarismo, Deng encontraria força nas Províncias do Sul e no ELP para consolidar sua estratégia de uma “tarefa básica, dois pontos fundamentais”.

Assim, em 1992, Deng, aos 88 anos, empreende uma longa viagem às cidades de Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Xangai dentre outras, reafirmando a necessidade da China prosseguir pelo caminho das reformas e abertura econômica, e preservação do monopólio político do PCCh, como forma de alcançar o desenvolvimento das forças produtivas e afirmação da soberania nacional em um cenário internacional,

¹⁹² MARTI (2007).

¹⁹³ Idem.

tendencialmente, não mais bipolarizado. Deng logrará êxito no seu intento, consolidando o primado de sua estratégia no Partido no 14º Congresso do PCCh, no qual, como já mencionamos, o “socialismo com características chinesas” torna-se figura de linguagem oficial do país, consolidando-se como estratégia adotada pelo Partido. Define-se em 1992, que os cargos de presidente e primeiro-ministro passariam a ter cinco anos, renováveis por mais cinco e que a aposentadoria compulsória de 68 anos.

Jiang Zemin consolida-se sua proeminência PCCh a partir de 1992, quando passa a ocupar além do cargo de secretário-geral do Partido, a presidência. Li Peng sofre um ataque cardíaco em 1993, abrindo espaço para Zhu Ronji, então vice primeiro-ministro, projetar-se entre as principais lideranças, sendo tanto ele como Jiang, alinhados a estratégia de Deng.

Em 1995, Chen Yun vem a falecer e, dois anos depois, em 1997, é a vez de Deng, encerrando o período de controle do PCCh das lideranças forjadas na Longa Marcha. Em 1998, Zhu Ronji torna-se primeiro-ministro, assegurando junto com Li Peng a manutenção da estrada das Reformas Econômicas pelos próximos anos, havendo desde meados da década de 1990, o aprofundamento das reformas econômicas e da integração da China na economia mundial. Estas duas lideranças ficariam no poder até 2003, quando seriam substituídos, respectivamente, por Hu Jintao e Wen Jiabao, que renovariam o compromisso com o socialismo com características chinesas.

Do ponto de vista das reformas, desde o final de 1993 há um rápido e acumulativo abandono das cotas de produção definidas no âmbito do planejamento central, havendo um processo de integração do mercado nacional, em que os preços de mercado se generalizam, sendo mantidos controles residuais no sistema de preços, como observa-se na Tabela 1.

Tabela 1
China: Evolução dos conduzidos a preços de mercado
entre 1978 e 2003 (%)

Tipos de bens	Definição do preços	1978	1985	1991	1995	1999	2003
Bens intermediários	Preço de mercado	0	13	46	78	86	87,3
	Preço regulado pelo Estado	0	23	18	6	4	2,7
	Preço fixado pelo Estado	100	64	36	16	10	10
Bens finais	Preço de mercado	3	34	69	89	95	96,1
	Preço regulado pelo Estado	0	19	10	2	1	1,3
	Preço fixado pelo Estado	97	47	21	9	4	2,6
Produtos agrícolas	Preço de mercado	6	40	58	79	83	96,5
	Preço regulado pelo Estado	2	23	20	4	7	1,6
	Preço fixado pelo Estado	93	37	22	17	9	1,9

Fonte: National Reform and Development Commission and Price Yearbooks, apud OCDE, 2005, p. 29.

A partir de 1994, as resoluções do 14º Congresso do PCCh começam tomar forma, sendo anunciadas uma série de reformas com o intuito de modernizar o país, qual seja a aproximá-lo do ponto de vista da política econômica dos países capitalistas. Assim, neste ano são implementadas reformas no campo fiscal, cambial e monetário, bem como em relação à condução das empresas estatais e no grau de abertura da economia.

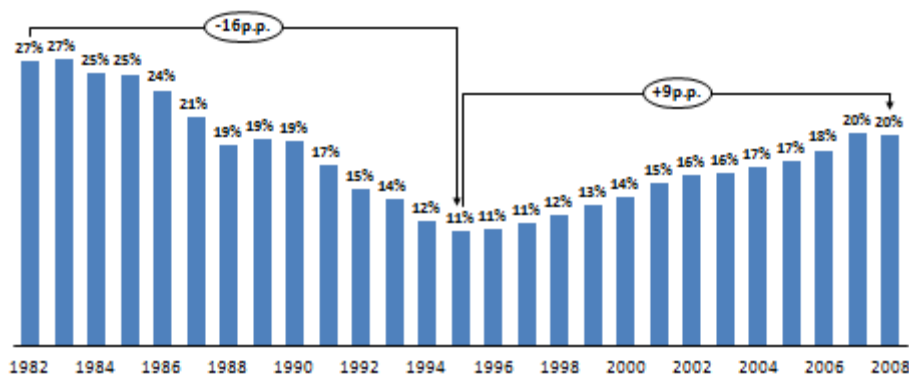
A carga tributária, desde o início das reformas caiu paulatinamente, uma vez que os saldos positivos de todas as empresas que antes eram transferidos para o governo central, passaram, cada vez mais, a ficarem com as próprias empresas estatais e, sobretudo rurais, não havendo nenhuma medida compensatória. As TVEs e as empresas estrangeiras ficaram praticamente isentas de impostos coletados pelo Governo central, transferindo parte de suas receitas aos governos locais, que estavam autorizados a criarem fontes de arrecadação válidas para sua jurisdição. Tampouco, haviam impostos sobre a renda das pessoas, que progressivamente retinham parcelas maiores da renda.¹⁹⁴

Assim, entre 1978 e 1994 há um duplo movimento de descentralização e queda da carga tributária, de sorte que em 1995, esta correspondia a apenas 11% do PIB, uma queda de 16 pontos percentuais em relação a 1982. Em 1994, é empreendida uma ampla reforma tributária de sorte a elevar a carga tributária, racionalizá-la e recentralizando os tributos em favor do governo central. Assim, foram criados três novos impostos: um sobre o valor adicionado, outro sobre o consumo e outro sobre serviços, que acabariam

¹⁹⁴ Para um exame da reforma tributária e evolução da política fiscal na China a partir de 1978, ver, por exemplo, SHUANGLIN (2009).

por resultar na recomposição da carga tributária nos seguintes, como observa-se no Gráfico 1.

Gráfico 1
China: Evolução da Carga Tributária entre 1982 e 2008 (% do PIB)

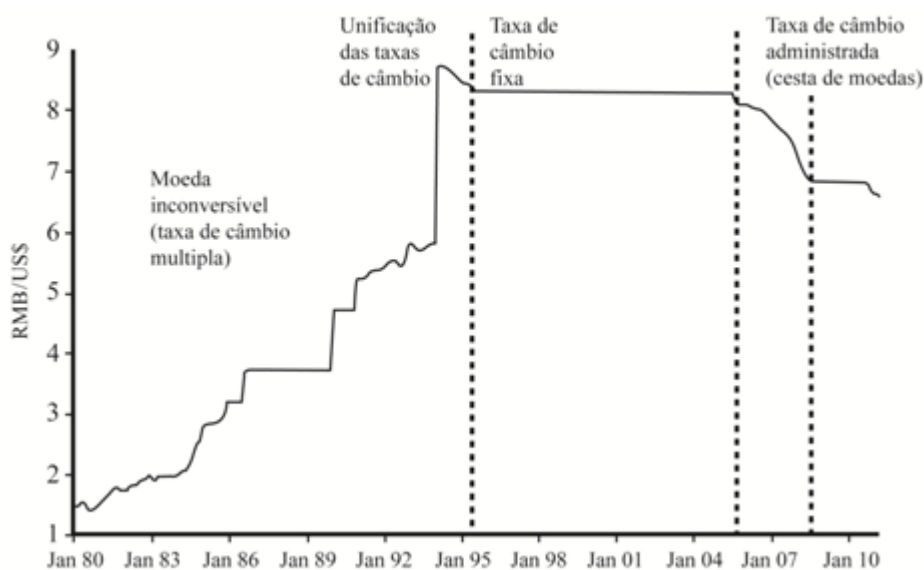


Fonte: FMI, *Public Finances in Modern History* (2012).

A política monetária assiste a mudanças importantes, como será discutido no próximo capítulo. Cumpre assinalar que há um esforço em tornar as ações da autoridade monetária mais próxima a dos demais países e um movimento de segmentação do mercado bancário, com o intuito de tornar suas práticas assentada em critérios comerciais, o que ocorreria com maior vigor apenas no final da década de 1990.

Por sua vez, também em 1994 há a unificação das taxas de câmbio. Entre 1978 e 1994 prevaleceu na China um sistema de câmbios múltiplos, que diferenciava as categorias de bens importados e exportados a partir de uma taxa oficial. Neste período, a conta corrente era inconversível, de sorte que as empresas envolvidas em transações com o exterior poderiam reter apenas uma pequena parcela de seus rendimentos em moeda estrangeira. Em 1994, foram unificadas as taxas de câmbio em torno do nível mais desvalorizada praticado, sendo mantida uma paridade praticamente fixa em relação ao dólar, definida em US\$ 1 para RMB 8,28, taxa de câmbio que se manteria fixa até 2005, quando o RMB passou a flutuar dentro uma estreita banda em relação a uma cesta de moeda, tal como verifica-se no Gráfico 2.

Gráfico 2
China: Evolução da taxa de câmbio entre 1980 e 2011 (RMB/US\$)



Fonte: FMI, apud McKINNON e SCHNABL, 2012, p. 4.

A taxa de inflação atinge seu pico, acelera em 1994 devido a forte depreciação cambial, atingido 24%, cedendo nos anos seguintes, quando ficará em um patamar inferior a 6%. A partir de 2005, a taxa de câmbio passou a variar em relação a uma cesta de moeda, dentro de uma banda estreita, e desde 2008 mostra-se ainda mais estável, levando alguns autores a considerar que a taxa de câmbio tornou-se novamente fixa.¹⁹⁵

Assim, grosso modo, enquanto até 1994 a China contava com taxas múltiplas definindo segundo o tipo de bem a taxa prevalecente, suas exportações e limitando as importações, a partir deste ano, passam a contar com uma taxa de câmbio estável e, inicialmente, desvalorizada, tal como verificamos no Gráfico 2, sendo este um importante elementos explicativo para a performance exportadora do país, como será discutido à frente.

Em 1996 é estabelecida a plena conversibilidade das transações correntes, em que os exportadores e importadores passaram a ter acesso à moeda estrangeira, ao passo que a conta capital e financeira permaneceria rigidamente controlada.¹⁹⁶ A experiência chinesa neste particular destoa das demais economias periféricas nos marcos do aprofundamento da globalização financeira, caracterizado pela elevação rápida dos fluxos de capitais internacionais, notadamente os de curto prazo, processo em curso

¹⁹⁵ Acerca da evolução da taxa de câmbio na China, ver, por exemplo, deste ponto, ver, por exemplo, McKINNON e SCHNABL (2012) e KEIDEL (2008).

¹⁹⁶ Sobre o controle de capitais na China ver item 3.4.3, a seguir.

desde o final da década de 1970.¹⁹⁷ Entre as décadas de 1980 e 1990, a maior parte das economias periféricas, notadamente as da América Latina, mas também, a partir da década de 1990, as economias do sudeste asiático, abriram suas contas externas aos fluxos de capitais de curto prazo, engendrando nestes países volatilidade cambial, endividamento externo de curto prazo e instabilidade macroeconômica, expressa nas sucessivas crises cambiais ao longo da década de 1990. Paralelamente, a China se destacará pela estabilidade cambial, por preservar a conta capital e financeira relativamente controlada, privilegiando até o começo da década de 2000, apenas o IDE, mostrando-se capaz de alcançar superávits sucessivos em transações correntes, a partir de 1994.¹⁹⁸

A China se beneficiou largamente do movimento de valorização cambial ocorrido no sudeste asiático na primeira metade da década de 1990, cujo resultado foi a apreciação relativa da sua moeda chinesa. Neste momento, o país receberia, crescentemente volume de IDEs, tornando-se o segundo principal destino em 1992. Enquanto entre 1980 e 1994 o estoque de IDE no país cresceu de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 58,4 bilhões, até 2000, o estoque alcançaria US\$ 165 bilhões desta modalidade de ingresso de capital estrangeiro no país.

A promulgação da Lei das Corporações (*Company Law*), no final 1993, completa o conjunto de reformas instituídas em 1994 que definiriam os limites da evolução da economia chinesa pelos anos seguintes. A Lei das Corporações fornecia um aparato legal para todos os tipos de empresas, indicando como horizonte para as empresas estatais se transformarem, no caso das maiores, em empresas de capital aberto, e, no caso das menores, em sociedades limitadas. O objetivo era separar em definitivo o capital social das empresas estatais do governo central, tornando-as instituições independentes, como as demais empresas, o que complementava o arcabouço jurídico iniciado com a Lei de Falências acerca da definição dos direitos de propriedade na China, que permaneceriam difusos.¹⁹⁹

A Lei de Corporações atribuía ao conselho diretor das empresas o poder supremo na condução da empresa, devendo as empresas se orientarem segundo as diretrizes definidas por ele. Contudo, uma vez que representantes do Estado passam a atuar como um acionista, a separação jurídica entre a propriedade e a gestão, não é feita

¹⁹⁷ Sobre o processo de Globalização Financeira, ver, por exemplo, CARNEIRO (1999).

¹⁹⁸ Sobre a evolução do controle de capitais na China, ver HERR (2007).

¹⁹⁹ NAUGHTON, 2007, p. 314-315.

em termos puramente comerciais, estando estas empresas sujeitas as diretrizes definidas pelo Estado.

Todavia, a lucratividade das empresas torna-se ao longo da década de 1990 um objeto constante de preocupação dos reformadores, de forma que os critérios e práticas adotadas visam este fim. Isto é, o objetivo era definir claramente um sistema de responsabilidade, estabelecendo os limites da influência do governo central, de sorte que este passava a participar mais das decisões estratégicas das empresas e menos no funcionamento operacional, que deveria responder aos melhores critérios existentes no mercado. Até 1997, o processo de privatizações não avançou na China, mas ficava estabelecida, pouco a pouco, uma agenda de transformações para o país, de forma a ampliar o espaço de participação do mercado na economia chinesa.

Em Julho de 1997 irrompe-se a Crise Asiática, com efeitos extremamente negativos sobre as principais economias do sudeste asiático notadamente Coreia do Sul, Indonésia, Malásia e Tailândia, que assistiriam a forte retração de suas economias.²⁰⁰ Esta crise foi mais um episódio de crise cambial associado ao endividamento em moeda estrangeira de curto prazo na década de 1990, tal como ocorrera no México, em 1994, e, posteriormente, na Rússia, em 1998, no Brasil, em 1999 e na Argentina, em 2001.²⁰¹

A evolução dessas crises guardou certo grau de semelhança. Aproveitando-se da elevada liquidez internacional que marcou as economias centrais na primeira metade da década de 1990, houve o aumento do endividamento em moeda estrangeira de curto prazo, valorizando-se o câmbio, seguindo-se a expansão interna do crédito e da renda, e, posteriormente, no acúmulo de déficit em transações correntes. A seguir, o aumento do déficit em transações desencadeia uma crise de confiança na moeda, em contexto de livre mobilidade de capitais, resultando em crise cambial, levando a fuga de capitais com efeitos negativos sobre a economia doméstica.

A China não foi impactada diretamente por esta crise, na medida em que seu endividamento de curto prazo era pouco relevante, dado o exercício do controle de capitais, e vinha sustentando superávits consecutivos em transações correntes. Assim, o país acumulava reservas e preservou sua taxa de câmbio nominal no mesmo nível. Contudo, a China sofre o impacto pela balança comercial, o que, ao fim e ao cabo, não comprometerá o seu crescimento entre 1997 e 1999. Nestes três anos, o país cresceu

²⁰⁰ Em 1998, o PIB da Coreia do Sul se contraiu em, 6,7%, a da Indonésia, em 13,2%, a da Malásia, em 7,5%, e a da Tailândia, em 10,4%, apud MEDEIROS (2001, p. 54).

²⁰¹ Sobre a crise asiática, ver, por exemplo, MEDEIROS (2001).

respectivamente, 9,3%, 7,8% e 7,6%, respectivamente, dando sinais do elevado grau de autonomia da dinâmica de sua economia em face ao quadro internacional. Por outro lado a sustentação de sua taxa de câmbio será um importante fator de recuperação das demais economias asiáticas a partir de 1998.²⁰²

Neste específico contexto, após o 15º Congresso do PCCh, em 1997, fica definido o início das privatizações no país, em que os governos locais passam a estar autorizados a levar adiante a reforma das empresas sobre seu controle. Após quase duas décadas de reformas, a China dá início a um processo aberto de privatizações, que, como as demais mudanças na economia, não seria realizada de forma desordenada e radical. A estratégia adotada na condução das privatizações ficaria conhecida como “ficar com as grandes e deixar pequenas”, isto é, tratava-se de reestruturar as empresas de maior porte, com o objetivo de formar grandes grupos industriais em setores considerados estratégicos e privatizar as pequenas e médias empresas.²⁰³

Como assinalado anteriormente, muitas empresas se tornaram deficitárias desde o início das reformas econômicas, devido o aumento da concorrência e as dificuldades das empresas estatais se inserirem no mercado dado o aparecimento de novos tipos de empresas. Muitas empresas estatais, devido aos seus pesados encargos sociais e a incidência de impostos, tal como mencionamos antes, assistiram à erosão de suas receitas, notadamente nos segmentos em que concorriam com as TVEs e empresas transnacionais. A não privatização dessas empresas deficitárias foi contrabalançada pelo aumento dos empréstimos bancários, que, por seu turno, comprometeria a qualidade dos ativos dos bancos envolvidos nestas operações notadamente os grandes bancos estatais, como veremos no capítulo seguinte.²⁰⁴ Contudo, dada a importância da preservação do tecido social no quadro geral de reformas, a manutenção das empresas estatais e das garantias por ela fornecidas, consubstanciadas no *danwei*, se constituiu em importante elemento diferenciador da transição chinesa em relação àquelas verificadas nos países socialistas europeus.

Com efeito, entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira da década seguintes, cerca de 50 milhões de pessoas seriam demitidas no setor estatal. Em conjunto com o movimento migratório no país, ambos os movimentos responderiam pelo aumento do setor informal nas grandes cidades chinesas e a ampliação da

²⁰² MEDEIROS, 2006, p. 4.

²⁰³ NAUGHTON, 2007, p. 105.

²⁰⁴ Idem, p. 311-312.

segmentação do mercado de trabalho no país.²⁰⁵ Esta fase das reformas, devido a estes resultados, seria chamada de “reformas com perdedores”.

Boa parte das empresas pequenas e médias foi vendida para os próprios funcionários e gestores, ou transformadas em sociedades por ações vendidas aos funcionários das empresas, em um processo conduzido pelos governos locais, detentores de grande parte dessas empresas menores. As TVEs fizeram parte deste processo, muitas das quais, privatizadas da mesma maneira mencionada anteriormente.

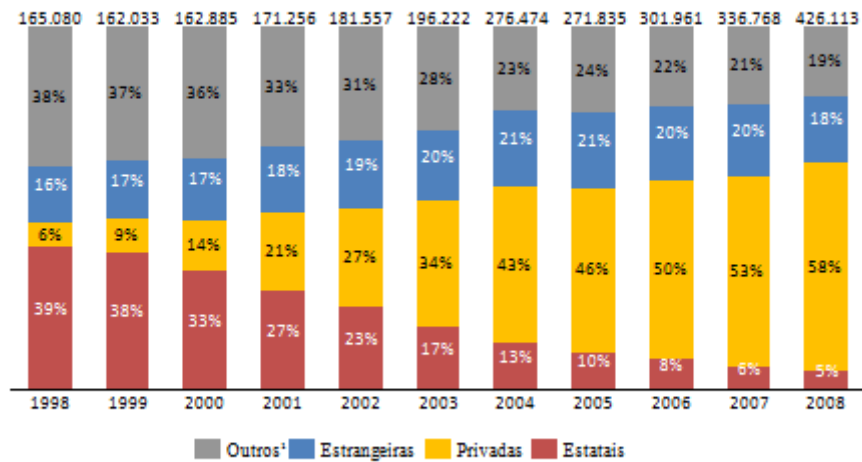
Por sua vez, entre as empresas estatais maiores houve um processo de fusões e aquisições de sorte a forma grandes grupos nacionais. Estas empresas teriam seu capital aberto,²⁰⁶ nos termos da Lei das Corporações, constituindo-se em empresas do setor bélico, de exploração e refino de petróleo e refino, metalurgia, eletricidade e telecomunicações, setores intensivos em capital, com economias de escala significativas.

Como resultado, entre 1998 e 2008, há um processo contínuo de privatizações, em que as empresas estatais retidas são aquelas com maior intensidade capital produto, em que há uma redução do número de empresas estatais. O Gráfico 3, mostra a evolução do número de empresas estatais e coletiva, incluídas na categoria *Outros*, indicando a inequívoca redução do número de empresas públicas em favor de outros tipos de propriedade, especialmente privadas.

²⁰⁵ MORAES, 2011, p. 131.

²⁰⁶ Em 1990 foram criadas as bolsas de valores chinesas nas cidades de Xangai e Shenzhen. Em 1999, foi estabelecida a *China Securities Regulatory Commission* (CSRC), é a agência de regulação responsável pela abertura de capital das empresas, cabendo a ela decidir quais empresas podem abrir capital e sob que condições.

Gráfico 3
China: Distribuição do número de empresas na indústria por tipo de propriedade entre 1998 e 2008 (RMB bilhões)

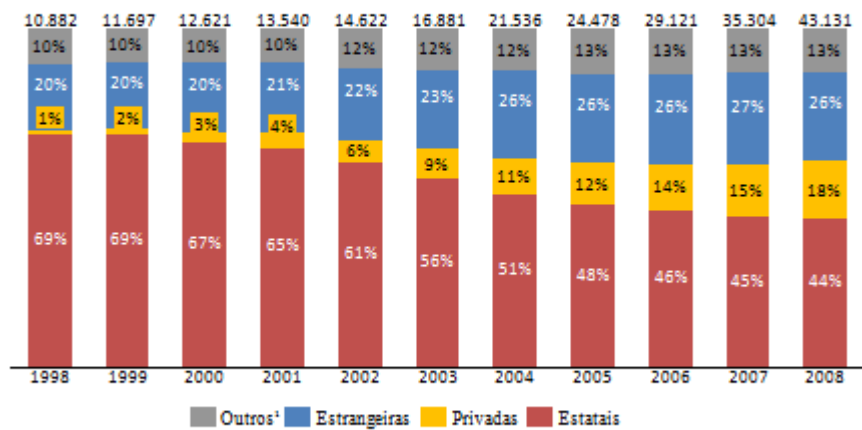


Nota: 1) Inclui empresas coletivas.

Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012). Elaboração própria.

Por sua vez, esta redução no número de empresas estatais, não refletiu em uma queda equivalente na sua participação no total de ativos indústrias, tal como vemos no Gráfico 4.

Gráfico 4
China: Distribuição do total de ativos da indústria por tipo de propriedade entre 1998-2008 (RMB bilhões)

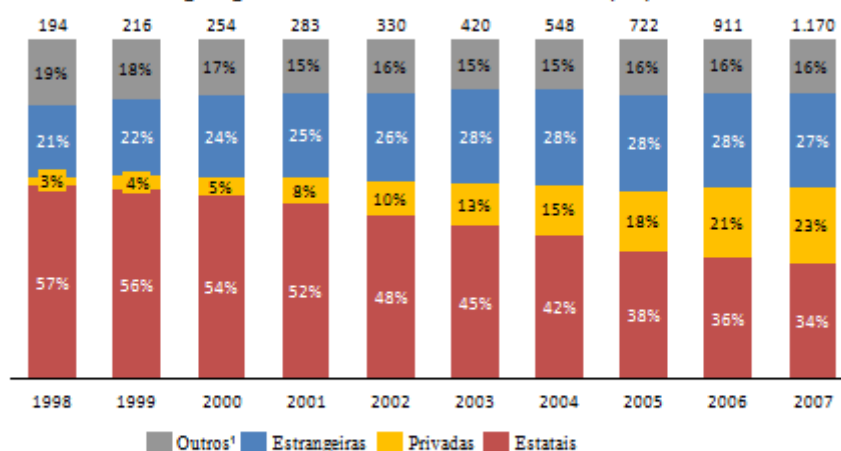


Nota: 1) Inclui empresas coletivas.

Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1999-2012). Elaboração própria.

De forma análoga, o setor estatal apesar da queda continua muito relevante oferta de bens industriais, correspondendo, em 2008, a 34% do total do valor adicionado pela indústria chinesa.

Gráfico 5
China: Distribuição do valor adicionado na indústria por tipo de propriedade entre 1998 e 2007 (%)



Nota: 1) Outros: Inclui empresas coletivas.

Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1999-2012). Elaboração própria.

A iniciativa de formar grandes grupos nacionais data de 1991, com a escolha de 57 grupos denominados *Trial Group*, estendida para 100 e, em 1997, 120 grandes grupos industriais a serem controlados diretamente pelo governo central. Estes grupos compunham o conjunto de empresas que receberiam incentivos fiscais, creditícios, comerciais, dentro outros, de sorte a desenvolverem internamente tanto centros de pesquisa em tecnologia como também a criação de companhias financeiras internas.²⁰⁷

Em 2003 seria criada a *State Asset Supervision and Administration Commission* (SASAC) órgão estatal responsável por supervisionar e coordenar as empresas estatais subordinadas ao comando central. Por meio da SASAC, estaria assegurada ao poder central a presença de membros ligados ao governo no conselho diretor das empresas, lhe permitindo o acompanhamento e influência na tomada de decisões estratégicas das empresas, como a parceria com outras empresas transnacionais.²⁰⁸ Em 2011, eram 125 grupos sob o controle da SASAC.²⁰⁹ Este conjunto de empresas, em princípios atuantes em escala nacional, a partir de 2000, seria preparado para atuar em âmbito internacional, tal como será visto na próxima seção, sob o projeto que ficaria conhecido como *Going Global*.²¹⁰

²⁰⁷ SILVA, 2011, p. 130.

²⁰⁸ Em 2004 e 2005, as Províncias e Municípios passariam a contar com seus próprios órgãos de supervisão, sobre as empresas locais cujos governos locais permaneciam como sócio majoritário.

²⁰⁹ Para uma avaliação extensa dos grandes grupos nacionais chineses ver, SILVA (2011).

²¹⁰ Idem.

Neste projeto, que seria estendido a outras empresas, as corporações chinesas contariam com incentivos do Estado para expandirem seus investimentos fora do país. O *Going Global* teria um impacto substantivo na saída de IDE do país, recebendo as empresas suporte creditício, fiscal e outros suportes neste movimento de projeção para a economia internacional.²¹¹ Em 2010, o estoque de IDE chinês no exterior era de US\$ 315 bilhões, distribuídas por 178 países, sobretudo, asiáticos (72%), destacando-se também os investimentos nos países africanos (4%).²¹² Do ponto de vista setorial, seria diversificado, com empresas de recursos minerais, transporte e outros, com o setor financeiro respondendo por 17% deste estoque, um dos principais componentes. As empresas estatais dominariam a expansão do IDE chinês, correspondendo a 100% do IDE em 2005 e 89%, no primeiro semestre de 2011.²¹³

A China apresentaria notável êxito na formação de grandes empresas nacionais após o processo de reestruturação das empresas estatais. Em 2012 teria 73 empresas entre as maiores do mundo segundo a célebre classificação da revista *Fortune Global* que mede o tamanho das empresas pelo faturamento anual em dólares, em diversos ramos como, por exemplo: *China Railway Construction* (construção civil), *Sinopec* (refino de petróleo), *China Mobile* (telecomunicações) a *Dongfeng Motors* (automobilístico) *State Grid* (infraestrutura e serviços públicos).²¹⁴

2.2 Análise da Evolução dos Indicadores Macroeconômicos da China

Nesta seção, será examinada brevemente a evolução de alguns dos principais indicadores macroeconômicos referentes à dinâmica de crescimento e de inserção externa da China entre 1978 e 2008. O objetivo é examinar um pouco mais detidamente o movimento ascendente do país, tanto no plano interno como externamente nestas três décadas, de forma a identificarmos as principais tendências macroeconômicas da China ao longo do período analisado. Como será argumentado, esta trajetória combinou acelerado crescimento econômico, liderado por componentes internos da demanda, e uma elevação acentuada da abertura comercial da economia, resultando num acúmulo crescente de reservas a partir da segunda metade da década de 1990.

²¹¹ SIVA, 2011, p, 131.

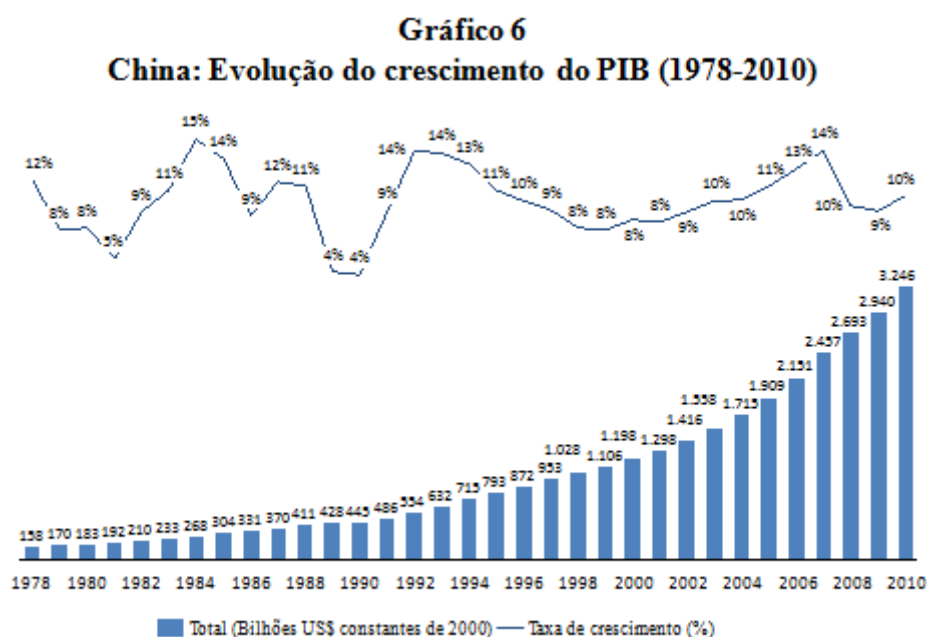
²¹² SILVA e DALTHEIN, p. 2012, p. 17.

²¹³ Idem, p. 20.

²¹⁴ Revista Fortune Global 2012.

2.3.1 A dinâmica de crescimento chinês

O ritmo de crescimento da economia chinesa nestas três décadas foi da ordem de 10% a.a., com um desvio padrão de 2,8%, representando para o PIB um contínuo aumento de 20,5 vezes ao longo do período, como podemos observar no Gráfico 6. Portanto, a economia chinesa sustentou taxas elevadas de crescimento, não apresentando sobressaltos significativos ao longo desses anos, tendo sido a menor taxa de crescimento de 4%, para os anos de 1988 e 1989.

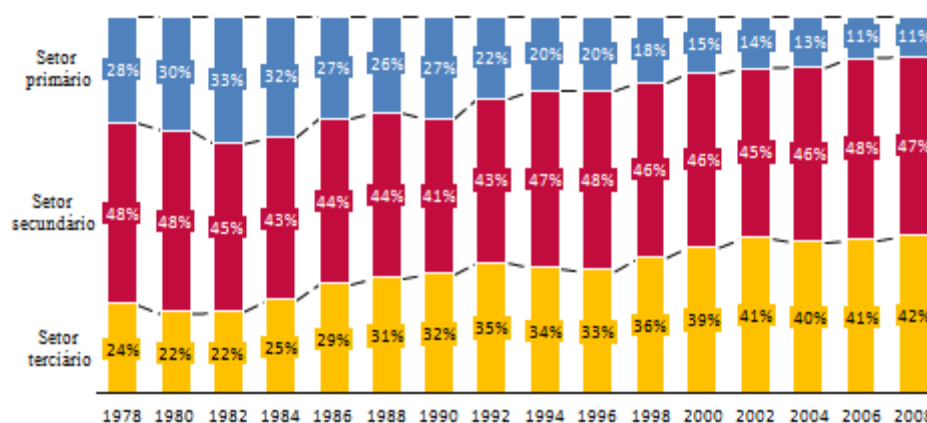


Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2012). Elaboração própria.

A China vivenciou entre 1978 e 2008 um processo inequívoco de mudança estrutural em sua economia, que continua em curso. Este processo está associado à diversificação de seu setor industrial, a perda de peso do setor primário no conjunto da economia, ao passo que o setor de serviços aumenta sua participação, movimento correlato a marcha da urbanização no país, tal como será visto adiante. Desta forma, como verificamos no Gráfico 7, enquanto, em 1978, a participação do setor primário no PIB era de 28%, ela declinou para 11%, em 2008, ao passo que o setor terciário aumentou sua participação de 24% para 42% no mesmo intervalo de tempo. O setor secundário manteve-se relativamente no mesmo patamar, variando dentro de uma faixa de 41% a 48%. Assim, enquanto entre 1949 e 1978 a perda de participação do setor primário decorreu do aumento da participação da indústria, entre 1978 e 2008, este

movimento relaciona-se ao aumento dos serviços. Este aumento da participação dos serviços, por sua vez, é resultado do processo de urbanização e crescente mercantilização da economia, fatos que levaram ao aumento dos serviços associados ao comércio, bem como a diversificação da oferta de serviços de toda sorte, com destaque para os serviços pessoais, praticamente inexistentes no período anterior.

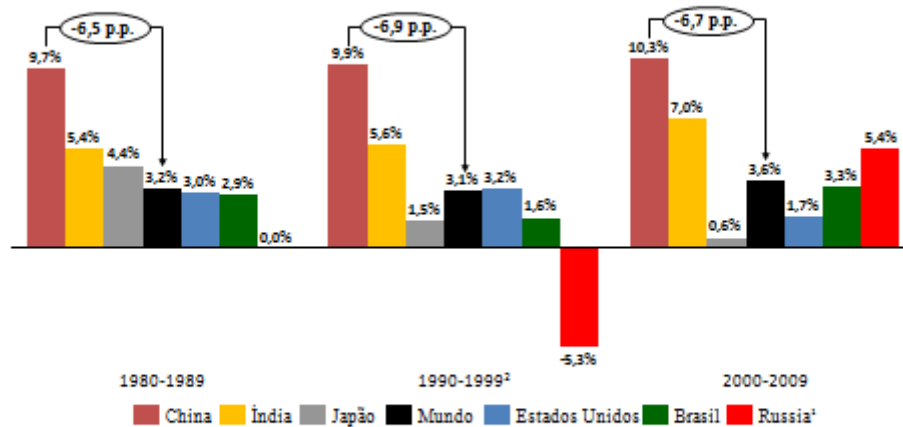
Gráfico 7
China: Composição setorial do PIB entre 1978 e 2008 (% do PIB)



Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012). Elaboração própria.

A trajetória de crescimento da China entre 1978 e 2008 foi não apenas rápida, sendo também muito superior ao das principais economias do mundo, superando fartamente a média mundial do período, como é possível verificar no Gráfico 8. Chama atenção o desempenho recessivo verificado na Rússia entre 1990 e 1999, em seu traumático processo de transição para uma economia de mercado, aludido na seção anterior.

Gráfico8
Comparação internacional: Crescimento real anual médio do PIB
entre 1980 e 2009 (% ao ano)

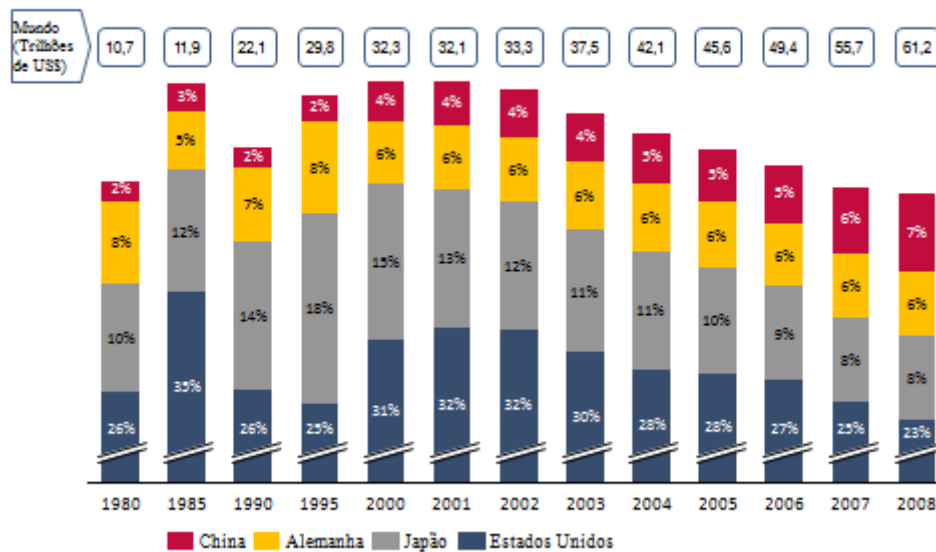


Nota: 1) O FMI não disponibiliza os dados de crescimento da antiga União Soviética. A atual Rússia (Federação Russa), enquanto país independente, teve início em 1991, com a dissolução da União Soviética, processo que se encerraria em 31 de Dezembro daquele ano. 2) A média para a Rússia corresponde ao intervalo entre 1991 e 1999.

Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (2012). Elaboração própria.

Como resultado, ilustrado no Gráfico 9, este ritmo de crescimento chinês levou ao aumento progressivo da participação do país na economia mundial, em contraposição a queda da participação do Japão e dos Estados Unidos, o que ilustra a tendência do movimento recuperador da economia chinesa em comparação a economia mundial, tendo em vista a participação chinesa no início do século XIX. Em 2009, a China se tornaria a segunda economia do mundo, ultrapassando o Japão.

Gráfico 9
Comparação internacional: Participação no PIB mundial medido em
US\$ correntes 1980-2011 (% do PIB mundial)



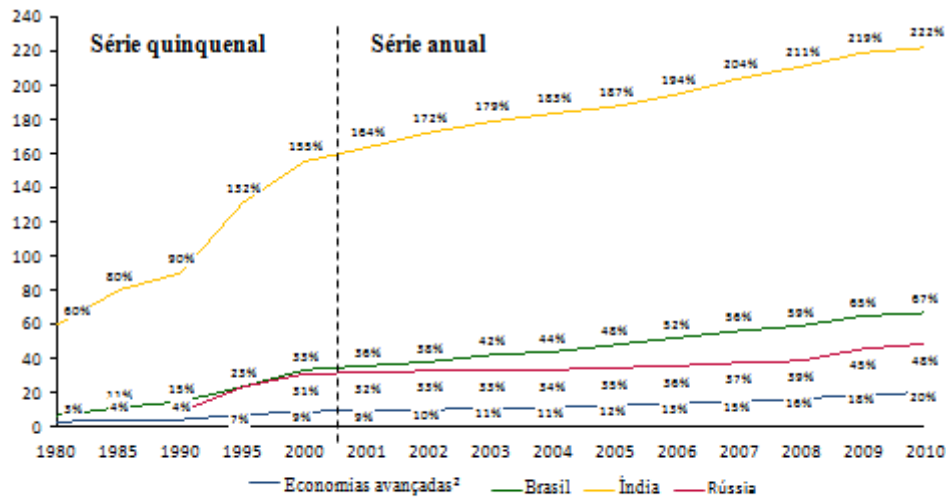
Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (2012). Elaboração própria.

Todavia, o país ainda guarda uma expressiva distância em relação aos Estados Unidos, e, apesar do aumento expressivo do PIB per capita chinês, este ainda continuará muito inferior ao das economias avançadas.²¹⁵ Verifica-se no Gráfico 10 que apesar do PIB per capita chinês ter crescido a uma taxa anual média de 8,7%,²¹⁶ ainda correspondia em 2008 a apenas 20% daquela verificada para as economias avançadas e 67% do PIB per capita brasileiro. Esta relação era 3% em 1978. Mantida às tendências de crescimento da economia chinesa e baixo crescimento nos países centrais, espera-se uma convergência cada vez maior entre os níveis de renda per capita da China e das economias avançadas.

²¹⁵ A designação *Economias avançadas* contempla os seguintes países na classificação do FMI: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hong Kong, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos Portugal, Reino Unido, República Checa, San Marino, Suécia, Suíça, Taiwan.

²¹⁶ Banco Mundial, *World Development Indicators* (2012).

Gráfico 10
China: Evolução do PIB per capita da China como proporção do PIB per capita de outros países (% do PIB)¹

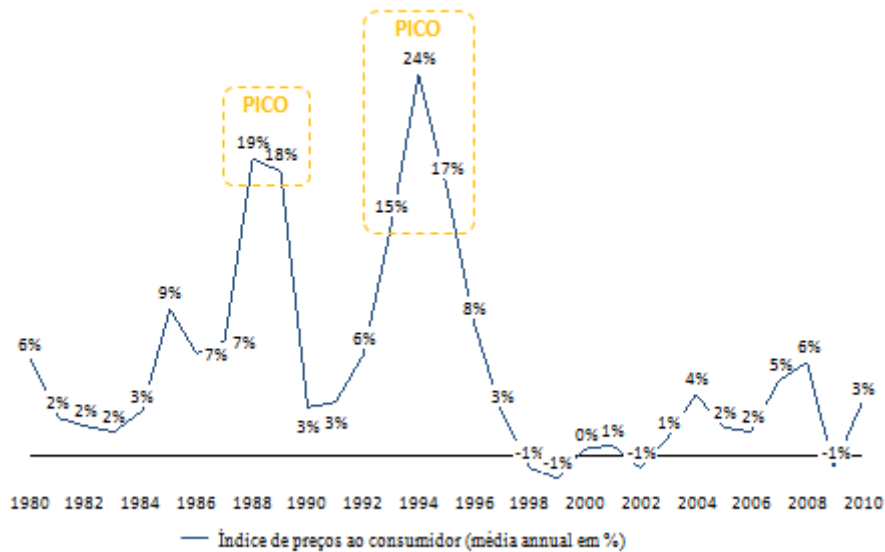


Notas: 1) PIB per capita medido em PPP (dólares internacionais); 2) Segundo classificação do FMI.

Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (2012).

Do ponto de vista da estabilidade dos preços, como discutido anteriormente, a China, entre 1978 e 2008, apresentou em breves períodos aceleração inflacionária, logo debelada, apesar da transição feita acompanhada por rápida expansão da economia em curso. Examinando em perspectiva, ao considerarmos as eventuais dificuldades intrínsecas a um processo de transição, de uma economia planificada para uma economia de mercado, especialmente sobre o sistema de preços, pode-se afirmar que a inflação não se constituiu em problema fundamental nesta passagem, ainda que o índice de preços ao consumidor tenha superado nestes trinta anos a casa dos 15% a.a. em cinco ocasiões, como se depreende no Gráfico 11. Os picos inflacionários foram nos anos de 1988 (19%) e 1989 (18%), e, posteriormente em 1993 (15%), 1994 (24%) e 1995 (17%), quando, a partir de então, a inflação passou a cair continuamente, preservando-se desde 1997 em um patamar inferior a 5% a.a. na maior parte dos anos (exceto 2007, quando atingiu 6% a.a.).

Gráfico 11
China: Evolução do inflação entre 1980 e 2010 (média anual em %)

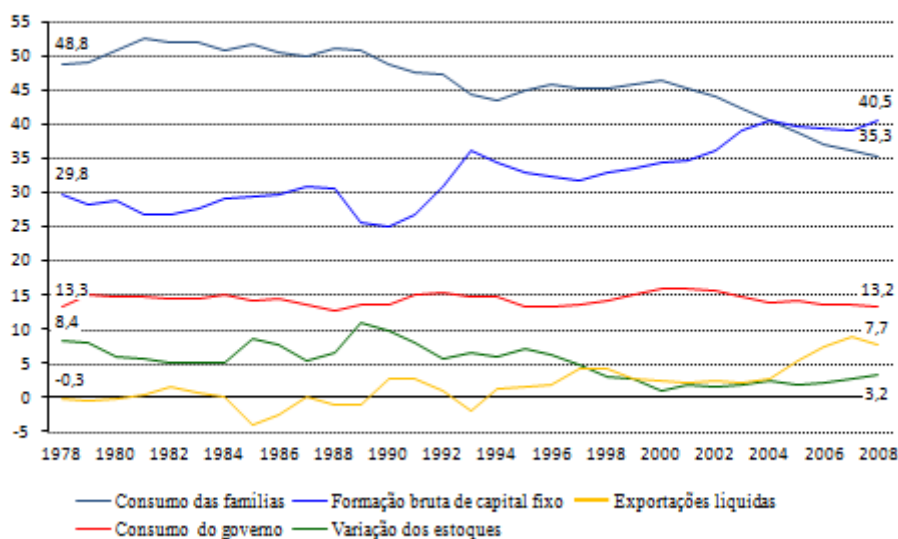


Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2012). Elaboração própria.

Um breve exame da evolução do PIB pela ótica do gasto na China, apresentado no Gráfico 12, permite dois apontamentos importantes sobre a dinâmica de crescimento do país entre 1978 e 2008. Em primeiro lugar, os dois principais componentes da demanda agregada ao longo de todo o período corresponderam ao consumo das famílias e ao investimento agregado – identificado como formação bruta de capital fixo (FBCF). Por sua vez, a participação da FBCF na renda apresenta uma tendência de crescimento ao longo do tempo, partindo de um patamar elevado, de cerca de 30%, em 1978, para um pouco mais de 40%, certamente, uma taxa bastante elevada.²¹⁷

²¹⁷ Segundo Medeiros (2010, p.10-11) a taxa de investimento tem sido superestimada na última década em decorrência do computo da aquisição de terreno como investimento, cujos preços estão em franca elevação na China. Mesmo feita esta consideração, a relação entre FBCF e PIB, ainda mostra-se elevada.

Gráfico 12
Distribuição do PIB pela ótica do gasto (% do PIB)



Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012). Elaboração própria.

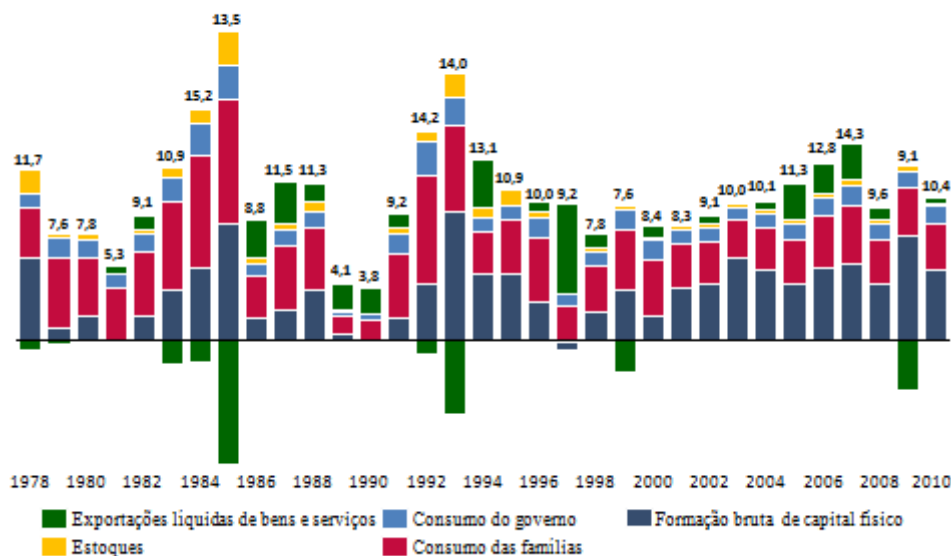
Em segundo lugar, entre 1978 e 2008, com relação à participação das exportações líquidas no PIB, esta se torna continuamente positiva a partir de 1993, sendo que apenas em 2005 supera os 5%. Desde então, as exportações líquidas assumem uma participação superior a 5%, mas sempre inferior a 9%. Isto é, apenas nos últimos anos da série a participação das exportações líquidas constitui-se em um componente de maior relevância na composição do PIB. Menciona-se ainda que a taxa do consumo do governo se manteve estável no período, em um intervalo próximo a 13% e 15% do PIB, apesar das variações da carga tributária, tal como vimos.

O Gráfico 13 exhibe a participação dos diferentes componentes da renda na taxa de crescimento do PIB, medida que é ponderada pelo peso relativo de cada um deles.²¹⁸ A partir deste gráfico, verifica-se a participação intermitente das exportações líquidas na explicação da taxa de crescimento da economia chinesa. O consumo das famílias e os investimentos respondem, exceto para 1989, 1990 e 1997, como principais componentes da taxa de crescimento do PIB chinês. A expansão do consumo das famílias é o principal responsável pela taxa de crescimento até 1993, quando o investimento assume a liderança na contribuição para o crescimento na maioria dos anos até 2010. Com isto, espera-se assinalar que é a expansão dos componentes internos da demanda agregada,

²¹⁸ Ver Quadro 1, no Anexo, para uma descrição da participação percentual de cada um dos itens de gastos na taxa de crescimento.

para a maior parte dos anos, que explica o vigoroso crescimento da demanda agregada chinesa.

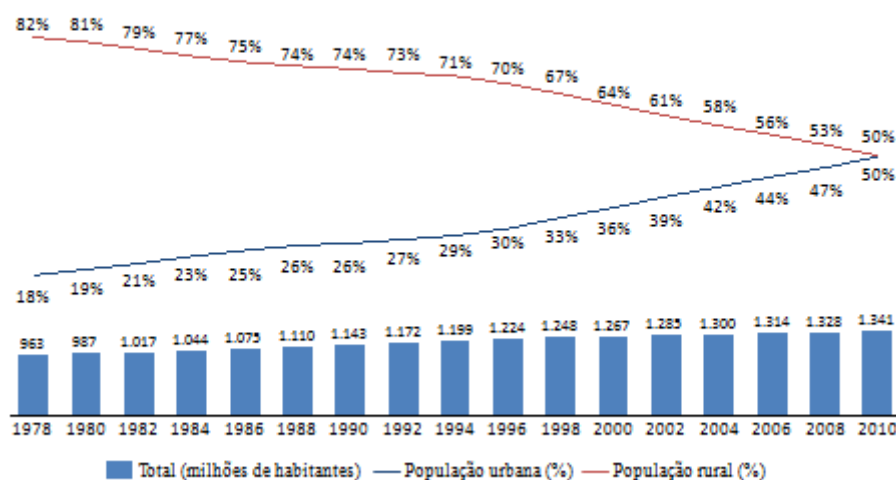
Gráfico 13
China: Evolução da composição da taxa de crescimento anual do PIB entre 1978 e 2010



Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012). Elaboração própria.

Como discutido na seção anterior, desde 1978 está em curso na China um amplo processo de urbanização e integração do mercado interno por meio da execução de amplas obras de infraestrutura. Acerca da urbanização, observamos no Gráfico 14 que, enquanto a taxa de crescimento da população neste período foi de 1,04% a.a., com a população crescendo de 963 milhões de habitantes, em 1978, para 1.341 milhões, em 2010, a participação das pessoas vivendo em cidades vem aumentando continuamente, saindo de um patamar de 18%, em 1978, para 50%, em 2008. A compreensão correta deste movimento exigiria um acurado exame das condições de deslocamento das pessoas para as cidades, bem como a própria urbanização do campo em curso no período, o que escapa aos propósitos desta pesquisa. Cumpre somente sublinhar que a urbanização no período assume uma função essencial em sua trajetória de crescimento, respondendo, em grande medida, pela elevada taxa de investimento no país.

Gráfico 14
China: Evolução da população chinesa por local de domicílio entre 1978 e 2010

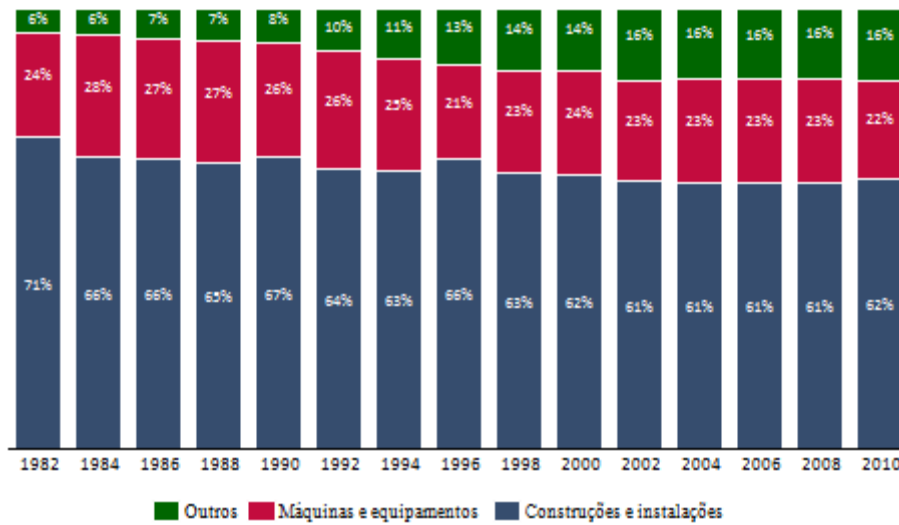


Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012). Elaboração própria.

A partir do Gráfico 15, que mostra a evolução dos componentes do investimento em ativos fixos – aproximação da formação bruta de capital fixo²¹⁹ –, observa-se a preponderância ao longo de todo o período do investimento em construções e instalações, cuja participação caiu entre 1982 e 2010 de 71% para 62%, ao passo que a categoria *Outros* (que inclui investimentos em inovação) aumentou sua participação de 6% para 16%. A parcela correspondente a categoria *máquinas e equipamentos* mantém-se praticamente constante, saindo de 24% para 22%.

²¹⁹ Enquanto a Formação Bruta de Capital Fixa (FBCF), mede a aquisição de novos ativos fixos, o Investimento em Ativos Fixos (IAF), inclui também a aquisição do estoque existente de ativos fixos, como terrenos, equipamentos usados e construções antigas, não incluídas na FBCF. A correlação entre estas duas medidas pode variar de um ano para outro dependendo do peso da importância da aquisição dos ativos fixos já existentes no período em tela. No caso chinês, nos últimos, o IAF tem sido maior que a FBCF, sobretudo, em virtude dos crescentes gastos com terrenos.

Gráfico 15
China: Evolução da composição investimento em ativos fixos entre 1982 e 2010 (%)



Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1996-2007). Elaboração própria.

A China vem apresentando desde o início das reformas elevada capacidade para a expansão dos investimentos, seja pelo lado do financiamento, seja pelo lado do arcabouço institucional necessário à sua concretização, na elaboração e execução de projetos.²²⁰ A construção de infraestrutura necessária a integração do país e a expansão da urbanização, expressa nos investimentos em transportes, telecomunicações e eletricidade, responderam por uma parcela crescente do PIB, como verificamos no Gráfico 16.²²¹ No caso dos transportes, sobressaem-se os investimentos em autoestradas, enquanto no caso da eletricidade, destaca-se a construção de usinas hidrelétricas,²²² dentre elas a maior do mundo, e a expansão da rede de transmissão, ao passo que nas telecomunicações, o maior destaque é o aumento da rede que dá suporte a utilização de telefones móveis. O impacto positivo da ampliação da infraestrutura sobre o crescimento econômico não se restringe apenas ao seu efeito como componente de demanda, mas também seu impacto sistêmico, reduzindo custos de produção e criando as condições para a ulterior expansão da economia, evitando, assim, possíveis pressões inflacionárias sobre os custos de produção.

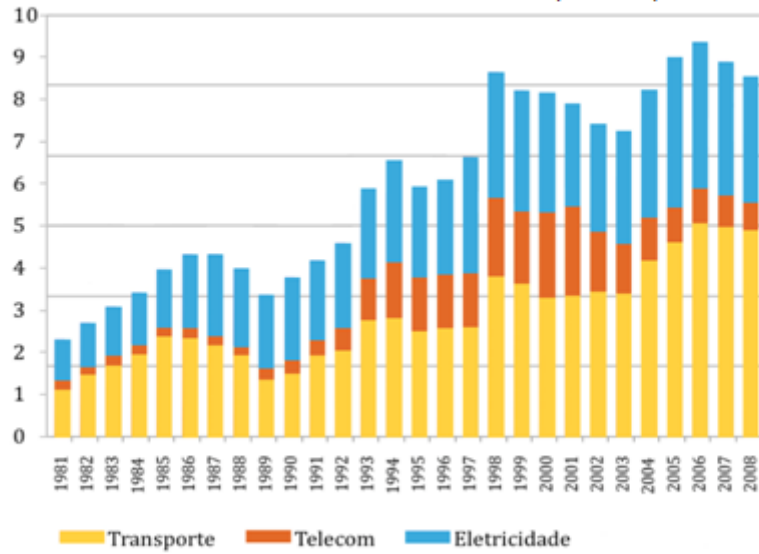
²²⁰ NAUGHOTN, 2007, p. 345.

²²¹ Para a evolução de alguns itens da infraestrutura chinesa, ver Tabela, no Anexo.

²²² Dentre estas usinas, distingui-se a usina hidrelétrica de Três Gargantas, localizada na Província de Hubei. As obras de Três Gargantas começaram em 1995 e foram concluídas em 2012, constituindo-se na maior hidrelétrica do mundo, com uma capacidade instalada de 22,5 mil Megawatts.

Gráfico 16

China: Evolução dos investimentos em ativos fixos em setores selecionados da infraestrutura (% PIB)

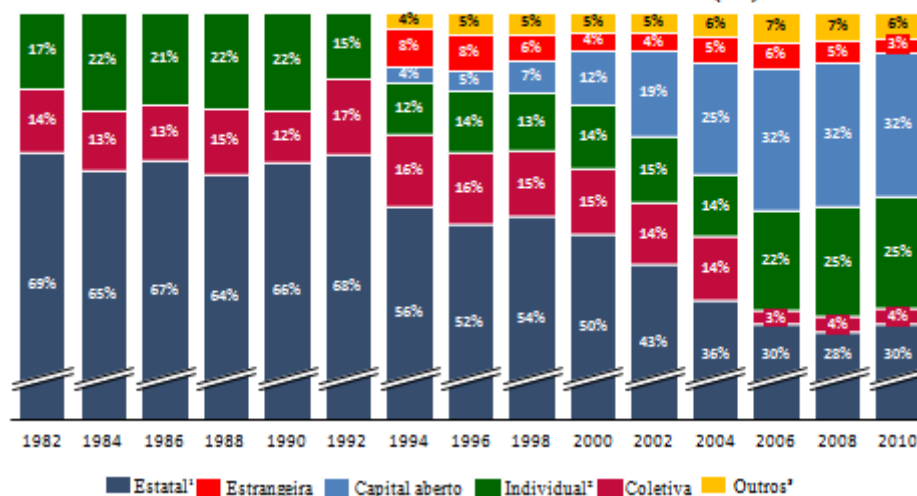


Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook*, vários anos. apud Morais (2011, p. 161).

Ainda, sobre a natureza da taxa de investimento na China, como podemos verificar no Gráfico 17, a participação estatal compreendeu a principal parte do investimento em ativos fixos entre 1982 e 2010, em que pese o aumento da participação de outros tipos de empresas no investimento em ativos fixos, no caso das empresas de capital aberto, a maior parte delas continua sobre o jugo estatal.

Gráfico 17

China: Evolução da distribuição do investimento em ativos fixos por unidade investidora entre 1982 e 2010 (%)



Notas: 1) Estão excluídas as empresas estatais de capital aberto; 2) Inclui o investimento privado; 3) Inclui além da categoria *Outros* identificada na classificação oficial, as empresas de propriedade compartilhada (*joint-owned enterprise*) e as empresas sedeadas em Hong Kong, Macau e Taiwan.
 Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1996-2007).

Tendo em vista a discussão feita na seção anterior sobre o processo de privatização que ocorreu especialmente a partir da década de 1990, vemos que, apesar da queda contínua do número de empresas estatais em relação ao total de empresas, chegando a 5% em 2008, sua importância para o investimento agregado continua substantiva. Assim, verifica-se entre 1978 e 2010, que o Estado chinês é dotado de elevada capacidade de interferir diretamente no ritmo e direção da acumulação do país por meio dos investimentos realizados pelas empresas estatais. Cumpre observar que nos setores de energia, transporte e telecomunicações, alicerces da expansão do investimento, como vimos no Gráfico 16, são dominados por grandes corporações estatais.

2.3.2 A inserção externa da economia chinesa

Passaremos agora para a análise da evolução do balanço de pagamentos chinês ao longo do período estudado. Um aspecto central no exame das trajetórias de crescimento acelerado a ser elucidado é o equacionamento da restrição externa, ou seja, compreender de que maneira foi possível a determinada economia suprir suas necessidades de divisas associadas ao aumento da importação, dada a estrutura de oferta da economia em

questão e seu coeficiente marginal de importação.²²³ Para os países periféricos, a restrição externa coloca-se como uma questão fundamental, pois o objetivo de reproduzir uma estrutura produtiva relativamente parelha com aquela existente nos países centrais desdobra-se em uma mudança na pauta de importações, ao substituir bens de consumo finais por bens de capital e bens intermediários.

O crescimento dessas economias, em última análise, é restringido pela sua capacidade de importar, pois à medida que se expandem, crescem também a necessidade de importações. Por seu turno, o aumento da capacidade de importação depende do ingresso de divisas no país, que podem ser obtidas tanto pela conta corrente, como pela conta capital e financeira, onde cada uma delas apresenta dinâmica própria.²²⁴ Do ponto de vista estritamente relacionado ao acesso de divisas, os recursos provenientes da conta corrente mostram-se preferíveis àqueles da conta capital e financeira, pois não geram um passivo externo, cujo serviço ou liquidação, geram saída de recursos em algum momento.

Sublinhamos, por fim, que o tipo de inserção externa de cada economia é condicionado por determinantes de ordem política, geográfica e econômica, tanto a nível interno, quanto externo, conferindo traços específicos a cada experiência nacional, não redutível, somente as escolhas de política econômica.

Como vimos na seção anterior, desde a reincorporação da China ao comércio internacional, em que a aproximação com os Estados Unidos foi um fator decisivo, o país asiático progressivamente elevou suas importações e exportações. Internamente, a partir de 1978 a China deslancha um projeto nacional de desenvolvimento que tinha se orientado a acelerar sua taxa de crescimento e modernizar seu parque produtivo, de forma a torná-lo próximo da ponta tecnológica existente nos países centrais. Para atingir este objetivo, foi compreendida como condição *sine qua non* a adoção de uma estratégia de integração a economia internacional, que, como vimos, privilegiou a inserção comercial, em detrimento da inserção financeira.

Desde 1978, a China alcançou notável êxito na sua estratégia de integração externa, mostrando-se capaz até o início da década de 1990 de ao menos contrarrestar o aumento das importações e demais gastos no exterior via, sobretudo, o aumento de exportações, e, a partir de então, acumular progressivamente reservas internacionais, tanto devido ao acúmulo de saldos comerciais como pela entrada de IDE. Desde 2001,

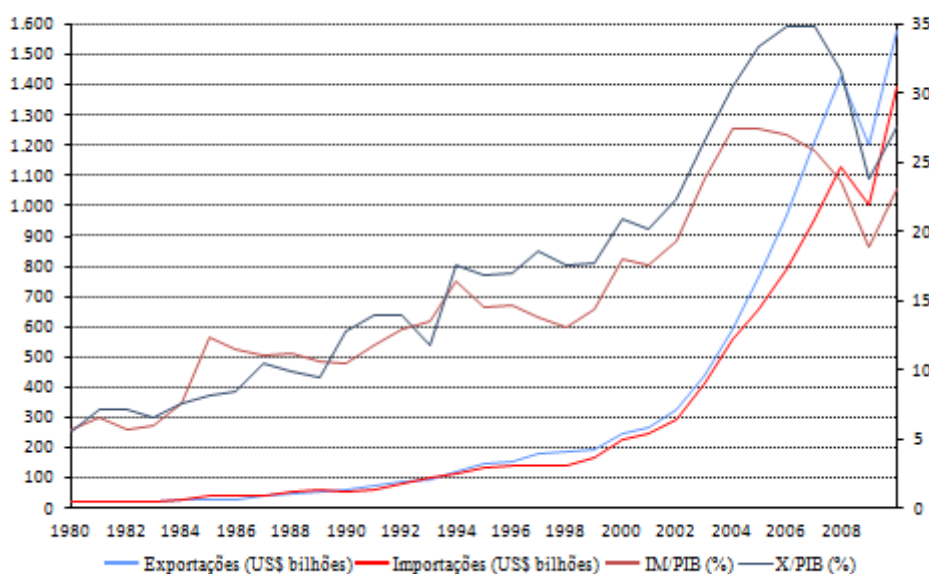
²²³ MEDEIROS e SERRANO (2001).

²²⁴ Idem.

com a entrada do país na OMC, o volume de reservas da China se aceleraria ainda mais, como será visto a seguir.

O Gráfico 18 ilustra este movimento de expansão progressiva do comércio exterior na China. Entre 1990 e 2008 as exportações cresceram num patamar de 16,06% a.a., e as importações por sua vez em 15,21% a.a., um ritmo de crescimento extremamente veloz de sorte a elevar o grau de abertura da economia chinesa substancialmente. O grau de abertura da economia, medido pela relação entre a soma das exportações e importações com o PIB, saiu de um nível de 11%, em 1978, para 55% em 2008, extremamente elevado em comparação a outras economias como dos Estados Unidos e Japão.²²⁵ Em 2009 há uma contração do comércio exterior chinês em decorrência da crise do mercado imobiliário norte-americano, mas que se recupera já no ano seguinte.

Gráfico 18
China: Evolução da balança comercial (US\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: UNCTAD, *UNCTADstat* (2012). Elaboração própria.

A economia chinesa, portanto, não apenas mostrou-se uma grande exportadora neste período, mas também uma grande importadora. A participação da China nas exportações mundiais saiu de 0,88%, em 1978, para 10,42%, em 2010, tornando-se desde 2006 o maior exportador mundial. Por sua vez, a participação da China nas

²²⁵ A taxa de abertura da economia dos Estados Unidos e Japão, em 2008 foram, respectivamente, de 28% e 30%, em 2010, enquanto para a economia brasileira a taxa foi de 23%, segundo dados da UNCTAD (*UNCTADstat*, 2012).

importações mundiais saiu de 0,95%, em 1978, para 9,48%, em 2010, sendo desde 2008 o segundo maior importador do mundo atrás apenas dos Estados Unidos. Os impactos desta ascensão chinesa no comércio internacional resultaram em mudanças profundas na organização das cadeias produtivas globais, com desdobramentos consideráveis para a maioria das economias do mundo.²²⁶

Em relação ao perfil do comércio exterior chinês, entre 1978 e 2008, houve transformações estruturais de longo alcance, as quais serão feitas apenas menções a algumas delas. As exportações, que no início tinham uma importante participação de combustíveis e outros produtos básicos, tornam-se progressivamente concentrada em produtos manufaturados, cuja intensidade tecnológica vem aumentando continuamente, incluindo crescentemente máquinas e equipamentos²²⁷. Por sua vez, as importações que antes concentrava-se em produtos básicos, notadamente alimentos e bens de consumo finais, crescentemente reorienta-se em favor das máquinas e equipamentos e combustíveis, apesar de todos os itens terem se elevado muito, na medida em que o total importado, como o exportado, cresceu desde 1978 de forma exponencial.

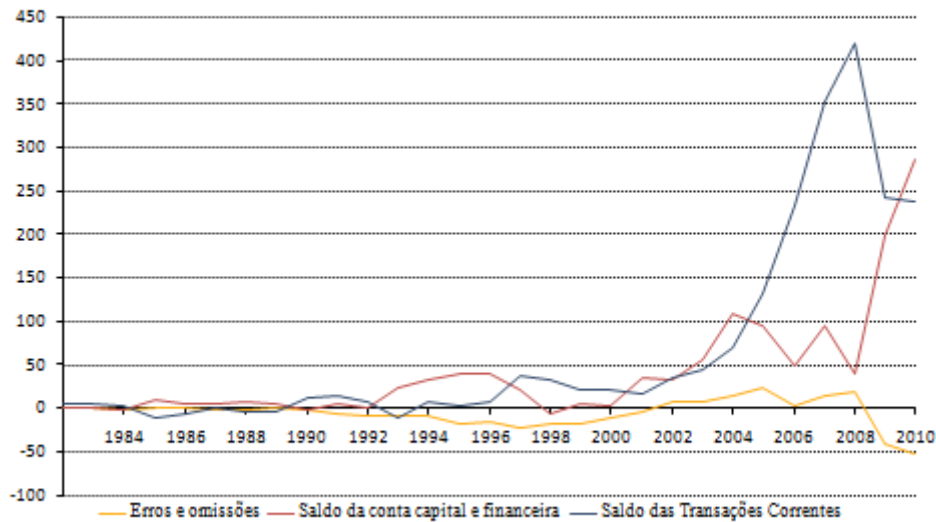
Analisando a evolução do Balanço de Pagamentos chinês apresentado no Gráfico 19, até a década de 1990, este se manteve relativamente equilibrado, sem acúmulo sucessivo de déficits ou superávit seja em transações correntes seja na conta capital e financeira, cujos empréstimos internacionais cumpriram um importante papel nesta fase.²²⁸ O saldo das transações correntes torna-se sistematicamente positivo a partir de meados da década de 1990, acelerando-se em 2001, enquanto o saldo da conta capital e financeira sobressai-se positivamente entre 1992 e 1997, e, posteriormente, volta a crescer em um ritmo ainda mais rápido a partir de 2000.

²²⁶ Para uma análise do impacto da ascensão da economia chinesa sobre outros países, ver, por exemplo, LEÃO; PINTO e ACIOLY (2011).

²²⁷ Ver a este respeito CHERNAVSKY e LEÃO (2010).

²²⁸ MEDEIROS (1999).

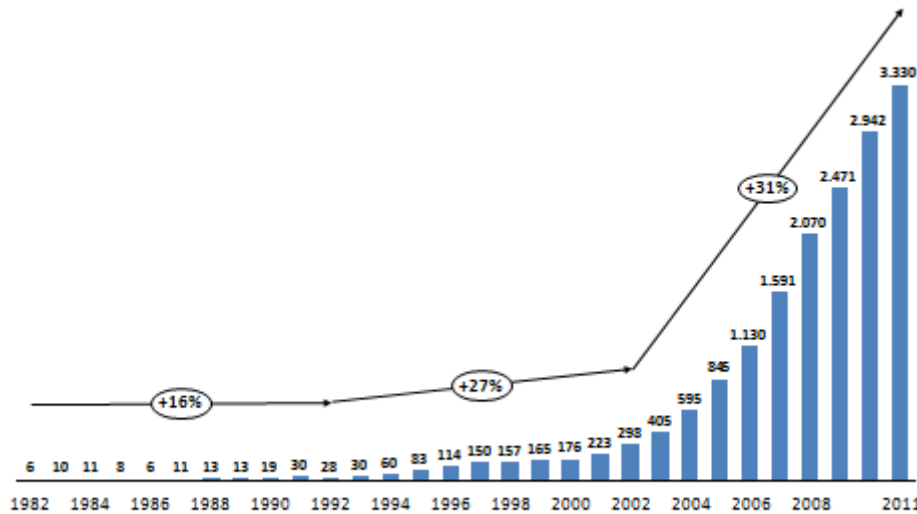
Gráfico 19
China: Evolução do balanço de pagamentos entre 1982 e 2010 (US\$ Bilhões)



Fonte: State Administration of Foreign Exchange of the People's Republic of China, apud CEIC (2012). Elaboração própria.

O relativo equilíbrio em transações correntes e, posteriormente, os crescentes superávits, mostram que a China logrou sua trajetória de crescimento sem recurso a chamada poupança externa. Muito ao contrário, o país tornou-se “poupador” com o acúmulo progressivo de reservas como será visto a seguir. Verifica-se a partir do Gráfico 20, que a evolução das reservas pode ser dividida em três períodos. Entre 1978 e 1992, a China apresentou relativo equilíbrio das contas externas, com o país sendo capaz de atender sua demanda por importações sem incidir em déficits e superávits recorrentes em qualquer uma das contas. De 1993 a 2001, a China passa, gradualmente, a acumular reservas, e, a partir de 2001, há uma inflexão, elevando-se rapidamente este acúmulo.

Gráfico 20
China: Evolução do estoque de reservas internacionais
entre 1982 e 2010 (US\$ Bilhões)

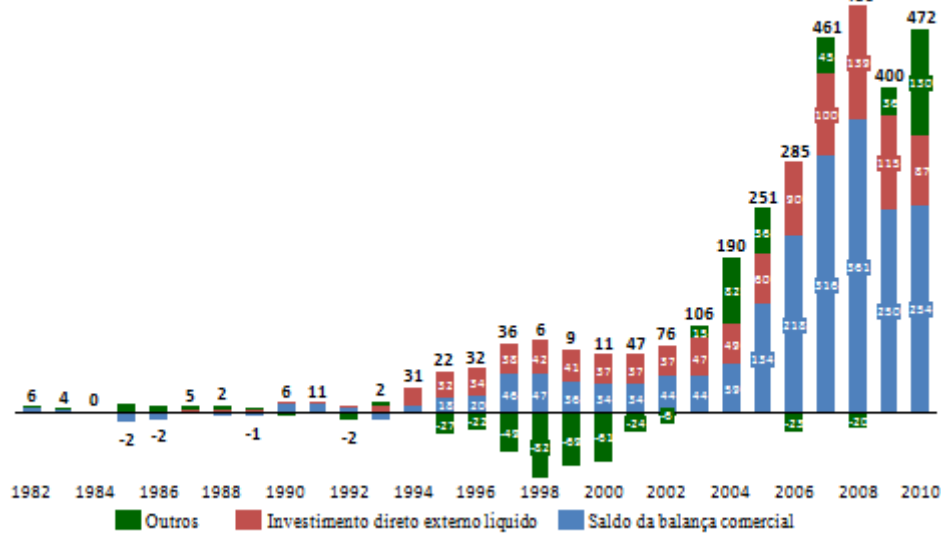


Fonte: State Administration of Foreign Exchange of the People's Republic of China, apud CEIC (2012). Elaboração própria.

Em consonância com o tipo de integração externa realizado pela China, desde o início das reformas em 1978, o acúmulo de reservas chinesas deve-se majoritariamente aos saldos favoráveis na balança comercial e ao ingresso líquido de IDE, como aponta o Gráfico 21, no qual é apresentada a evolução do fluxo anual de reservas. Após um longo período de relativo equilíbrio (de 1978 a 1992), entre 1993 e 1997, aumentam as reservas, especialmente, devido à entrada de IDE, e, entre 1998 e 2001, devido ao saldo positivo da balança comercial. Cumpre observar que desde o começo da década, a China torna-se, na maioria dos anos, o segundo país a mais receber IDE, atrás apenas dos Estados Unidos.²²⁹ Depois deste ano, quando o país entra na OMC, tanto o saldo comercial quando a entrada de IDE aumenta substancialmente, tal como discutido na seção anterior. A categoria *Outros* compreende também os investimentos em portfólio, que cresceram muito na China a partir dos anos 2000 devido à abertura de capital de algumas das principais empresas estatais, dentre as quais os próprios bancos comerciais, como discutiremos no próximo capítulo.

²²⁹ Ver Gráfico no Anexo.

Gráfico 21
China: Evolução do fluxo anual de reservas internacionais entre 1982 e 2010 (US\$ bilhões)



Fonte: State Administration of Foreign Exchange of the People's Republic of China, apud CEIC (2012). Elaboração própria.

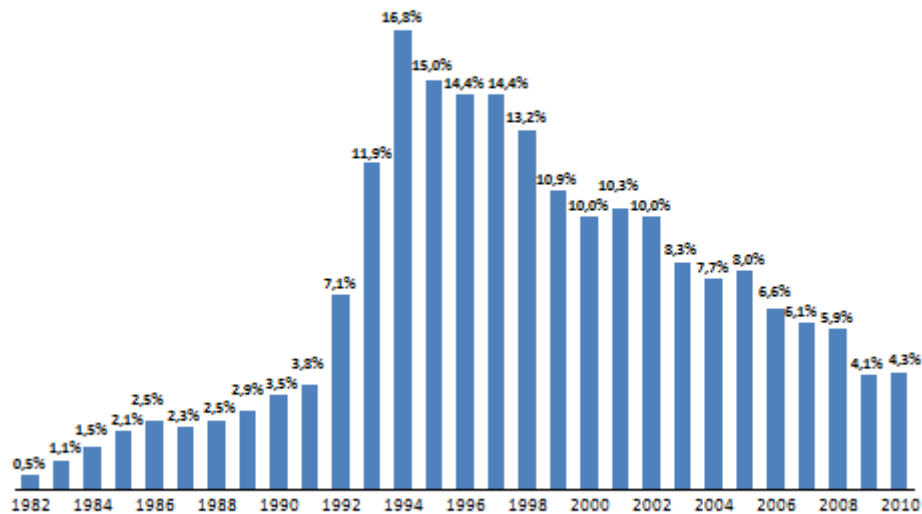
Em relação ao ingresso de IDE na China, além de responder por parcela representativa das reservas, trata-se de um importante canal de difusão de tecnologia, competências administrativas das empresas transacionais que se instalam no país, bem como de acesso a mercados externos.²³⁰ Com efeito, sua importância para a taxa de acumulação do país é menos significativa. Conforme o Gráfico 22, entre 1982 e 2010, a participação do IDE na taxa de investimento da economia chinesa foi inferior a 10% na maior parte dos anos, e atingiu no máximo a participação de 16,8%, em 1994. Assim, sua relevância para a evolução da demanda agregada deve ser relativizada, apesar, de como vimos, o aumento de participação das empresas com participação de capital estrangeiro ajudam a explicar, a partir, especialmente, de meados da década de 1990, a elevação das exportações do país.²³¹

²³⁰ Ver, por exemplo, ACIOLY (2004).

²³¹ Cumpre observar que desde meados dos anos 2000, tem aumentado rapidamente a saída de IDE da China, contudo, num nível ainda muito inferior ao ingresso desta modalidade de investimento no país. A este respeito, ver, por exemplo, SILVA (2011,).

Gráfico 22

China: Participação do investimento direto externo na formação bruta de capital fixo entre 1982 e 2010 (IDE/FBCF, %)



Fonte: UNCTAD, *UNCTADstat* (2012). Elaboração própria.

A apresentação dos dados macroeconômicos chineses relacionados à sua dinâmica de crescimento e a evolução do balanço de pagamento ao longo de três décadas, asseveram que o país tem logrado notável êxito na consecução do horizonte definido em 1978, por ocasião da 3ª Plenária da 11ª Comitê central do PCCh. A China mostrou-se capaz de conciliar, grosso modo, crescimento econômico da ordem de 10%, liderado por componentes internos da demanda agregada – consumo das famílias e investimento –, controle da inflação e equilíbrio nas contas externas, conseguindo desde meados da década de 1990 crescentemente acumular reservas, chegando a um total de 3,3 trilhões de dólares em 2011. Este movimento está estritamente ligado ao processo de urbanização em curso, de expansão da rede de infraestrutura do país e a modernização de seu parque industrial, que se beneficiou do contato com as empresas transnacionais, muitas delas operando em conjunto com empresas locais, e a posição que a China alcançou nas cadeias produtivas regionais e globais. Como corolário desta trajetória ascendente, a China tornou-se a segunda economia do mundo e assumiu uma condição protagonista no comércio mundial, bem como nos fluxos de IDE. Contudo, os resultados obtidos até aqui se mostraram insuficientes, em face das aspirações das autoridades chinesas. O país apresenta ainda baixo PIB per capita e aumento da desigualdade social, sendo esta última questão preocupação central do 11º Plano Quinquenal (2006-2010).

Em que medida cada um das reformas apresentadas na sessão anterior contribuiu para esta performance macroeconômica é motivo de enorme controvérsia, que foge aos propósitos desta pesquisa. Com efeito, o que procuramos enfatizar é que, desde 1978, o país implementou gradativamente uma série de mudanças significativas na economia do país em favor de mecanismos de mercado, que não redundaram na retirada completa do Estado da economia chinesa, mas na reconfiguração dos instrumentos utilizados. Como resultado, a economia do país se expandiu rapidamente bem como se integrou na economia internacional, sem que este processo tenha sido acompanhado de aumento da instabilidade macroeconômica. Nos capítulos seguintes, será examinado em particular o comportamento do sistema financeiro chinês, com o objetivo não apenas de recuperar sua evolução institucional nos marcos das Reformas Econômicas, como também avaliar a sua especificidade e o seu papel para a inequívoca ascensão da economia chinesa.

3 A evolução do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008

3.1 Breves considerações sobre o tema do financiamento do desenvolvimento

Os sistemas financeiros podem ser definidos como o conjunto de mercados e instituições dedicados a viabilizar as transações entre as unidades econômicas (famílias, firmas, etc.) superavitárias e deficitárias. As unidades econômicas superavitárias correspondem àquelas unidades que buscam uma alternativa de aplicação aos saldos monetários ociosos, isto é, as reservas não gastas na aquisição de bens e serviços. Já as unidades econômicas deficitárias correspondem àquelas unidades que buscam gastar além dos seus recursos próprios, assumindo obrigações com terceiros de forma a levantar os fundos desejados.²³²

Portanto, de um lado temos aplicadores, ou credores, dispostos a cederem suas reservas monetárias em troca de aplicações que rendem alguma remuneração, e tomadores de recursos, devedores, que estão dispostos a assumir obrigações para que tenham em mãos mais recursos do que teriam de outra maneira. As relações entre as unidades superavitárias e deficitárias e seus eventuais intermediários são chamadas de relações financeiras.

Assim, os mercados financeiros contemplam todas as relações financeiras entre as unidades deficitárias e superavitárias, que geralmente são mediadas por instituições destinadas a oferecerem os serviços de captar recursos das unidades superavitários e fornecer recursos às unidades deficitárias.

Fazem parte do mercado financeiro, o mercado bancário e o mercado de capitais, podendo ser considerados outros mercados também, como o mercado futuro. O mercado bancário é aquele em que as instituições bancárias recebem depósitos e concedem empréstimos, embora nas últimas décadas sua atividade tenha se diversificado muito. A atividade bancária relacionada ao recebimento de depósitos e a concessão de empréstimos é chamada de relação financeira indireta, pois o banco assume os riscos associados ao pagamento dos depósitos e ao não pagamento dos empréstimos.

Por sua vez, no mercado de capitais, as relações financeiras são realizadas diretamente entre agentes superavitários e deficitários, ainda que possam ser mediadas por uma corretora (e mesmo bancos). Nestes mercados as unidades deficitárias lançam títulos de propriedade ou dívida para arrecadar fundos das unidades superavitárias. No

²³² CARDIM et al, pp. 253-269, 2008.

primeiro caso, temos o chamado mercado de ações, ou bolsa de valores, em que os agentes superavitários tornam-se sócios das unidades deficitárias. No caso dos títulos de dívida, o mesmo não ocorre, havendo apenas o lançamento de uma obrigação da unidade emissora com aquela que adquire o título.

Na medida em que os compromissos assumidos entre os bancos e seus clientes são exclusivos, não havendo contato entre os depositantes e tomadores de recursos, temos uma natureza distinta da atividade bancária no processo de intermediação financeira. Isto decorre da faculdade dos bancos emitirem depósitos para cada concessão de empréstimo, sendo mantidos como moeda escritural, de sorte, os bancos podem criar moeda. Assim, não há correspondência imediata entre depósitos recebidos e empréstimos, estando à atividade bancária restringida apenas pela autoridade monetária, que atua tanto na definição das parcelas de depósitos compulsórios a serem retidos pelos bancos junto a esta autoridade, como na fixação da taxa básica de juros, que define o piso das demais taxas de juros da economia.

Por sua vez, no mercado de capitais uma vez que os contratos são definidos diretamente entre as unidades superavitárias e deficitárias envolvidas, chama-se de desintermediação financeira esta atividade. Não há no mercado de capitais, portanto, criação de poder de compra, tal como no caso dos bancos, mas apenas transferências patrimoniais entre unidades deficitárias e superavitárias.

É importante notar que estas definições remetem a forma tradicional de organização dos mercados financeiros, servindo apenas como parâmetro para a análise da experiência chinesa. O mercado bancário e de capitais se distinguem pelos tipos de ativos transacionados, pelas instituições neles envolvidas e os órgãos estatais de regulação e supervisão dessas atividades.

De maneira geral, os sistemas financeiros de cada país devem satisfazer três grandes demandas:²³³

- 1) Canalizar recursos gerados pelas unidades superavitárias para as deficitárias, permitindo à economia um uso mais eficiente de seus recursos, maximizando sua capacidade de crescimento e manutenção do emprego e do bem-estar da população;
- 2) Organizar e operar o sistema de pagamentos da economia, essenciais para o adequado funcionamento de todos os mercados da economia;

²³³ Idem, pp. 221-222.

3) Criar os ativos no volume e o perfil necessário para satisfazer às demandas dos poupadores por meios de acumulação de riqueza.

As formas dominantes de intermediação financeira, presentes em determinado sistema, definem sua estrutura de funcionamento. Assim, uma tipificação mais simples dos sistemas financeiros é distingui-lo entre os sistemas financeiros dominados pelo mercado bancário e aqueles dominados pelo mercado de capitais. No primeiro caso, comum a maioria dos países, as relações financeiras, majoritariamente, são feitas mediante as instituições bancárias, sujeitas normalmente a regulação e supervisão do banco central do país. Em relação ao mercado de capitais, em que os Estados Unidos é a principal referência, as relações financeiras preponderantemente ocorrem na bolsa de valores e demais mercados de títulos. Isto não representa a desimportância dos bancos neste caso, mas apenas que, do ponto de vista da intermediação financeira, eles ocupam um papel secundário em relação aos mercados de capitais, apesar de também poderem atuar como corretoras. Além disso, seu papel em relação à operação do sistema de pagamentos continua sendo predominante.

Há uma tendência de diversificação da atividade financeira dos países à medida que estes cresçam e se desenvolvam, de forma que o mercado de capitais ganhe importância, embora, exceto nos Estados Unidos e outras poucas localidades (como Hong Kong, por exemplo) o mercado bancário seja o mercado financeiro principal, sendo este o caso do Japão e Alemanha.

Do ponto de vista estritamente teórico, há um enorme debate acerca do papel dos sistemas financeiros na promoção do crescimento econômico dos países. Os nexos causais entre sistema financeiro e crescimento e entre sistema financeiro e inflação, refletem as diferentes tradições teóricas, não havendo qualquer consenso sobre o tema. Para os propósitos deste trabalho, cumpre mencionar a análise ora empreendida nesta dissertação está apoiada no Princípio da Demanda Efetiva, no qual a relação de causalidade é do gasto para a renda, do qual decorre que poupança agregada é resultado do investimento agregado, não o contrário, sendo a determinação da taxa de juros um fenômeno monetário.²³⁴ O papel do sistema financeiro na promoção do crescimento relaciona-se a disponibilização de meios de pagamentos para as unidades investidoras no montante e taxas adequados a este fim, não estando o investimento agregado restringido pela capacidade de poupar.

²³⁴ Para a definição do Princípio da Demanda Efetiva e seus desdobramentos sobre a análise macroeconômica, ver, por exemplo, SERRANO (2001).

A abordagem pós-keynesiana, por exemplo, trabalha esta questão à luz do circuito *finance-investimento-poupança-funding*. Sucintamente, neste circuito, os bancos antecipam poder de compra aos investidores (*finance*) que ao investirem, elevam a renda e, via efeito multiplicador, aumentam a poupança agregada em mesmo montante ao investimento realizado, que, por sua vez, deve ser aplicada em ativos financeiros de com maturidade equivalente ao investimento realizado (*funding*), de forma a compatibilizar em termos de prazo, a estrutura patrimonial dos bancos.²³⁵

Nesta perspectiva, temos como tema relevante o “financiamento do desenvolvimento”, que procura analisar as relações existentes entre sistemas financeiros e desenvolvimento econômico. À luz do princípio da demanda efetiva, para que se possa falar em financiamento do desenvolvimento, é preciso assumir três relações de causalidade, a saber:

- i) A relação positiva entre crescimento econômico e desenvolvimento;
- ii) A relação positiva entre investimento e crescimento;
- iii) A relação positiva entre investimento e a existência de um sistema financeiro apto a disponibilizar financiamento de longo prazo para investimento no montante adequado, de sorte a elevar a acumulação da economia sem, no entanto, desencadear um processo inflacionário.

Em sua célebre tese para professora titular defendida da UFRJ, no Rio de Janeiro, em 1978, a Professora Maria da Conceição Tavares, no capítulo intitulado “O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente”, definiria nos seguintes termos o papel do sistema financeiro nacional nas economias desenvolvidas:

As três grandes funções operacionais dos sistemas financeiros são:

- 1) Criar crédito ampliado com base na amplificação das relações débito-crédito entre empresas, famílias e instituições financeiras;
- 2) Intermediar a transferência de capital de empréstimos através da diversificação e da acumulação de ativos financeiros suscetíveis de utilização por parte das empresas e instituições superavitárias;
- 3) Finalmente, o sistema financeiro deveria gerir e direcionar os volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte aos movimentos da acumulação real, especialmente quando se trata de avançar capital para projetos de grande porte e largos prazos de maturação. É nesta dimensão ativa que o sistema financeiro atua como condutor (e, em certos casos, como sujeito) do processo de monopolização do capital, acumulando a fusão e cruzamento de grandes grupos e blocos de capitalistas.

²³⁵ A este respeito, ver, por exemplo, STUART (1995). Para um balanço das contribuições teóricas acerca do financiamento do investimento, ver, por exemplo, MARTINS (2012).

Na prática, porém, todos os sistemas financeiros cumprem a função intrínseca financeira de centralização dos excedentes financeiros ou do capital-dinheiro sem aplicação rentável e/ou segura no setor produtivo. Vale dizer, cumprem a função que lhes é específica num sistema capitalista: de valorizar o capital no circuito financeiro. (TAVARES, 1998, p. 142)

Segundo a passagem acima, é atribuído ao sistema financeiro um papel ativo na dinâmica das economias capitalistas que vai além das funções clássicas associadas ao auxílio da intermediação entre os agentes superavitários (credores) e agentes deficitários (devedores), sendo incluídos também dois outros papéis: criar moeda por meio das operações de crédito – tal como já havíamos aludido acima – e a chamada função ativa, relacionada ao processo de concentração de capital, de forma a garantir o volume de recursos adequados a empreendimentos que sobrepujem a capacidade dos investidores individualmente. Portanto, do ponto de vista da acumulação, a importância dos sistemas financeiros relaciona-se em acomodar a demanda por financiamento de longo prazo, típico das decisões de investimento. Definido nestes termos os sistemas financeiros nacionais, cumpre identificar se para cada país estes sistemas mostram-se adequados a esta tarefa, ou se apresentam algum tipo de deficiência ao atendimento destas exigências.

Complementar a definição acima temos a contribuição de Zysman (1983), autor que, a partir da análise dos sistemas financeiros do Japão, Alemanha e Estados Unidos, propõe uma tipologia dos sistemas financeiros no cumprimento de suas funções relacionadas ao financiamento do investimento.²³⁶ Brevemente, cada tipo de mercado financeiro se distinguiria por três características estruturais:

- i) As relações entre financiamento e indústria;
- ii) Os mecanismos pelos quais são determinados os preços;
- iii) O papel do governo.

As diferentes combinações destas características ensejem diferentes modalidades de sistema financeiro, com natureza econômica e política distinta. A primeira dimensão destaca a importância dos diferentes mercados na transferência de recursos entre aplicações e investimento, sendo a diferença essencial, como discutido anteriormente os sistemas baseados em créditos e àqueles baseados em mercados de capitais. A segunda dimensão relaciona-se com a forma como os preços são fixados nestes mercados, cabendo distinguir aqueles em que o Estado tem maior ou menor participação na definição do preço e aqueles em que não há intervenção estatal. A terceira dimensão diz

²³⁶ Nos apoiamos na simplificação da tipologia de Zysman proposta por COSTA (pp. 10-13, 2009).

respeito à forma de participação do Estado no sistema financeiro, quais sejam, via o controle de agregados monetários ou na alocação de recursos.

A partir destes critérios estabelecidos, Zysman distingue três tipos de sistemas financeiros segundo a natureza da intervenção estatal prevalecente em cada um deles, a saber:

i) O sistema baseado em mercados de capitais, em que a capacidade do governo em direcionar a alocação de fundos é reduzida;

ii) Os sistemas financeiros baseados em bancos públicos, nos quais o governo tem grande influência sobre o destino dos empréstimos, podendo favorecer atividades segundo seus próprios critérios; e,

iii) Os sistemas financeiros baseadas em instituições bancárias privadas, o que assegura ao Estado uma capacidade indireta de influenciar a concessão de empréstimos, por meio do controle de liquidez da economia.

No caso das experiências de rápida industrialização e acelerado crescimento no sudeste asiático após a Segunda Guerra Mundial, notadamente os casos do Japão e Coreia do Sul, observou-se a montagem de uma estrutura financeira baseada no mercado bancário, em que o Estado teve um papel central. A atuação se concretizou tanto diretamente, por meio de instituições públicas de fomento (Coreia),²³⁷ como indiretamente, por meio da ação discricionária do banco central que agiu garantindo liquidez ao setor bancário privado e direcionando sua atividade para o financiamento da expansão da economia, como no caso japonês.²³⁸ Do ponto de vista externo, do financiamento do balanço de pagamentos, ambas as experiências lograram em êxito, construindo uma inserção externa baseada fundamentalmente no comércio, cujo apoio norte-americano mostrar-se-ia decisiva, tornando sustentada a expansão dessas economias, sem solavancos provocados por crises externas, pelo menos até a década de 1990.

A experiência chinesa guarda alguma semelhança com essas experiências, uma vez que o sistema financeiro chinês também se mostrou flexível para acomodar a extensão do investimento do país nas três décadas de alto crescimento analisadas neste trabalho, e também, como será discutido, assegurar a própria reorganização da estrutura produtiva, na passagem da economia planificada para a economia de mercado, evitando a ocorrência de falências generalizadas. Adianta-se que, segundo a tipologia de Zysman,

²³⁷ AMSDEN (1989) e (2009).

²³⁸ TORRES FILHO (1981).

o sistema financeiro chinês se constitui em um sistema baseado em bancos públicos, com o Estado detendo o controle, direta ou indiretamente, sobre a quase totalidade dos ativos bancários, como será visto nas seções seguintes. Assim, primeiro discute-se a evolução do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008, para em seguida, no próximo capítulo, ser examinado mais detidamente o papel do sistema financeiro para a trajetória ascendente da economia chinesa.

3.2 A Sistema Financeiro Chinês nos marcos das Reformas Econômicas (1978-1992)

Nesta seção o objetivo é examinar, em termos gerais, a formação e evolução do sistema financeiro nos marcos das Reformas Econômicas iniciadas em 1978. A primeira etapa de reformas do sistema financeiro chinês é marcada pelo acentuado gradualismo nas mudanças institucionais, tendo permanecido a atividade financeira praticamente restrita aos grandes bancos estatais. Mesmo a substituição do sistema monobancário por um sistema multibancário, após 1979, e a designação de uma instituição própria para atuar exclusivamente como banco central, em 1984, não representaram uma alteração substantiva em favor da liberalização das instituições bancárias, que, em última análise, atuaram sob o domínio do planejamento central. Assim, enquanto no começo da década de 1990 em vários setores a presença dos mecanismos de mercado já era notável, com a crescente liberalização dos preços e o surgimento de diversos tipos de empresas, inclusive estrangeiras, o segmento bancário permaneceu ao entre 1978 e 1994 estritamente controlado pelo governo chinês, o mesmo valendo para as bolsas de valores inauguradas no país em 1990, como será discutido nesta seção

3.2.1 O sistema monobancário

Com a organização da economia planificada a partir da Revolução de 1949, os mercados financeiros foram fechados e os bancos confiscados e incorporados ao *People's Bank of China* (PBOC), banco criado um ano antes, e que se tornaria a única instituição financeira relevante da China até 1978. Diante deste cenário, constituiu-se na

China o chamado sistema monobancário, comum às demais economias socialistas, no qual uma só instituição centraliza as funções de banco central e banco comercial.²³⁹

Entre 1949 e 1978, a principal origem dos fundos para investimento era o lucro das empresas estatais, que, uma vez auferido, era entregue quase que em sua totalidade para o Ministério da Finança. Estas transferências para o orçamento do Estado eram livres de encargos, e eram distribuídas segundo as diretrizes do planejamento central. Apenas residualmente os lucros retidos por cada empresa financiavam sua expansão, bem como o papel que cabia a atividade bancária remanescente era complementar. No Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), nem a retenção do fundo de depreciação foi permitido às empresas estatais.²⁴⁰

Assim, os bancos enquanto intermediários financeiros tiveram uma função limitada na economia chinesa no período pré-reformas. Na medida em que era proibido o endividamento das empresas estatais com outras unidades econômicas, o PBOC centralizava as operações existentes de crédito na economia, recebendo os eventuais saldos monetários em forma de depósitos e fornecendo o capital de giro, atuando complementarmente aos aportes do orçamento do Estado.²⁴¹

Como banco central, coube ao PBOC o controle do sistema de pagamentos, fazendo as compensações entre as contas das empresas estatais, papel importante tendo em vista que não havia aquisições no mercado de produtos intermediários, somente transferências, segundo as determinações do planejamento central. O PBOC também era o depositário das reservas internacionais e banco do governo, ainda que, tais tipos de tarefas fossem pouco relevantes nesta época. O PBOC era o responsável pela emissão e circulação do papel-moeda no país, que respondia ao plano de emissão monetária do governo, destinado principalmente para o pagamento de salários e produtos agrícolas.²⁴²

O PBOC também cumpria nesta época um relevante papel no monitoramento da implementação do planejamento central, ainda que seu papel na concessão de crédito fosse secundário, sendo a maior parte dos recursos intermediados pelo orçamento do Estado. Atuava como uma instituição subordinada ao Ministério das Finanças e ao Conselho de Estado, auxiliar no controle do funcionamento da economia planificada.

3.2.2 A criação dos quatro grandes bancos estatais

²³⁹ Sobre o funcionamento do sistema monobancário na China, ver PEEBLES (1992) e TAM (1996).

²⁴⁰ LARDY, 1998, p. 59-60.

²⁴¹ CHAI, 1999, p. 119.

²⁴² Idem, p. 118).

A partir de década de 1970, progressivamente, foram permitidos às empresas estatais maiores graus de autonomia, podendo reter uma parcela dos lucros, de sorte que, na véspera do início das Reformas Econômicas, os fundos para depreciação, na maioria das empresas estatais, e os lucros retidos, principalmente das empresas rurais, responderam por quase um terço do financiamento do investimento total do país.²⁴³ A contraparte deste processo foi o aumento de recursos mediados pelo sistema bancário, notadamente o PBOC, dado o aumento dos depósitos e a maior permissão às operações de crédito. Segundo dados do Banco Mundial, o total do agregado monetário M2 como proporção do PIB correspondia a 24%, em 1978. Nos anos seguintes, este indicador cresceria rapidamente com a remonetização da economia relacionada ao processo de liberalização dos preços, de forma que em 1984, o M2/PIB atingiria quase 50%.tabela

No quadro geral do início das Reformas Econômicas, a primeira medida tomada concernente ao sistema bancário foi a criação de uma instituição própria para provir serviços bancários para as áreas rurais, foco principal da atenção dos reformadores no começo das reformas. Em fevereiro de 1979, foi restabelecido o *Agricultural Bank of China* (ABC) com o objetivo de atender exclusivamente as áreas rurais, tanto seus residentes, como as empresas ali instaladas. Criado originalmente em 1951, o ABC diversas vezes teve suas atividades incorporadas pelo PBOC, deixando de existir enquanto uma instituição própria entre 1953 -1957 e 1963 -1965.

As cooperativas rurais de crédito (*Rural Credit Cooperatives*, RCCs), formada por trabalhadores rurais, tinham surgido a partir da década de 1950, e continuariam tendo um papel relevante na organização do sistema financeiro chinês, atuando em apoio especialmente as TVEs e aos produtores agrícolas rurais.²⁴⁴ As RCCs eram praticamente o único tipo de intermediário financeiro existente além do PBOC em 1978. Com a criação do ABC em 1979, as cooperativas rurais de crédito passaram a estar formalmente subordinadas a esta instituição até 1997, quando novamente se tornaram diretamente vinculadas ao PBOC, devido aos problemas com o acúmulo de créditos inadimplentes.²⁴⁵

²⁴³ LARDY, 1998, p. 248, apud NAUGHTON, 1995, pp. 99-101, 106, 122-125

²⁴⁴ Segundo Qian (2011, p. 10) em 1985, as cooperativas rurais de crédito eram responsáveis por 47,8% do crédito concedido as TVEs.

²⁴⁵ Para maiores detalhes acerca do papel das cooperativas de crédito agrícola e outras instituições financeiras rurais na China, ver: GUO e JIA (2008) e QIAN (2011).

Outros dois bancos foram criados, ambos a partir do desmembramento de instituições estatais já existentes. O *Bank of China* (BOC), cuja origem data de 1912, permaneceu como um escritório do PBOC até março de 1979 quando foi efetivado como uma instituição bancária própria, responsável pelas transações internacionais da economia chinesa, outra das prioridades do governo após o início das reformas.

Em seguida, em outubro de 1979, foi elevada a condição de banco o *People's Construction of Bank China* (CCB), que havia sido criado em 1954, e apesar do nome, atuava como caixa para o desembolso das transferências feitas pelo orçamento central às empresas. O CCB tornou-se também uma instituição bancária com funções próprias, apta a receber depósitos a partir de 1980, tendo como área de concentração justamente o financiamento dos investimentos em ativos fixos.

Em Janeiro de 1984, é criado o *Industrial and Comercial Bank of China* (ICBC) com o objetivo de se encarregar das funções comerciais até então exercidas pelo PBOC nas cidades, já que as atividades no campo, já haviam sido transferidas ao ABC. Assim, o PBOC assumia o papel exclusivo de banco central da China, controlando as taxas de juros dos bancos bem como interferindo diretamente sobre o volume de crédito a ser concedido, cabendo-lhe a supervisão dos quatro bancos recém-criados. Estes bancos passariam a compor o grupo conhecido como os Quatro Grandes (*Big Four*), ou os *bancos especializados estatais*, esta última denominação sendo usual pelo menos até 1994, quando estes bancos seriam convertidos em bancos comerciais.

Estes bancos seriam especializados na medida em que cada um deles estava voltado para um determinado segmento do mercado bancário chinês, com o BOC concentrado nas operações envolvendo moedas estrangeiras, o CCB se especializado no financiamento do investimento em ativos fixos, em operações de médio e longo prazo, e o ABC e o ICBC com as demais operações bancárias no campo e na cidade, respectivamente. É importante ressaltar, desde logo, que até o final da década de 1990 o empréstimo às famílias, incluindo o crédito hipotecário, era muito restrito, concentrando-se o ABC e o ICBC em operações comerciais, sobretudo, de curto prazo.²⁴⁶

Desta forma, verifica-se na Tabela 2 que em 1978 o PBOC detinha cerca de 90% dos ativos financeiros da China, e que, em 1984, com a transferência de seus ativos para

²⁴⁶ LARDY, 1998, p. 81-83 e BANCO MUNDIAL, 1990.

as instituições recém-criadas, o PBOC deterá quase 30%, enquanto os bancos estatais especializados, cerca de 60% dos ativos.

Tabela 2
China: Distribuição dos ativos financeiros por tipo de instituição em 1978 e 1984 (%)

Instituições bancárias	1978	1984
PBOC	90,9	31,0
Quatro grandes bancos estatais	-	59,2
RCCs	9,1	9,0
Outros	-	0,9
Total (RMB bilhões)	207,3	907,0

Notas: 1) Inclui os seguintes bancos: ABC, BOC, CCB e ICBC.
Fonte: Chai, 1998, p. 125.

3.2.3 O Plano de Crédito

Mesmo com a criação destes quatro bancos estatais especializados, o poder discricionário do planejamento central sob a atividade bancária continuou sendo indiscutível, encontrando-se as decisões referentes à concessão de crédito de cada banco muito mais condicionada pelas decisões de política econômica formuladas em Pequim do que sob critérios comerciais, no qual se procura otimizar a relação risco-retorno.

A atividade dos bancos estatais manteve-se sob as diretrizes formuladas pelo Plano de Crédito, que se constituiu no regime de política monetária da China, oficialmente, até 1998.²⁴⁷ O Plano de Crédito estabelecia os objetivos a serem cumpridos por cada um dos quatro bancos estatais chineses ao longo do ano, sendo formulado em conjunto pelo Conselho de Estado,²⁴⁸ Ministério das Finanças²⁴⁹ e o PBOC, cuja atuação era definida também a partir das resoluções do Plano de Crédito, cabendo-lhe a supervisão da atividade dos demais bancos no cumprimento das metas, tornando-os, em primeiro lugar, veículos da ação estatal centralizada.

²⁴⁷ Para maiores detalhes sobre o Plano de Crédito na China, ver por exemplo MONTES-NEGRET (1995), GIRARDIN (1997) e TAM (1995).

²⁴⁸ O Conselho de Estado corresponde ao gabinete do governo chinês – órgão principal do Estado –, sendo formado pela cúpula do Partido, cabendo ao primeiro-ministro a presidência. O Conselho de Estado se constitui, formalmente, na interface entre o PCC e o Estado chinês, subordinando todos os ministérios e governos provinciais, lhe cabendo, além do acompanhamento das atividades do Congresso chinês, a formulação e a supervisão das principais diretrizes do governo chinês no plano econômico, sendo assim, o órgão executivo dentro governo.

²⁴⁹ O Ministério da Finança é o órgão responsável pela condução da política fiscal na China, estando subordinado ao Conselho de Estado.

A elaboração do plano se apoiava em objetivos macroeconômicos, tais como metas de crescimento econômico, da economia e inflação, além de políticas setoriais e regionais. A partir da definição desses objetivos, iniciava-se um amplo processo de negociação entre as autoridades locais, empresas estatais e governo central, com o envio de projetos e relatórios especificando as necessidades eventuais de crédito de forma a chegar a uma resolução comum, ainda que sob o arbítrio das autoridades centrais. Assim, definia-se o volume de crédito e as condições de pagamento, pertencendo à palavra final ao Ministério das Finanças e ao Conselho de Estado. O nível total de crédito era definido também segundo o volume de depósitos esperados, sendo utilizado o ano anterior como o parâmetro para a construção destas projeções²⁵⁰.

Assim, o processo de elaboração e execução do plano de crédito era em grande medida similar ao plano orçamentário anual, funcionando para a China como um orçamento paralelo ao orçamento fiscal. Observa-se que o Plano de Crédito atuava como um limite inferior à concessão anual de empréstimos dos bancos, estando autorizados os bancos a excedê-lo caso julgassem necessário.²⁵¹ Segundo Yusulf (1994, p. 87), no começo da década de 1990, cerca de dois terços dos empréstimos feitos na China eram direcionados, isto é, não atendiam aos critérios comerciais usuais, mas as diretivas do Plano de Crédito.

Nestas condições, a taxa de juros (preço) e o total de crédito (quantidade) estavam sob o domínio da ação estatal central, cuja ação era definida no Plano de Crédito e executada pelos bancos estatais, que dispunham, portanto, de reduzida autonomia operacional.²⁵² Por sua vez, enquanto progressivamente o conjunto dos preços era liberado na economia chinesa, tal como mostrado na Tabela 1, chegando a 70% dos preços no varejo em 1991, no setor financeiro, não antes de meados da década de 1990 começariam os primeiros movimentos de liberalização da taxa de juros, ainda hoje sensivelmente controlados.

Dada sua forma de atuação, a criação dos quatro bancos estatais representa uma continuidade em relação ao período anterior, com o planejamento central ainda exercendo um papel fundamental no funcionamento da atividade bancária da China. Foi ensaiado o estabelecimento de instrumentos de política monetária indireto, com a introdução das reservas compulsórias sobre os depósitos dos grandes bancos estatais,

²⁵⁰ MONTES-NEGRET (1995)

²⁵¹ MO, 1999, p. 99.

²⁵² CHAI, 1999, p. 128-129.

em 1984, tendo sido aberto em 1986 o mercado interbancário de Xangai. Contudo, os instrumentos indiretos de política monetária foram pouco eficazes, encontrando uma série de obstáculos operacionais, especialmente em decorrência das próprias exigências do Plano de Crédito.²⁵³ O Plano de Crédito continuou direcionando a atividade dos bancos até 1998, quando foram adotados mecanismos indiretos de política monetária, em que pese a manutenção de controles discricionários sobre a atividade dos bancos, como será visto adiante.

Apesar da paulatina diversificação das operações os créditos, entre 1978 e 1994 a participação dos quatro grandes bancos estatais no total de crédito saiu de 90% para 78%, destinados especialmente para financiar as operações de curto prazo, associadas ao capital de giro das empresas.²⁵⁴ Por sua vez, o crédito de curto prazo perfazia a parcela das operações de crédito no período, saindo de 100% para cerca de 60%.²⁵⁵ Num contexto de amplas transformações na economia chinesa, em que muitas empresas estatais certamente perderiam espaço, dado a maior integração do mercado nacional e a competição entre as empresas, o sistema bancário chinês funcionou como colchão de liquidez para estas empresas, facilitando sua adaptação à nova forma de organização da economia e retardando por cerca de uma década a falência de diversas empresas.

Como vimos, muitas empresas estatais mostravam-se deficitárias na medida em que arcavam com diversos encargos sociais não presentes para os outros tipos de empresas que surgiam no país, cabendo aos bancos chineses apoiar as empresas deficitárias mesmo que os empréstimos feitos não fossem recuperados, como será visto adiante.²⁵⁶ Assiste-se na indústria uma queda de participação na produção total das empresas estatais sem uma queda correspondente na participação no emprego.²⁵⁷

O conjunto dos encargos sociais chegava a compreender cerca de 40% da remuneração total dos funcionários das empresas estatais em 1996.²⁵⁸ Um processo de falências generalizado poderia ter consequências sociais profundas no processo de transição da economia chinesa. A traumática experiência de transição dos países do Leste europeu e da Rússia pode dar a medida do que poderia ter acontecido na China

²⁵³ CHAI, 1999, p. 130-133.

²⁵⁴ Ver seção 4.2.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Acerca da relação entre as reformas das empresas e o desempenho dos bancos na China ver, por exemplo, TONG (1999) e BOWLES e GORDON (1989).

²⁵⁷ OKAZAKI, 2007, p. 8.

²⁵⁸ TONG, 199, p. 108.

caso aderisse ao mesmo tipo de estratégia abrupta em favor da liberalização e retirada do Estado da economia.²⁵⁹

Assim,

A fim de apoiar a reestruturação suave e gradual das empresas estatais sem causar grave perturbação social, os bancos foram obrigados a fornecer as empresas estatais capital suficiente. Em outras palavras, os bancos não tinham permissão para priorizar expansão do capital baseado em rentabilidade ou eficiência financeira até muito recentemente. (OKAZA, 2007, p. 7)

Se, por um lado, o Plano de Crédito limitava independência operacional de cada um dos quatro grandes bancos estatais, por outro, gradualmente, foi flexibilizada a divisão de mercados entre os quatro bancos estatais, que passariam a atuar em outros segmentos diferentes daqueles inicialmente pré-estabelecidos²⁶⁰, aumentando a concorrência no setor.

Na verdade, este processo começou ainda em 1985, quando o ABC, o ICBC e o CCB foram autorizados a conduzirem negócios em moeda estrangeira em algumas das Zonas Econômicas Especiais. Nas reformas de 1994, a serem vistas no próximo item, os quatro grandes bancos estatais foram autorizados a operar sem restrições em todos os segmentos de mercado, competindo entre si.

3.2.4 Emergência de novas instituições financeiras

Ainda a partir da segunda metade da década de 1980, será concedida permissão a operação de um conjunto de novas instituições financeiras, bancárias e não-bancárias, que diversificaram a paisagem do mercado financeiro chinês. Estas outras instituições cresceram rapidamente, acompanhando o movimento geral da economia chinesa, inclusive aumentando sua participação no total de ativos financeiros da China ao longo do tempo, em que pese à ainda esmagadora dominância dos quatro bancos estatais. De qualquer maneira, estas instituições abriram novas possibilidades no mercado financeiro chinês, oferecendo serviços até então inexistente e atendendo a mercados negligenciados pelos quatro grandes bancos estatais, ainda que também competisse com eles em seus respectivos mercados.²⁶¹

²⁵⁹ A respeito da transição na Rússia, ver, por exemplo, MAZAT (2007).

²⁶⁰ LARDY, 1998, p. 64-65.

²⁶¹ LARDY, 1999, p. 65-76.

Entre as instituições bancárias, em 1987, duas novas instituições bancárias foram criadas: o *Bank of Communications* (BOCom) em 1987, banco originalmente criado em 1908, e o *China Investment Trust and Investment Company* (CITIC) *Industrial Bank*, ambos com abrangência operacional em todo o país. Constituindo-se em uma empresa de capital misto (*joint stock commercial bank*, JSBC), o BOCom tinha, inicialmente, metade de seu capital em poder do PBOC e a outra metade com o Estado chinês. Tanto o BOCom como o *CITIC Industrial Bank* não estavam sujeitos ao Plano de Crédito, podendo atuar segundo critérios comerciais, ainda que estivessem sujeitos a supervisão do PBOC.²⁶²

Até meados da década de 1990, outros bancos nestes moldes foram abertos, aumentando a participação das instituições bancárias diferente daquela dos tradicionais bancos estatais e com abrangência nacional:

- i) *Everbridght Bank* (1992);
- ii) *Huaxia Bank* (1992); e
- iii) *Misheng Bank* (1996).

Os dois primeiros estavam inicialmente afiliados ao *CITIC Industrial Bank*. Nos anos seguintes, todos eles se tornariam bancos de capital misto, com acionistas privados e, geralmente, algum órgão estatal como acionista majoritário. A exceção, inicialmente, ficaria por conta do *China Misheng Bank*, primeira instituição bancária privada da China, que se notabilizaria por ser o primeiro banco do país a adotar as práticas de contabilidade em acordo com os padrões internacionais.²⁶³

Além desses cinco bancos acima mencionados, desde 1987, outros bancos seriam criados até a metade da década de 1990, diferindo no tamanho, estrutura de propriedade e área de atuação, uma vez que sua escala de operação era local ou regional. Se destacariam pela projeção que ganhariam posteriormente, os seguintes bancos:

- i) *Guagdong Development Bank* (1987);
- ii) *Merchants Bank* (1987);
- iii) *Fujian Industrial Bank* (1988);²⁶⁴
- iv) *Shangai Pudong Development Bank* (1988);
- v) *Shezhen Development Bank* (1987);

²⁶² Idem, p. 66-69.

²⁶³ Idem, p. 69.

²⁶⁴ A partir de 2003, seu nome mudou para *Fujian Industrial Bank*, sendo mais conhecido como *Industrial Bank*.

vi) *Yantai Housing Saving Bank* (1987);²⁶⁵

Estes seis bancos em conjunto com os outros cinco mencionados anteriormente passariam a compor o grupo classificado como *Joint Stock Commercial Banks* (JSCBs), instituições bancárias que difeririam dos quatro grandes bancos estatais por terem seu funcionamento mais autônomo em relação aos objetivos macroeconômicos definidos em Pequim, e por contarem com uma estrutura de propriedade mista desde o início. Em um primeiro momento, eram bancos em que havia somente a participação de órgãos públicos e, depois, contariam com a participação de capital privado, ainda que, salvo exceções, prevalecesse o controle estatal²⁶⁶.

O JSCBs comporiam um segmento do mercado bancário chinês mais voltado ao atendimento às empresas pequenas e médias, normalmente privadas, sendo pioneiras na adoção das práticas internacionais relacionadas à contabilidade, gestão de crédito e governança corporativa.²⁶⁷ Tornar-se-iam ao longo da década de 1990 o segundo principal grupo de instituições bancárias na China atrás dos quatro grandes bancos estatais. A participação dos JSCBs será crescente no sistema financeiro chinês, alcançando em 2011, uma participação de 16% dos ativos bancários chineses em 2011.²⁶⁸

O aparecimento de um conjunto de instituições financeiras não-bancárias completaria o cenário financeiro chinês então prevalecente até meados da década de 1990. Em 1979, em caráter experimental, foi criada a primeira cooperativa de crédito urbana na Província de Henan.²⁶⁹ A partir de 1986 este tipo de instituição financeira foi autorizada em todo o país, crescendo especialmente nas cidades médias e grandes. Atuaram em grande medida na provisão de recursos para as empresas privadas nascentes e as empresas coletivas, que eram menos assistidas pelos bancos estatais. Seus empréstimos cresceram em 60 vezes entre 1986 e 1994, ainda que seu peso relativo também fosse menor, correspondendo a apenas 2% dos ativos bancários em 1994.²⁷⁰ Anos mais tarde, a partir da segunda metade da década de 1990, passariam por

²⁶⁵ A partir de 2003, seria denominado *Evergrowing Bank*.

²⁶⁶ Seria incluído neste grupo o *China Zheshang Bank*, criado em 2004. A partir de 2007, na medida em que o BOC seria incluído entre os chamados *State Owned Commercial Banks*, o *Bohai Bank*, fundado em 2006, tomaria parte entre os JSBCs nas classificações da composição do sistema bancário chinês. O *Bohai Bank* seria o primeiro JSCB desde o *Misheg Bank*, a ser autorizado a atuar em todo o território nacional.

²⁶⁷ MARTIN, 2012, p. 24-25.

²⁶⁸ CRBC, 2012, p. 119.

²⁶⁹ Sobre as cooperativas urbanas de crédito na China, ver GIRARDIN e PING (1997).

²⁷⁰ NOLAN, 1998, p. 72-73; 224-225.

um processo de reestruturação amplo, dando lugar aos chamados *city commercial banks*.

Outro tipo de instituição financeira não-bancária que teria destaque nesta primeira parte das reformas seriam as *Trust and Investment Companies* (TICs). Principal grupo de instituição financeira não-bancária depois das cooperativas rurais de crédito (NOLAN, 1998, p. 73), seriam classificadas em dois tipos de TICs. O primeiro tipo era orientado para captar recursos no exterior, sendo a maior TIC a *China International Trust and Investment Company* (CITIC), empresa que daria origem ao *CITIC Industrial Bank*, citado acima. Assim, a partir de 1979, estas instituições foram autorizadas pelo Conselho de Estado a levantar dinheiro fora do país, cumprindo um papel importante de experimentação naquele momento das reformas econômicas. O outro tipo de TIC dedicava-se ao financiamento de longo prazo via a emissão de bônus ou por fundos levantados junto aos cotistas, oferecendo serviços financeiros para segmentos do mercado não atendidos diretamente pelos bancos estatais, domesticamente, principalmente o financiamento imobiliário.²⁷¹ Como as demais instituições financeiras mencionadas anteriormente, as TICs, apesar de também crescerem rápido, não perfaziam parcela substancial dos ativos financeiros da China, contabilizando em 1994, menos de 4% do total de ativos financeiros da China.

Finalmente, foi dada autorização na segunda metade da década de 1990 para o estabelecimento de outros tipos de instituições financeiras não-bancárias comuns em outros países, como as empresas financeiras associadas aos grupos industriais, empresas de *leasing*, empresas de classificação de risco e corretoras de ações, sem que, contudo, ocupassem parcelas significativas de mercado.²⁷²

Assim, em 1994, a composição do sistema financeiro chinês contava com um número significativamente maior de instituições financeiras em relação a 1978, mas, o peso das instituições bancárias públicas no controle de ativos financeiros era incontestável, como se verifica na Tabela 3.

²⁷¹ Sobre o desenvolvimento das TICs até a segunda metade da década de 1990, ver HONG e YIN (1997) e BANCO MUNDIAL (1997).

²⁷² Em 1986 foi criado o *China Post Savings and Remittance Bureau*, uma instituição que recolhia depósitos, mas não concedia empréstimos, transferindo os recursos para o PBOC. Atendia principalmente as famílias rurais e urbanas de baixa renda. Em 2007, esta instituição seria transformada em um banco, vindo a se chamar *Postal Saving Bank of China* (PSBC). Para maiores informações sobre o PSBC, ver LIU (2009).

Tabela 3
China: Distribuição dos ativos financeiros por tipo de instituição
em 1986 e 1993

Instituições financeiras	1986	1993
PBOC	19,3	16,5
Quatro grandes bancos estatais	71,2	64,0
Outros bancos	0,2	4,2
RCCs	7,1	7,6
UCCs	0,2	2,3
TICs	1,7	3,2
Outras instituições	0,4	2,3
Total (RMB bilhões)	1.729,8	8.124,8

Fonte: Banco Mundial, 1997, p. 59.

3.2.5 A criação da bolsa de valores em Xangai e Shenzhen

Desde o começo da década de 1980, os primeiros passos foram dados para a organização do mercado de capitais na China, com a autorização, por exemplo, para que algumas empresas lançassem títulos corporativos. Da mesma maneira, pouco a pouco, títulos públicos começaram a ser lançados. Contudo, entre a década de 1980 e meados da de 1990 o mercado de capitais é ainda muito reduzido e sujeito a muitas restrições legais.²⁷³

Em 1990, o governo chinês autorizou a criação de bolsas de valores, sendo abertas as bolsas de valores de Xangai e Shenzhen. As empresas listadas na bolsa seriam escolhidas criteriosamente pelas autoridades chinesas, sendo favorecidos os grupos que apresentassem maior competitividade e capacidade de tornar-se uma empresa líder em seu setor de atuação (NOLAN, 2001, p. 19).²⁷⁴ Desde o início, haveria dois grandes subconjuntos de ações: as ações negociáveis na bolsa (*tradable share*) e aquelas retidas pelo Estado chinês, em geral correspondendo a maior parte do capital das empresas, as chamadas ações não-negociáveis (*non-tradable shares*), e que, portanto, não iam ao mercado.

Em 1991, apenas investidores locais estavam autorizados a participar das aquisições nas bolsas chinesas. A partir de 1992, foi autorizada a emissão para algumas empresas de ações destinadas aos investidores estrangeiros, as chamadas ações-B, em oposição as ações-A, exclusiva aos investidores domésticos. No ano seguinte, foi dada a

²⁷³ A respeito da história do mercado de capitais na China na década de 1980 e primeira metade de 1990 ver CRSC (2008, p. 155-161) e WEI (1999, p.58-68).

²⁷⁴ NOLAN, 2001, p. 19.

permissão para algumas empresas abrirem seu capital na bolsa de Hong Kong, lançando as ações-H. Em 1994, foi a vez da primeira empresa chinesa ofertar ações na bolsa de Nova York, emitindo as ações-N. Nos anos seguintes, pontualmente, empresas chinesas abririam o capital em outras praças, tais como Londres (ações-L) e Cingapura, (ações-S). Desta forma, resumidamente, a segmentação do mercado acionário chinês é definido pelos seguintes tipos de ação:

i) Ações-A: ações emitidas pelas empresas chinesas nas bolsas domésticas destinadas somente aos residentes, que subdividisse entre aquelas retidas pelo governo chinês, as ações não-negociáveis, e aquelas negociáveis livremente no mercado. As não-negociáveis apenas podiam ser intercambiadas com autorização do Estado, tratando-se de operações realizadas normalmente entre instituições públicas. Corresponderiam a maior parte das ações até atualmente;

ii) Ações- B: ações das empresas listadas nas bolsas domésticas reservadas aos investidores estrangeiros. Na bolsa da Xangai, as ações-B eram emitidas em dólares norte-americanos, na bolsa de Shenzhen, em dólares de Hong Kong. Anos mais tarde, também seria autorizada a aquisição por residentes, contanto que fossem feitas na moeda de sua denominação. Praticamente deixariam de ser lançadas a partir de 2000, quando Hong Kong passaria a concentrar a emissão de ações destinadas aos investidores;

iii) Ações-H: ações das empresas listadas na bolsa de Hong Kong, e denominadas em dólares locais. Estes tipos de ações assumiriam papel crescente no processo de abertura de capital das empresas chinesas.

Enquanto em 1991, o total de empresas listadas era de 14, em 1993 este número já alcançava 189, indicando o rápido ritmo com que as empresas chinesas faziam ofertas públicas iniciais (*Initial Public Offering*, IPO), o que de maneira alguma significaria um processo de privatização total das empresas, mas sim de parte de seu capital. Por sua vez, a capitalização total de mercado corresponderia a menos de 10% do capital levantado até 1995.²⁷⁵ O objetivo da abertura de capital das empresas era, de um lado, possibilitar aos grupos selecionados levantar capital e, de outro, atrair investidores estratégicos, que pudessem agregar as empresas nacionais tecnologia e práticas administrativa, bem como garantir acesso a mercados no exterior – tal como fizeram

²⁷⁵ BANCO MUNDIAL (2012).

com o IDE –, sem que estas se tornassem estritamente empresas privadas, preocupadas apenas com sua valorização patrimonial.

Importante ressaltar que, apesar das diversas mudanças institucionais realizadas no mercado de capitais chineses tendo em vista adequá-lo as práticas internacionais, as empresas listadas teriam em sua grande maioria, agências estatais como principais acionistas, característica presente até os dias de hoje.

Em 1992, Deng Xiaoping durante a famosa viagem ao Sul, o líder chinês fez a seguinte declaração acerca da abertura das bolsas de valores:

Títulos financeiros, bolsas de valores, são coisas boas ou más? São perigosas ou seguras? São exclusivas do capitalismo ou também aplicáveis ao socialismo? Vamos tentar e ver. Vamos tentar por um, dois anos; se for bem, podemos relaxar os controles; se for mal, podemos corrigi-los ou fechá-los. Mesmo se tivermos que fechá-los, podemos fazê-lo de maneira rápido, lenta ou parcial. Do que nós temos medo? Se mantivermos esta atitude não cometermos grandes erros. (DENG, 1993, p. 242).²⁷⁶

Esta fala de Deng Xiaoping é representativa da abordagem utilizada pelas lideranças chinesas frente aos grandes temas enfrentados pelo país desde o início das reformas, em 1978: gradualismo, experimentação e difusão, em caso de êxito. No sistema financeiro, tal pragmatismo mostrou-se ainda mais presente, com as reformas avançado lentamente no que diz respeito ao marco legal e à estrutura de propriedade do setor, que permaneceria sob o controle estatal, apesar de inovações institucionais, tais como a abertura da bolsa e a criação de diversos bancos comerciais.

Estas mudanças tornariam a economia chinesa, aparentemente, mais parecida com as demais economias capitalistas, ao contarem com bolsa de valores, um sistema bancário com uma instituição própria para exercer as funções de um banco central além de diversos tipos de instituições financeira, bancárias e não-bancárias. Sem embargo, tais alterações preservaram a primazia do Estado no controle destes mercados, amplamente dominado por instituições públicas, sendo este um traço distintivo da experiência chinesa em relação às principais economias do mundo no tocante ao sistema financeiro.

²⁷⁶ “Excerpts from talks given in Wuchang, Shenzhen and Shanghai”, de 18 de janeiro a 21 de fevereiro de 1992

3.3 Adoção de critérios comerciais e diversificação do sistema financeiro chinês (1992-2001)

3.3.1 A reforma financeira de 1994 e a criação dos *policy banks*

A “Viajem ao Sul” realizada por Deng, em 1992, e a posterior consolidação do seu projeto reformista para a China, por ocasião do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em 1993, com o reconhecimento formal do conceito de “economia socialista de mercado”, assinalam o aprofundamento das mudanças econômicas na China. A partir de então, o governo acelera as transformações institucionais para preparar a economia e o Estado chinês para um tipo de organização social crescentemente orientada pelo mercado e permeado pela propriedade privada.

Em 1994, uma série delas foi realizada no campo econômico, tais como a reforma cambial, fiscal e a promulgação da Lei das Corporações, como foi visto anteriormente. O sistema financeiro também seria objeto dos reformadores, sobretudo após a aprovação da Resolução sobre a Reforma do Sistema Financeiro em Dezembro de 1993, que definiu um conjunto de metas para o setor financeiro chinês, que incluíam desde mudanças no arcabouço jurídico até a divisão de tarefas entre instituições financeiras chinesas, e que serviriam de bússola para os próximos anos.

Como consequência desta resolução, foi anunciado em 1994, a criação de três novas instituições bancárias, os chamados *policy banks* (bancos de desenvolvimento). A finalidade era deslocar para estes bancos os empréstimos direcionados dos quatro bancos estatais, isto é, os empréstimos destinados a setores ou regiões consideradas estratégicas, compreendendo, em geral, créditos de maior prazo de maturação relacionados a projetos de investimento. Sendo assim, também foram removidos para os *policy banks* parcela do estoques de ativos dos bancos estatais referentes aos empréstimos direcionados, preparando o caminho para torná-los bancos comerciais nos moldes internacionais. Assim, foram criados os seguintes bancos:

i) *State Development Bank*, cujo nome seria alterado depois para *China Development Bank*, focado em operações de longo prazo associados especialmente aos projetos de infraestrutura;

ii) *Export and Import Bank of China*, com a finalidade de promover a atividade exportadora e a importação de máquinas e equipamentos em setores;

iii) *Agricultural Development Bank of China*, destacado para apoiar projetos de investimento nas zonas rurais.

A transferência para os recém-criados *policy banks* de parte dos empréstimos que antes faziam parte do balanço patrimonial dos quatro bancos estatais, acarretariam na redução do conjunto de seus ativos em favor dos *policy banks*. Os *policy banks* levantariam fundos não pelo recebimento de depósitos, mas pela emissão de títulos, adquiridos pelos próprios bancos estatais, consubstanciando, assim, a transformação de passivos de curto prazo (depósitos à vista das famílias em poder dos bancos estatais) em ativos de longo prazo, títulos dos *policy banks*.²⁷⁷ Transferências governamentais complementarizariam as fontes de recursos dos *policy banks*.

Paralelamente, os quatro grandes bancos estatais, tornar-se-iam bancos estatais comerciais (*state-owned commercial banks*, SOCBs), adquirindo maior autonomia operacional em relação ao planejamento central definido pelo Conselho de Estado e Ministério das Finanças. A atitude de criar os *policy banks* e os SOCBs refletiria uma visão de que seria mais fácil supervisionar os bancos na medida em que estivessem separado pela natureza das suas operações. Assim, os bancos comerciais estariam sujeitos a uma regulamentação prudencial diversa daquela dos *policy banks*.²⁷⁸

A regulamentação dos bancos comerciais seria feita mediante a Lei dos Bancos comerciais (*Commercial Bank Law*), promulgada em 1995, como uma tentativa de elevar a independência dos bancos comerciais existentes no país. Entretanto, no Artigo 41 desta lei ainda estava previsto que os bancos comerciais forneceriam crédito direcionado caso o Conselho de Estado os autorizasse, sendo esta uma salvaguarda para a permanência do Plano de Crédito, embora esta prerrogativa tenha sido pouco utilizada nos anos seguintes.²⁷⁹

Na esteira das reformas do setor bancário, outras leis seriam aprovadas, tais como a Lei do Banco Central – em que o PBOC assumia seu compromisso pela manutenção da estabilidade dos preços, embora mantivesse comprometimento também com o crescimento econômico –, a lei sobre garantias, a lei sobre letras de câmbio dentre outras. Estas leis tinham como objetivo clarear legalmente a partilha de direitos e deveres no interior do sistema bancário chinês, reduzindo o espaço para ações discricionárias por parte das autoridades centrais chinesas, pelo menos ações explícitas.²⁸⁰ A introdução de melhorias no sistema de pagamentos internos também seriam introduzidas, facilitando a transferência de fundos financeiros no interior do

²⁷⁷ Esta questão será retomada no Capítulo 4.

²⁷⁸ SHIRAI, 2002, p. 54.

²⁷⁹ Idem, p. 55.

²⁸⁰ OKAZAKI, 2007, p.16.

país, com a adoção de sistemas eletrônicos e informatizados no gerenciamento das instituições bancárias, sobre a supervisão do PBOC.²⁸¹

Pelo lado das demais instituições financeiras bancárias, como mencionado anteriormente, seria aberto o primeiro banco privado no país em 1996, o *Minsheng Bank*. Tendo como acionistas principais a Federação do Comércio e Indústria da China, o *Minsheng Bank* foi autorizado, desde o começo, a atuar em todo o país e a fazer operações em moeda local e estrangeira. Este banco logo se tornaria referência no país pela adoção das melhores práticas internacionais, relacionadas à contabilidade, gestão de risco e governança corporativa.²⁸² Apesar de se tratar de um marco na história bancária chinesa, não substituiria de modo algum os grandes bancos estatais, figurando, em 2010, apenas como 12º maior banco da China, segundo o total de ativos.

Também a partir da segunda metade da década de 1990, haveria a reestruturação das cooperativas urbanas de crédito, que por meio de um amplo processo de fusões e aquisições, resultariam nos chamados *city commercial banks* (CCBs).²⁸³ O primeiro deles foi fundado em 1995, o *Shenzhen City Commercial Bank*, sendo criado até 1998, 88 novos bancos deste tipo. Segundo Brough (2007) a área de atuação dos CCBs era restrita as cidades em que estavam sediados, atuando em apoio às atividades locais, fornecendo serviços financeiros principalmente para as empresas pequenas e médias, com estrutura de propriedade privadas ou coletiva. Eram de propriedade dos governos locais, atuando também em apoio aos projetos das prefeituras. Alguns teriam a participação de capitais privados, mas em todos os casos o Estado preservaria a posição de principal acionista. Os CCBs comporiam um segmento bancário diretamente supervisionado pelo PBOC, tendo ocupado ao longo dos anos uma posição um pouco inferior as das cooperativas rurais, que passaria a dividir espaço com uma miríade de instituições financeiras rurais que surgiriam também por esta época, tais como os *rural commercial banks, township & village banks*, entre outras.²⁸⁴ Enquanto os CCBs substituíram gradativamente as cooperativas urbanas de crédito, no campo, várias instituições existiriam simultaneamente, compondo um cenário diversificado do ponto de vista da natureza das instituições financeiras.

No Gráfico 23, observamos que a divisão de ativos financeiros na China continuava tendo os quatro grandes bancos estatais ocupando mais da metade do

²⁸¹ Idem, pp. 14-15

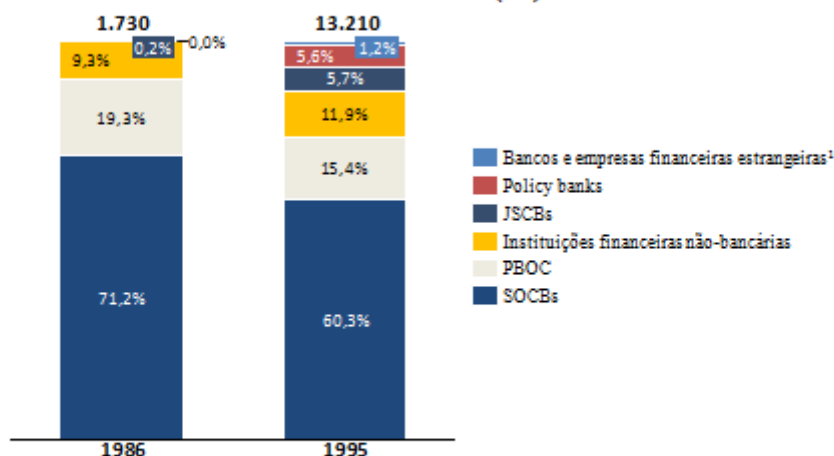
²⁸² NOLAN, 1998, p. 69.

²⁸³ Sobre os *City Commercial Banks*, ver BROUGH (2007).

²⁸⁴ GUO e JIA (2008), e QIAN (2011).

mercado em 1995, apesar de terem perdido espaço para outras instituições financeiras, especialmente para os recém-criados *policy banks*.

Gráfico 23
China: Distribuição do total de ativos das instituições financeiras em 1986 e 1995 (%)



Notas: 1) As Instituições financeiras não-bancárias incluem: RCCs, TICs, UCCs, FCs, *People's Insurance Company*, *China Pacific Insurance Company* e *China Ping-na Insurance Company*;
 Fonte: *Almanacs of China's Finance and Banking*, apud Lardy, 1998, p.224.

Ao longo dos próximos anos, a repartição dos ativos bancários na China se manteria de forma semelhante, com os bancos comerciais estatais perfazendo cerca de metade dos ativos, seguido dos JSCBs, *policy banks*, cooperativas rurais de crédito, e outras instituições financeiras, com a participação dos bancos estrangeiros até 2011 não tendo sido superior a 2% dos ativos totais dos bancos chineses.

Mesmo após o aumento da complexidade das organizações financeiras, com o surgimento de diferentes tipos de instituições financeiras, o controle estatal seria mantido, sendo a quase totalidade destas instituições ligadas aos diferentes níveis de governo, aumentando continuamente o total de ativos destas instituições, inclusive crescendo mais rapidamente que o restante da economia. Assim, um mercado financeiro profundo – alta relação entre ativos financeiros e PIB –, e estreito, pois dominado por bancos estatais de diferentes tipos, garantiria a China uma conformação única em comparação aos sistemas financeiros dos demais países, como será discutido no Capítulo 4.

3.3.2 O problema dos créditos inadimplentes e a criação das companhias gestoras de ativos

A partir da segunda metade da década de 1990, se intensificaram entre autoridades chinesas discussões em torno da solidez do sistema financeiro doméstico, o que resultaria na reforma dos bancos comerciais estatais visando reestruturação dos seus balanços patrimoniais. Isto seria feito em virtude da percepção de que era necessário fortalecer os mecanismos de regulação do setor, dado o elevado acúmulo de créditos inadimplentes.

O acúmulo de créditos inadimplentes, como vimos, devia-se, especialmente, ao papel exercido pelo sistema bancário chinês no processo de transição da economia do país de uma economia planificada para uma economia de mercado. Neste contexto, os bancos chineses continuaram concedendo créditos às empresas estatais, em respeito ao plano de crédito, de sorte a evitar falências generalizadas das empresas estatais, de boa parte delas, em decorrência das dificuldades desde a abertura da economia, do aumento da concorrência em vários segmentos e, especialmente, devido aos diversos encargos sociais que oneravam mais estas empresas do que as demais, notadamente as TVEs e as estrangeiras. No começo o crédito apenas se destinava as empresas estatais e, pouco a pouco, se destinava a outros segmentos. Mas, em 1999 as empresas estatais ainda recebiam cerca de 70% dos empréstimos, sendo que cerca de 60% dos empréstimos concedidos eram, justamente, de curto prazo, utilizados muitos vezes apenas para manter o funcionamento das empresas.

A esta época havia uma extrema dificuldade em precisar o montante de créditos inadimplentes devido à incompatibilidade do sistema de classificação de crédito então praticado na China e os padrões internacionalmente aceitos, definidos nos Acordos de Basileia. Mesmos as reformas introduzidas em 1994 não levaram a mudanças substantivas no sistema de classificação chinês. Diversas características que tornavam este sistema menos preciso em relação à qualidade dos ativos e, assim, a apuração do total de créditos inadimplentes, tais como: a consideração apenas do pagamento do principal para constituir em atraso o empréstimo, enquanto no sistema internacional o atraso no pagamento de juros já era suficiente para tornar o crédito em atraso; a não eliminação do balanço dos bancos chineses dos créditos concedidos às empresas já

falidas; etc.²⁸⁵ Além disso, a falta de transparência do sistema contábil das empresas e bancos, tornava ainda mais complicada a avaliação patrimonial das empresas estatais, inexistindo auditorias externas no país até o final da década de 1990;

Desde 1996, a China ingressara no BIS (*Bank for International Settlements*), com os representantes do PBOC discutindo, nesse espaço, alternativas de política monetária com os outros bancos centrais, bem como a possibilidade de promover a coordenação na área de supervisão bancária. Nos anos seguintes, o PBOC começaria a fazer sucessivos esforços de aproximação às práticas definidas nos Acordos de Basiléia – o primeiro ocorreu em 1988 – referentes aos requisitos mínimos de capital, de supervisão e regulação bancária.²⁸⁶

A eclosão da crise asiática em julho 1997 precipitou a preocupação nas autoridades chinesas de que era necessário melhorar os requisitos de capital dos bancos, o que resultaria em uma nova onda de mudanças no sistema bancário doméstico. Estas alterações buscavam a um só tempo resolver o problema dos créditos inadimplentes acumulados em duas décadas de Plano de Crédito, bem como sujeitá-los aos princípios prudenciais internacionais definidos pelo Comitê de Basiléia.²⁸⁷

Assim, em novembro de 1997 o Comitê Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado organizaram a Primeira Conferência Financeira Nacional (*First National Financial Work Conference*), com objetivo de discutirem sobre a situação dos bancos chineses vis-à-vis as diretrizes definidas em Basiléia. Neste encontro foi decidida a promoção de uma nova reforma financeira, principalmente focada na recomposição patrimonial dos bancos estatais comerciais, sendo reconhecido que já acumulavam grande parcela de créditos inadimplentes no ativo de seus balanços. Segundo critérios internacionais, o montante de créditos inadimplentes ao final da década de 1990 era da ordem de 40%, o equivalente a 35% do PIB chinês à época.²⁸⁸

Em março de 1998, a Assembléia Nacional Popular aprovou um plano submetido ao Conselho de Estado para emitir títulos de dívida do governo especiais para proporcionar a injeção de capital entendida como necessária nos bancos estatais comerciais. Em um primeiro momento foi transferido um total de RMB 270 bilhões

²⁸⁵ NOLAN, 1999, pp. 115-119.

²⁸⁶ O Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia teve seu primeiro encontro em meados da década de 1970, sendo assinado o primeiro acordo, em 1988. Este acordo estabeleceu, pela primeira vez, regras internacionais para os requisitos mínimos de capital, regulação e supervisão bancária, definindo os parâmetros da concorrência bancária no mercado internacional. Ver, por exemplo, FREITAS (2008).

²⁸⁷ OKAZAKI, 2007, p.18.

²⁸⁸ MA e FANG, 2002, p. 1-3.

para estes bancos, o equivalente a 3% do PIB chinês da época,²⁸⁹ feito mediante um processo em que não houve emissão monetária, apenas troca de ativos entre os grandes bancos estatais e outras entidades governamentais, as companhias gestores de ativos (*asset management companies, AMC*).²⁹⁰

Em primeiro lugar, o governo fez uma injeção de capital de RMB 270 bilhões nos bancos comerciais estatais (equivalente, então, a 3% do PIB), apenas pela reorganização patrimonial entre governo e os bancos, tal como se segue:²⁹¹

1) O PBOC reduziu as reservas compulsórias bancárias de 13% para 8%, liberando cerca de RMB 377 bilhões as instituições bancárias (cerca de RMB 270 bilhões para os bancos comerciais estatais e o restante para outras instituições financeiras) em março de 1998;

2) Estes recursos foram utilizados para adquirir no mesmo montante títulos especiais emitidos pelo Ministério das Finanças em agosto de 1998;

3) O Ministério das Finanças, mobilizou estes recursos para injetar capital nos bancos estatais comerciais;

4) O PBOC cancelou uma parte de seus empréstimos aos bancos estatais comerciais para minimizar os impactos inflacionários da redução das reservas compulsórias.

Adicionalmente, o governo criou quatro companhias gestoras de ativos, para receber e gerir os créditos inadimplentes dos bancos estatais comerciais.²⁹² Foi criada uma companhia para cada banco, a saber:

i) *Orient Asset Management*, para o *Bank of China* ;

ii) *Great Wall Asset Management*, para o *Agricultural Bank of China*;

iii) *Cinda Asset Management*, para o *China Construction Bank*;

iv) *Huarong Asset Management*, para o *Industrial and Commercial Bank of China*.

Elas adquiriram em conjunto pelo valor de face 1,4 trilhões de ativos dos bancos estatais, o equivalente a 20,7% do estoque de crédito destes bancos comerciais estatais,

²⁸⁹ OKAZAKI, 2007, p. 19.

²⁹⁰ Para uma descrição desta primeira etapa de reformas no sistema bancário chinês, ver, por exemplo, OKAZAKI (2007) e MA e FUNG (2002).

²⁹¹ OKAZAKI, 2007, pp. 20-23.

²⁹² Este tipo de resolução remete as experiências anteriores na Escandinávia e Estados Unidos, neste por ocasião, da *Resolution Trust Corporation*, no final da década de 1980 e começo da década seguinte (WALTER; HOWIE, 2012, p. 53).

e 15% do PIB à época. Na Tabela 4, verifica-se os efeitos das transferências de créditos inadimplentes dos quatro grandes bancos estatais chineses para as AMCs.²⁹³

Tabela 4
China: Transferência dos créditos inadimplentes dos bancos estatais comerciais para as companhias gestoras de crédito entre 1999 e 2000

Companhia gestora de ativos	Bancos estatais comerciais	Ativos transferidos (RMB bilhões)	Parcela do estoque total de crédito (%)
China Great Wall AMC	BOC	257,4	2,4
China Orient AMC	ABC	346,8	24,6
China Cinda AMC	CCB	353,0	21,7
China Huarong AMC	ICBC	308,7	17,9
Total		1394,9	20,7

Fonte: Zhu et al (2001), apud Ma e Fung, 2002, p. 1.

Nota: 1) No cálculo da parcela dos empréstimos do CCB, é levado em conta RMB 100 bilhões de ativos transferidos para a China Cinda AMC do China Development Bank.

A aquisição desses títulos por parte das AMCs foi financiada por meio de transferências feitas pelo Ministério das Finanças (3%), empréstimos do PBOC (14%) e emissão de títulos próprios (83%). Assim, para o conjunto dos bancos estatais enquanto RMB 1.168 bilhões em créditos inadimplentes foram trocados por títulos das AMCs, com vencimento para 10 anos,²⁹⁴ o restante dos créditos foi adquirido em dinheiro, elevando as reservas dos bancos, que empregaram estes recursos em aquisição de títulos do PBOC.²⁹⁵ A premissa para a melhora da qualidade dos ativos dos bancos estatais comerciais era a garantia do PBOC da solvência dos títulos adquiridos, constituindo-se, no limite, em títulos do próprio PBOC.

Quando os créditos inadimplentes foram transferidos para as AMCs, o governo introduziu a conversão da dívida em participação nas empresas estatais (*debt-for-equity swap*) de forma a evitar a falência das empresas estatais com créditos inadimplentes. O governo escolheu 580 empresas estatais e converteu suas dívidas em ações retidas pelas AMCs. Por meio desta conversão, estas empresas estatais estão livres do pagamento de juros de suas dívidas e passam a pagar dividendos apenas quando tiverem resultados positivos.

²⁹³ OKAZAI, 2007, p. 22.

²⁹⁴ Em 2009, estes títulos foram renovados por mais dez anos (WALTER; HOWIE, 2012, p.61).

²⁹⁵ MA e FUNG, 2002, p. 16 e 17. Okazaki (2007, p.23) apresenta outros valores. Para este autor, o financiamento da aquisição dos créditos inadimplentes por parte das AMCs foi feito em 39% devido aos empréstimos do PBOC e o restante pela aquisição de títulos emitidos pela AMCs feita pelos bancos estatais comerciais.

Do ponto de vista organizacional, cada AMC era independente, tendo como único proprietário o Ministério das Finanças. Entretanto, a maior parte de seu corpo de funcionários era formada por ex-funcionários dos bancos comerciais estatais, e, inicialmente, cada AMC cuidaria apenas dos créditos inadimplentes respectivos a cada um dos bancos. As AMCs foram criadas, originalmente para durarem não mais que dez anos, mas até hoje continuam existindo.

Dentre os mecanismos utilizados pelas AMCs para equacionar o problema dos créditos inadimplentes assumidos, destacaram-se o agrupamento de créditos inadimplentes por setores ou províncias, consolidando títulos que depois seriam vendidos para investidores nacionais e internacionais. O *Bank of America* e o *Citigroup* adquiriram alguns destes títulos, por exemplo, mas a maior parte deles continuaria no balanço das AMC dez anos depois.²⁹⁶

Esta primeira etapa da reestruturação bancária culminaria em uma melhora relevante, mas insuficiente, dos ativos dos grandes bancos estatais e da sua adequação de capital, o que exigiria novas intervenções para eliminar o problema dos créditos inadimplentes de seus balanços patrimoniais, indicando que o problema era muito maior do que inicialmente supunham as autoridades chinesas.²⁹⁷

Acompanhou esta recomposição patrimonial dos bancos comerciais estatais, a exigência do governo para que eles adotassem os critérios internacionais de classificação dos empréstimos, em acordo com os padrões internacionais, prática que seria adotada regularmente a partir de 2002. Tratava-se de incorporar na classificação dos empréstimos os riscos associados aos devedores e ao pagamento dos juros, não somente do principal, na categorização de inadimplência. Além disso, foi exigido o aumento das provisões para os empréstimos ponderado pelo risco de cada devedor, o que esperava-se impactar na redução futura dos créditos inadimplentes na composição dos ativos dos bancos.

Em um quadro crescentemente liberalizado, em que as empresas privadas se tornavam dominantes e que as empresas estatais remanescentes aderiam às práticas de governança corporativa, os bancos acabavam assim, por também acompanhar esta transformação da economia chinesa. Outras duas intervenções seriam realizadas nos anos seguintes, como veremos adiante, de sorte a preparar os grandes bancos chineses

²⁹⁶ MARTIN, 2012, p. 30.

²⁹⁷ OKAZAKI, 2007, p. 24.

para a concorrência internacional iminente com a entrada na OMC, em 2001, e a ulterior abertura de capital destas instituições nas bolsas de valores da China e de Hong Kong.

3.3.3 O desenvolvimento do mercado de capitais chineses até 2001

Entre 1994 e 2001, o mercado de capitais da China aumentaria sua importância, chegando ao final do período com praticamente dois tipos de ações apenas, as ações-A e ações-H tendo, ao todo aberto o capital de mais de 1100 empresas (em 1991 eram 14). Como vimos, o aprofundamento do processo de privatizações a partir de 1998, teria nas bolsas de valores chinesas um importante veículo de transformação do regime de propriedade com as empresas privatizadas, muitas vezes, sendo partilhadas em ações entre os funcionários, bem como, especialmente no caso das empresas que foram preservadas sobre o controle estatal, atraindo investidores estratégicos.

Medidas regulatórias diversas foram aprovadas no período de modo a aproximar os métodos operacionais das bolsas chinesas a dos demais países. Em 1998, a *China Securities Regulatory Commission (CSRC)*, criada em 1992, assumiria exclusivamente a responsabilidade de supervisão e regulação do mercado de capitais na China, o que incluía o mercado futuro, incipiente na China.²⁹⁸ Também em 1998, foi promulgada a *Securities Law*, que definiria de forma mais clara o arcabouço jurídico do mercado de capitais chineses sendo importante para sua futura expansão.²⁹⁹

Com efeito, a despeito da abertura de capital de diversas empresas por conta do processo de privatizações e reestruturação do setor estatal até a reforma das ações encerrada em 2006, as ações não-negociáveis continuariam a compor dois terços do total das ações na China,³⁰⁰ o que tornava o funcionamento das bolsas de valores na China muito específica em relação às demais.³⁰¹ Isto é, na medida em que o mercado de ações estava sujeito a um alto grau de participação estatal, seja por meio da rígida regulação imposta nestes mercados, seja pela preponderante presença como acionista, as bolsas chinesas não se confundiam com as demais bolsas existentes no mundo. Na verdade, estas bolsas se constituíam em um espaço de experimentação do governo

²⁹⁸ CSRC, 2008, p. 164.

²⁹⁹ *Idem*, p. 176

³⁰⁰ BELTATTI et al, 2011, p.5.

³⁰¹ O mercado acionário chinês mostrou-se entre 1994 e 2001 com elevado giro (*turnover*), relacionado à preocupação dos acionistas, em sua maioria investidores individuais (pessoas físicas), na ausência de investidores institucionais, que se voltam mais aos preços das ações, e os possíveis ganhos de capital associados, do que ao desempenho propriamente dito das empresas listadas. A este respeito, ver, por exemplo, LIN (2004).

chinês com o objetivo de aprimorar a governança corporativa das empresas e atrair investidores estratégicos, especialmente no caso dos grandes grupos estatais, mais do que um canal para levantar fundos – tarefa atendida pelo mercado bancário –, movimento que avançaria passo a passo ao longo da década de 2000.

Conforme veremos na próxima seção, a partir da entrada do país na OMC, em 2001, o mercado de ações se desenvolverá ainda mais, bem como o mercado de títulos corporativos se tornará um pouco mais expressivo, marcas da gradativa diversificação do sistema financeiro chinês.

3.4 Desdobramentos da adesão à OMC sobre o sistema financeiro chinês (2001-2008)

3.4.1 Reestruturação bancária e o processo de abertura de capital na bolsa dos principais bancos chineses

Em dezembro de 2001, é finalmente selada a entrada da China na OMC, com impactos substantivos sobre a abertura da economia chinesa, dada as exigências para o ingresso do país na organização. No processo de negociação, a China conseguiu atrasar a abertura completa do setor financeiro até 2006, sendo mantidas restrições importantes sobre o mercado bancário, de capitais e de seguros.³⁰²

Logo após ingressar na OMC, foi realizado na China, em fevereiro de 2002, a Segunda Conferência Nacional Financeira (*Second National Financial Work Conference*), com o objetivo de discutir como tornar o sistema bancário chinês estável e competitivo sob as condições de uma economia aberta. Foram levantadas uma série de problemas relacionados a incompletude da atividade supervisora, a falta de um marco legal adequado a defesa dos direitos de propriedade no mercado financeiro, entre outras questões. Como consequência, em abril de 2003, foi criada a China Banking Regulatory Commission (CBRC), um órgão regulador específico para a atividade bancária, deixando o PBOC de cumprir estas funções. O CBRC teria como tarefa aplacar a necessidade de regulação especializada de um sistema bancário crescentemente complexo e prestes a estar completamente aberto à concorrência internacional. Os regulamentos formulados pelo CBRC tem caráter prudencial e versam sobre a adequação de capital dos bancos, defesa dos depositantes, divulgação de informações

³⁰² Para uma descrição completa dos termos do acordo ver OKAZAKI (2007, p. 24-26).

patrimoniais e governança corporativa. O banco central continuaria envolvido com as demais missões a ele atribuído relacionadas a execução da política monetária: controle da inflação, manutenção do crescimento, socorro as instituições financeiras ilíquidas, dentre outras.

Após a criação da CRBC, as autoridades chineses decidem em outubro de 2003, após a Terceira Sessão Plenária do 16ª Conferência Nacional do PCCh, a mudança na estrutura de propriedade dos bancos comerciais estatais, isto é, abrir o capital destas empresas, de forma a permitir uma melhoria da eficiência operacional e da governança corporativa. Para tanto, um conjunto de medidas seria levadas adiante pelos anos seguintes de forma a reestruturar patrimonialmente esses bancos preparando-os para a abertura de capital. Seguiram-se as seguintes medidas:

- i) Injeção de capital;
- ii) Aprovação da emissão de obrigações por parte dos bancos para aumentar o seu capital;
- iii) Transferências de créditos inadimplentes para as AMCs; e
- iv) Permissão da introdução de investidores estrangeiros estratégicos.

Vislumbrava-se a partir da implementação dessas reformas, a formação de grandes grupos bancários com a participação de capitais estrangeiros, prontos não apenas fortalecer sua presença no mercado interno em um cenário aberto à concorrência internacional dentre de poucos anos, como também, no futuro, se internacionalizar, movimento que, no entanto, manterá o controle estatal dos bancos.

Ao final de 2003, parte das reservas internacionais foi destinada a criação da Central Huijin Investment Company (Huijin), empresa estatal de investimento (*investment company*), com mandato para exercer os direitos e obrigações como um investidor em grandes empresas estatais financeiras, tendo como acionistas a SAFE, o PBOC e o Ministério das Finanças. A Huijin injetou, entre 2003 e 2005, RMB 499,6 bilhões (US\$ 60 bilhões) ao todo em quatro bancos estatais comerciais: US\$ 45 bilhões no BOC e CCB, em Dezembro de 2003, RMB 3 bilhões no BOCom, em junho de 2004, e US\$ 15 bilhões no ICBC e, Abril de 2005.³⁰³

Considerando a primeira injeção de capital, em 1998, e o total da segunda, feita entre 2003 e 2005, totalizam-se RMB 785 bilhões (US\$ 95 bilhões), uma quantia certamente elevada, contudo menor do que o que foi gasto pelo Japão em processo

³⁰³ OKAZAKI, 2007, p. 27-30.

análogo feito entre 1998 e 2003, quando desembolsou cerca de US\$ 116 bilhões. Contudo, enquanto no Japão a participação do Estado como acionista foi temporária, no caso chinês não há perspectiva de tornar os bancos estatais comerciais plenamente privados, constituindo-se em braços do governo. Entre 1995 e 2002 os bancos estatais haviam apoiado a reestruturação de mais de seis mil empresas estatais, fornecendo cerca de RMB 800 bilhões em empréstimos direcionados e sofrendo perda em RMB 316 bilhões. Até o final de 2002, 51,2% das 62 mil firmas que haviam completado a mudança na estrutura de propriedade haviam falhado em repagar os empréstimos contraídos junto aos bancos estatais.³⁰⁴

Assim, os bancos estatais aumentavam seu capital, cedendo sua propriedade para uma nova entidade estatal, a Huijin, cujos funcionários eram do PBOC. Importante destacar, que esta operação não implicou em aumento da dívida pública, tampouco em aumento da base monetária.

Em seguida, como forma de preparar a abertura de capital desses bancos na bolsa de valores (IPO), o BOC, CCC, BOC e ICBC somando ao todo RMB 1,2 trilhões, dos quais cerca de 80% dos créditos inadimplentes, 18% do empréstimos feitos pelos bancos ao final de 2002 (excluindo o ABC), tendo sido uma parte adquirida pelo valor de face e outra com desconto.³⁰⁵ Para promover esta transferência de créditos inadimplentes, o Ministério da Finança forneceu RMB 509,5 bilhões, trocando créditos inadimplentes, pela renúncia a sua participação no capital das empresas (RMB 198 bilhões, referentes a participação no BOC e CCB, mais que compensada pela aumento do capital devido ao investimento da Huijin) e trocando por recebíveis (RMB 311,5 bilhões, para o ICB e CCB). O PBOC forneceu às AMCs empréstimos para adquirir estes empréstimos duvidosos, emitindo simultaneamente títulos adquiridos pelos próprios bancos estatais. Finalmente, o PBOC renunciou a parte dos empréstimos feitos ao ICBC (RMB 28,4 bilhões) trocando por títulos com esses quatro bancos, posteriormente repassados as AMCs, totalizando outros (RMB 588 bilhões). Em última análise, os bancos comerciais trocaram os créditos inadimplentes por títulos especiais emitidos pelo PBOC, representados pelos títulos das AMCs.

Paralelamente, desde 1999 vinha sendo feito uma reestruturação na organização dos bancos, redundando em demissões, de um lado, procurando-se otimizar operacionalmente os bancos, e sendo adotado critérios comerciais e a classificação dos

³⁰⁴ Idem, p. 30.

³⁰⁵ Ibidem.

empréstimos segundo os padrões internacionais, compromissos renovados a partir de 2003. Estes três movimentos – adoção de critérios comerciais na concessão de créditos, injeção de capital e transferência de créditos inadimplentes para as AMCs – resultaram na reestruturação patrimonial dos bancos em favor do aumento dos ativos e da melhora da sua qualidade, elevando, também, os indicadores de lucratividade.³⁰⁶

Finalmente, o último passo dado que consagraria a reestruturação dos bancos estatais comerciais foi à introdução de investidores estratégicos. Ficava estabelecido que a participação de instituições estrangeiras não poderia ultrapassar, no total, 25% das ações, flexibilidade para algumas instituições. Foram indicados para cada um dos grandes bancos, acordos individuais com instituições estrangeiras de grande porte, como uma forma de trazerem aos bancos chineses expertise bancárias, melhoria na governança corporativa e, no futuro, condições para a expansão internacional destes bancos. Por sua vez, para as instituições financeiras internacionais tratava-se de um canal de acesso ao expansivo mercado chinês, protegendo-se das vicissitudes legais de abrirem uma filial no país sem nenhum parceiro local. Até o final de 2006, cerca de 30 instituições financeiras compraram participações em 21 bancos comerciais chineses, entre os bancos comerciais estatais, JSCBs e outros. Um efeito imediato da abertura de capital dos bancos foi relacionado a divulgação de informações, estando sujeitas a partir de então ao escrutínio de auditores internacionais.

Pelo lado dos bancos comerciais estatais, o primeiro banco a abrir seu capital foi o BOCCom que abriu ações em 2005 em Hong Kong. Seguiram-se o CCB, que abriu capital inicialmente também em Hong Kong, em outubro de 2005, o BOC, que lançou ações simultaneamente nas Bolsas de Xangai e Hong Kong, em junho de 2006,³⁰⁷ e o ICBC, em outubro de 2006, que também abriu capital na paralelamente na bolsa de Xangai e Hong Kong. O ABC apenas seria reestruturado a partir de 2007, recebendo também injeções de capital da Central Huijin e a remoção de créditos inadimplentes de seus ativos. Assim, em janeiro de 2009, o ABC, se tornaria um banco de capital aberto, tal como os demais, cujos acionistas inicialmente estavam divididos entre o Ministério das Finanças e a Central Huijin. Em 2010, o ABC lançou ações na bolsa de Hong Kong, atraindo investidores estrangeiros estratégicos. Os IPOs dos quatro bancos estatais levantaram uma quantidade altíssima de recursos, com o ABC sendo IPO que mais arrecadou fundos na história.

³⁰⁶ Idem, p. 29.

³⁰⁷ O BOC foi a primeira empresa na China ter ações-A e H.

Como podemos verificar na Tabela 5 os cinco bancos estatais comerciais, em 2010 contavam como uma estrutura patrimonial que contemplava a participação de importantes instituições estrangeiras, como o Bank of America, no CCB, e o HSBC, no BOCom, embora em todos casos o acionista majoritário fosse Estado.³⁰⁸

Tabela 5
China: Estrutura de propriedade dos cinco maiores bancos estatais comerciais chineses em 2010 (%)

Banco	Acionista	Tipo de propriedade	Tipo de ação	Participação (%)	Total da participação estatal (%)
ABC	Central Huijin Investment Ltd.	Estatal	A	40,03	83,13
	Ministério das Finanças	Estatal	A	39,21	
	Hong King Securities Clearing	Entidade legal estrangeira ¹	H	8,89	
	Social Security Fund	Estatal	A	3,02	
	Ping na Life Insurance Company of China Ltd. Security Fund	Outro	A	0,44	
ICBC	Central Huijin Investment Ltd.	Estatal	A	35,4	70,7
	Ministério das Finanças	Estatal	A	35,3	
	HKSCC Nominess Ltd.	Entidade legal estrangeira ¹	H	24,5	
	ICBC Credit Suisse Asset Management Co. Ltd.	Estatal	A	0,3	
	Ping na Insurance (Group) Company of china Ltd.	Outros	A	0,3	
BOC	Central Huijin Investment Ltd.	Estatal	A	67,55	67,8
	HKSCC Nominess Ltd.	Pessoa jurídica estrangeira	H	28,15	
	LI Ka Shing	Pessoa jurídica estrangeira	H	1,01	
	The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ Ltd.	Pessoa jurídica estrangeira	H	0,19	
	Asian Development Bank	Pessoa jurídica estrangeira	H	0,18	
CCB	Central Huijin Investment Ltd.	Estatal	A e H	57,09	60,09
	HKSCC Nominess Ltd.	Pessoa jurídica estrangeira	H	19,79	
	Bank of America	Pessoa jurídica estrangeira	H	10,23	
	Fullerton Financial	Pessoa jurídica estrangeira	H	5,65	
	Bosteel Group	Estatal	A e H	1,41	
BOCom	Ministério das Finanças	Estatal	A e H	26,52	32,36
	HKSCC Nominess Ltd.	Estrangeira	H	21,93	
	HSBC Corporation Ltd.	Estrangeira	H	18,63	
	Capital Airports Holding (Group) Company	Estatal	A	2,01	
	State Grid Asset Management Company Ltd.	Estatal	A	0,92	

Em termos de capitalização, os quatro bancos estatais chineses figurariam entre os maiores do mundo, como observa-se na Tabela 6, com o ICBC e o CCB sendo os principais bancos, segundo este critério.

³⁰⁸ O Goldman Sachs Group, adquiriu 4,9% das ações do ICBC, antes do IPO, em 2006, mas se desfez de suas ações em diversas rodadas de vendas que perdurariam até 2013.

Tabela 6
Comparação internacional: Maiores bancos do mundo segundo o
valor da capitalização de mercado em 2010 (US\$ bilhões)

Posição	Banco	País	(US\$ bilhões)
1°	ICBC	China	233,4
2°	CCB	China	222,3
3°	HSBC Holdings	Reino Unido	180,3
4°	JP Morgan Chase	Reino Unido	165,8
5°	Wells Fargo & Co	Reino Unido	162,7
6°	BOC	China	139,9
7°	Citigroup	Estados Unidos	137,4
8°	ABC	China	135,0
9°	Bank of America	Estados Unidos	134.54,0
10°	Itau Unibanco	Brasil	97,6

Fonte: Banks Around the world (2012).

Contudo, como alertam Walter e Howie (2012, p. 42-45), a capitalização destes bancos é demasiadamente alta, pois nem todas as ações foram a mercado, com uma grande parte tendo sido retida por autarquias estatais. Assim, o que o cálculo da capitalização reflete é o preços de mercado das ações de mercado multiplicada pelo conjunto das ações, o que torna o preço praticado nas bolsas acima daquele que ocorreria se todas as ações fossem negociadas. Um critério mais seguro para estabelecer a grandeza das instituições financeiras no cenário internacional é total de ativos medidos em dólares. Conforme observa-se a Tabela 7 os quatro grandes bancos estatais figuram também entre os maiores do mundo, não na mesma posição, mas ainda assim surpreendente para um país que, em 1978, virtualmente, sequer tinha bancos comerciais.

Tabela 7
Comparação internacional: Maiores bancos do mundo segundo o total de ativos em 2011 (US\$ bilhões)

Classificação	Banco	País	US\$ bilhões
1º	Deutsche Bank	Alemanha	2802,7
2º	Mitsubishi UFJ Financial Group	Japão	2741,5
3º	HSBC Holdings	Reino Unido	2555,6
4º	BNP Paribas	França	2545,3
5º	Japan Post Bank	Japão	2542,8
6º	ICBC	China	2455,6
7º	Crédit Agricole Group	França	2434,2
8º	Barclays PLC	Reino Unido	2430,7
9º	Royal Bank of Scotland Group	Reino Unido	2342,7
10º	JPMorgan Chase & Co.	Estados Unidos	2265,8
11º	Bank of America	Estados Unidos	2129,1
12º	Mizuho Financial Group	Japão	2098,2
13º	CCB	China	1948,7
14º	BOC	China	1877,0
15º	Citigroup Inc	Estados Unidos	1874,9
16º	ABC	China	1852,8

Fonte: Banks Around the world (2012).

No caso dos JSCBs, o processo de abertura de capital contou ainda mais com a participação de investidores não-estatais, havendo, também, a presença de investidores estrangeiros, tais como o Deutch Bank no Huaxi Bank, o Citigroup no Guandong Bank, dentre outros, como verifica-se na Tabela 8.

Tabela 8
China: Estrutura de propriedade dos JSCBs em 2010 (%)

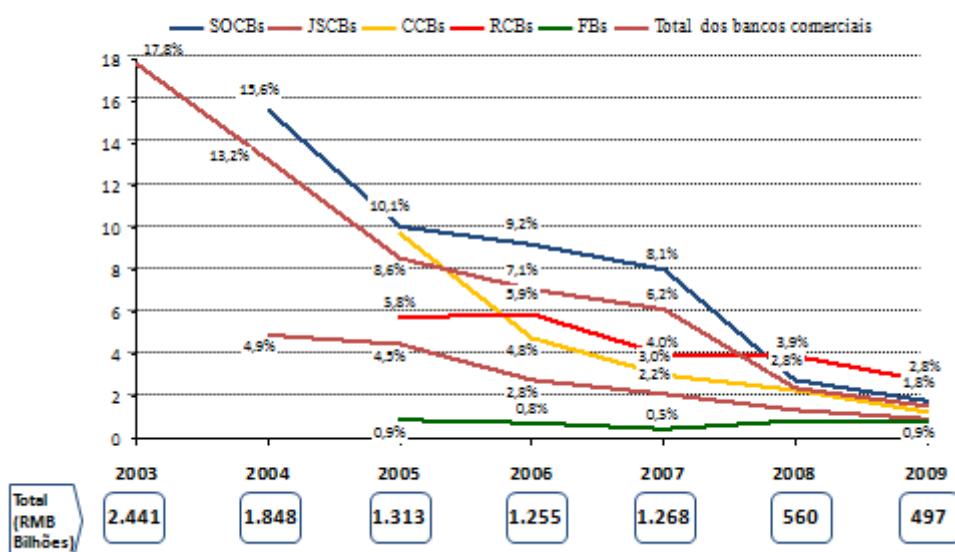
Banco	Estado	Instituições não-estatais	Instituições estrangeiras	Principal acionistas estrangeiro
China Bohai Bank	62	18	20	Shared Chatered Bank (HK)
China Everbright Bank	74	21,6	4,4	China Everbright Ltd. (HK)
China Merchants Bank	35,3	n.d.	17,8	JP Morgan Chase & Co. (EUA)
China Minsheng Bank	n.d.	26,9	15,3	Morgan Stanley & Co. (EUA)
China Zheshang	14,3	n.d.	n.d.	n.d.
CIIC Bank	63,1	n.d.	30,8	BBVA (Espanha)
Evergrowing Bank	n.d.	n.d.	8,3	Daiva Bank (Cingapura)
Guangdong Bank	72,2	4,1	23,7	Citigroup (EUA)
Huaxi Bank	36	6,6	17,1	Deutch Bank(Alemanha)
Industrial Bank	28,9	3,6	12,8	Harg Seng Bank (Alemanha)
Shanghai Pudong Bank	n.d.	n.d.	2,7	Citibank
Shenzhen Development Bank	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Relatório anual de cada uma das instituições em 2010, exceto para o Evergrowing Bank, cujo os dados são de 2009, apud MARTIN (2012, p. 25).

Este movimento de reestruturação dos bancos foi acompanhado por um amplo processo de demissões, sendo reduzindo entre 1998 e 2005, em de 20% o número e funcionários, além da diminuição dos contratos de trabalho de longo prazo em

detrimento dos de menor duração, colaborando para o aumento da lucratividade bancária.³⁰⁹ Sucede-se, a partir de 2003, um movimento de contínua melhora dos indicadores bancários, tanto de solidez quanto de rentabilidade.³¹⁰ Por exemplo, acerca dos indicadores de solidez bancária, observamos no Gráfico 24 a queda contínua da participação dos créditos inadimplentes no total de ativos dos bancos, ao passo que no Gráfico 25, verifica-se a melhora progressiva do requisito de capital das instituições bancárias chinesas.

Gráfico 24
China: Evolução da participação dos créditos inadimplentes no total de ativos dos bancos comerciais entre 2003 e 2009 (%)

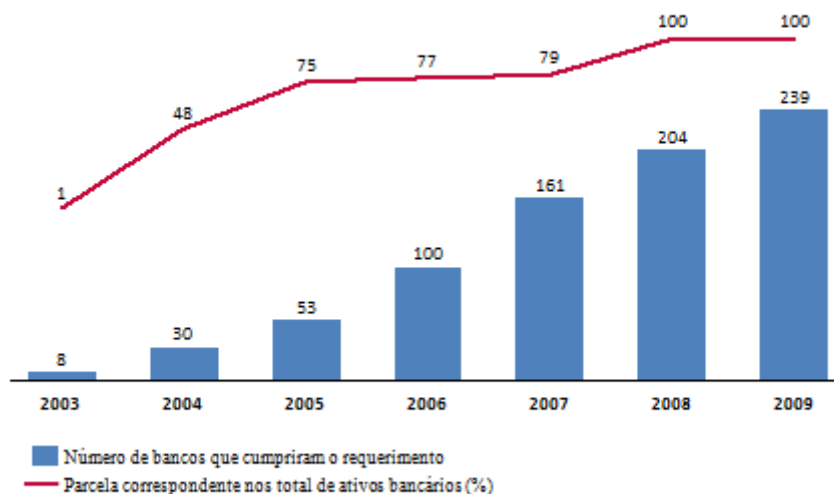


Fonte: CBRC (2012).

³⁰⁹ OKAZAKI, 2007, p. 35.

³¹⁰ Para a evolução dos indicadores de rentabilidade ver, por exemplo, OKAZAKI (2007, p. 48-49) e OCDE (2010, p. 75); para a evolução das provisões contra perdas, ver OCDE (2010, p. 74). Em 2004, a China se comprometeu a adequar-se às diretrizes do Acordo de Basileia I, e em 2007, aos Acordos de Basileia II. Devido à crise de 2009, em 2010, tem início o Acordo de Basileia III, no qual foram definidas novas regras de adequação de capital, disciplina de mercado e supervisão. A China participou e propôs-se a cumprir as exigências indicadas pelo acordo, paralelamente ao esforço de adequar-se às exigências de Basileia II. Ver, por exemplo, SEKINE (2011).

Gráfico 25
China: Evolução do cumprimento do requerimento mínimo de capital dos bancos entre 2003 e 2009



1) O requerimento mínimo capital corresponde a 8% do total de ativos, segundo classificação definida nos Acordos de Basileia.

Fonte: CBRC, 2010, p. 131.

A contraface desta trajetória positiva das instituições bancárias, foi a participação das AMCs, que apresentariam dificuldade na recuperação dos ativos herdados das principais instituições bancárias chinesas, como se desprende da Tabela 8, na qual verifica-se que, no conjunto, as AMCs, haviam recuperado apenas 24,2% dos créditos inadimplentes, e 20,8% se for considerado apenas a recuperação em dinheiro.

Tabela 8
China: Estrutura de propriedade dos JSCBs em 2010 (%)

Banco	Estado	Instituições não-estatais	Instituições estrangeiras	Principal acionistas estrangeiro
China Bohai Bank	62	18	20	Shared Chatered Bank (HK)
China Everbright Bank	74	21,6	4,4	China Everbright Ltd. (HK)
China Merchants Bank	35,3	n.d.	17,8	JP Morgan Chase & Co. (EUA)
China Minsheng Bank	n.d.	26,9	15,3	Morgan Stanley & Co. (EUA)
China Zheshang	14,3	n.d.	n.d.	n.d.
CIIC Bank	63,1	n.d.	30,8	BBVA (Espanha)
Evergrowing Bank	n.d.	n.d.	8,3	Daiwa Bank (Cingapura)
Guangdong Bank	72,2	4,1	23,7	Citigroup (EUA)
Huaxi Bank	36	6,6	17,1	Deutsch Bank (Alemanha)
Industrial Bank	28,9	3,6	12,8	Hang Seng Bank (Alemanha)
Shanghai Pudong Bank	n.d.	n.d.	2,7	Citibank
Shenzhen Development Bank	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Relatório anual de cada uma das instituições em 2010, exceto para o Evergrowing Bank, cujo os dados são de 2009, apud MARTIN (2012, p. 25).

As AMCs foram autorizadas pelo Ministério das Finanças para adquirem ações em outras empresas, e vendeu parte das suas ações, justamente, para os bancos estatais.

Assim, o ABC adquiriu 49% da Great Wall AMC, o ICBC, 48% da China Huarong AMC e o CCB, 48% da Cinda AMC. Por outros caminhos os créditos inadimplentes voltavam ao balanço dos grandes bancos estatais comerciais, agora, com o selo das AMCs, garantida pelo governo chinês.³¹¹

Em 2010 os recebíveis adquiridos pelos quatro grandes bancos estatais comerciais em suas próprias operações de resgate do PBOC, MOF e, sobretudo, das AMCs, correspondiam, juntos: 2,1% dos ativos do BOC; 2,8% dos ativos da CCB; 3,7% dos ativos do ICBC; e, 7,2% dos ativos do ABC. Por sua vez, a participação dos títulos das AMCs em relação ao capital próprio destas instituições eram: BOC, 26,3%; CCB, 48,1%; e ICBC, 44,1%.³¹² Isto é, o peso no total ativos desses títulos eram proporcionalmente pequeno, mas relevante quando considerado como parcela do capital próprio, podendo representar, um risco a solvência destas instituições, uma vez que os ativos das AMCs são compostos, como vimos, majoritariamente de créditos inadimplentes dos próprios grandes bancos estatais comerciais. Contudo, à medida que o Ministério das Finanças e o Banco Central constituem-se em garantidores das AMCs, e estes títulos estão denominados em RMB, esta situação apresentou-se sustentável até o presente momento, sendo possível seu equacionamento internamente.

Como corolário de todo este processo de reestruturação bancária, os bancos chineses mostram-se cada vez mais capacitados, tanto do ponto de vista da escala de suas operações como do ponto de vista da sua capacitação operacional, de expandir-se para o exterior, movimento que vem acontecendo desde a segunda metade da década de

3.4.2 Diversificação do sistema financeiro chinês

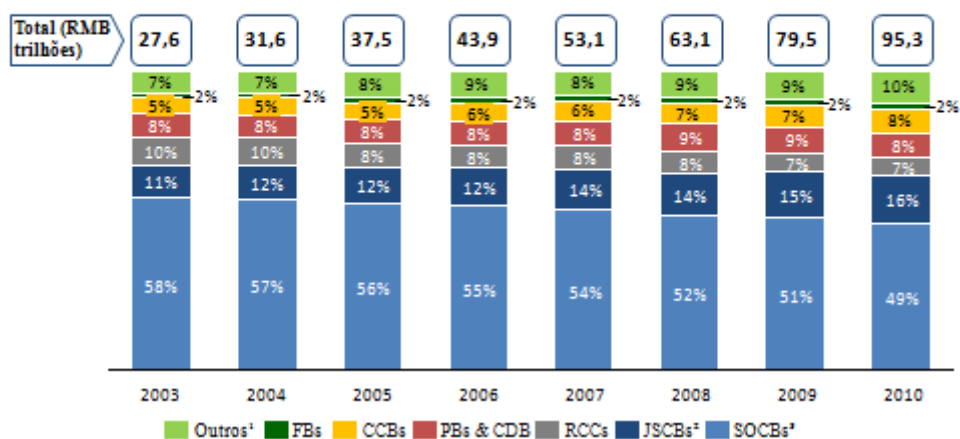
Ao longo de toda a década de 2000 houve um aumento contínuo das instituições financeiras bancárias, ainda predominantes, e não-bancárias, que, pouco a pouco, tornam-se mais relevantes no mercado financeiro chinês, de sorte a diversificá-lo crescentemente. Ao longo da década de 2000, o crédito cresceu a um ritmo acelerado, com o total de ativos bancários aumentando cerca de três vezes e meia entre 2003 e 2010, como se verifica no Gráfico 26. Enquanto as principais instituições bancárias, notadamente os bancos comerciais estatais, passavam pelo processo de reestruturação patrimonial descrito na seção anterior continuavam a se desenvolver na China outras

³¹¹ MARTIN, 2012, p. 30.

³¹² WALTER; HOWIE, 2012, p. 55.

instituições bancárias, no campo e na cidade, tornando o mercado local mais profundo e diversificado.

Gráfico 26
China: Evolução da distribuição do total de ativos das instituições bancárias entre 2003 e 2010 (%)



Nota: 1) Inclui *Rural commercial banks*, UCCs, instituições financeiras não-bancárias e novos tipos de instituições financeiras rurais e o *postal saving bank*; 2) Inclui o *Bohai Bank*; 3) Inclui o BOCOM.

Obs: Os dados entre 2003 e 2006 referem-se ao total de ativos das instituições bancárias dentro da China. Os dados entre 2007 e 2010 consolidam os ativos das instituições bancárias dentro e fora da China.

Fonte: CBRC, 2012, p. 120.

Os bancos comerciais estatais preservam sua preponderância na participação do total de ativos bancários, mas continuam perdendo espaço no total de ativos, que cai dez pontos percentuais entre 2003 e 2010. Por sua vez, no mesmo período, os *joint-stock commercial banks* aumentam sua participação no total de ativos, de 11% para 16%, movimento acompanhado pelos *city commercial banks*, que elevam sua participação no total de ativos bancários de 5% para 8%. As cooperativas rurais de crédito perdem espaço progressivamente para novas instituições financeiras rurais, ocorrendo mudanças importantes nesta parcela do mercado bancário chinês.

Desde 2005, o sistema rural de crédito também tem sido alvo dos reformadores, de forma a adequá-lo às práticas comerciais relacionadas ao equilíbrio patrimonial e a rentabilidade, tal como aconteceu com os bancos comerciais estatais. A parcela de créditos inadimplentes no total de empréstimos das cooperativas de crédito rurais

alcançou, em 2002, 37%.³¹³ Esta situação levou as autoridades chinesas a iniciar um amplo processo de saneamento financeiro, convertendo estas cooperativas em bancos rurais, cuja supervisão seria exercido de forma mais próxima pelos órgãos reguladores chineses, tal como já acontecia nas cidades. Assim, as cooperativas de crédito rurais bem como o próprio ABC, atravessaram, a partir de 2003, por transformações da mesma natureza pelas quais passaram os demais bancos comerciais estatais, sendo removidos créditos inadimplentes e injetado grandes quantias de dinheiro nessas instituições. Ao final de 2007, a participação dos créditos inadimplentes das cooperativas de crédito rurais caíra para 9,3%, enquanto o CAR chegaria a 11,2%.³¹⁴ Em 2008 o ABC abre seu capital e, em 2010 lança ações na bolsa de Hong Kong, preservando-se estatal, como já mencionamos acima.

Em 2007, o *Postal Savings na Remittance Bureau* daria origem ao *Postal Savings Bank*, instituição bancária voltada aos empréstimos aos microempresários e consumidores rurais, estendendo serviços bancários rurais a uma parcela até então pouco assistida, uma vez que a maior parte do crédito rural, historicamente, destinou-se a produção agrícola e demais atividades produtivas no campo, incluindo projetos de infraestrutura. Novas instituições financeiras rurais, tais como bancos de vilas e municípios (*village and township banks*), surgiram após 2006, quando a CBRC diminuiu os requisitos de capital para o acesso ao mercado financeiro rural, o que inclusive vem aumentando a participação estrangeiras neste segmento.

Por seu turno, Os *policy banks* preservam sua participação no total, acompanhando, portanto, o crescimento total do crédito. O *China Development Bank* foi convertido em uma sociedade por ações em 2008, com suas ações retidas pela *Central Huijin* e pelo Ministério das Finanças. Este banco, além das suas funções originais de financiamento dos investimentos em infraestrutura, insumos básicos e indústrias intensivas em capital, vem exercendo uma função importante no processo de internacionalização das empresas chinesas. No capítulo seguinte discutiremos um pouco mais detidamente o papel dos *policy banks* no desenvolvimento recente chinês.

No que diz respeito aos bancos estrangeiro, continua ocupando uma parcela pequena do mercado chinês. A despeito da autorização, em 2006, para que os bancos estrangeiros (FBs) operassem em moeda local, a participação dessas instituições no total de ativos bancários, manteve-se estável, em torno de apenas 2%. As instituições

³¹³ OCDE, 2010, p. 93.

³¹⁴ Idem.

financeiras estrangeiras, tem sido reduzido, concentrando-se em segmentos específicos do mercado bancários, tais como nos segmentos de alta renda – bancos de investimento, derivativos e fusões e aquisições. Outro canal de entrada tem sido, como vimos, a participação – nunca majoritária – como investidores estratégicos dos principais bancos comerciais estatais e *joint-stock commercial banks*.³¹⁵

As empresas pequenas e médias encontram maior dificuldade para ter acesso ao mercado formal de crédito, uma vez que, desde o início os principais bancos chineses atenderem especialmente as empresas estatais, relegando estas empresas ao segundo plano. Por outro lado, após as reformas pelas quais passaram os bancos estatais comerciais, as empresas de menor porte continuam encontrando problemas relacionadas a pior qualidade de suas garantias e inadequação aos critérios exigidos pelos bancos, especialmente tendo em vista a dimensão das grandes corporações que se formaram após o processo de privatizações.

Desde o início das reformas, desenvolveu-se paralelamente ao mercado bancário um importante mercado financeiro informal, especialmente, devido à falta de linhas de créditos às empresas médias e pequenas, em geral coletivas ou privadas, e aos moradores rurais.³¹⁶ Este segmento informal incluiu relações de créditos e débito interpessoais (famílias e amigos, por exemplo), associações empresariais, casas de penhores e bancos clandestinos, cujo papel foi maior nas áreas mais atrasadas do país, afastadas da costa. Segundo levantamento feito em 2005, pela Central Finance University of China, cerca de 60% do financiamento das empresas pequenas e médias nas províncias ocidentais menos desenvolvidas é informal, enquanto nas zonas costeiras seria em 30%.³¹⁷ Estas transações acontecem ao largo da supervisão oficial, sendo praticadas taxas de juros e condições de pagamento distintas daquelas verificadas nos bancos estatais.

Todavia, estes segmentos tem crescentemente sido atendido pelo sistema bancário chinês. Como verifica-se no Gráfico 27, ao longo dos anos 2000 o crédito ao imobiliário vem aumentando rapidamente nesta década, com estoque alcançando 12,4 como proporção do PIB, em 2008³¹⁸ – correspondia a cerca de 1%, em 1999.³¹⁹ As

³¹⁵ Sobre as dificuldades dos bancos estrangeiros se expandirem na China, ver, por exemplo, MARTIN, 2011, pp. 14-15.

³¹⁶ OCDE, 2005, 144.

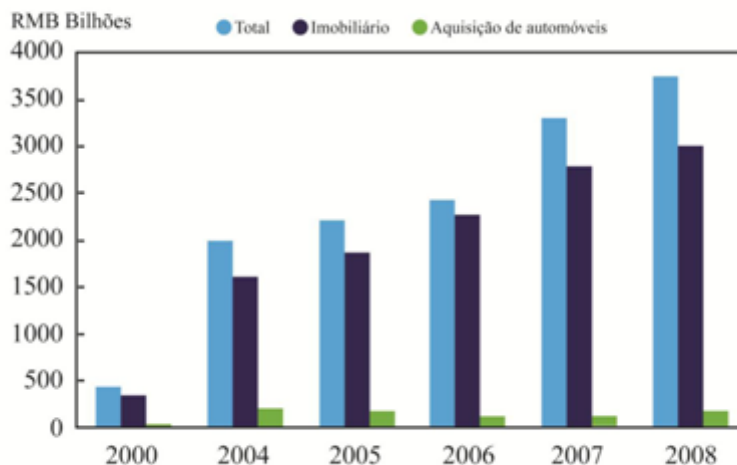
³¹⁷ Apud OCDE, 2005, p. 144.

³¹⁸ OCDE, 2010, p. 76.

³¹⁹ OCDE, 2005.

demais linhas de crédito, como para aquisição de automóveis, por sua vez, tem crescido muito timidamente.

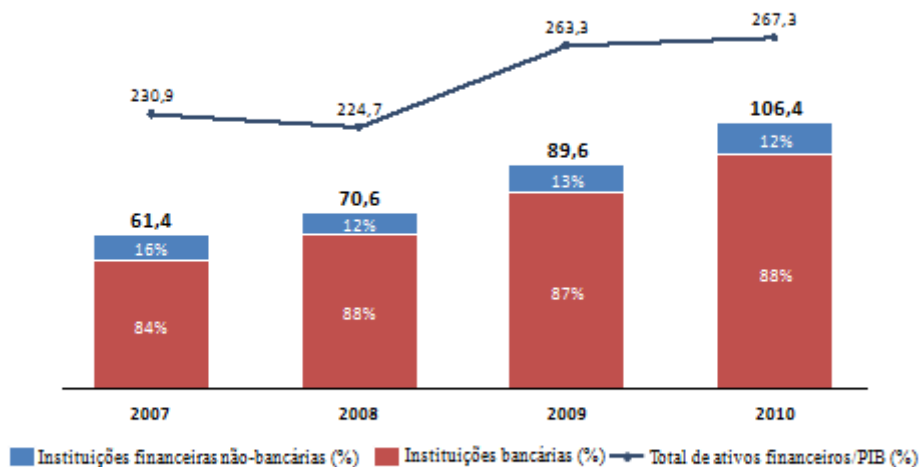
Gráfico 27
China: Evolução do estoque de crédito ao consumidor entre 2000 e 2008 (RMB bilhões)



Fonte: PBOC, apud OCDE, 2010, p. 77.

Acerca da evolução das instituições não-bancárias mercado, observando-se o Gráfico 28, cumpre apenas assinalar que, até 2010, elas perfaziam 12% do total de ativos financeiros da economia chinesa, um parcela muito pequena quando comparada a importância dos bancos na intermediação financeira.

Gráfico 28
China: Distribuição dos ativos financeiros por instituições financeiras entre 2007 e 2010 (RMB bilhões)¹

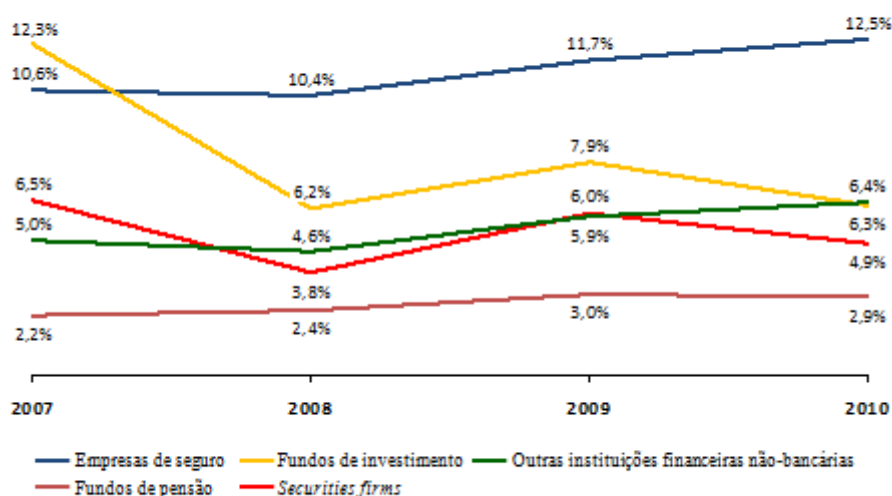


Nota: 1) Não inclui os ativos das quatro AMC's.

Fonte: PBOC; CBRC; CIRC; CSRC; MOHRSS; CFETS; BIS; IFS; WDI; Swiss Re Sigma e ChinaBond.com.cn., apud FMI, 2012, p. 21. Elaboração própria.

Dentre essas empresas, em sua maioria estatais, destacam-se as empresas de seguro, tal como observa-se no Gráfico 29. Os fundos de pensão são muito pouco relevantes na China, bem como os demais tipos de instituições financeiras não-bancárias que tendem a se desenvolver conforme as empresas passem a tomar recursos no mercado não bancário.

Gráfico 29
China: Proporção entre os ativos do setor financeiro não-bancário e o PIB entre 2007 e 2010 (%)



Fonte: PBOC; CBRC; CIRC; CSRC; MOHRSS; CFETS; BIS; IFS; WDI; Swiss Re Sigma e Chinabond, apud FMI, 2012, p. 21.

3.4.3 Substituição do Plano de Crédito por instrumentos indiretos de política monetária

Em 1998, como parte do amplo processo de reestruturação bancária em curso, o Plano de Crédito é formalmente abandonado, dando lugar a maior utilização de um conjunto de instrumentos indiretos de política monetária. Esta, no entanto, preservará em grande medida o caráter discricionário herdado do período anterior. Em primeiro lugar o PBOC permaneceu subordinado ao Conselho de Estado, seja na definição de seus objetivos, seja na escolha dos meios utilizados, não, havendo, portanto, independência do PBOC para a execução das tarefas que lhe são conferidas.³²⁰ Em segundo lugar, o PBOC continuaria tendo três objetivos que exigiriam uma grande intervenção no mercado monetário, a saber:

- i) Controle da inflação;
- ii) Manutenção da trajetória de crescimento;
- iii) Estabilidade cambial.

Para a conciliação desses três objetivos, o PBOC lançará mão de uma série de instrumentos que já existiam, mas, devido à preponderância das exigências dos controles quantitativos definidos no Plano de Crédito, exerceram um papel muito limitado. Assim, tornam-se mais importantes na condução da política monetária instrumentos indiretos como as mudanças nas reservas compulsórias e as operações de mercado aberto, já utilizada, respectivamente, desde 1985 e 1993, apesar da pouca relevância à época.³²¹ Contudo, acompanhará estes instrumentos, tanto a continuidade de controle sobre a taxa de juros – crescentemente liberalizada – e a chamada “janela de orientação” (*window guidance*), expressa na coordenação das ações do POB com as instituições bancárias comerciais de forma a atender os objetivos da política monetária.³²²

Acerca das operações de mercado aberto, ganharam renovada importância com o movimento progressivo de liberalização das taxas de juros, passando a atuar de forma mais premente para a definição da taxa interbancária.³²³ Com efeito, sua principal relevância até aqui, como será visto adiante, tem sido na esterilização do aumento

³²⁰ Como mencionamos anteriormente, desde 2003, as atividades relacionadas à regulação e supervisão bancária ficaram sob a responsabilidade cargo da então criada *China Banking Regulatory Commission*.

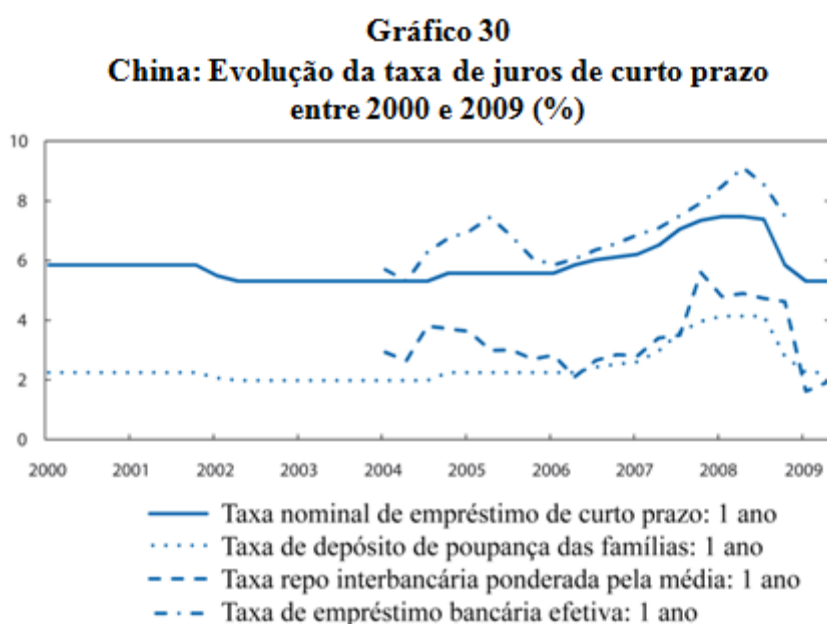
³²¹ Sobre a utilização de mecanismos indiretos de política monetária no período anterior a 1998, ver, por exemplo, GEIGER (2008).

³²² Ver, por exemplo LEUNG e LU (2011, p. 301-302) e GEIGER (2008, p. 12-13).

³²³ LEUNG e LU (2011).

exponencial das divisas ao longo da década de 2000, de forma que a maior parte dos títulos negociados no mercado interbancários serão títulos emitidos pelo banco central como contrapartida ao aumento das reservas, com a maior parte dos títulos corporativos negociados sendo as emissões dos *policy banks*.

De outra parte as taxas de juros continuaram sendo limitadas diretamente pelo banco central, a despeito da liberalização em curso desde meados da década de 1990. A primeira medida de maior importância foi a liberalização das taxas interbancárias em 1996. As taxas sobre depósitos e empréstimos seriam gradativamente removidas. Até 2004, as taxas de juros definidas pelos bancos comerciais não estavam autorizadas a desviar mais que 10% da taxa de referência definida pelo PBOC. Desde então, o PBOC passou a definir apenas o piso para os empréstimos e o teto para os depósitos, para os bancos comerciais, que abriu maior espaço para uma definição livre das taxas de juros por parte de cada instituição bancária. Contudo, as taxas praticadas entre 2004 e 2009, tal como observa-se no Gráfico 30, continuam muito próximas das taxas de referência, inclusive com a taxa de juros real assumindo valores negativos em face da inflação ocorrida.³²⁴



Fonte: CEIC, PBOC, OCDE, apud OCDE, 2010, p. 53.

Acompanhada da persistência sobre o controle da taxa de juros, o PBOC exercerá pela janela de orientação a orquestração da atividade bancária dos principais

³²⁴ OCDE, 2010, p. 53.

bancos estatais, notadamente os quatro grandes. O PBOC reúne-se regularmente com a diretoria de instituições bancárias chinesas definindo diretrizes e ações coordenadas de sorte a atender os objetivos da política monetária. Inspirada na experiência japonesa vigente entre o pós-2ª Guerra Mundial e o começo da década de 1990, janela de orientação significa o reconhecimento formal da influência direta da autoridade monetária sobre as decisões dos bancos comerciais.³²⁵ Este expediente permanece até os dias de hoje, a despeito da maior parte deles terem se tornado bancos de capital aberto com participação de investidores estrangeiros. As instruções dadas pelo PBOC aos bancos versam sobre o volume e direcionamento de crédito, bem como a resolução de problemas operacionais. Por exemplo, enquanto na primeira metade da década de 2000 a recomendação era para desaceleração na contenção de crédito, e o redirecionamento para atividades pouco atendidas, como empresas não-estatais, por ocasião da crise de 2008, indicou-se a expansão do crédito. Em 2009, por exemplo, era inicialmente de RMB 5 trilhões, mas apenas nos seis primeiros meses, foram emprestados no total RMB 7,4 trilhões.³²⁶ Trata-se, portanto, de uma reminiscência do Plano de Crédito na forma de atuação atual do PBOC bem como do sistema bancário chinês, que, como será discutido no capítulo seguinte, continua sendo um espaço privilegiado do planejamento estatal. Para Geiger (2008), por exemplo, a janela de orientação corresponde ao principal instrumento de política monetária na década de 2000, sobrepassando todos os demais.

Entre 1994 e 2008, o banco central, independente dos instrumentos utilizados, fixará metas, tanto intermediárias, relacionadas aos agregados monetários e ao crédito, em particular, como finais, que dizem respeito ao câmbio, ao crescimento e ao câmbio. O cumprimento das metas de crescimento dos agregados monetários na maior parte das vezes não foi alcançado, com o ritmo de crescimento dos agregados, havendo certo equilíbrio ente o viés do erro, para cima ou para baixo.³²⁷ Por sua vez, os objetivos finais relacionados ao crescimento, inflação e câmbio foram, em geral, cumpridos com a taxa de crescimento efetiva sendo maior do que a meta para todos os anos, enquanto com a inflação efetiva manteve-se próxima a meta, exceto para os anos de 1994 e 1995, como verifica-se na Tabela 9.

³²⁵ GEIGER (2008, p. 12).

³²⁶ LEUNG e LU (2011, p. 302).

³²⁷ Para uma ampla avaliação sobre os efeitos da política monetária entre 1994 e 2006, ver, GEIGER (2008).

Tabela 9
China: Metas e resultados efetivos para a taxa de crescimento anual da inflação e PIB entre 1994 e 2008 (%)

Ano	Inflação (IPC)		PIB	
	Meta	Efetiva	Meta	Efetivo
1994	10	24,2	8,5	13,1
1995	15	16,2	8,5	10,9
1996	10	8,3	8	10
1997	6	2,8	8	9,3
1998	5	-0,8	8	7,8
1999	2	-1,4	8	7,6
2000	1	0,3	8	8,4
2001	1-2	0,5	7	8,3
2002	1-2	-0,8	7	9,1
2003	1	1,2	7	10
2004	3	3,9	7	10,1
2005	4	1,8	8	10,4
2006	3	1,5	8	11,6
2007	4,8	4,8	8	13
2008	3-4,8	5,9	8	9

Fonte: GEIGER, 2008, p. 29, entre os anos de 1994 e 1997 e OCDE, 2010, p. 53, entre 1998 e 2008.

Desta forma entre 1994 e 2008, como já vimos, à China conseguiu combinar um elevado ritmo de crescimento com estabilidade de preços, independente dos instrumentos monetários utilizados.³²⁸ A partir da entrada do país na OMC, há uma inflexão positiva no acúmulo de reservas. Em um país cujo regime cambial é sujeita a estreitas oscilações,³²⁹ a política monetária deve exercer ações compensatórias para evitar a apreciação e a expansão dos meios de pagamento, o que pode ser feito pela elevação das reservas compulsórias e pela emissão de títulos. No Quadro 2, verifica-se a evolução do balancete do Banco Central, com o rápido aumento das reservas internacionais a partir de 2002, no lado do seu ativo, contrabalançado em primeiro lugar, pelo aumento das reservas bancárias, mas também pela emissão de títulos, emitidos justamente com o objetivo de conter a apreciação cambial. Observa-se a recomposição patrimonial do PBOC, e, no passivo, o aumento da participação dos títulos emitidos e dos depósitos feitos pelo governo.

³²⁸ Cumpre mencionar que até 2001, quando o país entrou na OMC, ainda eram praticados na China controles de preços significativos em insumos essenciais e sobre parte dos salários.

³²⁹ Ver Gráfico 2.

Quadro 2
China: Evolução do balanço patrimonial do PBOC
entre 1999 e 2010 (RMB trilhões)

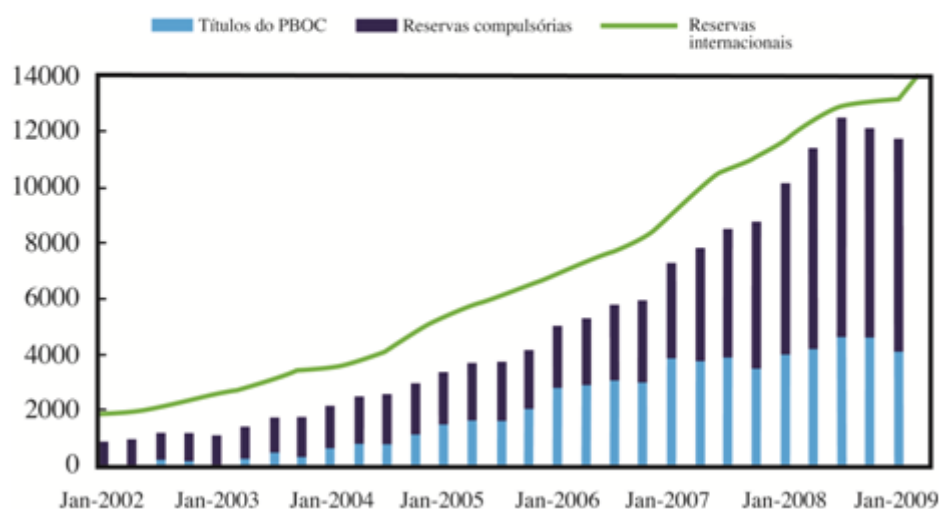
Ativo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1. Reservas Internacionais	1,43	1,54	2,01	2,32	3,11	4,72	6,35	8,60	12,47	16,25	18,58	21,52
2 Crédito ao governo	0,16	0,16	0,28	0,29	0,29	0,30	0,29	0,28	1,64	1,61	1,57	1,55
3 Créd. as inst. depositárias	1,52	1,34	1,14	1,22	1,20	1,05	1,27	0,66	0,79	0,85	0,73	0,96
4 Créd. às outras inst. finan.	0,38	0,85	0,86	0,72	0,73	0,89	1,33	2,21	1,30	1,18	1,16	1,14
5 Outros	0,01	0,01	0,00	0,55	0,87	0,95	1,15	1,15	0,71	0,81	0,80	0,75
Passivo	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 Base Monetária	3,33	3,61	4,03	4,50	5,28	5,91	6,46	7,80	10,14	12,92	14,43	18,52
1.1 Papel moeda	1,49	1,58	1,71	1,86	2,13	2,32	2,59	2,93	3,30	3,71	4,17	4,87
1.2 Reservas bancárias	1,84	2,04	2,32	2,65	3,16	3,59	3,86	4,88	6,84	9,21	10,26	13,65
2 Títulos	0,01	0,00	0,00	0,15	0,30	1,11	2,04	2,98	3,45	4,57	4,22	4,04
3. Depósitos do governo	0,18	0,31	0,29	0,31	0,50	0,58	0,76	1,02	1,71	1,70	2,12	2,43
4 Outros	-0,02	-0,02	-0,02	0,14	0,12	0,29	1,15	1,10	1,61	1,51	2,03	0,91
Total	3,5	3,9	4,3	5,1	6,2	7,9	10,4	12,9	16,9	20,7	22,8	25,9

Notas: 1) Inclui empréstimos às instituições não-financeiras (inferior a 1% para todos os anos da série); 2) Inclui depósitos das instituições financeiras excluídas da base monetária, capital próprio e passivos externos (todos os três itens inferiores a 1,5% para todos os anos da série).

Fonte: PBOC (2012). Elaboração própria.

No Gráfico 31, explicita-se a correspondência entre o ascendente do acúmulo de reservas internacionais, de um lado, e a elevação da emissão de títulos do PBOC e, sobretudo, dos depósitos compulsórios, de outro.

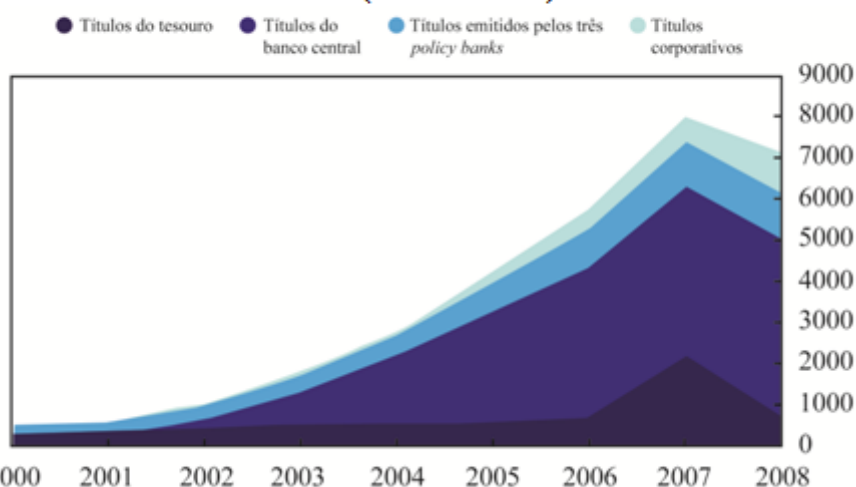
Gráfico 31
China: Evolução das reservas internacionais *vis-à-vis* o aumento da emissão de títulos do PBOC e dos depósitos compulsórios entre 2002 e 2009 (RMB bilhões)



Fonte: CEIC, apud OCDE, 2010, p. 64.

Acerca do mercado de títulos de dívida, observa-se no Gráfico 32 a preponderância dos títulos emitidos pelo PBOC na composição deste segmento. Por sua vez, verifica-se a presença dos títulos lançados pelos *policy banks* e a pouca relevância dos títulos corporativos, ainda que tenha ganho importância crescente nos últimos anos.

Gráfico 32
China: Distribuição do fluxo de emissão no mercado de títulos de dívida (RMB bilhões)

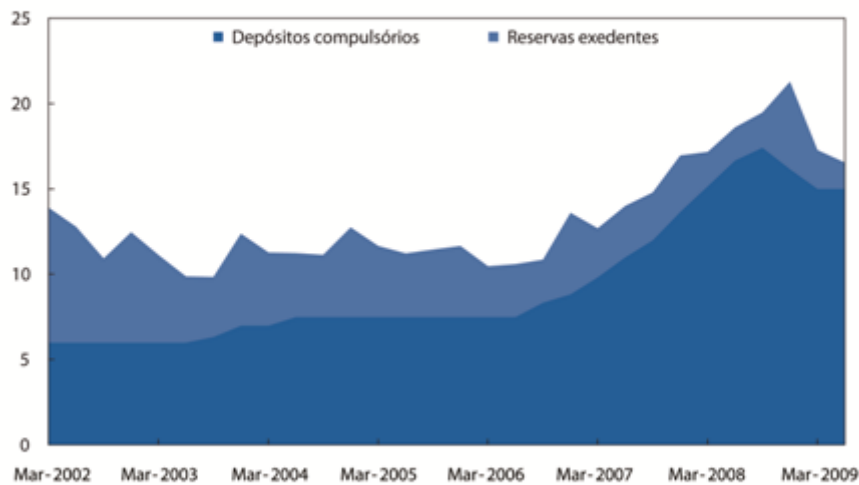


Fonte: Chinabond apud, OCDE, 2010, p. 50.

Por seu turno, as reservas bancárias, corresponderam a importante variável de ajuste em decorrência da elevação das reservas, inclusive com as reserva efetivas ultrapassando as obrigatórias desde 2002, como se observa no Gráfico 33. Em um cenário com um mercado reduzido de títulos, reter as reservas adicionais no PBOC apresenta-se como uma opção vantajosa, dada a remuneração mínima assegurada por ele.³³⁰

³³⁰ OCDE, 2010, p. 54.

Gráfico 33
China: Evolução dos depósitos compulsórios e das reservas excedentes entre e 2002 2009 (%)



Fonte: Chinabond, apud OCDE, 2010, p. 50.

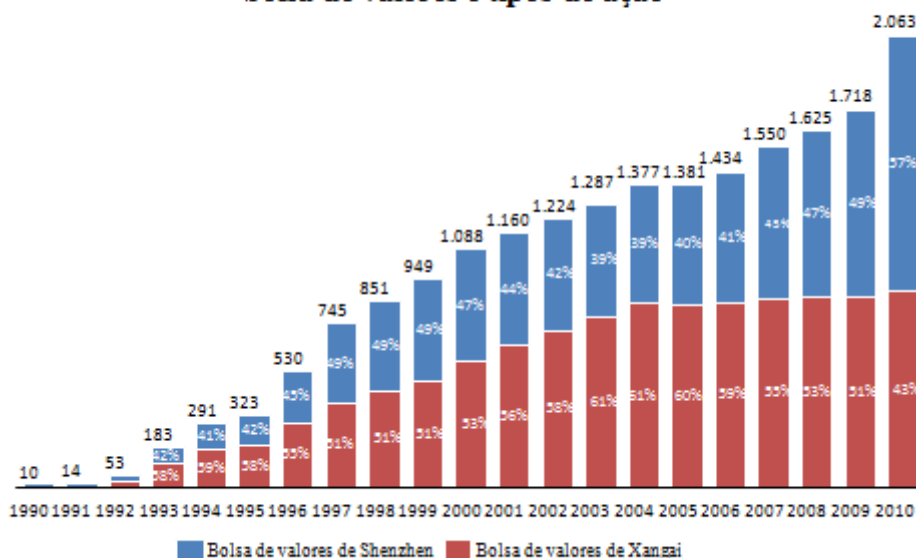
Enquanto, entre 1978 e 1998, o Pleno de Crédito exerceu o domínio sobre as operações de crédito, assegurando total intervenção do planejamento central na alocação das operações de empréstimos, a partir da reestruturação bancária que percorre os anos de 1998 em diante, a política monetária continuaria subordinada aos desígnios do Conselho de Estado. O sistema bancário, como vimos, manteve-se controlado pelo Estado, não obstante a conversão dos principais bancos estatais em sociedade por ações com a participação de investidores estrangeiros estratégicos. Por outra parte, a política monetária sofisticou-se, passa a adotar com maior assiduidade instrumentos indiretos para a intervenção na economia, aproximando-se das práticas dos países capitalistas. No entanto, taxas de juros reguladas, janela de orientação e outros instrumentos, tornam possível o PBOC cumpra seu objetivo, definidos pelo Conselho de Estado, quais sejam, crescimento econômico, controle inflacionário e estabilidade cambial. Moderniza-se a estrutura operacional, preservando-se, não obstante o projeto nacional no horizonte das decisões tomadas, tal como acontece com as instituições bancárias, ainda sob o jugo estatal.

3.4.4 Expansão da bolsa de valores capitais e a reforma das ações não-negociáveis

O mercado de capitais na China, como vimos, é recente, estando sujeito a muitas restrições, que torna o seu funcionamento muito específico em relação ao praticado em

outros países. O mercado de ações desempenhou um papel importante no processo de privatizações, especialmente no lançamento de ações de empresas estatais. Entre 1990, quando foram abertas as bolsas valores, e 2010, mais de 2.000 empresas foram listadas, tal como observa-se no Gráfico 34.

Gráfico 34
China: Evolução das empresas listadas por
bolsa de valores e tipos de ação



Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2012).

O mercado acionário chinês permaneceria ao longo desses vinte anos segmentado, cabendo a *China Securitie Regulatory Commision* definir quais empresas poderiam lançar ações A, B e H, esta negociada na bolsa de Hong Kong e que se torna crescentemente importante para a captação das principais empresas. Como já assinalamos, as bolsas chinesas cumpriam a função de atrair investidores estratégicos para as empresas estatais remanescentes bem como aprimorar a governança corporativa. Acerca deste ponto destacam-se os grandes grupos nacionais que compõe o *national team*, que se utilizam a bolsa de Hong Kong para lançar ações de sorte a aproximar investidores internacionais, em consonância com o programa *Going Global* tal como foi discutimos no capítulo 2. Até 2010, 231 empresas tinham lançado ações-H.

Examinando a Tabela 10 observa-se que, entre 1990 e 2010, as empresas que lançaram apenas ações-A correspondem a mais de 80% para a maioria dos anos, que as ações-B tornam-se, progressivamente menores, enquanto as ações-H tornam-se mais

importante. Contudo o total de empresas que emitiram ações-H ainda é pouco em relação ao total, perfazendo, desde 2005, aproximadamente 10% do total.

Tabela 10
China: Distribuição das empresas listadas por tipo de ações emitidas entre 1990 e 2010 (%)

Ano	Número total de empresas	Apenas ações-A	Ações-A e H	Ações-A e B	Apenas ações B	Apenas-ações H	Ações A, B e H
1990	10	100	-	-	-	-	-
1991	14	100	-	-	-	-	-
1992	53	66,04	-	33,96	-	-	-
1993	189	74,07	1,59	17,99	3,17	3,17	-
1994	306	74,18	1,96	17,65	1,31	4,90	-
1995	341	70,97	3,23	17,01	3,52	5,28	-
1996	555	77,66	2,52	12,43	2,88	4,50	-
1997	787	79,67	2,16	9,66	3,18	5,34	-
1998	894	81,32	2,01	8,95	2,91	4,81	-
1999	995	82,61	1,91	8,24	2,61	4,62	-
2000	1.140	83,77	1,67	7,54	2,46	4,56	-
2001	1.220	84,02	1,89	7,21	1,97	4,92	-
2002	1.299	83,53	2,16	6,70	1,85	5,77	-
2003	1.380	83,04	2,17	6,30	1,74	6,74	-
2004	1.488	83,06	2,08	5,78	1,61	7,46	-
2005	1.503	82,50	2,13	5,72	1,53	8,12	-
2006	1.576	81,66	2,41	5,46	1,46	9,01	-
2007	1.698	81,80	3,06	5,06	1,35	8,72	-
2008	1.778	82,06	3,21	4,78	1,29	8,61	0,06
2009	1.877	82,53	3,25	4,53	1,17	8,47	0,05
2010	2.228	84,78	2,92	3,86	0,99	7,41	0,04

Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2011).

Em relação ao total levantado pelas empresas chinesas listadas, a bolsa de valores de Hong Kong, por meio das ações-H, tem um papel muito relevante, sendo responsável por uma parcela superior a 10% em catorze ocasiões, sendo em que três delas mais que 50%, como observa-se na Tabela 11. Em 2005, quando o CCB abriu seu capital, e em 2006, quando o BOC e o ICBC seguiram o mesmo caminho, as ações-H levantaram respectivamente 82% e 56%. Esta maior participação das ações-H no total de recursos na bolsa em relação ao número de empresas que emitem ações-H, nos diz que o peso das empresas que emitem estas ações é maior em comparação aos demais tipos de ações. Esta resultada de que apenas as principais empresas são autorizadas a emitirem ações-H, de como forma a atrair investidores estratégicos internacionais, tal como discutido antes.

Tabela 11
China: Distribuição do total levantado por tipo de ações
(RMB bilhões, %)

Ano	Total levantado (RMB bilhões)	Ações-A (%)	Ações-B (%)	Ações-H e N (%)
1991	0,5	100	-	-
1992	9,4	53,1	46,9	-
1993	37,5	73,6	10,2	16,2
1994	32,7	30,5	11,7	57,8
1995	15,0	56,9	22,2	20,9
1996	42,5	69,2	11,1	19,7
1997	129,4	63,8	8,3	27,8
1998	84,2	92,5	3,0	4,5
1999	94,5	94,6	0,4	5,0
2000	210,3	72,6	0,7	26,7
2001	125,2	94,4	0,0	5,6
2002	96,2	81,1	0,0	18,9
2003	135,8	60,4	0,3	39,4
2004	151,1	55,3	1,8	42,9
2005 ¹	188,3	18,0	0,0	82,0
2006 ²	559,4	44,0	0,0	56,0
2007	868,0	89,0	0,0	11,0
2008	385,2	89,8	0,0	8,2
2009	612,5	81,7	0,0	17,5
2010	1.197,2	80,2	0,0	19,8

Notas: 1) IPO do CCB ; 2) IPO do BOC e do ICBC.

Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (2011).

Apesar de Shenzhen ter recebido mais empresas que Xangai, tal como indicado no Gráfico 34, as principais empresas tem sido listados em Xangai, o que torna o total capitalizado em Xanagi sensivelmente maior que em Shenzhen. Em 2012, as duas bolsas acompanhariam a bolsa de Hong Kong entre as maiores bolsas do mundo, em termos de capitalização, como assinalado na Tabela 12.

Tabela 12
Comparação internacional: Principais bolsas de valores do mundo
segundo a capitalização de mercado em 2012 (US\$ bilhões)

Posição	Bolsa de valores	País	Cidade-sede	Capitalização de mercado (US\$ bilhões)
1°	NYS E Euronext	Estados Unidos/Europa	Nova York	14.085
2°	NASDAQ OMX Group	Estados Unidos/Europa	Nova York	4.582
3°	Tokyo Stock Exchange	Japão	Tóquio	3.478
4°	London Stock Exchange	Reino Unido	Londres	3.396
5°	Hong Kong Stock Exchange	China (RAE)¹	Hong Kong	2.832
6°	Shanghai Stock Exchange	China	Xangai	2.547
7°	TMX Group	Canadá	Toronto	2.058
8°	Deutsche Börse	Alemanha	Frankfurt	1.486
9°	Australian Securities Exchange	Austrália	Sydney	1.386
10°	Bombay Stock Exchange	Índia	Bombaim	1.263
11°	National Stock Exchange of Índia	Índia	Bombaim	1.234
12°	SIX Swiss Exchange	Suíça	Zurique	1.233
13°	BM&F Bovespa	Brasil	São Paulo	1.227
14°	Korea Exchange	Coreia do Sul	Seul	1.179
15°	Shenzhen Stock Exchange	China	Shenzhen	1.150

Nota: 1) Hong Kong é uma Região Autônoma Especial (RAE) pertencente à China.

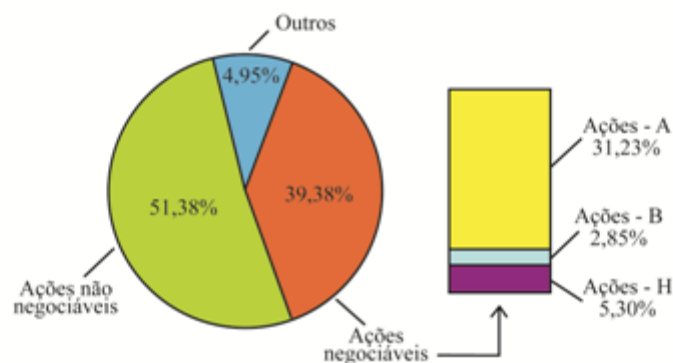
Fonte: World Federation of Exchanges, *Monthly Reports* (2012).

Desde 2004 uma série de ações no sentido de tornar o marco legal do mercado de capitais chinês condizente com as práticas internacionais foram empreendidos, versando sobre investidores institucionais, o mercado de seguros, fundos de investimento e assim por diante.³³¹ O objetivo destas medidas é definir claramente uma divisão de responsabilidades entre participantes, regulamentos em vigor e órgãos supervisores.

Uma das questões centrais para o mercado de ações constituía-se na reforma das ações negociáveis, que foi anunciada em 2005. Tratava-se de tornar estas ações, que então representavam cerca de dois terços do total, em ações negociáveis, autorizadas de serem negociadas livremente nas bolsas de valores. Como verificamos no Gráfico 35, em 2006 na véspera do início da reforma, cerca de 50% das ações eram não-negociáveis.

³³¹ A este respeito, ver, por exemplo, OCDE, 2010, p. 81-83.

Gráfico 35
China: Estoque de ações das empresas listadas por tipo de ações em 2006



Fonte: CSRC (2007), apud BELTRATTE e BERTOLUCCI, 2007, p. 23.

Até o final de 2007, 97% das empresas de capita aberto tinham completado a reforma.³³² Após o processo de privatização das empresas estatais e do processo de abertura daquelas que foram reestruturadas, não houve o lançamento imediato das ações no mercado sendo retidas a maior parte delas ou pelo principal acionista, ou pelo governo. Havia uma preocupação entre os acionistas minoritários de que, no momento em que as ações não-negociáveis fossem ao mercado, haveria um movimento de baixa no valor das ações. O movimento levado a cabo desde 2005 garantiu a estes acionistas provisões no caso de queda das ações, seja por da transferência de ações, seja por meio de bônus do governo. Também ficou estabelecido que as ações não-negociáveis convertidas em ações negociáveis só poderiam, de fato, seriam lançadas as bolsas após um ano de carência, para os acionistas minoritários, e dois anos, para os acionistas majoritários

Devido a este processo, foram desacelerado, temporariamente, o ritmo de novas abertura de capital na bolsa Contudo, o número de empresas com ações-A e H entre as empresas já listadas, tem aumentado. Exceções neste período foram os IPOs dos bancos comerciais estatais, apresentados anteriormente. As bolsas chinesas ainda não desfrutam de liquidez, devido a série de regulamentos e a segmentação das ações, de sorte que o Estado chinês continua a exercer muita influência nas decisões das empresas, apesar do aumento da participação de empresas privadas nacionais e, sobretudo, estrangeiras, nas maiores empresas estatais do país.

³³² OCDE, 2010, p. 82.

Finalmente, em relação ao mercado de títulos de dívida, desde a criação de 1998, quando o mercado interbancário foi restituído, os títulos de dívida aumentaram rapidamente na China, alcançando uma proporção de 44,5% do PIB, em 2009, como se desprende da Tabela 13. Contudo, quando examinado o estoque de dívida, verifica-se a larga dominância dos títulos públicos e dos *policy banks*, cujos principais compradores são, justamente os bancos estatais. Os títulos corporativos em conjunto com os *commercial papers* não chegam 4% em relação ao PIB.

Tabela 13
China: Estoque de títulos de dívida como proporção do PIB
em 2009 (%)

Tipo do título	RMB bilhões	Como proporção do PIB (%)
Títulos do Tesouro	5.222	16,1
Títulos do PBOC	4.008	12,4
Títulos dos três <i>policy banks</i>	1.963	12,2
Títulos corporativos	352	1,1
<i>Commercial papers</i>	891	2,7
Total	14.427	44,5

Fonte: Chinabond, apud OCDE, p. 84.

4 A estrutura do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008

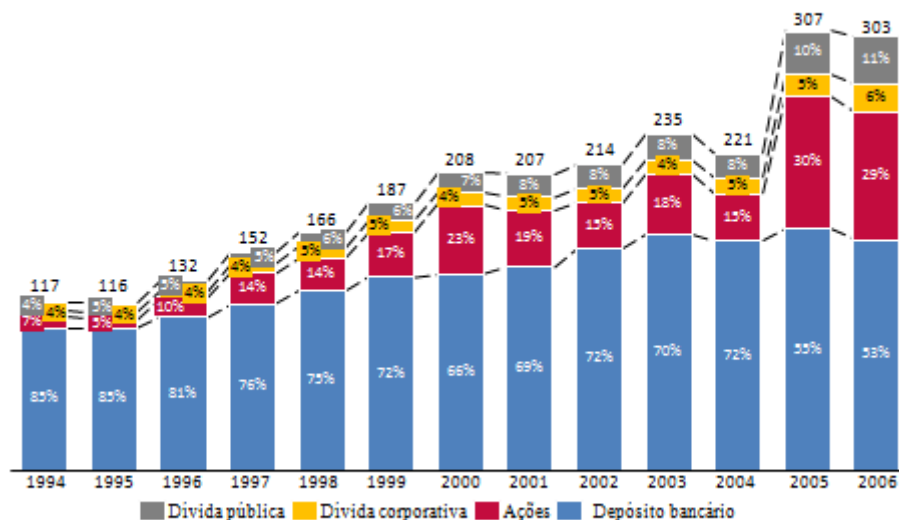
4.1 Análise comparativa do sistema financeiro chinês

Nesta seção procura-se comparar o sistema financeiro chinês com os sistemas financeiros das maiores economias do mundo de forma a apreender as singularidades e similitudes da experiência chinesa em face da experiência internacional. Os critérios mais gerais para a avaliação dos sistemas financeiros e sua respectiva importância para a economia são os critérios de profundidade e amplitude. Sumariamente, a profundidade financeira mede a proporção entre os ativos financeiros e o PIB, de forma a indicar o peso relativo dos recursos perante determinado sistema financeiro nacional. A amplitude financeira, por sua vez, indica a diversificação financeira do sistema financeiro examinado, e associa-se, grosso modo, ao desenvolvimento do mercado de capitais e sua participação na mobilização de recursos e nos tipos de instrumentos financeiros utilizados.

O Gráfico 36 apresenta a evolução da profundidade e a composição dos ativos financeiros para a China entre 1994 e 2006, seguindo a metodologia da McKinsey. Para esta medição, computa-se os valores referentes aos depósitos bancários, dívida pública, dívida corporativa e ações. Verifica-se o rápido crescimento da profundidade financeira, que aumente em mais de 250% no período. Por outro lado, observa-se a preponderância dos depósitos bancários como principais ativos, a pesar da diversificação, especialmente nos últimos anos da série.³³³ Portanto, há um movimento de aumento da profundidade acompanhado de diversificação, que não muda a preponderância dos depósitos bancários como principal ativo financeiro da economia.

³³³ O valor das ações pode estar influenciado pelas capitalizações realizadas nos últimos anos dos grandes bancos comerciais estatais.

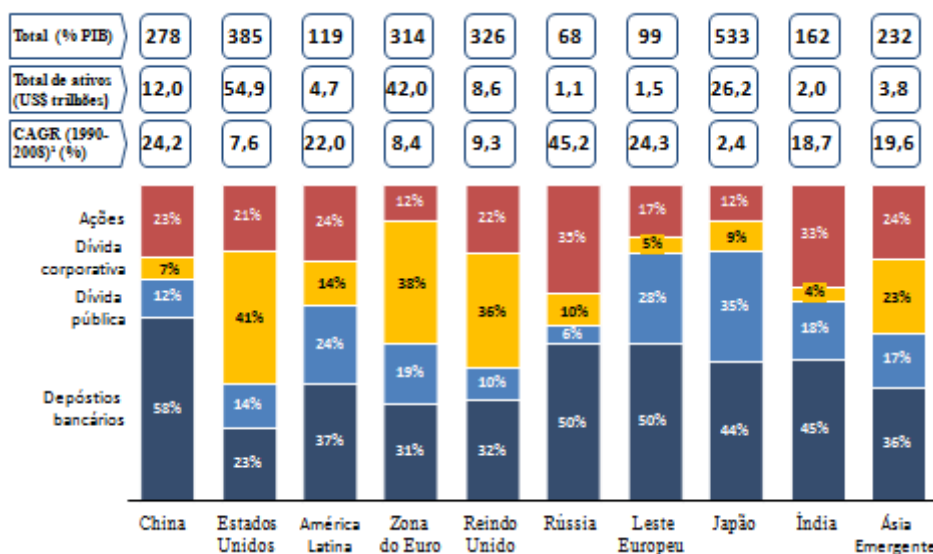
Gráfico 36
China: Evolução da composição do estoque de ativos financeiros
entre 1994 e 2006 (Total/PIB, %)



Fonte: McKinsey Global Institute Global Financial-Stock Database, apud Farrel et al., 2006 p. 30 e 69, para os anos de 1994 a 2004; Farrel et al., 2008, p. 12, para 2006.

O Gráfico 37, a seguir, apresenta a profundidade e composição dos ativos financeiros da China e de outros países e regiões para o ano de 2008. Podemos observar que a China tem uma elevada profundidade financeira, correspondente a 278% do PIB, a maior dentre os países e regiões emergentes, com um total de ativos em dólares apenas atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e a Zona do Euro. Por sua vez, a taxa de crescimento anual média dos ativos financeiros foi bastante rápida entre 1990 e 2008, outro sinal do dinamismo do segmento financeiro chinês em relação aos demais, atrás apenas da Rússia e Leste Europeu, que, contudo apresentam uma profundidade muito menos que a chinesa.. Do ponto de vista da composição, a China destaca-se como um país em que os ativos financeiros concentram-se mais em depósitos bancários, 58%, e um baixo mercado de títulos corporativos, 7% e dívida pública, 12%, participações baixas em comparação com os demais países.

Gráfico 37
Comparação internacional: Composição do estoque de ativos financeiros em 2008

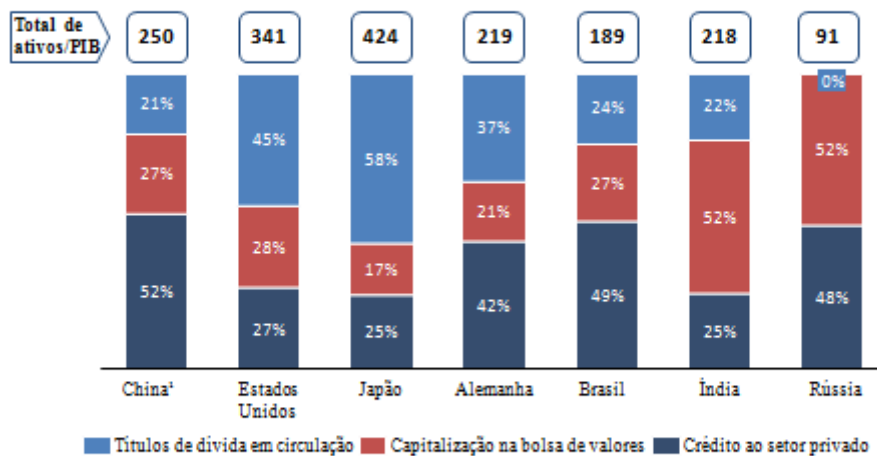


Notas: 1) CAGR = Taxa de crescimento anual composta; 2) Valores convertidos às taxas de câmbio de 2008.

Fonte: McKinsey Global Institute Global Financial Stock Database, apud Roxburgh et al., 2009, p. 27.

O Gráfico 38, no qual são utilizados os dados fornecidos pelo FMI, corrobora a caracterização anterior para a China. Em uma medição que considera os valores referentes aos títulos de dívida em circulação, capitalização na bolsa de valores e ao crédito ao setor privado, a China apresenta elevada profundidade financeira, atrás apenas dos Estados Unidos e Japão. Por sua vez, é o país com a maior participação de ativos bancários dentre os países da amostra – 52% de crédito ao setor privado, bem como títulos em circulação abaixo da maioria dos países.

Gráfico 38
Comparação internacional: Composição do estoque de ativos financeiros em 2010 (%)

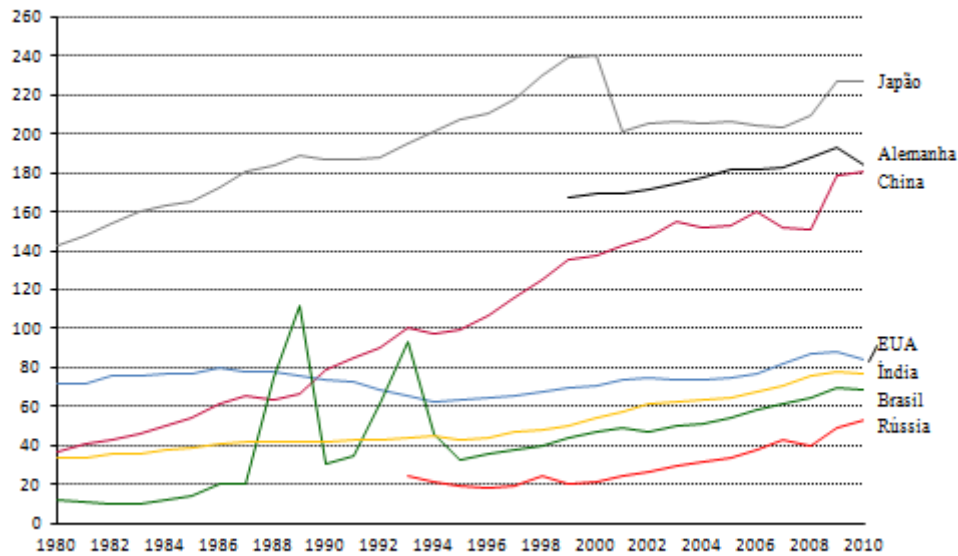


Notas: 1) No caso da China, o crédito ao setor privado refere-se ao crédito doméstico total menos os créditos do governo central e das instituições financeiras não-bancárias.

Fonte: Bloomberg L.P.; FMI, IFS; BIS; CBRC; CSRC, apud FMI, 2012, p. 23.

Comparando a proporção entre M2 e o PIB, que capta a moeda em poder do público e os depósitos bancários, a evolução chinesa é contínua. Como se verifica no Gráfico 39, partindo de um patamar já elevado, em cerca de 40%, a relação entre M2 e o PIB cresce na China rapidamente, atingindo 180% em 2010, somente inferior ao observado na Alemanha e Japão. A partir desta informação, podemos medir a enorme liquidez da economia chinesa, crescente ao longo das três décadas de rápida expansão.

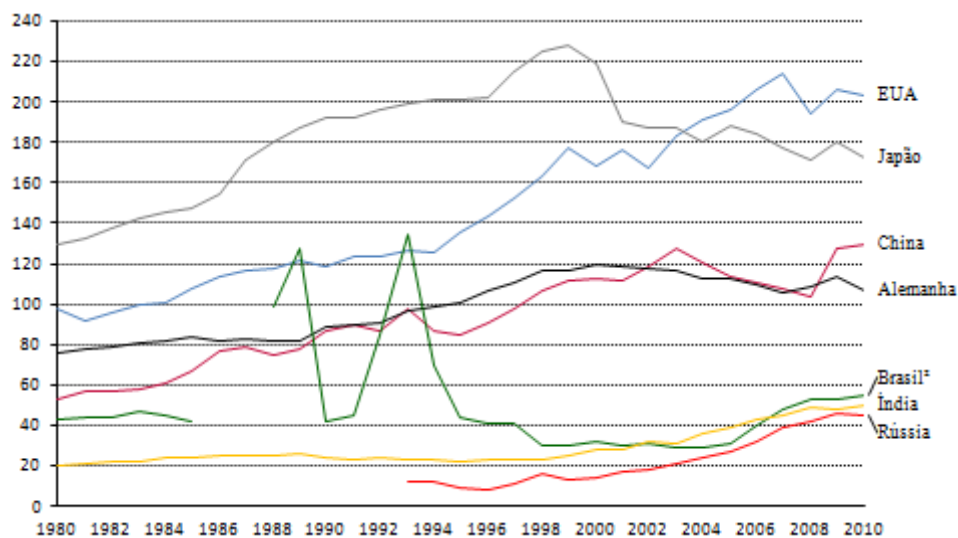
Gráfico 39
Comparação internacional: Evolução do M2/PIB entre 1978 e 2010



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2012).

Por sua vez, como aponta o Gráfico 40, o crédito doméstico ao setor privado (incluindo as empresas estatais) como proporção do PIB, cresceu entre 1980 e 2010. O aumento do crédito chinês na comparação com os países da amostra é elevado, atingindo um patamar apenas inferior ao dos Estados Unidos e Japão.

Gráfico 40
Comparação internacional: Crédito doméstico ao setor privado¹ (% do PIB)



Nota: 1) Inclui o crédito às empresas estatais. 2) Esta série não inclui os dados para os anos de 1986 e 1987.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2012).

Assim, a despeito do seu PIB per capita inferior a da maioria dos países das séries analisadas, a proporção de ativos que transitam pelo sistema financeiro chinês é elevada em termos internacionais, com destaque para a preponderância dos ativos bancários (depósito ou crédito, segundo a mediação que se adote). Neste particular, a proporção de ativos bancários ou M2 sobre o PIB na China é comparável a do Japão e Alemanha, os países com maior profundidade financeira sobre este critério. Em suma, o sistema financeiro em uma comparação internacional caracteriza-se pela elevada profundidade e muito concentrada em ativos bancários, sendo o país dentre todos os demais comparados com maior participação dos bancos no total de ativos financeiros.

Desde logo, as informações apresentadas até aqui são suficientes para afirmarmos que os ativos existentes no interior do sistema financeiro chinês cresceram a um ritmo ainda mais rápido que o da economia. Isto tornou o sistema financeiro da China, em termos de profundidade, equiparável ao das principais economias do mundo, estando concentrando estes ativos no sistema bancário. Uma vez que o sistema bancário é dominado por bancos públicos, e que o volume de ativos financeiros no interior do sistema bancário é extremamente elevado, o Estado chinês tem um papel chave na alocação de recursos na economia, complementar a existência de importantes empresas estatais no setor não-financeiro.

4.2 A evolução dos depósitos e empréstimos na China

Tendo sido analisado a evolução da estrutura de propriedade dos bancos e sua rápida expansão, serão examinadas nesta seção as características dos créditos e dos depósitos na China nas três décadas abarcadas pela pesquisa.

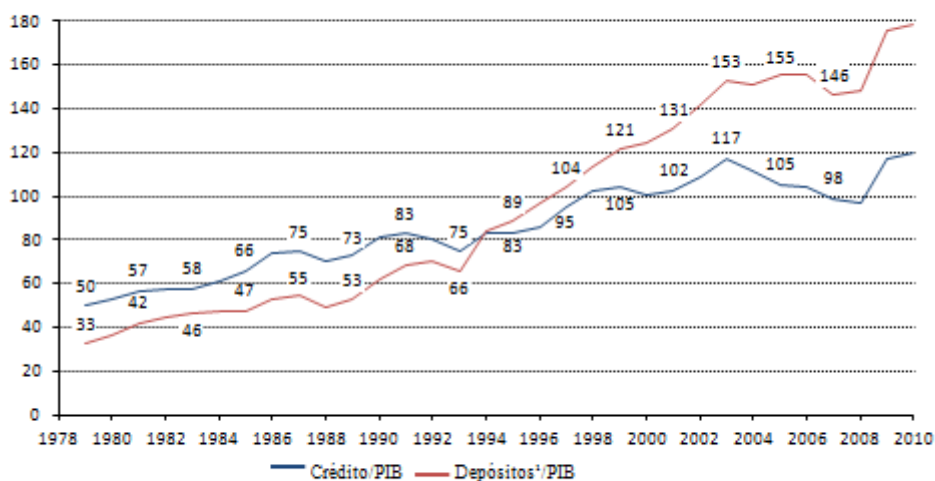
Em um mercado financeiro pouco diversificado como o chinês, o setor bancário chinês estruturou-se ao longo de todo o período, fundamentalmente, em torno da captação de depósitos e concessão de empréstimos, apesar da recente tendência de diversificação em sua composição patrimonial. Em 2009, para os 17 maiores bancos comerciais da China³³⁴ os empréstimos correspondiam a 47% dos seus ativos, com as reservas no PBOC perfazendo outros 24%. Por sua vez, pelo lado do passivo, os

³³⁴ Inclui os cinco grandes bancos estatais além dos doze JSCBs.

depósitos perfaziam neste ano 72% do seu passivo, 40% depósitos das empresas e 32% depósitos das famílias.³³⁵

A taxa de crescimento dos depósitos e empréstimos é superior ao crescimento do PIB, o que eleva a proporção de ambos sobre o PIB, conforme desprende-se do Gráfico 41. Entre 1979 e 2010 crédito cresceu a uma taxa média de 19,25% a.a., ao passo que os depósitos cresceram a uma taxa média de 22,47% a.a.³³⁶ Trata-se de mais uma evidência da crescente importância da intermediação bancária na economia chinesa ao longo do período de reformas.

Gráfico 41
China: Evolução do estoque de crédito e de depósitos sobre o PIB
entre 1979 e 2010 (%)



Nota: 1) Depósito por depositante.

Fonte: PBOC, apud CEIC (2012) para os anos de 1979 a 1993 e NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1997-2012), para os demais anos. Elaboração própria.

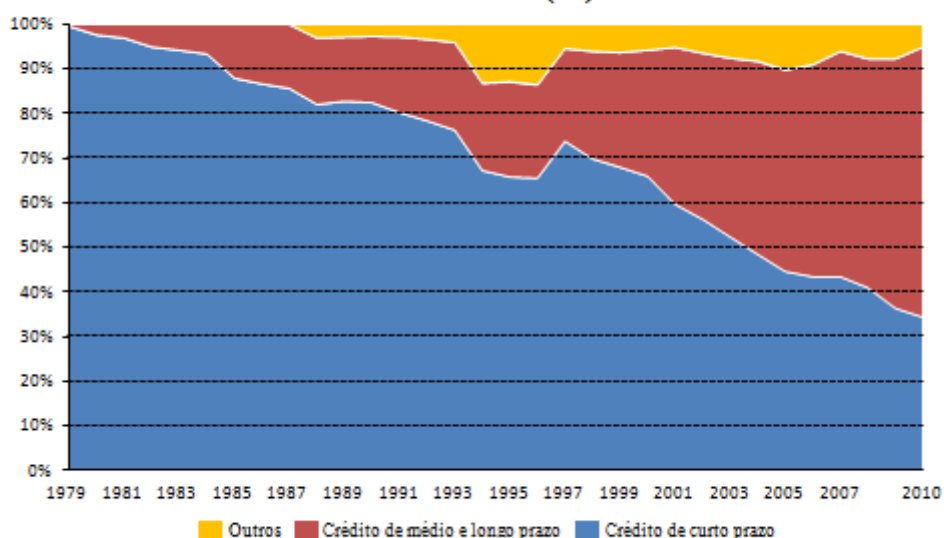
A respeito do prazo dos empréstimos, em 1979 apenas existem créditos de curto prazo, à medida que o financiamento as operações de maior duração se eram realizados por aportes do próprio governo, que recebia os excedentes monetários das empresas ao final de cada período. Com o início das reformas, paulatinamente, os créditos de médio e longo prazo concedidos pelo sistema bancários chinês. Como observa-se no Gráfico 42, em 1994, os créditos de curto prazo perfaziam 67,41%, enquanto os crédito de

³³⁵ PBOC, 2007, pp. 133, 142 e 143; 2010, p. 199, 212 e 213.

³³⁶ O Gráfico 40 é composto por duas séries diferentes. Os dados da primeira série (1979-1993), tendo sido os dados do PBOC, apurando no CEIC Data, ao passo que os dados da segunda série (CNY). A taxa de crescimento anual média do crédito para a primeira série foi de 20,09% a.a., enquanto para os depósitos foi de 22,60%. Para a segunda série, respectivamente, os valores foram de 16,79% a.a. e 22,47% a.a. Entre 1979 e 2004, os resultados são muito próximos aos encontrados por LIPING (2005, p. 14).

médio e longo prazo – com prazos superiores a um ano – somavam 19,45. Em 2001, os créditos de curto prazo caem para 59,95, caindo nos anos seguintes a um ritmo ainda mais rápido alcançando em 2010 a participação de 34,69%. Paralelamente, a elevação da participação dos créditos de longo prazo, crescentes desde o início, alcançando em 1994, 19,45%, em 2001 35,02%, em 2006 ultrapassam a participação dos créditos de curto prazo e atingem em 2010, 60.29% do total de crédito concedido pelo sistema bancário chinês.

Gráfico 42
China: Evolução da composição do crédito por maturidade entre 1979 e 2010 (%)



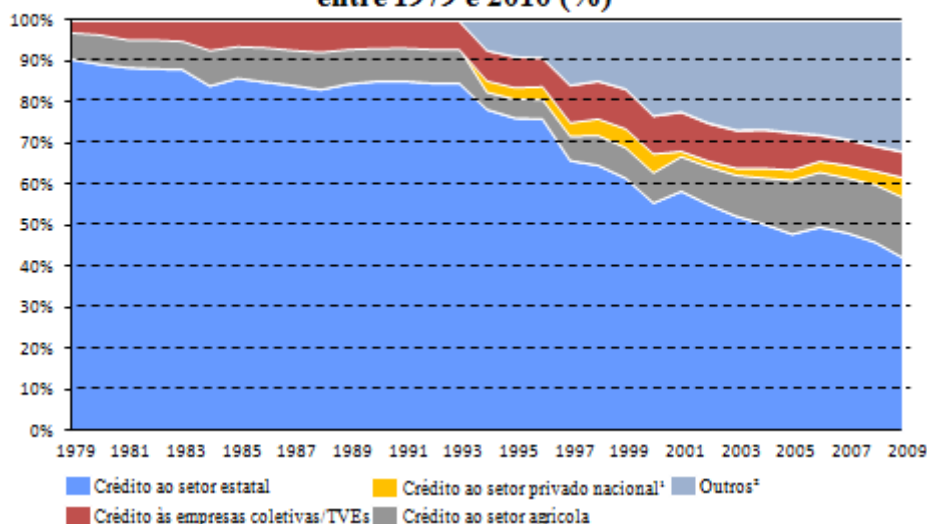
Fonte: PBOC, apud CEIC (2012) para os anos de 1979 a 1993 e NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1997-2012), para os demais anos. Elaboração própria.

Assim, como discutido no capítulo anterior, até meados da década de 1990, o sistema bancário exerceu um importante papel na reestruturação da economia chinesa, notadamente as empresas estatais, financiando empresas deficitárias e, como decorrência, acumulando créditos inadimplentes no seu ativo. Paralelamente, os bancos chineses começaram a financiar operações de maior maturidade, ao passo que os aportes do governo central diminuíram.

O exame da evolução crédito de curto prazo por tipo de tomador denota a elevadíssima participação estatal enquanto principal destino dos créditos, nos marcos das reformas econômicas. A partir do Gráfico 43, verifica-se que no início das reformas 90% do crédito concedido de curto prazo destinava-se ao setor estatal que passa a dividi-lo, um pouco mais com o setor agrícola e as empresas coletivas. Até 1993 os

créditos ao setor estatal ainda somava mais de 80% do total dos créditos concedidos. A partir de então, a categoria *Outros* – que compreende as empresas com participação de capital estrangeira – aumenta sua participação, enquanto cai a participação dos empréstimos ao setor estatal, tomador principal ao longo de toda a série.

Gráfico 43
China: Evolução da composição do crédito de curto prazo
entre 1979 e 2010 (%)

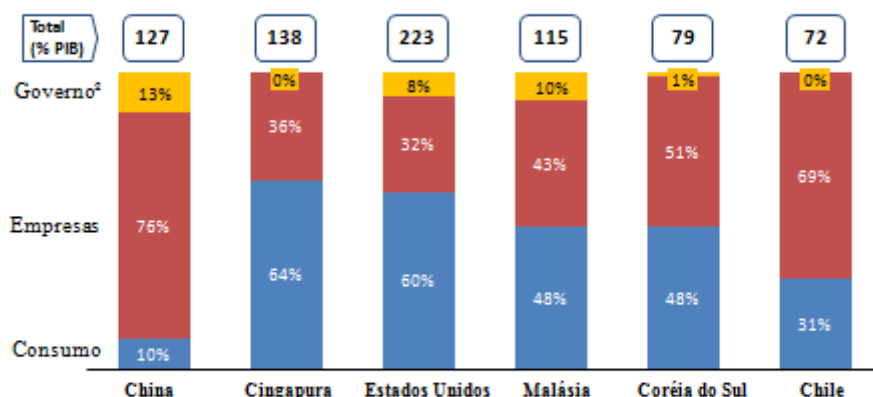


Notas: 1) Inclui os empreendimentos individuais; 2) Inclui empresas com participação de capital estrangeiro.

Fonte: PBOC, apud CEIC (2012) para os anos de 1979 a 1993 e NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1997-2012), para os demais anos. Elaboração própria.

Em uma comparação internacional, a China apresenta uma participação das empresas no total do crédito muito elevada, como pode-se observar no Gráfico 44. Como foi assinalado no capítulo anterior, somente recentemente o crédito ao consumidor, ganhou maior fôlego, notadamente o hipotecário, mas ainda é muito pequeno quando comparado àquilo que se destina para as empresas.

Gráfico 44
Comparação internacional: Composição do crédito por tipo de cliente em 2003 (%)¹

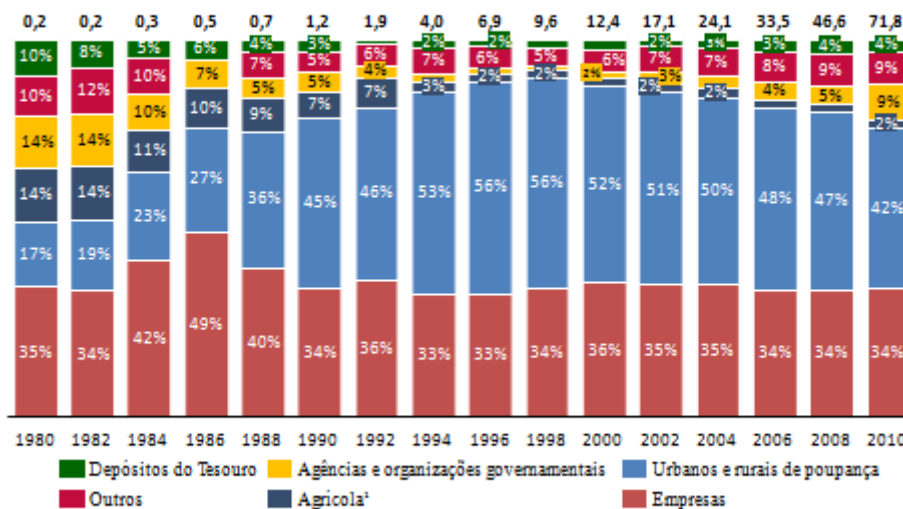


Notas: 1) Inclui os empréstimos securitizados e empréstimos de instituições financeiras não-bancárias; 2) Inclui apenas os empréstimos ao governo; o valor seria significativamente maior para a Índia se fossem considerados os títulos do governo.
 Fonte: Bancos centrais locais; GFS; EIU; RBI; McKinsey Global Institute Global Financial Stock Database, apud Farrel et al. (2006, p. 67).

A evolução dos depósitos, tal como está apresentado no Gráfico 45, alterou-se entre 1980 e 2010, aumentando a participação dos depósitos das famílias rurais e urbanas ganharam espaço em detrimento das agências governamentais e dos depósitos do Tesouro. Este resultado decorre diretamente do começo das reformas no final da década de 1970, quando uma parte maior da renda passou a ficar com as famílias. Entre 1980 e 1996 a participação dos depósitos das famílias é crescente, partindo de 17% para 56%, quando, a partir de então passa a lentamente perder espaço para outros tipos de depositantes, mas ainda participando com 42%, em 2010. Por sua vez, as empresas mantêm sua participação, na maior parte dos anos, em torno de 35%.

Gráfico 45

China: Evolução da composição dos depósitos bancários por tipo de depositante entre 1980 e 2010 (RMB trilhões, %)



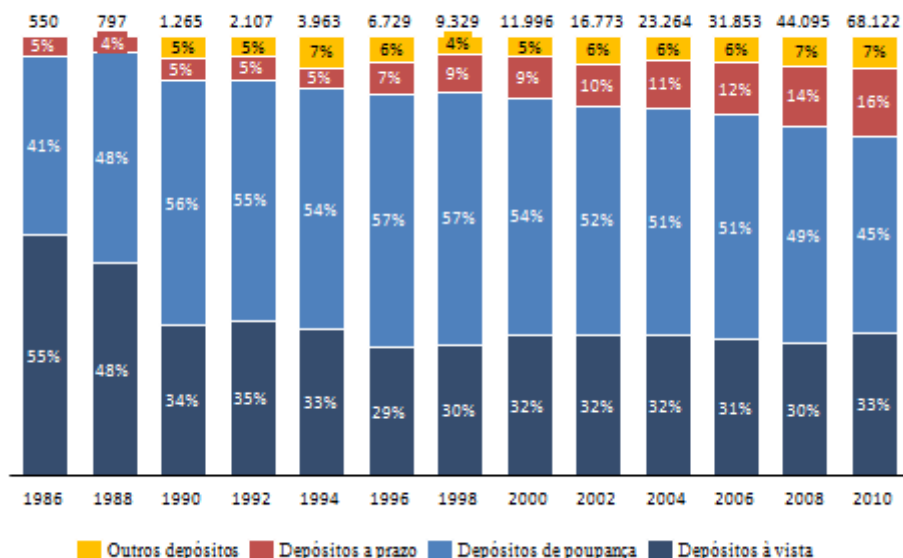
1) Até 1993, inclui os depósitos de poupança das famílias rurais.

Fonte: PBOC, apud CEIC (2012) para os anos de 1979 a 1993 e NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1997-2012). Elaboração própria.

Em relação a maturidade dos depósitos, o Gráfico 46 ilustra a preponderância dos depósitos à vista e de poupança, do sistema bancário que apenas mais recentemente, pouco a pouco os depósitos a prazo e outros tipos depósito começam a ser procurando. Contudo, ainda em 2010 quase 80% dos depósitos na China ou eram à vista ou prazo.

Gráfico 46

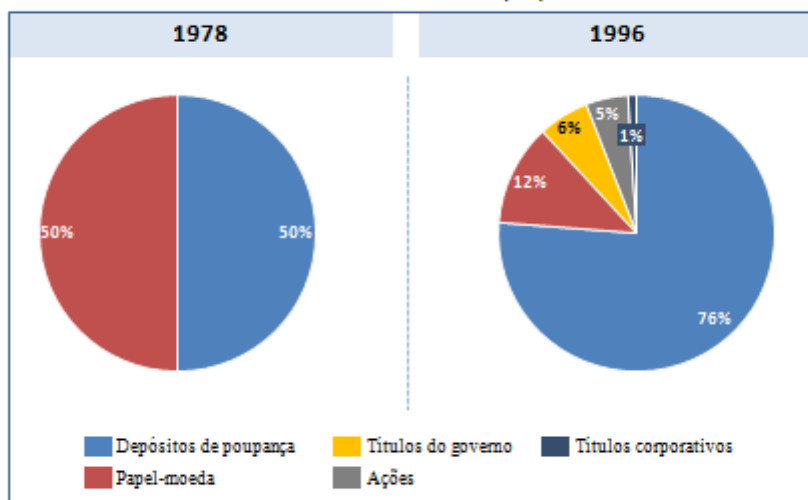
China: Evolução da composição dos depósitos bancários maturidade entre 1985 e 2010 (RMB bilhões; %)



Fonte: PBOC, apud CEIC (2012). Elaboração própria.

Examinando apenas a evolução da distribuição dos ativos financeiros das famílias chinesas encontramos resultados que também sinalizam a importância do setor bancário ao longo do período analisado, em que pese a gradual alteração em fator de outros tipos de ativos. Como é possível verificar no Gráfico 47, em 1978, o total de ativos financeiros das famílias chinesas dividia-se igualmente em depósitos de poupança e papel-moeda, enquanto, em 1996, o papel-moeda cedeu espaço para um aumento da importância dos depósitos de poupança e para a diversificação da carteira das famílias que passaram a adquirir títulos do governo, ações e títulos corporativos.

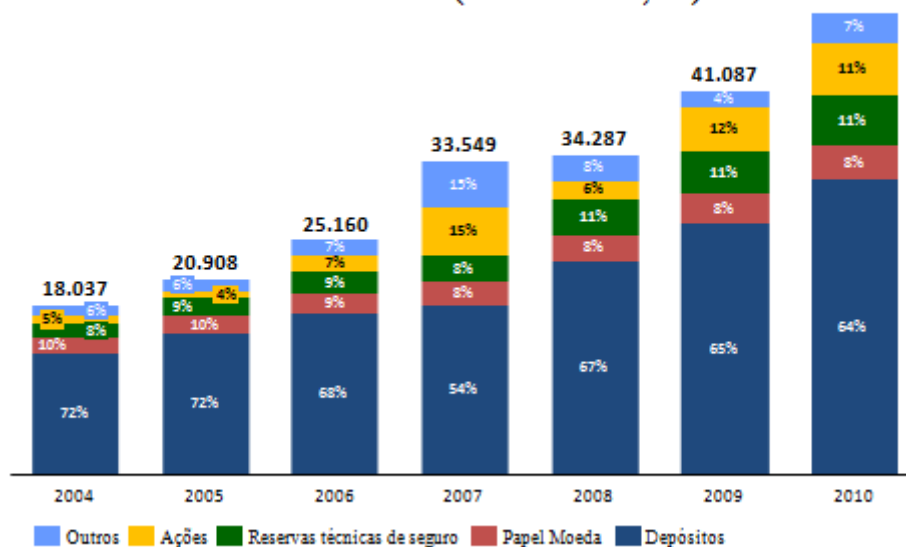
Gráfico 47
China: Evolução da distribuição dos ativos financeiros das famílias em 1978 e 1996 (%)



Fonte: *Almanacs of China's Finance and Banking* (1996 e 1997), apud Lardy, 1998, p.132.

Em um contexto de ampliação rápida da massa de recursos disponíveis às famílias sobre a forma de aplicações financeiras, a composição de seu portfólio se tornara mais diversificado, apesar da predominância, até os dias de hoje dos depósitos de poupança. Se em um primeiro momento, a manutenção da riqueza em papel-moeda cede espaço para os depósitos de poupança, entre 1996 e 2010 o movimento é na direção dos depósitos de poupança paulatinamente dividir espaço com outras formas de aplicação financeira, especialmente ações e reservas técnicas de seguro.

Gráfico 48
China: Evolução da composição dos ativos financeiros das famílias
entre 2004 e 2010 (RMB bilhões, %)



Fonte: FMI, 2012, p.107.

O Gráfico 49 nos mostra que entre os países mais desenvolvidos há uma maior diversificação nas aplicações financeiras das famílias, quando comparada à China. Apenas no Japão, há uma preponderância dos ativos financeiros das famílias em depósitos e papel-moeda. Para os demais países da amostra principalmente as categorias *Ações e outras participações de capital*, especialmente para os Estados Unidos, e *Reservas técnicas de seguro*, este importante para todos os países da série.

Gráfico 49
Comparação internacional: Composição dos ativos financeiros
das famílias por tipos de ativo (%)

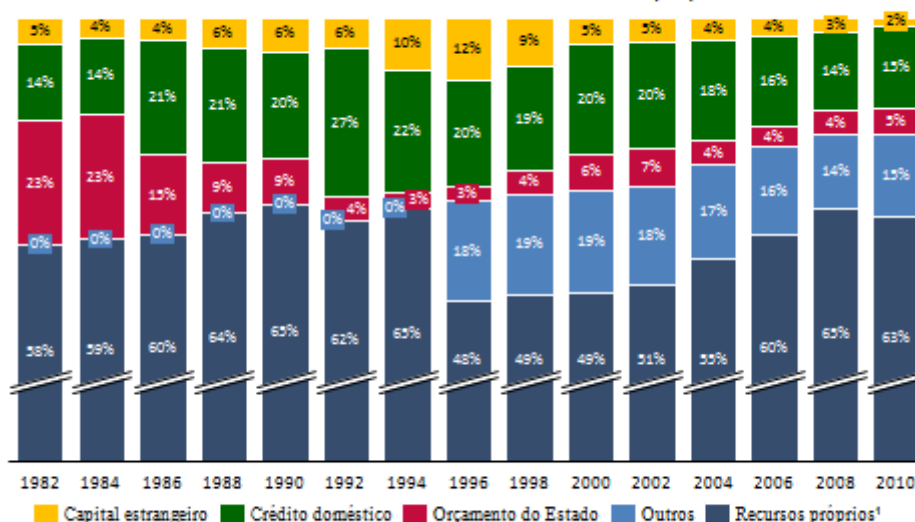
País	Papel-moeda e depósitos		Ações e outras participações de capital		Outros títulos corporativos		Reservas técnicas de seguro		Outros ativos	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Estados Unidos	9,4	14,9	51,9	42,8	7,2	9,3	30,3	31,3	1,2	1,8
Japão	52,8	54,9	12,1	11,3	4,3	3	26,2	27,1	4,5	3,7
Alemanha	36,7	38,3	27,8	19,7	6,7	7,8	27,5	33,5	1,3	0,7
Reino Unido	19,2	28,7	23,2	13,8	1,7	0,8	53,3	53,2	2,6	3,4
França	34,6	29,1	30,1	23,9	2,5	1,6	28,5	38,8	4,3	6,6

Fonte: OCDE, *National Accounts at a Glance 2011*, 2012, p. 87.

4.3 O financiamento do investimento e a centralidade do sistema financeiro para a promoção do desenvolvimento chinês

Como vimos na item 2.3.2, o investimento desempenhou um papel central na dinâmica de crescimento da China, relacionado especialmente, ao processo de urbanização e expansão das redes de infraestrutura no país. Cumpre analisarmos as fontes de financiamento do investimento a partir das informações disponíveis no Gráfico 50.

Gráfico 50
China: Evolução das fontes de financiamento do investimento em ativos fixos entre 1982 e 2010 (%)



Nota: 1) Até 1994, a coluna “Recursos próprios” consolida o valor da coluna “Outros”.
Fonte: NBS, *Chinese Statistical Yearbook* (1996-2007).

O exame deste gráfico permite tecer algumas observações importantes sobre a trajetória do financiamento do investimento na China no período das Reformas Econômicas. Em primeiro lugar, verifica-se que em todo o período os recursos próprios perfazem a principal fonte de financiamento do investimento, variando na maior parte da amostragem entre cerca 50% e 60%. Desde 1978, como vimos anteriormente, foi facultado as empresas estatais crescentemente o direito de reterem os lucros, o que aumentou substancialmente a capacidade dessas empresas financiarem seus próprios investimentos.

Em segundo lugar, verifica-se a queda de participação do Orçamento do Estado como forma de financiamento do investimento ao passo que aumenta a importância do financiamento feito via crédito doméstico. Enquanto em 1982, o orçamento do Estado responde por 23% do financiamento do investimento e o crédito doméstico por 14%.

Em 1994, temos, respectivamente 3% e 22%, em 2002 7% e 20%, e em 2010 5% e 15%. Levando em consideração o primado do Estado sobre o sistema bancário chinês, de maneira geral percebe-se uma alteração nos instrumentos de alocação dos recursos feito pelo governo chinês, que deixa de fazê-lo diretamente pelo orçamento estatal e passa a fazer por meio dos bancos estatais. Isto é, mesmo após a transição da economia chinesa de uma economia planificada para uma economia mediada pelo mercado, o Estado preservou uma elevada importância no processo de acumulação do país. Isto foi possível, seja por meio das empresas estatais remanescentes, que participaram ao longo de todo o período estudo de forma preponderantemente nas decisões de investimento, seja mediante o sistema bancário, que, como sugerimos, contrarrestou a queda de participação dos aportes feitos pelo orçamento do Estado.

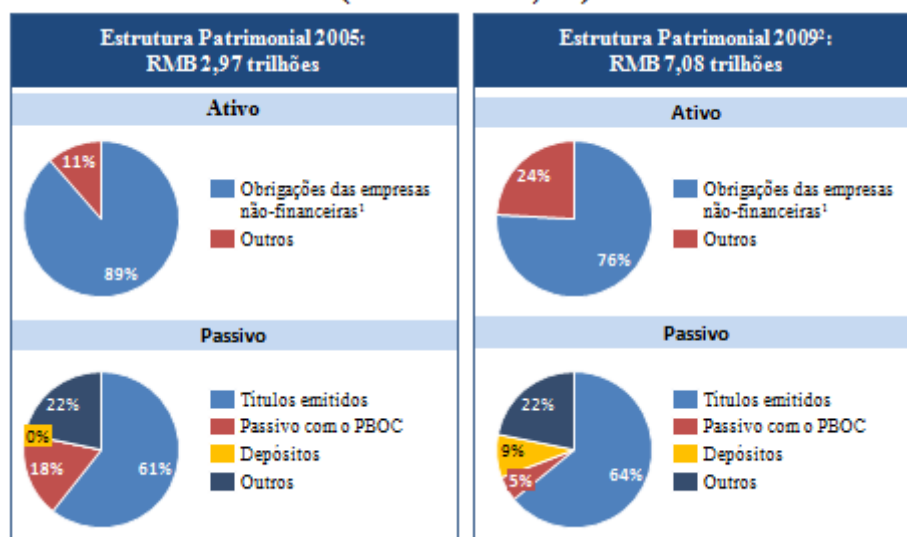
Menciona-se ainda que, a queda da carga tributária entre como vimos no gráfico 1, entre 1982 e 1995, quando saiu de 27% do PIB para 11%, refletiu-se na queda dos aportes do orçamento para o financiamento do investimento. Entre 1995 e 2008 a carga tributária volta a subir, alcançando 20% neste ano sem, no entanto, um movimento correspondente de aumento da participação do orçamento do Estado no financiamento do investimento, que preserva-se na maioria dos anos em torno de 5%. Por controlar o sistema financeiro em sua totalidade o Estado chinês participa decisivamente na alocação de recursos no país, em particular àqueles para investimento.

Na medida em que o volume de crédito corresponde a um estoque e as receitas e despesas do governo, um fluxo, não é imediata a equivalência entre a queda de um e o aumento do outro, especialmente o impacto disto sobre o crescimento econômico. Contudo é possível identificar uma correspondência entre estes dois movimentos, evidenciando que, nesta nova fase da economia chinesa, o Estado continuaria tendo um papel relevante nas decisões de gasto da economia, coordenando-as por meio do sistema bancário.

Sobre este último ponto, cumpre assinalar o papel desempenhado pelos *policy banks*, que formalmente destinam-se exclusivamente ao fomento de atividades estratégicas, especialmente em operações maturidade. São eles: o *China Development Bank*, destinado as operações de longo prazo associados especialmente aos projetos de infraestrutura, insumos básicos e indústrias intensivas em capital; *Export and Import Bank of China*, com a finalidade de promover a atividade exportadora e a importação de máquinas e equipamentos em setores; e o *Agricultural Development Bank of China*, destacado para apoiar projetos de investimento nas zonas rurais.

Em conjunto, estes bancos se responsabilizariam pelos empréstimos direcionado da economia chinesa, desde 1994, o que não significa dizer que os demais bancos estatais não continuem concedendo crédito sobre critérios discricionários, não-comerciais, mas que não exercem mas esse papel como uma atividade regular, especialmente após terem aberto seu capital. Como observa-se no Gráfico 51, a captação desses bancos é especialmente feita por meio da emissão de títulos adquiridos exclusivamente pelos bancos estatais comerciais. Assim há a passagem do curto prazo (passivo) para o longo prazo (ativo), isto os depósitos realizados nos bancos comerciais capitalizam esses bancos para adquirirem os títulos dos *policy banks*, de maior duração. Assim os *policy banks* consolidam suas operações de empréstimos com prazo de vencimento maior do que os depósitos feitos nos bancos estatais comerciais.

Gráfico 51
China: Estrutura patrimonial dos três *policy banks* em 2005 e 2009
 (RMB trilhões, %)



Notas: 1) No original, *claim of non-financial corporations*; 2) Em 2008, o CDB foi transformado em um banco comercial, passando a aceitar depósitos.

Fonte: PBOC, *China Financial Stability Report 2006* (2006, p. 179); *Annual Report 2009* (2010, p. 117). Elaboração própria.

Apenas a título de comparação, os recursos controlados pelos três *policy banks* perfaziam em 2005, um total de US\$ 475,2 bilhões,³³⁷ o equivalente a mais de quatro BNDES, cujo ativo total em 2007 era de US\$ 108 bilhões. Em 2009, o total de ativos dos três *policy banks*, após as políticas adotadas em resposta à crise alcançou US\$ 1,13 trilhões ou 3,5 os ativos do BNDES em 2012.

³³⁷ Taxa de câmbio de 1US\$ = RMB 6,25.

Além do fomento ao investimento o sistema financeiro chinês, mormente o sistema bancário desempenhou um papel fundamental como amortecedor do processo de ajustamento da economia chinesa, concedendo empréstimos de curto prazo em socorro as empresas deficitárias, evitando falências em massa e a reestruturação paulatina do setor produtivo, em um universo em que empresas estrangeiras e com outros tipos de propriedade (privado, coletiva, transnacional, etc.) paulatinamente passam a ganhar espaço no mercado chinês. Assim, somente após 1998, o processo de privatizações avança com maior ímpeto, havendo uma reestruturação das maiores estatais atuantes em setores estratégicos e a privatização das empresas públicas menores processo que, embora tenha desencadeado demissões, de forma alguma se confunde com a transição da Europa socialista (União Soviética e demais países comunistas do Leste Europeu).

Adotando uma estratégia de privatização da economia muito mais drástica, a maiores desses países – notadamente a Rússia – assistiu a um aumento vertiginoso do desemprego e um período de forte retração econômica, uma performance antagônica àquela vivenciada pela China. Este ponto exige maiores investigações e aprofundamento, que escapam aos objetivos restritos deste trabalho. Com efeito, as evidências preliminares aqui apresentadas, sugerem que o sistema bancário chinês mostrou a flexibilidade necessária para acomodar esta transição da economia planificada para uma economia de mercado, uma vez neste movimento não se presenciou a guinada do desemprego ou retração econômica – tampouco o descontrole da inflação – sendo esta transição acompanhada por um vigoroso crescimento da ordem de 10% a.a.%. O acúmulo de créditos inadimplentes foi a contra-face deste processo, mas foi completamente equacionado internamente, sem resultar maiores consequências, quer para a dívida pública, quer para os próprios bancos, que abriram seu capital com êxito e encontram-se hoje em franco processo de internacionalização.

A China utilizou-se dos três canais de intervenção do Estado no mercado de crédito: regulação, política monetária e crédito direcionado.³³⁸ O grau de intervenção do Estado no sistema financeiro chinês não tem qualquer precedente na economia internacional. Não que a intervenção do Estado no sistema financeiro seja uma criação da China, muito pelo contrário. Mas a extensão da intervenção, o volume de ativos sob o controle do Estado, a quantidade de instrumentos disponíveis que compreende toda

³³⁸ A este respeito, ver TORRES, 2009, p. 16-23.

uma gama que vai da política monetária aos *policy banks*, tornam o caso chinês um caso *radical* entre os sistemas financeiros baseados em bancos públicos, segundo a tipologia proposta de Zysman

As três funções operacionais de um sistema financeiro definido por Tavares (1978) foram exercidos com folga pelo sistema chinês entre 1978 e 2008. Destaca-se o cumprimento da chamada dimensão ativa do sistema financeiro, qual seja, o processo de monopolização do capital. Uma vez estando sobre o jugo estatal, o sistema financeiro chinês teve em seu horizonte questões que não se reduzam apenas a adoção indiscriminada de mecanismos de mercado. O sistema financeiro chinês em seu conjunto, bancos e bolsa de valores, atenderam, em primeiro lugar, a agenda definida pelas autoridades chinesas de manutenção de elevado crescimento e modernização da economia.

Tal como assinala Cintra,

Submetidos à lógica da valorização da riqueza e da preferência pela liquidez em um mundo de incerteza e irreversibilidade, as instituições financeiras privadas dificilmente atendem à demanda por financiamento daqueles setores ou atividades de alto risco, longo prazo de maturação, elevado retorno social e relativamente baixo retorno econômico. (CINTRA, 2009, p. 60).

Dada esta limitação, a ação estatal é força que pode contrabalançar estas limitações inerentes as instituições privadas no mercado de crédito. Em pelo menos três frentes o financiamento estatal (diretamente ou indiretamente) se justificaria devido as externalidades positivas da resulta a intervenção pública: i) O financiamento a investimentos sociais, tais como obras de infraestrutura; ii) Investimento em alta tecnologia; e iii) Investimentos aos setores voltados à exportação. Todos estes setores são fundamentais ao processo de desenvolvimento das forças produtivas de um país, mas, e em geral, são subatendidos por não atenderam as melhores expectativas de rentabilidade das aplicações financeiras.

Complementarmente, a ação estatal se justificaria também pelo seu papel potencial papel estabilizador, ao preservar o volume de crédito durante o ciclo econômico, por meio de ações anticíclicas, contrabalançando ocasionais quedas dos empréstimos privados. No caso chinês, em virtude do domínio estatal do setor bancário,

o Estado chinês controla completamente a liquidez da economia, tornando-a muito pouco suscetível a choques externos pelo lado da demanda.

Desta forma, o domínio estatal do sistema financeiro doméstico vem possibilitando à China contornar o horizonte estritamente privado no setor financeiro, estendendo crédito para os segmentos que mostram-se importantes para sua estratégia de crescimento e de forma continuada, controlando uma massa de recursos que, a despeito das privatizações realizadas lhe assegura capacidade em ditar o ritmo de crescimento da economia. Esta ação combinada com o equacionamento da restrição externa por meio da promoção das exportações e do ingresso líquido de IDE, tem tornado possível à China prosseguir por mais de três décadas em um ritmo rápido de crescimento, em consonância com os objetivos definidos desde 1978.

Considerações Finais

A presente dissertação de mestrado se debruçou sobre a evolução do sistema financeiro chinês entre 1978 e 2008, de forma a estabelecer os nexos financeiros que permitiram à economia chinesa alcançar a extraordinária performance econômica que vem se sucedendo a mais de três décadas. São recuperados brevemente os acontecimentos históricos anteriores ao início das Reformas Econômicas, o recorte histórico desta pesquisa. Uma vez que as Reformas Econômicas nasceram com o objetivo de reverter a posição de atraso do país em face dos países industrializados, tratou-se de demarcar os determinantes políticos e econômicos que permearam esta trajetória.

Sob a ótica dos objetivos domésticos a organização do sistema financeiro chinês mostrou-se amplamente eficiente, exercendo importante papel para a manutenção das elevadas taxas de crescimento bem como para a reestruturação do setor produtivo estatal nos marcos da transição de uma economia planificada para uma economia progressivamente medida pelo mercado.

A pedra angular da política monetária e financeira da China tem sido a manutenção do crescimento econômico, apoiada nos investimentos em infraestrutura, urbanização e na formação de grandes grupos industriais estatais em variados segmentos, notadamente aqueles intensivos em capital. A evolução do sistema financeiro entre 1978 e 2008 foi acompanhada por sucessivas transformações institucionais e da progressiva relevância para a alocação de recursos na economia. Contudo, foi preservada a natureza estatal deste sistema, constituindo-se em importante elo entre o planejamento e a atividade produtiva, esta, em maior medida, privatizada.

Para o cumprimento dos objetivos relacionados à sua estratégia de desenvolvimento, o governo chinês não utilizou apenas o sistema fiscal, baseado, de um lado, na carga tributária e no endividamento público, e, de outro, nas alocações orçamentárias. Ao contrário, em um quadro de queda da arrecadação como visto, que só iria se recuperar, lentamente, a partir de 1995, o governo chinês se apoiou crescentemente no sistema bancário doméstico, controlado pelos bancos estatais, que atuaram sob a sombra de uma política monetária orientada para o crescimento, estabilidade cambial e controle da inflação.

Até meados da década de 1990, apesar do início da reforma das empresas estatais que lhes assegurou maior autonomia financeira e da reforma bancária, responsável pela criação dos quatro grandes bancos estatais e da separação de uma

instituição específica para atuar como banco central, o financiamento continuou sendo definido majoritariamente pelo planejamento central por meio do Plano de Crédito, que assegurou crédito farto e barato principalmente para as empresas estatais, muitas delas deficitárias ao curso do processo das reformas econômicas. Grande parte desse estoque de crédito responderia pela frágil situação patrimonial dos bancos estatais ao final da década de 1990.

O aprofundamento das reformas econômicas em 1994 levou a criação dos três *policy banks* como uma forma de separar os créditos direcionados dos quatro maiores bancos estatais, convertidos em bancos comerciais, e que, portanto, deveriam nortear progressivamente suas decisões de empréstimos por critérios de mercado. Por sua vez os *policy banks*, deveriam apoiar áreas consideradas estratégicas e não necessariamente as mais rentáveis, tais como infraestrutura, comércio exterior e investimentos no campo. Por outro lado, os empréstimos as empresas estatais se concentrariam naqueles grupos pertencentes ao *national team*, dedicados, sobretudo, em setores intensivos em capital e com elevadas economias de escala, tais como os setores de siderurgia, refino de petróleo, telecomunicações, energia e transportes.

A entrada na OMC, em 2001, e a concretização efetiva da entrada do setor financeiro na entidade, em 2006, que passou a assegurar para as instituições bancárias estrangeiras tratamento igual ao destinado as empresas nacionais, não resultou, no aumento da participação das empresas estrangeiras no país, que encontraram um mercado moderno e altamente oligopolizado em torno dos grandes grupos bancários estatais. Ao contrário, a entrada na OMC abriu as partes para que essas instituições aumentem sua influência em mercados externos, o que já fazem em apoio as próprias empresas chinesas localizadas no exterior. O sistema financeiro mostrava-se flexível as exigências impostas pelos planejadores chineses, relacionadas ao crescimento econômico e a reestruturação do setor estatal. Assim, o sistema bancário chinês, na medida que parte representativa do crédito é direcionado segundo objetivos definidos pelo planejamento central é complementar ao orçamento público do país, constituindo-se em um importante instrumento de políticas públicas. Em relação aos juros, estes continuaram sujeitos ao controle discricionário por parte do governo, que controla as taxas incidentes sobre depósitos e sobre empréstimos, mantidas, ambas em um baixo patamar. A repressão financeira existente no país, que limita as alternativas de aplicação financeira – embora relaxada nos últimos anos –, assegurou ao sistema bancário chinês

elevada estabilidade nessas três décadas, com aumento dos depósitos inclusive sendo maior do que o dos empréstimos desde 1994.

Em síntese, os pilares do sistema bancário chinês foram:

i) Ausência de independência do banco central, cujos objetivos relacionam-se não apenas ao controle inflacionário, mas também ao crescimento econômico e a estabilidade cambial;

ii) Existência de uma plethora de instituições bancárias estatais, notadamente os cinco grandes bancos estatais comerciais e os três *policy banks*, estes últimos, oficialmente, destinados a promoverem setores estratégicos;

iii) Existência de controle de capitais de curto prazo que mitigam as possibilidades de descasamento de moedas e eventuais crises cambiais. No caso de deterioração patrimonial das instituições bancárias chinesas, uma vez que praticamente inexitem passivos originados em moeda estrangeira, o banco central chinês tem mostrado enorme capacidade de recapitalizar os bancos sem que isto tenha impactos seja sobre o crescimento, seja sobre a inflação. Assim, o risco de insolvência dessas instituições é praticamente inexistente, como tem se revelado a trajetória do sistema bancário chinês até aqui.

Os riscos significativos do sistema financeiro chinês relacionam-se, justamente, a supressão dos controles estatais, seja por meio da abertura da conta capital, facilitando os fluxos de curto prazo, seja por meio de amplo processo de privatizações, o que pode comprometer a funcionalidade do sistema financeiro aos propósitos alinhavados em 1978, quais sejam, tornar a China um país rico e poderoso internacional em meados do século XXI.

Referências Bibliográficas

ACIOLY, Luciana. *Brasil. China e Índia: o investimento direto externo nos anos noventa*. 2004. Tese – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Estadual de Campinas.

_____; CARDOSO JR., José Celso e MATIJASCIC, Milko (orgs). *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília : IPEA, 2009.

_____ e LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. (orgs.) *Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa*. Brasília: Ipea, 2010a.

_____ e _____. “A internacionalização das empresas chinesas”. *Carta da Sobeet*, ano XIII, n. 54, abr. 2010b.

_____; _____ e PINTO, Eduardo Costa (orgs.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.

_____; CINTRA, Marcos Antonio Macedo e PINTO, Eduardo Costa. *As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

ALLEN, F.; QIAN, J e QIAN, M. “China’s Financial System: Past, Present, and Future,” In: *China’s Great Economic Transformation*, BRANDT, L. e RAWSKI, T. Eds., Cambridge University Press ,2008.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo, Boitempo, 2008.

BRANDT, Loren and RAWSKI, Thomas (eds). *China’s Great Economic Transformation*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

CAI, Fang. (2008b). “How Can China Avoid the ‘Low-to-Moderate Income Trap?’”, *China Economist*, Vol. 13, Nº. 2, 2008, pp. 108-115.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

_____. “Globalização e integração periférica”. *Texto para Discussão*. Instituto de Economia da UNICAMP n. 126, 2007.

_____. (2009). “O financiamento da acumulação de ativos (um esquema analítico)”. *Texto para Discussão*. Instituto de Economia da Unicamp. n. 167, set. 2009.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. “Investimento, poupança e financiamento do desenvolvimento”. In: Rogério Sobreira e Marco Aurélio Ruediger. (Org.). *Desenvolvimento e Construção Nacional: Política Econômica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, v. , p. 11-38.

_____ et. al. *Economia monetária e financeira: teoria e política*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. *Mercado de capitais: o que é, como funciona*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus: Comissão Nacional de Bolsa de Valores, 2005. 371p

CHICK, Victoria. *Macroeconomics after Keynes: a reconsideration of the general theory*. Oxford, Philip Allan, Deddigton, 1983.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. “Caracterização dos fundos, delimitação conceitual experiências internacionais e enfoques teóricos”. *Relatório I do Projeto de pesquisa*. “O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento”. *Subprojeto IX*. “Crédito direcionado e desenvolvimento econômico no Brasil: o papel dos fundos públicos”. Campinas: IE/UNICAMP; Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007.

_____. “As Instituições Financeiras de Fomento e o Desenvolvimento Econômico: As Experiências dos EUA e da China”. In: FERREIRA, Francisco. Marcelo Rocha e MEIRELLES, Beatriz Barbosa. (Orgs.). *Ensaio Sobre Economia Financeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2009, pp. 109-149.

CUNHA, André Moreira. 2002. *Crise no Pacífico Asiático: Causas e Consequências*. Tese – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas.

DALTRINI, Bruno Mascia. 2006. *O papel das empresas estatais no desenvolvimento da China*. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DENG Xiaoping. *Selected works* (Vol. I, 1938-1965). Beijing: People’s Press, 1993a.

_____. *Selected works* (Vol. II, 1975-1982). Beijing: People’s Press, 1993b.

_____. *Selected works* (Vol. III, 1982-1992). Beijing: People’s Press, 1993c.

DIAS, Margarida Maria Pinheiro Godinho. *A China no Séc. XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas*. Dissertação – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

DICKSON, Bruce. *Red Capitalists in China – The Party, Private Entrepreneurs, and Prospects for Political Change*. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

_____. *Wealth into Power – The Communist Party’s Embrace of China’s Private Sector*. Cambridge University Press, Cambridge, 2008.

FAIRBANK, John King. *The Great Chinese Revolution: 1800-1985*. Nova York, Harper & Row, 1986.

_____ ; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Trad. Marisa Motta, Porto Alegre: LP&M, 2006.

FIORI, José. Luís. “Globalização, hegemonia e império”. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José. Luís. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. “A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul”. *Oikos: revista de economia heterodoxa*, n. 8, ano VI, 2007, pp. 77-106, 2007.

GERSCHENKRON, Alexander. "Economic Backwardness in Historical Perspective". In: B. F. Hoselitz(ed.), *The Progress of Underdeveloped Areas*. Chicago, University of Chicago Press, 1952.

HE, Henry Yuhuai. *Dictionary of the Political Thought of the People's Republic of China* (Studies on Contemporary China), M E Sharpe Inc, 2000.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo, Nova Cultura, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J.. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

HUANG, Yawseng. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

_____ ; SAICH, Tony and STEINFELD, Edward. *Financial Sector Reform in China*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005

MONETARY FUND (IMF). *International Financial Statistics*. Washington, DC, 2012.

_____. *People's Republic of China: Financial System Stability Assessment*, 2011

JABBOUR, Elias Khalil. *Infra-estrutura em energia e transportes e crescimento econômico na China*. 2004. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

_____, *Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo na China de Hoje*. 2010. Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

KAPPOR, Radhika e TEWARI, Ritika. “Investimentos estrangeiros diretos nas economias BRIC: Mudando o cenário de investimento”. *Revista tempo do mundo*. v. 1, n. 1, (dez. 2009). – Brasília : Ipea, 2009, pp. 149-173.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012.

LARDY, Nicholas. *China's Unfinished Economic Revolution*. Brookings Institution Press, 1998.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. (2010), *O Padrão de Acumulação e o Desenvolvimento Econômico da China nas Últimas Três Décadas: Uma Interpretação*, Dissertação – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas.

MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run: 960-2030 AD*. Paris: OECD, 2007.

MASIERO, Gilmar. “Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 3 (103): 425-444, jul./set. 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. “Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina”. In: TAVARES, Maria da Conceição.; FIORI, José. Luís. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. “Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia”. *Economia e Sociedade*, n. 11: dez. 1998, pp.151-172.

_____. “China: entre os séculos XX e XXI”. In: FIORI, José. Luís. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. “A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia”. *Economia e Sociedade*, n. 17: 33-54, dez. 2001.

_____. “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin Leon. (orgs.) *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. *Observatório da economia global*, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia/Unicamp, Textos Avulsos – n. 3, jun. 2010.

_____. e SERRANO, Franklin. "Padrões monetários internacionais e crescimento", In.: FIORI, José. Luís. (ed.), *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999, pp. 119-154. 107

MISHKIN, Frederic S. *Moedas, bancos e mercados financeiros*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 2000 (tradução da 5ª edição americana de 1998).

MORAIS, Isabela Nogueira de. 2011. *Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea*. Tese – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (NBS). China Statistical Yearbook. Beijing, 2012. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2012/indexeh.htm>>. Acesso em: 25 Mar. 2012.

_____. *China Banking Regulatory Commission*. Beijing, 2012. Disponível em: <<http://www.ceicdata.com>>. Acesso em: 25 Mar. 2012.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

NOLAN, Peter. *China at the crossroads*. Cambridge, Polity Press, 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Economic Surveys: China, 2005*. Paris, 2005.

_____. *OECD Rural Policy Reviews: China, 2009*. Paris, 2009a.

_____. *Main Science and Technology Indicators*. Source OECD Science and Technology Statistics, vol. 2009 release 01, Paris, 2009b.

_____. *OECD Economic Surveys: China, 2010*. Paris, 2010.

PALMA, Gabriel. “Gansos Voadores e Patos Vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, José. Luís. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PAULA, Luiz Fernando Rodriguez. *Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia: Uma Abordagem Pós-Keynesiana*. 2001. Tese de Professor Titular – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PEI GUO; XIANPING JIA. “The Structure and Reform of Rural Finance in China”. *Working Paper*, 2008E002, China Agricultural University, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. “Reformas Econômicas na China”. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Instituto de Economia/Unicamp, n. 5, abr./jun. 2005, pp. 3-8.

SERRANO, Franklin Leon Peres. “A Soma das Poupanças Determina o Investimento?”. *Archetypon*, Rio de Janeiro, v. 8, n. maio, p. 127-149, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Macedo e. *Macroeconomia sem equilíbrio*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SILVA, Renata. Carvalho. *A questão das formas de financiamento do investimento numa abordagem da teoria da moeda endógena e da taxa de juros exógena*. 2011. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Silas Thomaz da. 2011. A importância da Grande Empresa na China pós-1978. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVEIRA, André Filipe Reynolds Castel-Branco da. “As zonas econômicas especiais, as Regiões Administrativas Especiais e Taiwan no seio da Grande China” In: Administração: Revista da Administração Pública de Macau, Nº 52, Vol. 14 (2001), p. 699-737.

SOLINLGER, Dorothy. China’s Transition from Socialism – State Legacies and Market Reforms 1980-1990. Studies of the East Asian Institute, Columbia University, M.E. Sharpe, Armonk. 1993.

SPENCE, Jonathan. Em Busca da China Moderna. Trad. Pedro Maia Soares e Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

STUDART, Rogério. “O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynsiana à visão convencional”. Revista de Economia Política, São Paulo: Nobel, v.13, nº 1, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Campinas, UNICAMP, IE, 1998.

_____. “Império, Território e Dinheiro”. In: FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

TONG, D. The heart of economic reform: China's banking reform and state enterprise restructuring. 1999. PhD Dissertation. Santa Monica, CA: Rand Graduate School.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra 1945-1973. 1983. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. “Japão: da industrialização tardia à globalização financeira”. In: FIORI, José. Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

WALTER, Carl and HOWIE, Fraser J. T. Red Capitalism: The fragile financial foundation of China's Extraordinary Rise. London: John Wiley & Sons Inc., 2012.

WONG, C. “Ownership and Control in Chinese Industry: The Maoíst Legacy and Prospects for the 1980s”; In: China’s Economy Looks Toward the Year 2000. US Government Printing Office, Washington, 1986.

_____. “Fiscal Reform – Paying for the Harmonious Society”, China Economic Quarterly, Vol. 14, No. 2, 2010, pp. 20-26.

WORLD BANK. World Development Indicators. Washington, DC: The World Bank Group, 2012a. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 25 Mar.2012.

_____. *Global Development Finance*. Washington, DC: The World Bank Group, 2012b. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do/>>. Acesso em: 25 Mar. 2012.

WU, Jinglian. *Understanding and interpreting chinese economic reform*. Mason: Thomson Higher Education, 2005.

ZONENSCHAIN, Cláudia Nessi. *O caso chinês na perspectiva do “catch-up” e das instituições substitutas*. 2006. Tese – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ZYSMAN, John (1983). *Governments, markets, and growth: financial systems and the politics of industrial change*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.